

Callipole



Revista de Cultura

Nº 9 - 2001

Callipole

Revista de Cultura

Callipole

Revista de Cultura

Nº 9 - 2001



Vila Viçosa

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
Professor Manuel João Fontainhas Condenado

VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA
Professor Joaquim António Mourão Viegas

FICHA TÉCNICA

DIRECTOR

Manuel Inácio Pestana

CONSELHO DE REDACÇÃO

João Tavares
Joaquim Saial da Silva
Joaquim Soeiro Torrinha
Manuel Inácio Pestana
Phillipa Cannon Sousa da Câmara

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Viçosa
Divisão dos Serviços Culturais
Largo D. João IV / Tels. 268 889314
7160-254 VILA VIÇOSA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Gráfica Calipolense, Lda.
Parque Industrial, Lote 10
7160-999 VILA VIÇOSA

Tiragem: 1000 ex.

Depósito Legal Nº 121787/98

ISSN - 0872 5225

Periodicidade Anual

Colaboração solicitada

Os textos assinados são da inteira responsabilidade dos autores

CAPA

Painel de azulejos da Igreja dos Agostinhos de Vila Viçosa (Capela de S. Nicolau)

SOLICITA-SE PERMUTA - ON DEMANDE L'ECHANGE
EXCHANGE WANTED - MAN BITTET UM AUSTAUSCH

Sumário

Tempo de História

Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312).....	13
<i>António Rei</i>	
A Paisagem Medieval em Vila Viçosa e no seu termo.....	23
<i>Rute Maria Lopes Pardal</i>	
Em torno do Direito Consuetudinário de Estremoz e seu Alfoz.....	31
<i>Mário Alberto Nunes Costa</i>	
A guerra de assédio na fronteira do Caia e do Guadiana.....	43
<i>Arlindo Sena</i>	
Hacienda, Comercio y Contrabando en la frontera de Portugal (Séculos XV-XVIII).....	55
<i>Miguel Ángel Melón Jiménez</i>	
A Figura e Obra de Martim Afonso de Sousa.....	75
<i>Alexandra Pelúcia</i>	
Pública Hortênsia de Castro: Uma Doutora Alentejana já no séc. XVI.....	81
<i>Maria da Conceição Vilhena</i>	
Musicians and Music in the Chapel of the Dukes of Bragança at the time of the visits by the Japanese princes in 1584 and 1585.....	99
<i>Michael Ryan</i>	
Joane Mendes de Vasconcelos, Desembargador da Casa de Bragança e Simão de Sousa, Cavaleiro de S. João de Malta, seu irmão.....	109
<i>Manuel Inácio Pestana</i>	
Servir a dois Senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696.....	127
<i>Maria Marta Lobo de Araújo</i>	
Haverá em Vila Viçosa parentes do poeta Fernando Pessoa e do romancista Eça de Queirós?.....	141
<i>João de Sousa da Câmara</i>	

Tempo de Artes & Letras

A Santa Rainha (tentativa de abordagem a um retabelete).....	149
<i>Frederica Ressano-Garcia Chichorro</i>	
A Igreja dos Agostinhos: um exemplo da sobreposição de tempos artísticos no Séc. XVII.....	165
<i>Licínio Lampreia</i>	
As "Reservas Cordiformes" na Obra de Manuel dos Santos.....	169
<i>Joaquim Francisco Soeiro Torrinha</i>	
Tipología de los Retablos de Vila Viçosa.....	179
<i>Miguel Angel Vallencillo Teodoro</i>	
A produção de louça em Estremoz. Ainda um contributo para a História do seu fabrico.....	183
<i>Alexandre Nobre Pais / João Pedro Monteiro</i>	

António Sardinha, pensador, ensaísta e poeta português. Páginas esquecidas.....	187
<i>Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita / Maria da Conceição Agostinho Farias Ferreira</i>	
O último dia de Carlos Cambaia	201
<i>Joaquim Saial</i>	

Tempo de Poesia

Breves universos.....	211
<i>Leolinda Trindade</i>	
Sempre Infanta.....	212
<i>Leolinda Trindade</i>	
Desencanto.....	213
<i>MariLute</i>	
Eclipse.....	214
<i>MariLute</i>	
Sol do Alentejo.....	215
<i>Maria Belmira Besuga</i>	
Poemas de Veneza.....	216
<i>José do Carmo Francisco</i>	
Florbela.....	217
<i>Nicolau Saião</i>	
Cristovam Pavia.....	218
<i>Nicolau Saião</i>	
Um poema.....	219
<i>Ruy Ventura</i>	
Talhado em Pequenez / A um poeta grego anónimo.....	220
<i>António Salvado</i>	
Inquietação / Esperança.....	221
<i>Maria de Jesus Carreto Gomes</i>	
Rogação.....	222
<i>José Galhardas</i>	
Meu Alentejo.....	222
<i>Catarina Camões</i>	
O Caçador.....	223
<i>Hugo Santos</i>	
Ciclo terceiro.....	224
<i>Carlos Garcia de Castro</i>	
Mini-Fábula.....	225
<i>Carlos Garcia de Castro</i>	

Tempo Vário

Prof. Bento de Jesus Caraça.....	229
Prof. António de Sousa da Câmara.....	231

NOTA DE ABERTURA

O conhecimento, a aprendizagem e a compreensão não são lineares. Não são pedacinhos de factos alinhados em filas ou empilhados uns em cima dos outros. São territórios, que há que saber como se encaixam, como se comparam e como se relacionam.

A criação de um lugar de reflexão e divulgação de estudos científicos interdisciplinares em formato de obra aberta a múltiplos campos do saber foi o fundamento que presidiu à sensibilidade necessária para a edição da Revista *Callipole*, pela Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Materializa-se, agora, um novo número da Revista *Callipole*, onde se assume a exploração dos territórios da cognição histórica, literária, científica, artística e cultural, e da fruição das suas complementaridades, integrações e ambivalências. Registam-se testemunhos contributivos para a preservação e protecção de uma determinada herança e reserva cultural, cuja divulgação que se pretende é vista como passo fundamental no desenvolvimento de acções de valorização e de dignificação do Património Cultural de Vila Viçosa, da sua região e do país.

É com profunda gratidão que se reconhece o esforço desinteressado de todos os que colaboraram e colaboram neste processo, desejando nós que o continuem a fazer, tornando possível a nossa existência e o êxito deste percurso pelos mundos do mundo.

O VEREADOR DO PELOURO

Joaquim António Mourão Viegas

新編

新編

新編

新編

新編

新編

PRIMEIRA PÁGINA

Prosseguindo na senda que traçou no seu primeiro número, CALLIPOLE apresenta-se hoje com a edição de 2001, tratando temas tão diversificados como a investigação histórica, a produção literária e a análise de obras de arte. Aqui se evocam figuras como Martim Afonso de Sousa, Públia Hortênsia de Castro, Joane Mendes de Vasconcelos, paisagens medievais, ambientes culturais, relações familiares, seja a Vila Viçosa de outros tempos, os músicos da Capela Ducal nos finais do século XVI, seja a Real Confraria de Nossa Senhora, seja a curiosa questão de saber se em Vila Viçosa haverá parentes de Eça e de Pessoa... Em Tempo de Artes e Letras são motivos de atenção um painel da Rainha Santa, a igreja dos Agostinhos de Vila Viçosa, a azulejaria de Manuel dos Santos, a louça da região, a retablistica local e ainda um interessante ensaio sobre páginas esquecidas do alentejano António Sardinha. Na ficção, um texto literário evoca ambientes e figuras de Vila Viçosa muito próximos de nós, na arte poética encontram-se connosco nesta edição alguns dos nomes mais significativos da poesia contemporânea, personalidades quase todas elas, ou enraizadas ou com afinidades no coração deste Alentejo que privilegiamos.

Não deixamos de assinalar - porque o impõem os ditames da história e da nossa consciência - duas efemérides notáveis que ocorrem neste ano: os centenários do nascimento em 1901 de duas grandes figuras ligadas a Vila Viçosa, uma porque nela nasceu - Bento de Jesus Caraça, destacada personalidade do mundo da ciência e da cultura, matemático e professor distinto -, outro, porque a esta terra está ligado por razão de descendência de uma das mais notáveis históricas famílias calipolenses - o Prof. António Sousa da Câmara, cientista e investigador que foi de projecção internacional.

Aos colaboradores habituais acrescentam-se mais uma vez alguns nomes de gente nova - um dos nossos desígnios é chamar a esta tribuna os jovens trabalhadores da cultura -, todos com a sua dedicação e competência dão brilho a esta edição da CALLIPOLE, uma obra que se deseja cada vez mais dinâmica e ousada.

Novidade final: estamos na Internet, como o prometêramos quando do lançamento do número anterior. Procure-nos em <http://www.alentejo.digital.pt/callipole> e estamos preparados para prestar todas as informações solicitadas.

Esperamos, pois, que este novo número, o primeiro do Século XXI, tal como os anteriores, mereça a confiança dos nossos leitores e corresponda aos seus interesses culturais.

O DIRECTOR

Tempo de História

Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312)

António Rei*

1. Introdução

1. Os Riba de Vizela

A família dos Riba de Vizela foi uma das mais importantes famílias da velha nobreza portuguesa durante o século XIII. Com extensas terras e domínios no norte do reino, teve vários dos seus membros a exercerem funções na Cúria Régia, alguns como Mordomos-mores, e outros como Alferes-mores, durante os finais do século XII e as primeiras seis décadas do século XIII¹.

Tiveram como marca familiar a lealdade e a afeição à pessoa do rei².

Esta família atingiu o seu apogeu político e dominical com D. Gil Martins, entre 1250 e 1264, o mesmo a quem foi doado Oydaluicuez/Terena em 1259³.

2. Oydaluicuez / Terena e os Riba de Vizela - ponto de situação

Apesar de no artigo "Terena", da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*⁴, virem identificados Gil Martins e sua esposa Maria Eanes da Maia, Senhores de Terena e Doadores do respectivo Foral, como sendo da família dos Riba de Vizela, a verdade é que este facto, o de que foram donatários de Terena e seu termo, e da mesma forma o seu filho e o seu neto, tem, por norma, escapado aos investigadores.

Em todos os estudos que, principalmente José Mattoso, dedicou à nobreza medieval portuguesa⁵, e em que é tratada a família de Riba de Vizela, nunca aparecem referidos os domínios que esta família teve no Antre Tejo e Odiana: Oydaluicuez/Terena e

* Investigador / Bolseiro da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia

¹ Sobre os Riba de Vizela, ver principalmente José MATTOSO, "A família da Maia no século XIII", pp. 331-42; "As famílias nobres da região de Guimarães no século XIII", pp. 343-51; "Cavaleiros Andantes - a ficção e a realidade", pp. 355-71, in *A Nobreza Medieval Portuguesa*, 4ª ed. rev., Lisboa, Estampa, 1994; IDEM, "A Literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (Séculos XIII-XIV), *Portugal Medieval - novas interpretações*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 309-28; IDEM, "As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio", *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 73-94; Leontina VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, II vols., Coimbra, Fac. Letras, 1992, Tese de Doutoramento, policopiada, vol. II, pp. 691-701; ver ainda "Riba de Vizela", *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (GEPB)*, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédica, 1935ss., vol. 25, pp. 489-98.

² *GEPB*, vol. 25, p. 493.

³ Sobre a data da concessão do Foral, ver L. VENTURA, ob. cit., p. 693; M^a Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, Lisboa, FCG/JNICT, 1995, p. 34. Relativamente a este donatário, José Pires Gonçalves confunde-o com um outro Gil Martins, que chegou a Mestre de Avis, e foi depois escolhido por D. Dinis para ser o primeiro mestre da novel Ordem de Cristo, após a extinção da Ordem do Templo; cf. José Pires GONÇALVES, "Monsaraz e seu Termo", *Boletim da Junta Distrital de Évora*, nºs 2-3 (1961-62), pp. 1-158 (61) e pp. 267-357 (62), nº 2, pp. 36 e 50; IDEM, "Um Oratório Muçulmano do tipo Morábito no termo de Terena", *Palavra* nº 193 (1983), pp. 1 e 13-16, p. 13.

⁴ *GEPB*, vol. 31, pp. 342-44.

⁵ Cf. *Supra* n. 1.

Foxem/ Viana d'Alentejo (actualmente Viana do Alentejo), e respectivos termos⁶.

Uma primeira alteração neste panorama surgiu numa Tese de Doutoramento apresentada em 1992, por Leontina Ventura, que tratou a nobreza da corte de Afonso III⁷, e onde aparecem obrigatoriamente os Riba de Vizela. Ao tratar D. Gil Martins, a autora refere três factos e três documentos importantes relativamente a Terena: a doação de Oydaluicuez/Terena e seu termo; a “composição” estabelecida entre Gil Martins, de um lado, e o Bispo de Évora e o Cabido da Sé da mesma cidade do outro⁸; e o Foral que o mesmo senhor, com a sua família, doou a Terena⁹.

Não terá entendido, no entanto, que Oydaluicuez¹⁰, e Santa Maria de Terena são duas designações diferentes para um mesmo lugar, pois não as correlaciona. Entende que a “composição”, onde aparece referido o topónimo de origem árabe, se relaciona com outra povoação do termo. Talvez não tenha apercebido na leitura do Foral de que a mesma palavra - *Oydaluicuez* - volta aparecer, embora apenas na acepção original árabe, ou seja, como hidrónimo, relativo à Ribeira, e já não como topónimo do povoado.

Ao tratar depois D. Martim Gil, filho do anterior e segundo senhor de Terena, a autora já não faz qualquer referência a Terena. Segundo esta leitura, poder-se-á ficar com a ideia de que a doação de Terena aos Riba de Vizela existiu apenas durante a vida

de Gil Martins, não tendo passado para os seus descendentes, contrariamente ao que aconteceu como poderemos aperceber mais adiante.

Hermínia Vasconcelos Vilar, em 1999, apenas refere Gil Martins de Riba de Vizela e sua esposa, no referente à “Composição” e ao Foral que ambos deram a Terena. Não há qualquer referências aos filho e neto¹¹.

Não é nosso intuito historiar a família dos Riba de Vizela, mas apenas fazer um estudo relativo à situação dominial de Terena, entre meados do século XIII e inícios do século XIV, que possa ser uma achega: - ao estudo desta mesma família, em particular, visto ser precisamente um aspecto que não tem sido considerado; - e ao estudo monográfico de Terena, em geral.

II. Os Senhores de Terena

1. D. Gil Martins de Riba de Vizela (1210?-1274)

Senhor de Terena entre 1259-1274

Terá nascido perto de 1210¹², filho de D. Martim Anes de Riba de Vizela, Alferes-mor do reino, e de D. Estefânia Pais¹³.

Foi o último grande senhor da velha nobreza no reinado de Afonso III, pois juntara, pelo casamento, as casas de Riba de Vizela e da Maia, da qual a sua mulher, Maria Eanes, era herdeira¹⁴.

A lealdade era uma marca familiar dos

⁶ Arquivo do Cabido da Sé de Évora (ACSE), *Códice CEC 3-III*, “Composição” sobre Oydaluicuez, fls. XLVI-XLVII; “Composição” sobre Foxem, fls. XLV-XLVI.

⁷ Cf. Supra n. 1.

⁸ Cf. Supra n. 6.

⁹ Foral de Terena, *Portugaliae Monumenta Historica (PMH), Leges et Consuetudines*, II vols., Lisboa, 1856-68, vol. I (1856), pp. 698-700.

¹⁰ Que no trabalho de L. VENTURA, *ob. cit.*, vol. II, p. 693, surge sob a forma *Odalvicines*.

¹¹ Hermínia Vasconcelos VILAR, *As Dimensões de um Poder - A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999, pp. 304-05.

¹² L. VENTURA, *ob. cit.*, vol. II, p. 691, diz que terá nascido entre 1210 e 1220.

¹³ A sua mãe era sobrinha de D. Gualdim Pais, mestre dos Templários, cf. *GEPP*, vol. 25, p. 493. L. VENTURA, *ob. cit.*, vol. II, pp. 690-697 e H. V. VILAR, *ob. cit.*, p. 304 apontam como sua mãe Maria Soares de Sousa, a qual na realidade foi a sua avó paterna e não sua mãe (Cf. J. MATTOSO, *Identificação de um País - Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, II vols., Lisboa, Estampa, 1985, vol. I, p. 167; e *GEPP*, vol. 25, p. 495).

¹⁴ J. MATTOSO, “A família da Maia...”, p. 342; H. V. VILAR, *ob. cit.*, p. 304; “Martins (D. Gil)”, *GEPP*, vol. 16, pp. 455-56, p. 456.

Riba de Vizela, mas a devoção de Gil Martins por Sancho II talvez tenha outros cimentos que não apenas a tradição familiar.

O que vamos expor nos dois próximos parágrafos é uma proposta de interpretação, apenas apoiada em alguns indícios. Cremos, no entanto, que poderá ajudar a perceber a grande proximidade humana, mais que política, ocorrida entre estes dois homens; além de subsidiariamente poder ajudar a precisar a data de nascimento de Gil Martins.

Sancho II, quando criança pequena, foi criado entre os Riba de Vizela¹⁵. Nascido o futuro monarca nos finais de 1209¹⁶, e com o nascimento de Gil Martins ocorrido também perto dessa data, poderia ter sido na mais tenra idade o início da relação entre ambos: poderiam mesmo ter sido irmãos colaços, criados juntos na primeira infância. Os laços então criados, de amizade e mesmo de fraternidade, talvez mais do que apenas lealdade, perduraram até à morte de Sancho.

Dissemos atrás que esta forte relação, por parte de Gil Martins seria mais humana que política, pois o futuro imediato do Riba de Vizela, depois da morte de Sancho II, revela-nos a sua carreira política junto daqueles que tudo tinham feito para afastar o infeliz Sancho do trono. Voltando um pouco

atrás, encontramos Gil Martins na corte de Sancho II, pelo menos desde 1235¹⁷, não se lhe conhecendo, no entanto, qualquer cargo desempenhado, nem se lhe detecta uma clara posição de oponência ao Conde de Bolonha, como aconteceu por exemplo com os Soverosa¹⁸. Ele apenas terá acompanhado o seu "irmão de leite" até ao fim. Gil Martins foi, significativamente, o único grande senhor português que testemunhou no testamento do monarca deposto, em 3 de Janeiro de 1248, em Toledo¹⁹.

Após a morte do "Capelo" ocorrida no dia seguinte, 4 de Janeiro²⁰, regressou aos seus domínios, em Portugal²¹.

Em Agosto de 1248 já se atesta a sua presença na corte de Afonso III²². O "Bolonhês" recompensar-lhe-á, mais tarde, a sua submissão, e elevá-lo-á a Mordomo-mor da Cúria, algum tempo depois da morte do anterior Mordomo-mor, Rui Gomes de Briteiros, ocorrida em 1249²³. Não há, no entanto, certeza sobre a data da sua nomeação²⁴.

O que é certo é ele ter sido, antes de ser Mordomo-mor ou conjuntamente com esse cargo, «tenens» de Penela, desde 1250²⁵, pois já em Março desse ano, e nessa condição, assina como testemunha da doação de Albufeira à Ordem de Avis²⁶, ao ter

¹⁵ Cf. L. VENTURA, "A Crise de Meados do Século XIII", *Nova História de Portugal* (dir. J. Serrão e A. H. Oliveira Marques), 13 vols., Lisboa, Presença, 1993-..., vol. III (1998), pp. 104-23, p. 110; J. MATTOSO, *Identificação...*, vol. I, p. 167; e *GEPB*, vol. 25, p. 497.

¹⁶ Alexandre HERCULANO, *História de Portugal* (ed. crítica J. Mattoso), 4 vols., Lisboa, Bertrand, 1980, vol. 2, pp. 601-02, n. XIV de Fim de Volume; M^ª Emília Cordeiro FERREIRA, "Sancho II, D.", *Dicionário de História de Portugal (DHP)*, 2^a ed., VI vols., Porto, Figueirinhas, 1989, vol. V, pp. 443-45.

¹⁷ L. VENTURA, "A Crise...", p. 110.

¹⁸ Sobre a família de Soverosa, e o seu papel político no período conturbado dos meados do século XIII, ver L. VENTURA, "A Crise de Meados do Século XIII", vol. III (1998), pp. 104-23.

¹⁹ L. VENTURA, "A Crise...", p. 121. *GEPB*, vol. 16, p. 455 e vol. 25, p. 493.

²⁰ M^ª Emília Cordeiro FERREIRA, *ob. cit.*, vol. V, pp. 443-45

²¹ *GEPB*, vol. 25, p. 493.

²² L. VENTURA, "Afonso III e o Desenvolvimento da Autoridade Régia", *Nova História de Portugal*, vol. III, pp. 123-44, p. 126, n. 159.

²³ J. MATTOSO, "Dois Séculos de Vicissitudes Políticas", *História de Portugal* (dir. J. Mattoso), VIII vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. II, pp. 23-163, p. 133.

²⁴ L. VENTURA, "Afonso III...", p. 126, n.º 159, aponta a nomeação para Março de 1253. Na realidade tratar-se-á da data do mais antigo documento por ela encontrado, e em que ele surge já nessa condição. Haverá, no entanto, referências documentais de 1252, que já o apresentam como Mordomo-Mor (*GEPB*, vol. 25, p. 493).

²⁵ L. VENTURA, *A Nobreza...*, vol. II, p. 691.

²⁶ Alexandre HERCULANO (*ob. cit.*, vol. 3, p. 21 n.º 11) refere a doação constante nos Livros de D. Afonso III, Livro 1, fl. 43.

acompanhado Afonso III na conquista do remanescente do Al-Gharb islâmico.

A partir de 1252 ou 53, é, seguramente, o Mordomo-mor da Cúria²⁷. Torna-se também «tenens» de Sintra, em 1253²⁸, enquanto dois anos mais tarde o seu filho e herdeiro, Martim Gil, se torna, por sua vez, «tenens» da Beira e Trasserra²⁹.

No ano de 1258, iniciaram-se as Inquirições ordenadas pelo monarca. É possível que a médio prazo esta tenha sido uma das principais razões que levaram ao conflito de Gil Martins com o rei e ao seu posterior exílio. Talvez para minorar a tensão lhe tenha então sido doadas as herdades de Oydaluicuez (>Terena), no leste do termo de Évora, e a de Foxem (>Viana), a sul do mesmo termo.

A doação de Oydaluicuez/Terena é de Maio de 1259³⁰. Após cerca de dois anos em que apenas terão sido feitas as confrontações entre o novel termo de Oydaluicuez e o de Évora, o interesse de Gil Martins por este seu novo domínio parece ganhar entusiasmo, pois no espaço de cerca de dez meses, estabeleceu a «composição» com o Bispo D. Martinho e o Cabido da Sé (Abril de 1261)³¹, à cerca da construção de igrejas em Terena e seu termo, e dos respectivos direitos de padroado; obteve de Afonso III a confirmação da doação, bem como de todos os direitos temporais e espirituais (13 Dezembro de 1261)³²; e doou o Foral ao novo termo

(Fevereiro de 1262)³³. Este último documento seguiu o modelo de Évora³⁴.

Durante o ano de 1261, o seu filho Martim Gil passa a ser também «tenens» de Sousa³⁵, além das outras tenências que já detinha desde 1255.

O golpe final nas relações entre o Rei e o primeiro Senhor de Terena, Surgiu logo no início do ano de 1264³⁶, quando Afonso III o substituiu a ele, de velha e alta estirpe, no cargo de Mordomo-mor, por João Peres de Aboim, partidário de Afonso III, mas de recente e baixa linhagem. Extremamente agravado com o monarca português, Gil Martins abandonou a corte, deixou todos os cargos que detinha, assim como o seu filho, e a família de Riba de Vizela exilou-se em Castela, junto de Afonso X, o Sábio.

Aí permaneceram até à morte de Gil Martins, o qual, irredutivelmente indisposto com o «Bolonhês», não mais regressaria a Portugal, senão eventualmente depois de morto.

A famosa lealdade de Gil Martins, desde 1264 transferida para Afonso X, manteve-a até ao fim. O reconhecimento do rei de Castela, fez-se patente, integrando Gil Martins e o seu filho entre os seus próximos; esta proximidade constata-se na presença de ambos como testemunhas em vários documentos de corte castelhana³⁷.

Relativamente aos seus domínios em

²⁷ Cf. supra n. 24.

²⁸ L. VENTURA, *A Nobreza...*, vol. II, p. 691.

²⁹ L. VENTURA, *Idem*, p. 697.

³⁰ Cf. supra n. 3.

³¹ Cf. infra Apêndice "A questão da Data da «Composição» entre D. Martinho Peres, Bispo de Évora e D. Gil Martins de Riba de Vizela, Senhor de Oydaluicuez/Terena".

³² L. VENTURA, *A Nobreza...*, vol. II, p. 693, n. 3.

³³ Cf. supra n. 9.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ L. VENTURA, *A Nobreza...*, vol. II, p. 697.

³⁶ Segundo L. VENTURA ("Afonso III...", p. 129), Gil Martins teria deixado de ser Mordomo-mor entre Maio e Setembro de 1264. Encontrámos, no entanto, um documento enviado por Afonso III ao Município de Évora, em 12 de Fevereiro de 1264, e em que João Peres de Aboim já surge como Mordomo-mor. Cf. Gabriel PEREIRA, *Documentos Históricos da Cidade de Évora (DHCE)*, III partes, Évora, 1885-91, I, pp. 15-16.

³⁷ Alexandre HERCULANO, *ob. cit.*, vol. 3, p. 55, n. 59; J. MATTOSO, "As Relações de Portugal com Castela...", p. 90, n. 62.

Portugal, mantiveram todas as suas terras de família, e demais doações, excepto Anhouvre, que lhes fora confiscada entre 1264 e 1273³⁸.

Em finais de 1274 ou em 1275, vem a falecer D. Gil Martins, o primeiro Senhor de Terena³⁹.

2. D. Martim Gil (1235?-1295)

Senhor de Terena entre 1274/75-1295

Terá nascido cerca de 1235, pois em 1255 já era «tenens» da Beira e Trassera. Filho de Gil Martins de Riba de Vizela e de Maria Eanes da Maia, vai tratar de incorporar, viver e preservar as memórias da ilustre linhagem dos Senhores da Maia⁴⁰.

Terá começado a sua carreira à sombra de seu pai, enquanto este foi Mordomo-mor de Afonso III. Em 1261, recebe mais a tenência de Sousa.

Deixou tudo em 1264, quando seguiu seu pai para o exílio em Castela.

Próximo do rei Afonso X, junto a ele se manteve até à morte de seu pai, ocorrida em finais de 74 ou 75.

Herdeiro de Gil Martins, ficou com os bens de família, excepto com o que lhes fora confiscado. Terena e seu termo mantiveram-se na família

Terá regressado ainda no ano de 1275 a Portugal, à corte de Afonso III⁴¹, pois em

Janeiro de 1276 já era «tenens» de Elvas⁴².

A proximidade de Elvas a Terena, terá feito com que o novo senhor de Terena, se tivesse interessado por estes seus domínios, e até talvez pudesse neles estanciar.

O seu interesse por estas terras ter-se-á concretizado também numa acção jurídico-reguladora, através da incorporação de “Costumes” de Évora, às Posturas do Concelho de St^a Maria de Terena. A memória desta acção, ocorrida em 1280⁴³, não se perdeu, e terá sido mesmo o suficientemente significativa, para que o Foral da Leitura Nova continuasse perpetuando o nome do então Senhor de Terena, Martim Gil⁴⁴.

No campo literário foi um grande mecenas, protegendo artistas e promovendo uma corte literária.

A estadia de Martim Gil na corte literária de Afonso X poderá ter tido importância para o despertar ou reforçar dos interesses literários do filho de Gil Martins.

A lealdade dos Riba de Vizela para com o Rei-Sábio, e a proximidade de que gozaram junto do mesmo monarca, poderá estar relacionada, de alguma forma, e em contrapartida, com o aparecimento, que cremos significativo para ser mero acaso, de várias das *Cantigas de St^a Maria*, do próprio Afonso X, dedicadas precisamente a St^a Maria de Terena⁴⁵.

³⁸ A. HERCULANO, *ob. cit.*, vol.3, pp.202-203, n. crítica [29].

³⁹ L. VENTURA, *A Nobreza...*, vol.II, p.696.

⁴⁰ Sobre Martim Gil de Riba de Vizela e a sua acção na preservação da memória da família da Maia, ver o *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa (DLMGP)* (dir. Giula Lanciani e Giuseppe Tavani), Lisboa, Caminho, 1993, as entradas “Livros de Linhagens” e “Cortes Senhoriais”; ver os 1º e 4º títulos de J. MATTOSO, *supra* n.1; ver ainda Luís KRUS, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, FCG/JNICT, 1994.

⁴¹ L. VENTURA, *A Nobreza...*, vol. II, p. 701.

⁴² A 15 de janeiro de 1276 já surge Martim Gil, na condição de «tenens» de Elvas, entre os confirmantes do Foral de Monsaraz. Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, L.º 1, fls. 135-vº (*apud* J. P. GONÇALVES, “Monsaraz e seu Termo”, n2, pp.149-54; nº 3, p. 353-57); L. VENTURA, *idem*, p. 697.

⁴³ G. PEREIRA, *DHCE*, I, pp. 25-30; Manuel Carvalho MONIZ, *Os «costumes» medievais portugueses*, Beja, ed. Autor, 1956, pp. 20-21.

⁴⁴ GEPB, vol. 31, p. 344.

⁴⁵ Afonso X, o Sábio, *Cantigas de Santa Maria* (ed. W. Mettman), IV vols.+Glossário, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1959-72, *Cantigas* n.ºs 197, 198, 199, 213, 223, 224, 228, 275, 283, 319, 333, 334. A ligação que o Rei-Sábio teria tido com Terena e o seu santuário tinge-se de lenda, ao se atribuir ao próprio monarca uma peregrinação a este templo; cf. J. P. GONÇALVES, “Um Oratório Muçulmano...”, p. 13.

Num total de 14 referências à toponímia portuguesa, e de 29 *Cantigas*, só relativas a Terena são 12 (41%), o que é muito significativo⁴⁶.

Aquelas *Cantigas* poderão ter sido, por parte do rei castelhano, uma forma de agraciar e prestigiar os senhores de Terena.

Não se sabe exactamente se a protecção dispensada pela corte senhorial de Riba de Vizela às letras e aos artistas já viria do tempo de Gil Martins, mas foi com Martim Gil que ela se assumiu claramente.

Sabe-se que entre os poetas e trovadores por eles acolhidos e protegidos se contam alguns dos conhecidos trovadores do seu tempo, entre os quais Rodrigo Eanes d'Alvares, Afonso Mendes de Besteiros e Rodrigo Eanes Redondo⁴⁷.

Mas as acções de Martim Gil ao mundo literário foram ainda mais além.

Enquanto herdeiro e representante da família da Maia, promoveu ainda a compilação e redacção do primeiro e mais antigo livro de linhagens conhecido em Portugal, o *Livro Velho de Linhagens*, obra onde são exaltadas as origens dessa mesma família. Tê-lo-á encarregado a um clérigo letrado da sua corte, talvez Estêvão Anes da Gaia⁴⁸; ou a um monge do Mosteiro de St^o Tirso, mosteiro do padroado e protecção da

família da Maia⁴⁹, e que também lhes servia de panteão⁵⁰.

Em 1280, já com D. Dinis reinando, Afonso III morrera no ano transacto⁵¹, Martim Gil vai novamente para Castela, abandonando a tenência de Elvas.

Esta nova saída do reino terá estado relacionada com o regresso da rainha-viúva D. Beatriz, para junto de seu pai Afonso X, e não com alguma questão com o novo rei. O senhor de Terena, senhor bemquisto junto do Rei-Sábio, tê-la-á acompanhado⁵².

Permaneceu na corte castelhana até ao cumprimento do testamento de Afonso X, falecido em 1284⁵³. O monarca, como prova da sua confiança e reconhecimento para com Martim Gil, que o apoiara mesmo nos momentos mais difíceis do seu reinado, nomeou-o um dos seus testamenteiros⁵⁴.

Regressa a Portugal, à corte de D. Dinis que faz dele, em 1285, seu Alferes-mor⁵⁵. Em 1288, escamba com o rei, o herdamento de Anhoure ou Anhouvre, antes confiscado por D. Afonso III, por dois casais⁵⁶. Manteve-se no cargo de Alferes-mor até Junho de 1295, quando terá solicitado a exoneração, muito possivelmente por questões de saúde. Aceite o seu pedido por D. Dinis⁵⁷, foi nesse cargo substituído pelo seu filho e homónimo, Martim Gil⁵⁸, nascido do seu casamento com

⁴⁶ As outras povoações portuguesas são: Lisboa, Faro, Monsarás, Odemira, Évora, Estremoz, Alenquer, Elvas, Santarém, Guimarães, Nazaré, Algarve e Riba de Lima. E apenas Lisboa, Monsarás, Évora e Santarém têm 2 *Cantigas*, todas as outras só têm uma. Cf. IDEM, *idem*, passim.

⁴⁷ Sobre estes trovadores, protegidos pelos Riba de Vizela, ver *DLMGP*, entradas "Rodrigo Eanes d'Alvares", "Afonso Mendes de Besteiros" e "Rodrigo Eanes Redondo". Do segundo deles conhecem-se algumas *cantigas de escarnho e maldizer* em que o tema é a crítica aos traidores a Sancho II, e aos neo-nobilitados por Afonso III: Cf. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional (ex-Colocci-Brancuti)*, poemas n.ºs 431, 1470 e 1559.

⁴⁸ J. MATTISO, "A literatura genealógica...", pp. 321-22.

⁴⁹ IDEM, *idem*, pp. 311-12; IDEM, "A família da Maia...", pp. 331-42.

⁵⁰ IDEM, "A família da Maia...", p. 341.

⁵¹ A 16 de Fevereiro de 1279. Cf. Ruy d'Abreu Torres, "Afonso III", *DHP*, I, pp. 40-41.

⁵² L. VENTURA, *A Nobreza...*, p. 701.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ J. MATTOSO, "As relações de Portugal com Castela...", p. 90; IDEM, "Cavaleiros Andantes...", p. 365, n. 38.

⁵⁵ L. VENTURA, *A Nobreza...*, p. 701.

⁵⁶ A. HERCULANO, ob. cit., vol. 3, p. 55, n. 59.

⁵⁷ L. VENTURA, *A Nobreza...*, p. 701.

⁵⁸ *Ibidem*.

D. Emília de Castro, filha de André Fernandes de Castro e de Mécia Rodrigues Giroa⁵⁹.

Martim Gil, o segundo Senhor de Terena, e chefe da linhagem de Maia/Riba de Vizela, terá falecido ainda durante esse ano de 1295⁶⁰.

Terá sido sepultado no panteão de Stº Tirso.

3. D. Martim Gil, 2º Conde de Barcelos (1260?-1312)

Senhor de Terena entre 1295-1312

Nascido cerca de 1260, era filho de Martim Gil de Riba de Vizela e de Emília de Castro.

Sobre a sua vida temos muito menos dados do que sobre seu pai e avô.

Casou com D. Violante Sanches, filha de João Afonso Teles de Meneses, senhor de Albuquerque, e 1º conde de Barcelos⁶¹.

Após a morte do seu sogro, requereu a concessão do título para a sua esposa, e indirectamente para si mesmo. O que veio a acontecer, tendo-lhes D. Dinis concedido o título e o senhorio de Barcelos, a 15 de Outubro de 1304⁶².

Tendo sucedido a seu pai no lugar de Alferes-mor, em 1295, nessa condição e a mando do rei português chefiou, em 1309, uma força de 700 cavaleiros portugueses, que foram auxiliar Fernando IV de Leão e Castela, no cerco posto a Algeciras e na conquista de Gibraltar⁶³.

Sendo Martim Gil concunhado de Afonso

Sanches, o bastardo real preferido do Rei-Poeta, acabou por haver um litígio entre ambos relativamente à herança de João Afonso de Albuquerque. Em Janeiro de 1312, o tribunal régio pronunciou a seguinte sentença: Martim Gil mantinha o título de Conde de Barcelos e o respectivo senhorio; a Afonso Sanches era concedido o senhorio e o Castelo de Albuquerque. Ofendido com a sentença, Martim Gil exilou-se em Castela. Ressentiu-se de tal forma do sucedido que acabou falecendo ainda nesse mesmo ano, em Novembro ou Dezembro⁶⁴.

Último dos senhores da Maia/Riba de Vizela, foi a sepultar no panteão da família, no Mosteiro de Stº Tirso⁶⁵, mosteiro que ele mesmo agraciara com grandes somas para a construção da igreja abacial⁶⁶.

Não deixando descendentes, com ele se extinguiram, por linha legítima e masculina, estas duas antigas, e em seu tempo, poderosas linhagens.

Também com ele, o terceiro senhor de Terena, se extingue este senhorio, regressando a vila e o seu termo à coroa.

As doações e os títulos do último senhor de Terena, e de Foxem, acabaram sendo divididos por D. Dinis, em 1313 ou 1314, entre dois dos seus filhos: o infante herdeiro D. Afonso, futuro Afonso IV, recebeu Terena, Foxem e os respectivos termos⁶⁷; o infante D. Pedro, bastardo régio, e futura grande figura das letras, recebeu o senhorio de Barcelos e o título de conde, bem como o cargo de Alferes-mor⁶⁸.

⁵⁹ *GEPB*, vol. 25, p. 492.

⁶⁰ L. VENTURA, *A Nobreza...*, p. 701.

⁶¹ *GEPB*, vol. 4, p. 219.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ J. MATTOSO, "Dois Séculos de Vicissitudes Políticas", p. 152.

⁶⁴ *IDEM*, *idem*, p. 162.

⁶⁵ *GEPB*, vol. 4, p. 219.

⁶⁶ J. MATTOSO, "A família da Maia...", p. 341.

⁶⁷ H. VILAR, *ob. cit.*, p. 305, nº 221, fala em 1313 (<ANTT, *Gavetas*, gav. 14, mc. 4, nº 25); embora na *GEPB*, vol. 31, p. 344 seja referida para essa doação a data de 16 de Outubro de 1314. Talvez na *GEPB* possa ter havido alguma contaminação a partir da data da doação feita ao infante D. Pedro, cf. n. seguinte.

⁶⁸ *Crónica Geral de Espanha de 1314*, ed. Luís Filipe Lindley Cintra, IV vols., Lisboa, INCM, 1983 (1ªed. 1951), vol. I, pp. CXLIV-CXLV (<*Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3º, fol. 86 v., em que vem a data de 1314).

III. Conclusão

Quanto à relação estabelecida entre estes senhores e seu senhorio de Oydaluicuez / Terena, poderemos dizer que Gil Martins aparece ligado, pelo menos documentalmente, e de forma inequívoca, como fundador, a este seu senhorio: a “composição”, a confirmação régia e o Foral concedido atestam essa ligação e esse interesse, que se terá revestido de um cariz essencialmente normativo.

A relação que seu filho Martim Gil teve com este senhorio, terá sido, das dos três senhores desta família, a relação fisicamente mais próxima.

A tenência de Elvas, não muito longe de Terena, entre 1276 e 1280, para isso terá contribuído. Este senhor, se também teve um interesse e uma relação com este seu domínio a que não faltam ações do tipo regulamentador, como a incorporação dos «costumes» de Évora nas Posturas Municipais de Stª Maria de Terena, pode-se-lhe também atribuir uma relação de tipo cultural com estas terras entre o Odialuicuez e a Odiana.

A presença de trovadores e de actividade literária na corte senhorial de Martim Gil, que durante o período atrás referido poderá ter estado sediada em Elvas, não a separamos do surgimento das *Cantigas* de Afonso X, dedicadas a Stª Maria de Terena. Coincidentemente, os episódios que as *Cantigas* relatam situam-se geograficamente entre Elvas e Terena⁶⁹, as duas povoações que nesta zona do Antre Tejo e Odiana, e naquele momento, mais concitariam o interesse de Martim Gil.

Por outro lado, quem, com maior proximidade ao Rei-Sábio, para lhe poder relatar todos estes episódios que encontramos retratados nos poemas, senão o próprio Martim

Gil, pessoa da estima e confiança de Afonso X, como pudemos constatar? Estas *Cantigas*, importantes fontes literárias, também poderão ser lidas como fontes históricas.

Por último, Martim Gil, o conde de Barcelos, terceiro e último senhor de Terena, parece, e terá sido, o mais distante dos três, com relação a estas terras. Não se conhece qualquer acção relacionada com elas.

APÊNDICE

A Questão da Data da “Composição” entre D. Martinho Peres, Bispo de Évora e D. Gil Martins de Riba de Vizela, Senhor de Oydaluicuez/Terena

Leitura paleográfica das datas constantes na fonte ou a ela relativas

Em recente trabalho sobre Terena situámos a “Composição”: «[...] em data que não está muito clara, talvez 1259 [...]», colocando-a bastante antes, cerca de dois anos e meio antes, da doação do Floral. Isto partindo do princípio de que esse tempo seria suficiente para a construção do primitivo templo de Stª Maria de Terena¹.

Durante o estudo efectuado constatámos diferentes propostas cronológicas, provenientes de vários autores, mas não nos detivemos especialmente sobre a questão, pois para um estudo da natureza do que então realizávamos, não era de grande importância precisar este dado.

Mas ao termos continuado a trabalhar sobre Terena, e agora sobre a relação desta com os Riba de Vizela, o tentar precisar a data da “Composição” assumiu maior acuidade e pertinência.

Encontrámos que desde Gabriel Pereira (1884), a data desta “Composição” tem sido

⁶⁹ Cf. supra n. 45.

lida e sujeita a várias propostas de interpretação. Este autor leu "ERA de 1269", convertida em "1231"².

Ruy de Azevedo (1937), apresenta "1251" para a designação "Vila de Oydalvici-vez". Cremos, no entanto, tratar-se de gralha tipográfica, pois para Foxem, apresenta "1261". São ambas datas já convertidas³.

Túlio Espanca (1978), apresentou a leitura de, respectivamente, "1259" e "1231"⁴. Talvez a primeira data seja uma gralha de 1269, pois 1259 não é convertível em 1231. Não temos, no entanto, conhecimento de que Espanca tenha alguma vez corrigido a data de 1259.

José Pedro Machado (1984), no *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, na entrada "Lucifece", linguisticamente muito interessante, é cronologicamente um emaranhado, elaborado a partir de referências indirectas e não confrontadas com as fontes, acabando por colocar a "composição" em "1231", e a doação do Floral por Gil Martins em "1227"(!)...⁵

Mais recentemente, em 1992, Leontina Ventura apresentou para a mesma "Composição" a data já convertida de "1261"⁶.

Hermínia Vilar, em 1999, atribuiu-lhe também essa mesma data "1261", corroborada a partir da confrontação com a "Composição" sobre Foxem/Viana (de teor idêntico à da "Composição" sobre Odialuiciez/Terena), e que, cronologicamente mais completa, apresenta não apenas o ano mas também o dia e o mês em que o acto teve lugar, "30 de Abril de 1261"⁷.

A releitura da bibliografia encontrada decidiu-nos a uma obrigatória revisitação do documento em causa.

O traslado desta "Composição" (fls. XLVI-XLVII) integra o Códice CEC-3-III (ACSE).

As datas encontradas, e tanto quanto é

possível reproduzir o ms., apresentam-se como segue:

ERA M. CC. LX/nona

(no corpo do documento)

E.M.CC.LX/IX

(no Índice do Códice CEC-3-III)

Depois de uma leitura atenta do documento, e em que nos debruçámos especialmente na análise paleográfica das datas supra indicadas, podemos avançar o seguinte: trata-se da **ERA de 1299, ano de 1261**.

O factor, não muito evidente, e que, ao não ser apercebido, originou as leituras de G. Pereira e de T. Espanca, trata-se de que o **X** do **LX** não é simples, é aspado (supra grafado **X/**), e como tal não tem o valor de 10 mas sim de 40⁸.

R. de Azevedo, e depois L. Ventura e H. Vilar talvez tenham constatado este facto, sem que, no entanto, no-lo façam saber, pois não o assinalam nos seus trabalhos, nem através de uma nota de natureza paleográfica, que permitisse corrigir as leituras de G. Pereira, e a posterior de T. Espanca.

A data de "1231", apresentada por estes dois autores, é inaceitável, pelo menos por um par de razões: 1^a) a doação de Oydaluiciez/Terena e seu termo a Gil Martins, é de 1259⁹, e não há qualquer outro documento, de data anterior, que cite conjuntamente a doação e o donatário; 2^a) D. Martinho Peres, foi Bispo de Évora entre 1237 e 1266¹⁰. Se a "Composição", fosse de 1231, não teria sido ele a fazê-la mas um bispo seu antecessor, por um lado; por outro, acresce o facto de que ele vem claramente identificado no documento.

A data de "1227" irá fazer companhia à de "1231".

Assim, sabendo nós que esta "Composi-

ção” é “em todo similhável a de Foxem”¹¹, (que a antecede imediatamente no Códice, fls.XLV-XLVI) poderemos atribuir-lhe, cremos

que sem grande margem de erro, a mesma data de 30 de Abril¹², já que agora sabemos seguramente que se trata do ano de 1261.

Notas ao Apêndice

- 1) António REI, “Terena, 1230-1482 - Questões topográficas e toponímicas”, Vila Viçosa, *Callipole*, nºs 7/8, pp.13-22.
- 2) Gabriel PEREIRA, “O Santuário do Endovélico”, *Estudos Diversos* (org. João Rosa), Coimbra, Impr.da Univ., 1934, pp. 368-75, p. 375 (1ª publ. *Rev.Arqueológica e Histórica*, 1889).
- 3) Ruy de AZEVEDO, “Período da formação territorial”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, III vols., Lisboa, Ática, 1937, vol. I, pp. 7-64, p. 57.
- 4) Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Évora*, Lisboa, ANBA, 1978, Vol. IX, T.I, p. 44.
- 5) José Pedro MACHADO, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, III vols., Lisboa, Confluência, 1984, vol. II, p. 901; J. P. Machado usa como fontes, G. Pereira e J. Leite de Vasconcelos.
- 6) Leontina VENTURA, *A Nobreza...*, vol.II, p.693.
- 7) Hermínia V. VILAR, *ob.cit.*, p.304.
- 8) Cf. Eduardo Borges NUNES, *Dicionário de Abreviaturas Paleográficas*, 3ª ed., Lisboa, Fac.Letras, 1981, p.118 (1ª ed.1961).
- 9) Cf. supra n. 3, do texto.
- 10) H. VILAR, *ob. cit.*, pp. 47-55 e 102. Sobre as data do início do episcopado deste prelado encontrámos mais três datas: 1247 - *DHCE*, I, p. 5; 1248 - Mª Ângela Beirante, *ob. cit.*, p. 603; 1249 - Júlio César Baptista, “Limites da Diocese de Évora”, *A Cidade de Évora XXIX* (1972), pp. 239-275, p. 244.
- 11) Cf. Índice do Códice CEC 3-III (ACSE).
- 12) H. VILAR, *ob. cit.*, p. 305, afirma que ambos os documentos são da mesma data.

A Paisagem Medieval em Vila Viçosa e no seu termo

Rute Maria Lopes Pardal*

Introdução

“A muito populosa e sempre leal Vila Viçosa paço de morada da casa de Bragança o seu apelido mostra a amenidade de seu sítio em a fertilidade de pomares, hortas, vinhas e olivais que são dos mais deleitosos que ai em toda a numerosa provincia do alentejo”¹. Desta forma se referia Oliveira Cadornega à Vila Viçosa de meados do século XVII. Vila Viçosa, ou vale viçoso, a sua toponímia poderá, à partida antever o carácter da sua paisagem ao longo da História. De facto, quer as fontes para o período medieval, quer para o moderno apontam no sentido da abundância da água e do verdejante do entorno.

As fontes medievais, neste caso o foral de Vila Viçosa outorgado por D. Afonso III em 1270 são fulcrais, mas também as fontes para a época moderna são importantes na determinação da paisagem deste concelho. Documentos como o foral de D. Manuel de 1512, ou algumas posturas camarárias, sensivelmente coevas do referido foral são, por isso, importantes.

De outro modo, pode parecer metodologicamente incorrecto compararem-se fontes

tão díspares cronologicamente. Enveredou-se por esta solução por duas razões. A primeira devido à escassez documental. A segunda prende-se com o facto da paisagem mudar lentamente, pelo menos durante os períodos supracitados, tal como Maria Helena da Cruz Coelho² refere, assim como José Mattoso³. Desta forma, fontes como as posturas da Câmara Municipal podem ser valiosas para a “descoberta” da paisagem medieval e moderna de Vila Viçosa.

A escolha dos “dois” forais de Vila Viçosa para o discernimento da paisagem calipolense prende-se com o facto de o foral de D. Afonso III ser muito mais parco em informações desse cariz que o foral Manuelino de 1512.

Não se poderia terminar uma introdução sem uma pequena crítica às fontes principais, em especial em relação ao foral de 1270. Não podemos deixar de referir que, sendo fundamentalmente um instrumento charmariz de “colonos” para as novas terras, torna-se um tanto problemática a sua utilização. O rei, ao estabelecer isenções consideráveis, como se constatará, tinha como objectivo atrair habitantes à vila e ao

* Licenciada em História (U.E.)

¹ CADORNEGA, António de Oliveira de, *Descrição de Vila Viçosa*, Lisboa, Biblioteca de Autores Portugueses, 1983, pg. 23.

² COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego em Finais da Idade Média*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, pg. 200. “(...) Não é lícito afirmarmos que a crise modificou substancialmente a paisagem rural que se desenhava no século XIII. As mesmas culturas aí se continuaram a praticar ao longo das centúrias seguintes (...)”

³ MATTOSO, José, *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, 1993, pg. 314.

seu termo, outorgando-lhes direitos de outras localidades que os vizinhos de Vila Viçosa sabiam abonatórios. São os casos dos forais de Monsaraz, Estremoz e Santarém. A problemática situa-se a nível do estudo da paisagem por intermédio de forais cujas localidades geográfica e paisagisticamente são dispares de Vila Viçosa. Monsaraz e Estremoz não constituem problema, porquanto se situam dentro daquilo que poderíamos definir - a paisagem alentejana. Santarém é mais difícil dado que está mais afastada geográfica e paisagisticamente. Daí a necessidade do recurso a outro tipo de fontes que nos corroborassem, ou não, as informações dos forais.

O Foral, o Rei, o Concelho e os Senhores

Uma trilogia interessante e que se imbrica incomensuravelmente.

O foral medeia, na opinião de alguns autores, as relações entre rei e senhores, na tentativa clara, por parte do monarca de cercear o poder senhorial mediante a “institucionalização” de prerrogativas concelhias, tal como o define António Borges Coelho “(...) O alcance fundamental deste novo órgão de poder político e militar é que só ele consegue quebrar decisivamente o monopólio da terra, garantia, preocupação e base do poder económico e social da classe senhorial (...) coube aos concelhos o papel histórico de ímpor a longo prazo a força à força e de quebrar de facto e duradouramente (...) o monopólio da terra mantido pelo regime senhorial ou feudal”⁴. Pode de facto ser assim, o poder real sempre tendeu para a centralização, embora neste período não auferisse ainda nem os meios, nem a execução da mesma. Porém, podemos

estabelecer alguns cortes temporais, o tempo dos primeiros forais foi o lugar de assegurar as terras conquistadas aos mouros, assegurando o assentamento da população nas mesmas, mais que a tentativa de os monarcas se imporem a nível local.

Facto que nos pode falsear um pouco os dados paisagísticos, no que se refere essencialmente ao foral de 1270. No afã de fixar a população à terra, D. Afonso III não hesita em obsequiar a população de Vila Viçosa com os privilégios de Estremoz e Santarém. Privilégios e/ou obrigações que no terreno paisagístico poderiam não ter correspondência em Vila Viçosa, como anteriormente se mencionou. Não estando, por isso, completamente de acordo com Maria José Chorão Bigotte quando afirma “Há várias famílias de forais, cada uma delas correspondente a uma terra com características económicas e situação geográfica semelhantes e que possa por essa razão servir de modelo, pronto a ser dado a outra terra”⁵. O presente exemplo só se pode estender aos forais de Estremoz e Monsaraz.

Com a estabilização das fronteiras portuguesas a sul, ainda no reinado de D. Afonso III, o fantasma mouro afastado, parece dar-se então uma pequena viragem nas relações entre monarca, concelhos e poder senhorial. A partir desse momento, o rei consegue habilmente montar um esquema de centralização do poder que afectará tanto os senhores como os concelhos, tal como sugere José Mattoso “(...) No plano administrativo a promulgação de forais e a melhor organização das cobranças de direitos pelos mordomos nos reguengos e terras da coroa (...) Em 1762 promulga-se uma lei para reprimir os abusos de fidalgos contra bens de mosteiros e igrejas”⁶. Deste modo podem

⁴ COELHO, António Borges, *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, 1986, pg. 174.

⁵ CHORÃO, Maria José Bigotte, *Os Forais de D. Manuel - 1496 - 1520*, Lisboa, A.N.T.T., 1990, pg. 7.

⁶ MATTOSO, José, *Op. Cit.*, pp. 142-143.

considerar-se os forais como um valioso instrumento de centralização do poder real.

Por um lado, os forais têm expressas condições de organizar o direito processual, administrativo e fiscal no seio dos concelhos. Por outro lado, o rei, ao outorgar de algum modo uma certa autonomia aos concelhos utiliza-os na batalha pelo poder.

Todavia o aspecto económico é extremamente importante nos forais, em última análise os “órgãos municipais” entre eles a assembleia municipal, interviriam na esfera local da economia. Elementos como a organização do mercado, o aproveitamento e utilização de pastagens nas terras baldias. Deste modo, o poder conseguia deliberadamente, ou não, uma maior estabilidade económica, algo diferente de uma economia de reconquista.

A Paisagem Medieval em Vila Viçosa e no seu termo

No que se refere ao que genericamente designámos por vegetais, incluímos nesta categoria, os cereais, os legumes, as pastagens, as culturas arvenses e os seus produtos.

As referências aos cereais nos foros de 1270 e 1512 não são muito abundantes. Talvez, tal como é da opinião de Maria Helena da Cruz Coelho⁷, a presença de cereais em Portugal estivesse tão banalizada, que levaria à sua omissão nas fontes. Porém esta omissão, poderá revelar ainda outro aspecto - a carestia, no foral de Vila Viçosa encontramos os cereais mencionados duas únicas ocasiões, “(...) *per quod eciam frum quito vobis jugadas quas mihi dant in Sanctarena (...)*” ou, por outro lado “(...) *Moratores de*

villa viçosa Qui panem suum uel uinum (...) in Elbora uel in Monte maiori habuerit uel in alliis locis, et ad villam viçosam illud ad opus sui duxerint non dent portagium inde”⁸.

No primeiro caso refere-se à isenção dos moradores de Vila Viçosa pagarem as jugadas que os vizinhos de Santarém pagavam. Sendo as jugadas um imposto consoante o número de juntas de bois com que lavravam os agricultores e tendo em conta a isenção da pagamento, pode-se dizer que o cereal, fosse de espécie que fosse, não era abundante. Facto confirmado pelo segundo caso, uma vez que o rei isenta os moradores do concelho que tivessem cereais fora do mesmo os poderiam trazer sem pagar portagem.

A escassez de cereal em Vila Viçosa e no seu termo pode ser mesmo uma razão histórica. De facto, outras fontes são indicatórias dessa carestia. No foro de 1512 - “(...) *A qual portagem se não pagaraa (...) de pam que trouxeram ou levarem ao moynho, de todo o pão cozido*”⁹. *Isenção que se pode conotar com a escassez*”. Numa descrição de Vila Viçosa de meados do século XVII, Oliveira Cadornega alerta para a necessidade da casa de Bragança “mandar vir de Castela bom grão de boa casta”¹⁰. O que não obsta necessariamente que não existissem em Vila Viçosa os chamados campos de pão como o demonstram as posturas da Câmara Municipal “*Pustura do gado e bestas que forem achados no pão, alcaçeres (...)*”¹¹.

Em relação às pastagens, tudo nos leva a crer que eram abundantes, não só pela frequência em que são mencionadas nas fontes, mas também pelo vasto leque de espécies de gado que são enumeradas nos

⁷ *Portugaliae Monumenta Historica - Leges et Consuetudines*, Vol I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, pg. 717.

⁸ *IDEM*, *Op. Cit.*, pg. 718.

⁹ PESTANA, Manuel Inácio (coord.) *Forais de Vila Viçosa*, Câmara Municipal, 1983, pg. 100.

¹⁰ CADORNEGA, António de Oliveira de, *Op. Cit.*, pg. 21.

¹¹ *A. C.M.V.V. Taboada das posturas do Concelho de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, 1591, fl. 55.

dois forais. Se existe gado em numerosa quantidade, terá que haver pastagens para os mesmos. Espécies como o porco, o gado bovino, caprino, ovino e cavalari¹². Outro indicador da faustuosidade dos pastos do concelho e do seu termo é a referência ao montado e aos maninhos. Sendo o montado pastagens ou terras incultas de pousio¹³ eram utilizados para pasto de gado.

Em 1270, D. Afonso III desobrigava os vizinhos de Vila Viçosa a não lhes darem montado, sendo que o montado constituía o pagamento de uma vaca por manada ou quatro carneiros por rebanho. Em relação aos rebanhos de fora, D. Manuel, em 1512 deixa ao critério do concelho a permissão ou interdição dos mesmos em pastarem em Vila Viçosa, segundo o que os concelhos de origem fizessem com os gados da Vila, quando, por ventura lá fossem pastar.¹⁴

De outro modo, também em 1512, D. Manuel ordena a divisão dos maninhos: Os maninhos eram terras incultas que até ao século XVII vão sendo distribuídas pelos moradores do concelho, onde a divisão é feita por um sesmeiro nomeado pelo senhorio e outro pelo concelho. Segundo Manuel Inácio Pestana¹⁵ esteve nesta situação a zona do carrascal, assim como a zona da coutada a oriente de Vila Viçosa.

Apesar de tudo (não eram apenas os baldios ou terras de pousio que serviam de pasto ao gado. A partir do momento em que aqueles maninhos começaram a ser distribuídos e cultivados o pastoreio mantém-se fosse qual fosse a cultura. É claro que se

trata sobretudo de vinha e olival. Nesse sentido vão algumas posturas camarárias enquadradas no “espírito” do foral de 1512 “*Que qualquer gado vacum, ovelum, cabrum ou porcos que for achado no termo desta uila que não for vezinho pague de coima por cada cabeça (...)*”¹⁶. Se a proibição incidia sobre gados que não fossem vizinhos, não obstava a que os gados do concelho pudessem pastar nos olivais e vinhas.

Olivais, vinhas e pomares, que conjuntamente com as chamadas hortas constituíam a “mais valia” agrícola do concelho. Em ambos os forais encontram-se referências, não propriamente em relação às culturas arvenses, senão aos seus frutos e aos impostos a pagar por eles. Em 1270 D. Afonso III pouca importância lhes dá, apenas quando menciona “*(...) Moratores de Villa Viçosa Qui panem suum uel uel ficus, uel oleum in Elbora (...) non dent portagium inde*”¹⁷. O que poderá indiciar que também a nível de frutos secos e verdes, o concelho de Vila Viçosa estava mal provido. No entanto, outras indicações temos no mesmo documento que atestam a sua abundância, nomeadamente através da existência de moinhos, pisões e azenhas não apenas de cereais, mas também de vinho e azeite¹⁸.

Contudo é no foral manuelino que se fazem maiores referências às árvores e aos frutos “*De castanhas verdes e sequas e nozes e ameixias passadas e figuos e uvas passadas amendoas e pinhoens, bollotas (...)* E de carga maior de laranjas e cydras, cerejjas (...)”¹⁹.

¹² *Portugaliae Monumenta Historica*, Op. Cit., pg. 118. O foral de 1270 estipula os foros que os moradores tinham que pagar relativamente aos animais “De equa uendita uel comparata dent duos solidos et de boue (...) et de vaca et de asino (...) del porco uel de carneiro (...) de caprone et de capra (...)”.

¹³ PESTANA, Manuel Inácio, *Op. Cit.*, pg. 151. A definição é do autor.

¹⁴ *IDEM*, *Op. Cit.*, pg. 92.

¹⁵ *IDEM*, *Op. Cit.*, pg. 151.

¹⁶ A .C.M.V.V., *Op. Cit.* fl. 63.

¹⁷ *Portugaliae Monumenta Historica*, *Op. Cit.* pg. 718.

¹⁸ *IDEM*, *Op. Cit.* pg. 718.

¹⁹ PESTANA, Manuel Inácio, *Op. Cit.*, pg. 118-120.

Há sobretudo a hipóteses do olival andar associado à vinha, uma vez que e citando Maria Helena da Cruz Coelho *“também o olival nos surge muitas vezes associado à vinha, constituindo terrenos fechados (...)”*²⁰. Por outro lado, os trabalhos sazonais nas duas plantações poder-lhes-ia ter ditado a proximidade.

A existência abundante de pomares, olivais e vinhas também pode ser considerada como uma razão histórica. Nas posturas municipais podem encontrar-se inúmeras referências a frutas, lagares de azeite, foros de vinhas.²¹

No que diz respeito às leguminosas ou hortaliças, também têm lugar nos foros de Vila Viçosa como actividade agrícola fundamental. Estes produtos cultivam-se nas chamadas almoinhas ou hortas. A sua função seria, obviamente a de abastecer o centro populacional mais significativo, a Vila.

Ainda em relação às espécies vegetais encontramos referências aos ferragiais em praticamente todas as fontes consultadas (uma vez que eram indispensáveis à criação de gado). Exemplo disso são as posturas da Câmara Municipal de Vila Viçosa proibindo qualquer tipo de gado de pastar nos ferragiais.²²

Fundamental à produção da maioria das espécies vegetais até agora enunciadas era, e é, a água. Exceptuando os cereais, a existência de pomares e hortas eram condicionadas pela proximidade da água. A julgar pela abundância destes cultivos em Vila Viçosa e seu alfoz, também a água teria que estar em abundância. Por outro lado, durante a Idade

Média e grande parte da Moderna, os pomares e vinhas eram alagados ou requeriam muita humidade. De referir que Vila Viçosa se situa num vale para onde confluem as águas pluviais e as nascentes da Serra d’Ossa. Nos forais de Vila Viçosa a água tem a sua importância, revelada tanto na existência de espécies piscícolas, como na prolixa menção de azenhas, moinhos e pisões, o que vem corroborar, por outro lado a produção de cereais (em menor escala) de azeite e de vinho.^{23, 24}

Todavia, a funcionalidade das ribeiras ou levadas não era apenas de irrigar as culturas, nelas também se pescaria, ainda que não excessivamente e nalguns pegos que a profundidade das ribeiras permitiria, uma vez que se recorria quer ao peixe do rio Guadiana, que ao peixe seco, de água salgada. *“Qualquer pessoa que lançar nos pegos barbasco, palha de milho trovisco ou outra qualquer cousa com que se embarbasquem os peixes que andem nos pegos e ribeiras (...)”*²⁵

Temos então dois tipos de peixe, o de água salgada e o de rio ou ribeira. O de água salgada, era naturalmente trazido até Vila Viçosa, como é explícito no foral de D. Manuel *“E do pescado fresquo ou sequo se pagaraa soamente dez reaes”*²⁶. *Do rio Guadiana viria como já foi esclarecido algum peixe, porquanto a sua venda é regulamentada pelas instâncias municipais do poder “Quem trazer peixe do rio a vender ho traga a praça quer seja do godiana quer seja de qualquer outra ribeira”*²⁷.

No que respeita à caça também ela é

²⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz, *Op. Cit.*, pg. 180.

²¹ A.C.M.V.V., *Op. Cit.*, fl. 17 e seguintes.

²² A.C.M.V.V., *Op. Cit.*, fl. 47.

²³ Portugaliae Monumenta Historica, *Op. Cit.*, pg. 718. Quando o foral refere a obrigatoriedade de dar foro dos moinhos, azenhas e pisões.

²⁴ Cf. A.C.M.V.V., *Op. Cit.*, fl. 67.

²⁵ A.C.M.V.V., *Op. Cit.*, fl. 63.

²⁶ PESTANA, Manuel Inácio, *Op. Cit.*, pg. 92.

²⁷ A.C.M.V.V., *Op. Cit.*, fl. 18-19.

largamente enumerada nos foros da vila. A espécie cinegética mais frequente era sem dúvida, o coelho "*E de coelhos, lebres perdizes (...) não pagará portagem assy pollo comprador como vendedor*"²⁸. Mas, como é óbvio também existiriam outras espécies, como o veado, cervos e uma espécie, hoje extinta, os zebros, que seriam um tipo de gamo.

Depois de especificar os elementos paisagísticos de Vila Viçosa e termo é necessário discernir cabalmente a distribuição espacial desses elementos.

Segundo o padre Joaquim Espanca²⁹, a divisão das terras no alfoz de Vila Viçosa fez-se no seguimento da outorga do foral à Vila em 1270, tendo em consideração a fertilidade das terras. Refere ainda que a oriente, ou seja no sentido de S. Romão e de Ciladas a divisão das terras foi mais generosa em termos de extensão, o que nos leva a crer que fossem aí cultivados os poucos campos de pão e muito perto destes os ferragiais de Vila Viçosa.

Também para oriente, mas menos arredados da cerca do castelo é provável que se situassem as ditas hortas ou almoinhas, de resto presentes com evidência em todo o anel circundante à referida cerca, com a função de abastecer quotidianamente os habitantes da Vila.

Para ocidente, em direcção à Serra d'Ossa, onde as terras seriam talvez de menor qualidade para o cultivo das leguminosas situar-se-iam algumas terras baldias entre as quais o anteriormente citado campo do carrascal, dedicado ao pastoreio. Os olivais e os pomares, devido à exigência de tratamento apenas sazonal, localizar-se-iam impreterivelmente ao longo dos limites do concelho.

Conclusão

Depois deste percurso pela paisagem da Calípole alentejana terminaríamos, talvez como iniciámos "A muito populosa e sempre leal Vila Viçosa (...) o seu apelido mostra a amenidade de seu sítio em a fertilidade de pomares, hortas, vinhas e olivais"³⁰. Com efeito esta é uma constatação permanente ao longo das fontes consultadas. A riqueza da concelho de Vila Viçosa em árvores de fruto é já uma realidade na Idade Média, sê-lo-á ao longo das centúrias seguintes, é ainda hoje. O facto de nos estarmos a referir a um vale contribui em grande medida para isso, a abundância de água como o referenciámos foi ao longo da sua existência determinante para que possamos encontrar vestígios, desde as fontes medievais de produtos tão exigentes como os recursos hídricos, como a horticultura. É de crer que o relevo teve ainda algumas implicações no tipo de culturas desde o período medievo. De facto o vale abrange uma estreita faixa que cobre apenas o que era a Vila, no que resta do concelho o terreno é algo irregular o que poderia não ser tão propenso ao cultivo de alguns produtos agrícolas, como o cereal.

Todavia deixam-se algumas hipóteses exploratórias das fontes que foram utilizadas. Seria extremamente interessante explorar de forma muito mais intensa que a que aqui foi prosseguida as posturas municipais. São elas, porque de emanção local, que transpiram a paisagem da sempre bonita Vila Viçosa. Certamente muito mais que os dois instrumentos de uniformização fiscal que constituem os forais.

²⁸ PESTANA, Manuel Inácio, *Op. Cit.*, pg. 114.

²⁹ ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, Vol. IV, Vila Viçosa, 1983, pg. 30.

³⁰ CADORNEGA, António de Oliveira de, *Op. Cit.*, pg. 23.

Fontes Manuscritas:

Arquivo da Câmara Municipal de Vila Viçosa - A. C.M.V.V., N.G.P. 636/RD.11.

Fontes Impresas:

CADORNEGA, António de Oliveira de, *Descrição de Vila Viçosa*, Lisboa, Biblioteca de Autores Portuguesas, 1983.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, Vol. IV, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 1983.

PESTANA, Manuel Inácio, *Os Forais de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 1993.

Portugaliae Monumenta Historica - Leges et Consuetudines, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

Bibliografia:

CHORÃO, Maria José Bigotte, *Os Forais de D. Manuel - 1496 - 1520*, Lisboa, A.N.T.T., 1990.

COELHO, António Borges, *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, Caminho, 1986.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, Vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, Vol. IV, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 1983.

História Florestal, Aquícola e Cinagética, Vol. I, Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas, 1980.

MATTOSO, José, *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MORENO, Humberto Baquero, *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI*, Estudos de História, Lisboa, Presença, 1986.

PESTANA, Manuel Inácio, *Os Forais de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 1993.

Em torno do Direito Consuetudinário de Estremoz e seu Alfoz

Mário Alberto Nunes Costa*

1 - O Direito e as suas fontes

Há mais de dois mil anos, o comediógrafo Plauto (c. 254 a.C. - 189 a.C.), que se distinguiu pelo uso da sátira, da crítica social e do realismo crú, escreveu que o homem é lobo do homem (*Lupus est homo homini*). Esta sua imagem da humanidade, que alguns podem considerar pessimista, ajuda, não obstante, a compreender o aparecimento nas sociedades humanas de normas de convivência, com o objectivo de os povos se organizarem, apoiados no conhecimento do que cada indivíduo nelas pode ou deve fazer e de como e quando o pode ou deve fazer.

As relações que existem entre os homens em grupo exigem, para que estas decorram com a menor conflitualidade possível, o aparecimento do Direito, concretizado sob a forma de norma de conduta do indivíduo em sociedade, imposta obrigatoriamente sob ameaça de coacção para os desobedientes. Quando se pretenda atingir, por exemplo, justiça ou segurança em sociedade, torna-se indispensável a norma dita jurídica como "expressão objectiva do Direito"¹, quer ela se corporize como costume ou como lei, as

duas fontes do Direito aplicável.

A lei, como parte do Direito, pode definir-se, em sentido amplo, como "uma fórmula genérica, estabelecida a priori como regra de comportamento individual nas relações sociais". Pressupõe uma sociedade organizada em que exista um poder legislativo, "uma autoridade que formule as regras de conduta", e um poder que "tenha força suficiente para as fazer observar e para castigar os infractores"².

O costume é, como Marcelo Caetano disse, "um uso, uma prática ou praxe, que se transmite de pessoa para pessoa e de geração em geração por tradição, por vezes alterado por infidelidade da reprodução de quem o comunica ou falha de memória de quem o recebe"³. Depois de ter sido "observado por longo espaço de tempo adquire força de lei"⁴. É então Direito Consuetudinário.

Como escreveu Marcelo Caetano, no "direito consuetudinário é o uso da vida corrente a fazer a lei"; no Direito Legal, ou legislado, a norma genérica, formulada abstractamente "é que pauta os usos a seguir na vida"⁵.

* Da Academia Portuguesa da História

¹ CAETANO, Marcelo - *História do Direito Português*, vol. 1, Lisboa: Editorial Verbo, 1981, p. 13.

² IDEM - *Ibidem*, vol. 1, 1981, p. 16.

³ IDEM - *Ibidem*, vol. 1, 1981, p. 16.

⁴ SOUSA; Joaquim José Caetano Pereira e - *Esboco de um Dicionário, jurídico, Theoretico e Practico, remissivo às Leis Compiladas e Extravagantes*, vol. 1: A-C, Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825, s.v. "Costume".

⁵ CAETANO, Marcelo - *História do Direito Português*, acima cit., vol. 1, 1981, p. 16.

2 - Os costumes em Portugal nos séculos XII e XIII

A fonte principal do Direito na Península Ibérica, ainda antes dos romanos e também no primitivo Direito Romano vulgar, foi, sobretudo, o direito costumeiro, a que, por vezes, se sobrepuseram os costumes germânicos, alguns muito violentos, antes que as leis escritas, incluindo o “Código Visigótico”, realizassem a unidade do direito peninsular. Sucederam-lhes costumes muçulmanos, alguns não menos violentos.

Em Portugal, no século XII e na primeira metade do século XIII, o costume, tanto mais imperativo quanto mais antigo, foi a nossa principal fonte do Direito⁶, dado que inclusivé, as leis escritas dos povos que aqui haviam precedido os Portugueses só muito dificilmente se tornavam conhecidas do público, mormente o dos meios rurais.

Entre os costumes então correntes podemos distinguir os gerais, uns de carácter popular, outros da Corte, e os locais. Estes últimos tinham nascido ou praticavam-se em certa região, distrito ou povoação e seu alfoz, para eles contribuindo os “sedimentos da tradição oral do conteúdo de certas leis escritas” e “os exemplos colhidos em memoráveis casos julgados pelo tribunal local”.

Para evitar alterações inconscientes e considerar o seu crescente volume e a sua complexidade, os “vizinhos” de alguns concelhos mandaram, por vezes, registar os costumes locais, nascendo desse modo compilações escritas dos mesmos, hoje consideradas importantes para o conhecimento da vida medieval nos respectivos termos⁷.

3 - Os forais antigos de Santarém e de Estremoz

Foi, entretanto, uso corrente que os reis e outros senhores de terras dessem às povoações ou termos recém-conquistados ou recém-criados o respectivo foro, concretizado numa carta de foral, na qual eram fixados privilégios, encargos e obrigações da colectividade beneficiada e de seus moradores. Através dos privilégios concedidos nos forais, por vezes atraentes, procurou-se, frequentemente, favorecer o povoamento da terra e a sua defesa, ao mesmo tempo que se estabeleciam linhas importantes para a sua organização e funcionamento. Cada foral, é um estatuto da vida local, uma lei de aplicação circunscrita, de que o senhor que o concede, muitas vezes o rei, igualmente retira benefícios materiais para o Reino, graças a disposições fiscais e a multas consequentes a eventuais desvios de comportamento dos moradores. Cada foral é também, muitas vezes, pelas disposições positivas que contém e pelos desvios de comportamento individual que procura evitar, um código de práticas, de usos locais, que retrata o pulsar das vidas no respectivo alfoz e denota as preocupações sociais, políticas, económicas e éticas que lhe estão subjacentes.

O isolamento das pequenas sociedades, “viver normal d’essa epocha”, como lembrou Gama Barros⁸, tornou o direito local de cada terra quase sempre diverso do de outras terras. Até houve, de facto, terras em que o seu senhor, ao outorgar-lhes o foro, aludisse aos respectivos costumes, quer porque os conhecia, quer para permitir aos interessados pesquisarem os costumes a praticar. O rei de Leão, por exemplo, ao conceder foral a Castelo Rodrigo, estabeleceu que os

⁶ IDEM - *Ibidem*, vol. 1, 1981, p. 231-234; BARROS, Henrique da Gama - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 1. ed., vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p. 30-31.

⁷ CAETANO, Marcelo - *História do Direito Português*, acima cit., vol. 1, 1981, p. 232-233.

⁸ BARROS, Henrique da Gama - *História da Administração Pública em Portugal...*, acima cit., vol. 1, 1885, p. 32.

moradores escolhessem em todo o reino os seus costumes, de que teriam de obter cópia⁹. Noutros casos, o foral, se concedido segundo um modelo de outra povoação, algumas vezes concedia também os costumes desta última, reconhecendo, pelo menos, a sua existência. O foral de Évora, por exemplo, serviu de modelo na criação de vários municípios em Portugal. Na carta municipal de cada um destes declarou-se, de ordinário, que ao novo grémio se “davam conjunctamente o foro e os costumes” de Évora, afirmação que, subsequente, era reproduzida quando o novo foro se adoptava como modelo ao constituir outro município de igual organização, o qual podia considerar-se sua filial. Herculano citou expressamente os casos dos forais de Coruche, Abrantes e Montemor-o-Novo: “Damus vobis forum et costume de Elbora”; o de Zarzedas, referindo o foral da Covilhã; e o de Garvão, referindo o de Alcácer: “Damos vobis forum et costume de Alcaçer”¹⁰. O historiador lembra também que se um novo costume era acrescentado ulteriormente nas povoações mais importantes, “as villas de menor vulto cujas instituições eram análogas tratavam de o incorporar no seu direito particular”, como consta, por exemplo, nos costumes de Alcácer, que reflectem, por consulta feita a Montemor, os costumes desta povoação acerca do modo como usavam com el-rei¹¹.

O foral antigo de Estremoz, concedido

pelo rei D. Afonso III¹², teve por modelo o foral de Santarém de 1179¹³. Posterior ao foral scalabitano quase oitenta anos, o foral de Estremoz inclui, em 1258, praticamente o total dispositivo do foral de Santarém, como sucedeu, note-se, com outros forais do século, designadamente os de Beja (1254) e Vila Viçosa (1270)¹⁴.

O foral de Estremoz, tal como o de Santarém, não contém uma outorga global de costumes, mas apenas simples referências à existência de alguns, limitando-se ambos a guardarem, facto já apontado por Gama Barros¹⁵, o costume ao pagar de certos tributos (“Portagia uero et foro et quinte sarracenorum et aliorum ita persoluantur sic consuetudo est, exceptis his que superius scripta sunt et uobis relinquo”), e a estabelecerem que os mouros e judeus feridos se queixassem ao alcaide da vila e aos alvazis, assim como fora costume no tempo de seu pai (“sicut fuit consuetudo tempore patris mei”), disposição acrescentada pelo rei D. Sancho I ao foral dado por D. Afonso Henriques em 1179 e que no foral de Estremoz figura sem que tenha havido o cuidado de corrigir o parentesco entre o primeiro rei português e D. Afonso III.

4 - Os costumes de Santarém

Apesar do quase total silêncio do foral scalabitano quanto a costumes, há a referir que santarém estabeleceu desde cedo usos e práticas de relacionamento entre as suas

⁹ CAETANO, Marcelo - *História do Direito Português*, acima cit., vol. 1, 1981, p. 234-235.

¹⁰ HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal desde o começo da Monarchia até o fim do reinado de Afonso III*, 8. ed., vol. 8, Lisboa: Aillaud & Bertrand, s.d., p. 62, nota 2.

¹¹ IDEM - *Ibidem*, 8. ed., vol. 8, p. 61, nota 3, e p. 62, texto e nota 2.

¹² ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Lisboa. *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1 de Doações..., fl. 36 v.º - 37 v.º Publicado por Alexandre HERCULANO, in *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, vol. 1, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1856, p. 679-683. Veja-se também no nosso estudo intitulado *O Foral Medieval de Estremoz e o seu Modelo* (1998).

¹³ IDEM - *Forais antigos*, maço III, doc. 3. Publicado, por exemplo, in *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, vol. 1, tomo 1, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, p. 437-441. Veja-se, também, no nosso estudo *O Foral de Estremoz e o seu Modelo* (1998).

¹⁴ Vejam-se os forais de Beja (1254) e Vila Viçosa (1270), por exemplo, in *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, vol. 1, t. 1, acima cit.

¹⁵ BARROS, Henrique da Gama - *História da Administração Publica em Portugal...*, acima cit., vol. 1, 1885, p. 37.

gentes que se transmitiram de pessoa para pessoa e de geração para geração, os quais, observados por largo tempo, adquiriram, no seu alfoz, por consenso dos seus moradores, força de normas de convivência, a observar e respeitar por todos eles. Constituíram essas mesmas práticas os seus costumes.

Os costumes da então vila scalabitana e do seu alfoz tiveram um percurso corrente na época. Algumas normas específicas agregaram-se a outras normas, algumas delas resultantes de casos julgados, por exemplo, em 1283 (“Do que vem de fora e dá portagem do que tráz”), 1285 (“Do que dá dizima hũa vez”) e 1286 (“Do homem solteyro”), Corporizando-se, passaram da oralidade à escrita, formando um códice extenso¹⁶.

Quando? - perguntar-se-á. Gama Barros adiantou que terá sido no século XIV que a compilação actualmente conhecida se fez, tal como terá sucedido com os costumes de Beja, em que há referência a uma lei de 1301, tendo este historiador também em atenção que o livro em que hoje se podem ler os costumes ditos scalabitanos foi feito em 1347. A sua compilação ter-se-á dado antes, visto o livro ser uma sua cópia, não nos parecendo de excluir a atribuição do original, inexistente hoje, ao final do século XIII¹⁷.

Quanto exclusivamente aos costumes scalabitanos, tudo leva a aceitar que o rei D. Dinis “outorgou ao Concelho de Santarém os foros e costumes que antes aquião”, em data que se terá situado entre 4 de Janeiro de 1284 e 27 de Junho do ano seguinte. Não conhecemos o original desta carta, nem os livros da Chancelaria deste rei contém o seu registo. Contudo, o índice do livro primeiro das doações e outros diplomas da

Chancelaria de D. Dinis di-lo no seu fólio CXXXij, deduzindo nós que aí se terá inserido, não o texto integral da carta, mas apenas uma referência à mesma, em curta nota, dado que muitos outros diplomas são citados no índice como representados no citado fólio. Deduzimos, pois não é possível comprová-lo. Infelizmente, a esse livro da Chancelaria faltam há séculos os fólhos CXij a CXXXIV, inclusivé¹⁸.

5 - Os costumes de Estremoz, os de Borba e os de Santarém

Não resta hoje uma compilação de costumes reconhecida como sendo a de Estremoz.

Este facto não impede que sejamos levados a concluir que também o rei D. Dinis lhe confirmou não só os foros como os costumes, em data igualmente entre 4 de Janeiro de 1284 e 27 de Junho do ano seguinte, dado que o índice do livro da Chancelaria deste rei atrás citado, refere, igualmente no fólio CXXXij, a presença de uma nota ou registo de carta semelhante à que D. Dinis enviara a Santarém a outorgar-lhe os seus foros e costumes, após o que remetera “outra tal” a Évora e a mais concelhos do Reino, num total de meia centena, em que Estremoz está incluída¹⁹.

Estremoz teve os seus costumes decalcados, é verosímil, nos de Santarém.

Tal como sucedeu com os costumes de Évora, que, como vimos, passaram a Alcácer e outras terras, os de Estremoz passaram, pelo menos, a Borba.

Realmente, na carta de foro outorgada pelo rei D. Dinis aos moradores e povoadores de Borba, em 15 de Junho de 1302, este,

¹⁶ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Lisboa - *Núcleo Antigo*, doc. nº 365. Publicado in *Collecção de Ineditos de História Portuguesa...*, vol. 4, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1925, p. 541-578.

¹⁷ BARROS, Henrique da Gama - *História da Administração Publica em Portugal...*, acima cit., 1. ed., vol. 1, 1885, p. 35.

¹⁸ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Lisboa - *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1 de Registo de Doações..., in respectivo índice. Veja-se, em extratexto, a página do índice respeitante a Estremoz.

¹⁹ IDEM - *Ibidem*.

¶ Itē carta per q̄ El Rey mādou q̄ se fizesse feira na torre de meo como.

¶ Itē carta de foro do alimodomar.

¶ Itē carta de waçã q̄ el Rey fez ha R^{ta} Jua madie.

¶ Itē carta de foro da Ribeira do furo e termo de ourem.

¶ Itē carta de waçã que el Rey fez a Johã diz Raubom.

¶ Itē carta de foro de hum casal de sancta ofemea q̄ he no Julgado digniar.

¶ Itē carta de foro de hum casal q̄ he hamo Renore do chã no Julgado digniar.

¶ Itē carta de donz quarta de caiaes na freig de sam p de Inqueiros.

¶ Itē carta de foro de hum casal que cha mão outeiro e laaz e Ribeira de na f de sam J de pte.

¶ Itē carta de foro da villa de Renordão; ¶ Itē carta per q̄ el Rey mādou fazer feira e leiria.

fi. cxvii

fi. cxviii

fi. cxix

fi. cxx

¶ Itē carta de foro de arasto de silhada em o qual am de fazer tres caiaes.

¶ Itē carta per q̄ el Rey outorgou ao E de santarem os foros e costumes q̄ antes auia.

¶ Itē outra tal carta ao E de uora.

¶ Itē outra ao E de g^o

¶ Itē out^a ao E de g^o da.

¶ Itē out^a ao E de uillha

¶ Itē out^a ao E de trãcofo.

¶ Itē out^a ao E de leiria.

¶ Itē out^a ao E de ganca.

¶ Itē out^a ao E de penha marte.

¶ Itē out^a ao E de celho de mote mor o nouo.

¶ Itē outra ao E de monforte.

¶ Itē out^a ao E de dleite.

¶ Itē out^a ao E de pinhel.

¶ Itē out^a ao E de Ra nhe de.

¶ Itē out^a ao E de v ymbra.

¶ Itē out^a ao E de torres novas.

¶ Itē outra tal carta ao E de alico.

¶ Itē outra ao E de fanavoz.

¶ Itē out^a ao E de mo sancto.

¶ Itē outra ao E de stremoz.

fi. cxxi

mandamos ou

CHANCELARIA DE D. DINIS, LIVRO 3, ÍNDICE (EXTRACTO)

Registo de carta régia ao Concelho de Estremoz, a outorgar os seus foros e costumes [1284-1285]

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.

com a Rainha D.^a Isabel e o filho do casal D. Afonso, infante primogénito e futuro rei D. Afonso IV, estabeleceu, aos da vila e do seu termo, confinante com Vila Viçosa, Alandroal, Estremoz e Elvas, que teriam de fazer ao rei e a seus sucessores “tal foro e tal direito, tal huso e tal costume qual mi faz o Concelho de Stremoz. e de direito e de costume deue fazer des aqui adeante”. Além desta obrigação, teriam os borbenses de fazer à sua custa uma cerca tamanha e tão alta como o rei lhes mandasse e que eles pudessem fazer, com que se defendessem²⁰.

Terão o foro e os costumes de Estremoz transitado para Borba, como D. Dinis lhes determinou? O que a tal respeito hoje sabemos é que o Concelho de Borba, passadas quatro décadas e meia sobre a data do régio foral, tratou de coligir, em livro, uma versão do foral de Santarém em português do tempo, o chamado “foro fixo” ou legislado, a que seguiram “os costumes, e os usos da Vila de Santarem, e de sos thermos que non som todos na Carta” de foral. Constituiu-se assim um código em cujo cólofon (p. 51) se pode ler: “Este livro he do Conçelho de Borva: e mandouoo fazer Martim Affonso, e Agosto[?] Martinz, alvazijs do dito logo, e Affonso Martinz, procurador do dito conçelho, e Roy Fragosso, e lhoam Vasquyz, e Pero Palmeyro, envereadores. Era de mil e trezentos e oyteenta e V. anos. Ego Alffonsus Stephany, presbytery.”²¹.

Quer o foral, quer os costumes contidos neste código são atribuídos a Santarém, topónimo que frequentemente em ambos aparece. Há, contudo, pelo menos duas originalidades introduzidas no foral de

Santarém, que registamos: Ao tratar da jugada, abandona-se o estabelecido para Santarém em 1179, é quitada, como em Estremoz, e diz-se reservar o rei, agora “em todo termho de Borva”, o montadigo, a metade de todos os moinhos, azenhas e pisões construídos e a construir neste termo e os respectivos reguengos, tal como em 1258 fora estabelecido para Estremoz em seu foral²². Mais adiante, no capítulo “Da cavalgada do alcaide”, onde o foral de Santarém e também o de Estremoz estabeleciam que quando ela fosse de 60 ou mais cavaleiros, eles deviam dividir os despojos com o rei, no código de Borba segue-se o teor do foral de Estremoz, mas reduzindo o número mínimo dos cavaleiros a dez, o que temos como nítida adaptação do texto do foral de Estremoz a uma população bastante menor, como seria a de Borba²³.

Alexandre Herculano escreveu acerca dos costumes de Santarém - que algures também designou por Santarém e Borba - páginas que sintetizam, de forma organizada, as suas linhas de força²⁴.

Se compararmos esses costumes com, por exemplo, os de Beja, poderemos notar que, embora se trate de documentos com a mesma inspiração e de iguais objectivos, não é possível concluir por um paralelismo de disposições assumidas, nem sequer da sua organização interna. Tal reflecte a diversidade do direito costumeiro local, já acima referida, e também a da sua génese.

Face, contudo, à carta em que o rei D. Dinis terá “outorgado” a Estremoz o seu foral e os seus costumes, de data crítica de 1284 ou 1285; à carta de foral dada por este

²⁰ IDEM - *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3 de Registo..., fl. 20. Veja-se a nossa transcrição no “Anexo Documental”.

²¹ Leitura da *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, acima cit., vol. 4, p. 578, nota, após transcrição do código de Borba sob o título “Foros de Santarém”. Veja a nota nº 16, acima.

²² *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza...*, acima cit., vol. 4, p. 532.

²³ *Ibidem*, vol. 4, p. 538.

²⁴ HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal...*, acima cit., 8. ed., vol. 8, p. 24 e seguintes. A designação, que registamos, dada pelo historiador aos costumes, encontra-se neste mesmo volume, p. 45, nota 1.

monarca a Borba, em 1302, pela qual tiveram seus moradores o foral e os costumes e Estremoz; às diferenças entre o teor do foral de Santarém e o teor apresentado no código que foi mandado fazer por Borba em 1347; e ao paralelismo, acima referido, de algumas das disposições entre o foral de Estremoz de 1258 e o texto que Borba recolheu, para seu governo, nesse mesmo código, em meados do século XIV, parece legítimo interrogarmos hoje se o texto recolhido, como se tem pretendido, proveio directamente de Santarém ou se foi colhido, não só por estarem mais perto no tempo e no espaço, mas também em obediência ao estatuído por D. Dinis, do foral de Estremoz e dos seus costumes, introduzindo-lhe Afonso Esteves as correções necessárias a uma utilização cabal pelos moradores de Borba e do seu alfoz.

Seja qual for a resposta a esta pergunta que as investigações venham a permitir, podemos concluir desde já que o código de Borba contém um texto de foral segundo o modelo de Santarém de 1179-a. 1204 Setembro e muito próximo deste, acrescido com a quitação da jugada e a reserva pelo rei do montadigo, como sucedeu nos forais de Beja²⁵, Estremoz e Vila Viçosa²⁶, bem assim da reserva de metade das rendas dos moinhos, azenhas e pisões, como no foral de Estremoz, e foi adaptado à conjuntura social de Borba, pelo seu colector, pelo menos no que respeitou às cavalgadas do alcaide.

Quanto aos costumes constantes do mesmo código, verifica-se, ao percorrê-los,

que formalmente se apresentam como sendo os de Santarém, nada permitindo afirmar ou negar que se trate de uma recolha feita inicialmente em Santarém para Estremoz e que aqui estivesse a ser aplicada, havia décadas. Dos costumes de Estremoz não é conhecida uma inegável compilação sua, nem sequer a citação de algum parágrafo seu. Por esta razão, não é também possível dizer se os costumes contidos no código de Borba contém alguma alteração em relação aos de Santarém ou aos de Estremoz, como seriam outras adaptações à conjuntura social de Borba, feitas pelo seu colector.

Contudo, o facto de o território de Borba ter pertencido outrora ao alfoz de Estremoz e, em consequência, se terem praticado nele os costumes desta última povoação durante várias gerações, faz antever no código de Borba costumes estremocenses, pelo que a sua consulta se afigura de eventual interesse histórico cada vez que se tenham de investigar factos ou interpretar vestígios da vida em Estremoz e no seu alfoz, durante o século XIII e, pelo menos, nos séculos XIV e XV²⁷.

ANEXO DOCUMENTAL

1

D. Dinis, rei de Portugal, concede foral aos moradores e povoadores de Borba, cujo alfoz delimita, dando-lhes signa, selo e a categoria de concelho por si, devendo fazer a el-rei e aos seus sucessores o foro, os usos e os costumes que lhe faz o concelho de Estremoz, e construir, à sua custa, uma cerca como o rei lhes mandar, com que se defendam.

1302 Junho 15.

Santarém.

²⁵ Foral de Beja de 16 de Fevereiro de 1254. Publicado por Alexandre Herculano, in *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, vol. 1, 1856, p. 643; também, em português arcaico e com os respectivos costumes, in *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, vol. 5, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1824, p. 456-545

²⁶ Foral de Vila Viçosa de 5 de Junho de 1270 (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Lisboa - Chancelaria de D. Afonso III, Livro 1 de Registo de Doações..., fl. 99 vº - 100 vº). Publicado por Alexandre Herculano, in *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, vol. 1, acima cit.; também pelo Prof. Dr. Manuel Inácio Pestana, com notas, in *Forais de Vila Viçosa*, em edição da Câmara Municipal da localidade, no ano de 1993, com reprodução do respectivo registo na Chancelaria Régia.

²⁷ Como estímulo para a leitura dos costumes contido no código de Borba e como seu roteiro, vejam-se, no "Anexo Documental", as respectivas rubricas, apresentadas na sequência original, conforme a sua publicação na *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, 2. ed., vol. 4, 1925, p. 541-578.

En nome de Deos Amen. Conheçuda cousa seia a quantos esta carta virem que eu Dom Denis pela Graça de Deos Rey de Portugal e do Algarue enssenbra con mha mulher Reya Dona Isabel e con meu filho Infante Don Affonso primeiro herdeiro faço carta de foro pera todo sempre aos moradores e pobradores de Borua assi aos presentes come aos que an de uir per tal preito e condiçõ que essa vila de Borua aia por termho como parte Borua con Uila Viçosa pelo caminho que uay do Alandroal pera Stremoz indo per esso caminho contra Stremoz ata fonte de Ryo de Moyoos hu esta a pedreira de que tiraron as moos e dessa fonte indo dereitamente ao rosto da serra do Barroo contra Borua hu saen hũus penedos nadiuos e esta hỹ hũa cruz en esse penedo e a par deles estan dous penedos iuntos e antre eles esta hũu azambuieiro. E des ali indo dereitamente ao caminho que uay de Stremoz pera Borua hu see hũu marco chantado ao pee dhũu soueiro ena carreira e des ali indo dereitamente a outro marco hu se iuntam tres herdamentos os dous de Stremoz e hũu de Borua. E des ali a outro marco que esta hỹ aposto antre Don Bartolameu e o caminho e des este marco adeante indo atalhando dereitamente a hũu paradeiro . pequeno que esta nõ herdamento de Steuã Surdo e des ali dereitamente a hũu penedo nadiuo que esta na ladeira do cume de sobrelas casas da Foupana. E esta hũa cruz en esse penedo. E des ali dereitamente ao ribeiro da agua dos Arcos e indo assopee pela agua dos Arcos ata hu entra enna agua d'Alcarauixa. E indo per essa agua d'Alcarauixa assopee ata o camino que uay de Stremoz pera Eluas e indo per esse caminho ata o termho de Eluas. E dou a esses moradores e pobradores de Borua sina e seelo. E que seian Conçelho per si. E eles deuen afazer a mim e a todos meos sucessores tal foro e tal direito e tal huso e tal costume qual mi fas o Conçelho de Stremoz . e de direito e de costume deue fazer des aqui adeante. E eles an de fazer a sa custa hũa cerca tamanha e tan alta como lhis eu mandar e que eles fazer possan en que se deffendan. En testemujo desto dei ende a esses de Borua esta mha carta seelada do meu seelo de chumbo.

Dante en Sanctaren XV . dias de Junho. El-Rey o mandou . Francisque Annes a fez . E^a M^a CCC.^a e XL.^a anos: -

Fonte: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Lisboa - *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3 de Registo de Doações..., fl. 20, de onde transcrevemos a carta.

2

Rubricas do Códice do Conçelho de Borba de 1347, que contém uma tradução e adaptação, em português, do foral de Santarém de 1179-1204 e os seus costumes.

Aqy se começa a Carta de Foro de Santarem.
Do foro firme.
Por merda en boca.
Furto conhecido.
Do relego.
Da jugada
Dos moradores de Santarem.
Das coomhas.
Dos homens de Santarem.
Da almoçaria.
Dos pescadores dem dizima.
Dos mercadores.
Do cavan, se lavar.
Do que devem dar os peones.
Da honra da molher.
Do cavaleyro.
Dos almocreves.
Dos coelheyros.
Dos moradores de Santarem.
Dos que baralharem cum algue.
Do enmijgo de fora.
Do cavalo que alguem matar.
Do foro do crerigo.
Da madeyra.
Da atalaya.
Do moordomo, e do sayhõ.
Do gaado perdido.
De cavalgada do alcaide.
Dos moradores de Santarem.

Aqui se começam os costumes, e os ussos da Vila de Santarem, e de seos termhos que nom som todos na Carta, cõvem a saber.

- Cavaleyro nom respõdera sem alcaide.
 Testemonio de sayom, nem de porteyro nom valera, hu homes bõos achar com que fronte.
 Dos porteyros do conçelho.
 Se me alguém pormete mal, e morte.
 Da molher que à preço de maas manhas.
 Se o porteyro nom chamar homes bõos.
 De vendda de tanto por tanto.
 Dos homes que peleiam, como façam, e como mostrem as feridas.
 Do homem raygado, a que demandam fiador.
 Se me o moordomo penhora, e soo raygado.
 Das custas da venda de tanto por tanto.
 Do que acham no conçelho.
 De ferida asinaada.
 De nome devedado.
 De fiadoria, ou de divida.
 Como nom pode dizer aas enquiissas.
 De fiadoria.
 De feridas asnaadas.
 De iurar que perteesca a senhorio d'El Rey.
 De peleia de Mouro, e de Christão.
 Quer seja peom, quer cavaleyro, e quero responder.
 Denquiissas sobre livridohem.
 Do vizinho chamado, que doente.
 Do amo, e do mançoço.
 Do que peytar o fiador polo que fiar.
 Deve responder o moordomo cum alcaide, e sem alcaide.
 Oveñçal d'El Rey nom meter vogado.
 Besta que anda a gaanho.
 De meter as enquisas como devem valer.
 Dos que vaam a hũa tençom, e hũu deles mata alguem.
 Como querem dizer aas enquisas, e como devem outras meter.
 Se nom ouver mays cá devo, nom me entergaram.
 Da revendeiya que faça.
 Como me devo achar a outor de cousa que me vendem.
 Do vizinho a que demandam besta, ou outra cousa.
 Dos homês, que criam filhos de cavaleyros.
 Da dizima do moordomo.
 De molher forçada.
 Como deve fazer molher forçada.
- De como fala com as enquiissas, des que sum metudas.
 Como se o besteiro deyta de bestaria.
 Se alguém esta entregado, nom lho deve defender.
 Do vinho de fora como se deve vender.
 Do amo que ferir seu mançoço.
 Como vou apos meu mançoço.
 Da cousa en que nõ deve penhorar o moordomo.
 Das sardinhas que seem en pilha.
 De corregimento de páaos, ou darvores.
 Dos gaados que fazem dano nos lavores, como se devem ajulgar, e correger.
 De como nom devo tomar penhor de damno, que me façam.
 Se der mha molher por aleyvosa, como devem y afazer.
 Do moordomo hu deve adar as as enquisas.
 Todo homem deve penhorar sem coomha en sa casa.
 Como deve penhorar o fiador por ferida.
 De gaado perdediço.
 Da aveença do vinho com os relegueyros.
 Da dizima do moordomo, por que penhora, como deve apenhorar por ella.
 Se o moordomo nom tem porteyro na Vila, a quẽ deve pedir outro, e como.
 Se con a enquiissa faley, como se deve asalvar.
 Se alguém he chamado que me venha defender.
 De gaado de vento.
 Non á o alcaide porque filhe gaado perdediço.
 De mouro cativo como deve adar soldada.
 Do chamamento que senhor faça a seu mançoço duas vezes nom pagar custas.
 Por quem os Mouros forros devem afazer dereyto per seu alcaide.
 Se o alcaide alguẽ chamar pera sa cassa, chamado é pera conçelho.
 Devo me agravar de dez maravedins a suso, se me quisser.
 Penhores que o moordomo tem acima de seu moordomado.
 Quem se primeiro querela, primeiro lhe devem correger.
 De ferida asnaada, ou de membro tolheyto

como se deve correr.

Quem á daduzer vogado, e nom no aduz, que lhy fará.

Da alfanaça que o pescado compra, dado polo custo ao vizinho.

Do vinho de fora que vem, se nom acham almotações.

Se ando en demanda, deu'aver outro prazo.

Todo o sayom deve seer pergoado ao conção.

De vijnr tenpo traspasado.

Homem do regaengo fica chamado, se o chama o porteyro do almoxarife.

Do homem que quer pagar sa devida ao Judeu.

Se soom cavaleyro, devé me pedir meu homem ao deryto.

Do peom, que dá sa herdade a lavar.

De quem faz prazo sobre sy.

Se for cavaleyro, nõ requeberei juizo sem meu alcayde.

Como a bõa dona deve adizer verdade.

Se alguém foy alvazil, e algũa cousa lhe leixam, como devo adizer.

Que faram do esbulho do que vaam enforçar.

De força, nem de feridas nom aia prazo.

De porem os penhores do vizinho na rua.

Do vizinho, que aduz seu vinho pera vender.

Do vinho, que adussere regateiros.

De provas ante.

Pero a enquisa seia filhada, leixa lo ei en sa verdade.

Da penhora que o moordomo faz, e o vizinho pede entrega.

Da mulher, que se agrava da maa barata, que seu marido faz.

Do solayro dos porteyros.

Poys jurar, nom jurem sobre mym provas.

Como devem aassolver no conção.

Se o moordomo penhora que ha algum regardo.

Sobre acordo da justiça nom deve vijnr prova.

Do meu que me filham em vez doutrem.

Como deve ser penhorado por divida conhoçada.

De furto, ou de rouso.

Do aver de tanto por tanto, que o demanda pera sy.

Como nom devem pagar custas aos moordomos.

Como deve caher, se falar con a enquisa.

Se quero provar mha tenção no conção, e nom sey o nome das testemunhas.

Se nom posso aver enqueredor no conção.

Se alguém diz por mym, e eu seio presente.

De dano que me faze en mha herdade.

Quem deve adar as varas aa mulher cassada.

De quem he chamado, e diz cá foy enpeçado.

Da força que alguém faz sobre algũu herdamento.

Se peço prazo sobre partiçom.

Des que a divida he pagada, nom aver prazo per vogado, se nom na Vila.

De como nom devo pagar coomha de cuytelo que tirar.

De como devem fazer os moordomos quando filharem o moordomado.

Como devo adefender cavalaria de tenção que my avem.

Quantos devem seer os moordomos, e os sayomés.

Das adeguas a que fazem agravamento.

Do que se mal agrava.

Do que pede prazo pera vogado.

Como se deve adar a tregoa.

Como se fij ormezio.

De mulher prenhe ferida, como se deve veer.

De qual cousa nom devem seer chamados os almotações.

De que o manço nom deve acorreger a seu amo.

Como me a justiça deve asalvar.

Como se o Mouro forro obriga per devida.

De ferida que me façam como devo a dizer aa justiça.

De ferida que me façam como deve a jurar.

Das mortes.

Se tirar cuytelo contra o moordomo, como devo afazer.

Do sayom asoldadado.

Do peom. e do de fora, como se deve avijnr con o moordomo.

Do homem julgado pera morte, que devem afazer do que trage vestido.

Se justiça vay apos ladrom.

Da peleia de Christãos, e de Mouros, e de

Judeos.

Do filhos do peom lydimos, e da gaanhadea.

Das eixerças o que devem adar.

Quem chamar Christão tornadiço.

Da perda que o manço faz a seu amo.

Das enquissas que me devem valer, e que me devem deitar.

Do detijmento que alguém faz ao homem de fora.

Como deve dar cada hūu sa devida a quem quisser.

Como deve afazer o moordomo de penhores de degredo.

Do tolhimento do penhor do porteyro quem nom deve negar.

Nom deve o moordomo penhorar por sa devida.

Como o moordomo nom deve costrenger Critāo por coomha de Mouro, nem de Judeu.

Se o ovêçal faz força, nom deve aaver prazo.

Como devo aenfender a jugada.

Devo pedir molher a seu marido a dereyto.

De molher forçada como lhy devem afazer.

Dos homês do senhor que peleiam con os vizinhos.

De quem trage carrega de fora.

Do pescado que compram na ribeyra.

De quem peleja nos regaengos.

Do moordomo como deve teer preito no conçoelho.

Quanto devem dar de carçeragê, e quem deve poer os degredos.

Como se devem meter os porteyros do conçoelho.

Das cousas en que non deve o cavaleyro seer penhorado.

Do sayom que penhora o cavaleyro en sa cassa.

Do sayom e do porteyro que baralhar con o vizino.

Das almuynas, e dos pomares.

De quem acharem en dano de fruyta.

Como o cavaleyro nõ deve perder sa honra.

Se meu irmão se apodera do aver de meu padre, e de mha madre.

Da procuraçom que alguém aduz.

Quando os alvazijs sahem, e entram outros.

Dos que alcançam juizes alvydros.

De quem chagar, ou matar en açougue.

Por razom de divida nom deve o moordomo, nem no sayhom valer enquisa.

Como o oveençal deve dar conto a outro.

Como o homem do alcaide deve ademandar encouto.

Do peom que vende o vinho.

Do forno da telha.

Do vinho que vem pelo ryo.

Como deve seer costrengudo no forno, ou na taverna.

Do apeegamento dos herdamentos, como se devem afazer.

Des que lhy sae tempo ao moordomo como deve ademandar sa dezima.

Do dizimeyro da ribeyra, como deve ademãdar sa dezima.

De coomha que faço, avenho me com o moordomo.

Da pea que os almotacees devem levar, e como.

Des que sahe o moordomo, como deve afazer o moordomo dos prazos.

De quem a alguém diz paravoas devedadas.

Ao andador do regaengo nom darem por chamamento.

Do que vem de fora, e dá portagem do que trage.

Do homem solteyro.

Do que da dizima hūa vez.

Dos que tragem antre sy conpanhinha.

Do moordomo a que sal o moordomado, e demanda dizima.

Dos irmãos como devem apartir.

Fonte: *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza...*, vol. 4, 2. ed., Lisboa: Academia Real das Ciências, 1925, p. 531-578.

A guerra de assédio na fronteira do Caia e do Guadiana

Arlindo Sena*

A guerra na linha de fronteira ao longo do Guadiana, durante a Baixa Idade Média é uma realidade documentada quase sempre com uma forte componente mítica, onde o cavaleiro se destaca da peonagem e o teatro de guerra ou das operações bélicas ocorre ao longo das vastidão das planícies Alentejanas. Porém, a realidade documental, demonstra que o teatro de guerra privilegiado ocorre nos assédios aos castelos de fronteira e em poucos casos tal com em Castela na chamada “guerra guerreada”¹. Nesta perspectiva procuraremos definir o perfil dos meios de guerra na fronteira e apoios logísticos, sem entrar numa história episódica e narrativa. Num segundo momento, a importância dos Castelos e os engenhos de assédio. E finalmente, um Glossário de armas documentado sob o armamento português nas Guerras de Independência e referenciadas igualmente nos assédios do Caia e do Guadiana.

1. Fazer a Guerra – na fronteira mdieval e os meios e acção bélica

Em primeiro lugar, interessa definir a fronteira portuguesa na região do actual Alto Alentejo, não apenas como o espaço tradicionalmente considerado e definido ao longo do rio Caia, mas como uma realidade

mais ampla que se desenvolve para sul do Guadiana. Neste contexto, se os Castelos de Elvas e Campo Maior, foram determinantes na defesa da fronteira medieval, não menos importantes foram os Castelos de Juromenha, Alandroal, Vila Viçosa, Borba e Estremoz, alguns deles tendo mesmo um papel fundamental no apoio logístico, como veremos. Em segundo lugar, o que significava a fronteira na época medieval no espaço em estudo, segundo a historiografia tradicional, como um espaço de guerra aberta e um espaço a conquistar? Mas era também um espaço onde a espionagem marca a preparação para a guerra, ou melhor, para os assédios organizados de um lado e de outro da fronteira. Porém, tal como nas épocas Modernas e Contemporânea, é um espaço de contrabando intenso sobretudo quando reina a acalmia ou mais corrente a paz. Esse contrabando é tão significativo que aos portos secos do Caia vêm com frequência os Castelhanos que trazem cavalos para fazer comércio, o que não deixa de ser perigoso teoricamente para estes esta actividade clandestina², com a agravante de ser um produto fundamental para os confrontos bélicos, mas mais curioso era a realidade dessa actividade clandestina que

* Licenciado em História e Ciências Sociais; Pós-Graduação em História de Portugal; Doutorando - Dep.História - UEX. Estremadura-Cáceres

¹ Consiste em castigar militarmente o inimigo até este assinar a paz por afixia de recursos. Mas que não será objecto do nosso estudo.

² Cortes de Lisboa, Cap. Esp. Elvas, nº 5.

não era desconhecida pela Coroa portuguesa. De facto, D. Afonso V permitiu, durante três anos, aos estrangeiros que trouxessem armas e cavalos, fosse concedido o privilégio do não pagamento de qualquer taxa³, o que demonstra a importância da aquisição de meios bélicos por via da fronteira, muitas vezes ou quase sempre clandestina, e com a curiosidade de, por vezes, se verificar que os mercadores desse comércio de contrabando podiam ser os próprios inimigos ou, se quisermos, os tradicionais inimigos que viviam nas proximidades da fronteira e que conheciam os modos e os meios que alimentam esse contrabando, que, aliás, era desejado e era comum, quer se trate da margem do Caia/Guadiana portuguesa ou de castelhana. Em terceiro lugar, como se faz a guerra no espaço em consideração?... Através de pequenos exércitos, que não profissionais, não obedecem a uma estrutura organizada, em termos administrativos civis e militares e não são financiados pelos poderes públicos⁴. De um modo geral careciam de uma “...*infra-estrutura administrativa, de financiamento de quadros de comando estável e se dissolvia quando por vezes não estavam terminadas as operações e por vezes antes...*”⁵. Logo, o carácter permanente e regular, não é característica dos exércitos medievais, não depende do Estado como na Época Moderna, mas do cumprimento das obrigações vassálicas ou como obrigação na qualidade de súbito. É nesta última condição que se entendem os pequenos “exércitos” da

guerra do Caia e do Guadiana, que se identificam através das fontes documentais em Elvas e Alandroal. Em quarto lugar, que tipo de organização e que tipo de armas possuem os exércitos do Caia e Guadiana? De um modo geral as mesmas que caracterizam os exércitos peninsulares⁶ do fim da Idade Média, ou melhor, eram pequenas forças que se apoiavam na Infantaria por vezes constituído por homens que na vida quotidiana estavam relacionadas com as armas⁷, a Cavalaria pelo preço do equipamento do homem e do cavalo, que era caro e se limitava aos homens de comando, numa época em que o cavaleiro, por razões de estratégia de defesa a cavalo, apeava-se do mesmo e combatia no “teatro de guerra” como se de um peão se tratasse. Mas a infantaria era a força determinante, sobretudo na guerra ofensiva que está mais do que documentada: “com dous homens de pee, antre almogavares e outra gente”⁸. Por outro lado, Gonçalo de Azevedo, Conde de Viana e Fronteiro mor de Vila Viçosa, mais tarde de Lisboa, tinha no seu “exército”, 1000 lanceiros e besteiros e Vasco Martins de Melo, 200 lanças tal como Martim Afonso de Melo, nas operações ofensivas e defensivas da fronteira do Caia-Guadiana, face às ameaças de Mestre de Santiago de Castela. Contudo, nesta vasta região, a organização das forças portuguesas tornou-se somente clara durante a Crise de 1383-85, numa época em que um dos heróis da guerra da Independência, D. Nuno Álvares Pereira, era

³ ANTT, Liv. Odiana, nº 3, fols. 61.

⁴ Nessas circunstâncias o recurso a actividades relacionadas com o desempenho das armas era determinante no recrutamento em tempo de guerra, por exemplo os caçadores, in *Cap. Gerais das Cortes de Elvas de 1361*, artº 33, pp. 48.

⁵ García Fitz, *Ejércitos y actividades guerreras en La edad Media Europea*, pp. 12.

⁶ P.L. Ayala, *CDJ*, ano IVº, 1382, cap. 1, pp.536, descreve a chegada ao Caia de uma força apoiada na Infantaria: “comandada por D. Juan I, chegou a Badajoz com 5.000 homens de armas, 1.500 ginetes (isto é cavalaria ligeira) e muita gente a pé e besteiros”.

⁷ Em certos lugares de fronteira, certas actividades de prevenção de guerra eram executadas por indivíduos relacionados com o manejo das armas, por exemplo caçadores, Cof. Cortes de Elvas de 1361, *Cap. Gerais do Povo*, artº 36, pp. 48. No reinado de D. Duarte muitos desses homens desenvolvem tais funções ao longo da fronteira Alentejo/Extremadura, cerca de 360: Marvão, Veiros, Estremoz, Cano, Redondo e Mértola.

⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Cap. Cl, pp. 16.

fronteiro-mor da região Entre-Tejo-e-Guadiana:

Ano	Fronteiro Mor	Ordem Militar	Cidade ou vila
1ª Guerra com Castela (1369-1371)	Gonçalo Mendes Vasconcelos		Elvas
	João Mendes Vasconcelos		Estremoz
	Fernando de Olivença		Olivença
3ª Guerra com Castela (1381-1382)	D. Álvaro Pires de Castro		Elvas
	D. Pedro Álvares Pereira	Odem do Hospital	Portalegre
	D. Estevão Gonçalves	Mestre de Santiago	Beja
	Conde Gonçalves de Sousa Conde Gonçalo de Azevedo		Vila Viçosa ⁹

Quanto às armas, as mais utilizadas e frequentemente no equipamento português durante o séc.XIV¹⁰, destacavam-se os: ...cambais, loriga, capelina ou bacinete, ccoxotes e caneleiras¹¹.

Em quinto lugar: na zona do Caia e Guadiana, os Castelos para além da sua importância defensiva e ofensiva; havia alguns que na de retaguarda tinham uma função mais específica, de armazenamento de armas e, como tal, de apoio logístico às actividades da guerra, como a Torre de Menagem do Castelo de Estremoz onde as armas eram depositadas no "*dicto almazem na casa dell que he dentro no dicto castello*"¹² ou os Castelos de Veiros, Juromenha ou na torre do castelo do Alandroal.

2. O Castelo como máquina de guerra nos assédios medievais

O cenário da guerra medieval nos fins da

Idade Média privilegiado em toda a fronteira portuguesa de Norte a Sul, tinha como palco central o Castelo que era sem dúvida o meio mais eficiente na prática da guerra, quer em toda a Península Ibérica quer no Ocidente Medieval. Esta realidade bélica, o Castelo não é apenas uma arma defensiva, ela é também uma base extraordinária para a guerra ofensiva e na medida em que a guerra de fronteira é uma guerra de conquista de posições. Eis um exemplo desse tipo de guerra: "*...antes de iniciar o cerco de Elvas, ao mandar abastecer Badajoz, Albalá, Jaraicero e Almocir com grandes quantidades de pão e trigo e cevada, necessários ao aprovisionamento das gentes e de armas a partir desses castelos, deveriam invadir Portugal*"¹³ Porém foi na guerra defensiva que o Castelo provou ser quase inexpugnável, segundo Garcia Fitz: "*Qualquer fortificação bem abastecida, ainda que tivesse poucos*

⁹ A importância estratégica de Vila Viçosa, na época Medieval era indiscutível; o facto de existir em dois fronteiro-mores é um aspecto a considerar, por outro lado não podemos esquecer que foi nesta Vila que se realizou em plena 3ª Guerra Fernandina uma reunião dos fronteiro-mores de toda a comarca de Antre-Tejo-e-Guadiana com fins estratégicos: "per todos ataa mil lanças de boa gente e muitos besteiros e homens a pé."

¹⁰ Cof. No último ponto do presente artigo.

¹¹ Cortes de Elvas, 1361, Cap. Gerais do Povo, art. 38, pp. 50-51.

¹² D. Duarte, L. *Conselhos*, nº 4, p.34.

¹³ Cof. Arnaut, 1962, pp. 462-474.

*defensores e com clara desvantagem em armas, tinha muitas possibilidades de manter-se frente a uma pressão exterior*¹⁴.

Os cercos foram a prática de guerra mais utilizada na fronteira do Caia e Guadiana. As fontes revelam-nos sistematicamente nos fins de Idade Média, em Elvas, e mais para interior das margens do Guadiana, os cercos a Vila Viçosa, importante também em acções ofensivas pela sua posição estratégica de “fazer correr” os seus “exércitos”, numa faixa bem determinada entre o Alandroal e Estremoz, não está posta de parte a sua intervenção em terras do Sul como Terena ou Reguengos, e é provável que tal acontecesse atendendo que o fronteiro mor de Vila Viçosa, o Conde Gonçalo de Azevedo era simultaneamente o fronteiro mor de Moura no fim do Séc. XIV. A importância desta vila no palco da guerra medieval é incontestável “*quem vençesse e ouvesse a praça ligeiramente cobriria os logares cercados*”¹⁵.

Mas a defesa de longa fronteira, foi também possível em função de um conjunto de modificações que ocorreram nas primeiras fortificações acasteladas do início da reconquista cristã portuguesa ao longo da raia. Na região do Caia em Elvas, as alterações às novas exigências de guerra atingem o auge em finais do Séc. XV; em Barbacena (Elvas) a nova gramática bélica marca esta nova fortificação a caminho do Norte Alentejano; ao contrário de Campo Maior, onde a edificação mandada erigir por D. Dinis em 1310 só será alterada com a introdução do fogo de artilharia na segunda metade do séc. XVII, as suas altas muralhas e a sua forma compacta explicam a longa longevidade desta construção bélica. Na região do Guadiana, o Castelo do Alandroal, mantém a estrutura inicial do Séc. XIV, o seu papel na logística da guerra é deveras importante, mas como teatro de operações não se encontra nas frentes mais avançadas, papel esse pertencente a Elvas e

Inovação	Objectivo
Multiplicação de torres adossadas à muralha	Defesa directa dos alicerces dos muros
Introdução de cubelos e torreões cilíndricos	Optimizando os ângulos de tiro
Alargamento dos caminhos de ronda e dos adarves	Facilitar a circulação das guarnições
Generalização de balcões munidos de maticães	Por onde, lançando os projecteis, se batiam a base da torre e a porta assim protegidas
Aparecimento de meias de corpo largo	Protegendo melhor os atiradores e incorporando no seu centro seteiras adequadas ao tiro da besta ou do arco
Introdução das torneiras	Para disparos pirobalísticos
Os muros das muralhas tornam-se mais baixos e mais grossos / barbacãs ou barreiras antecedia muitas vezes a zona muralhada	Tornam-se num alvo difícil e mais resistentes

Quadro nº 2 - Inovações na Arte de fortificar no fim da Idade Média

¹⁴ Garcia Fitz, *Ob. Cit.*, pp. 52

¹⁵ *Ibid.*, CDJ, I, Cap. XXVII, p. 323

Juromenha e na retaguarda a Vila Viçosa. Na época de transição quase até ao aparecimento da pólvora e da sua aplicação na guerra aberta, destacamos a área das fortificações da actual região dos mármoreos, o Castelo de Estremoz, cuja Torre de Menagem funcionou como autêntico "paiol" de apoio logístico, à guerra de assédio e provavelmente¹⁶ /pontualmente como reforço de armas através da cavalaria de ginetes (ligeira) aos locais de cerco. Não menos importante e o melhor exemplar das inovações e transformações, é o Castelo de Évora-Monte, salientando-se o Paço Fortificado, que se inscreve numa fase de transição piroballística e finalmente o Castelo de Vila Viçosa, de planta quadrada, do início do séc. XVI, do qual se destacam os torreões cilíndricos de entrada e o profundo fosso que rodeia toda a estrutura do edifício anunciando uma nova era, a do fogo.

Porém, numa época em que o Castelo constitui um elemento fundamental, consi-

derando que a Guerra Medieval de um modo geral como vimos, se caracteriza como uma guerra de assédios, os exércitos que põem cerco têm alguns objectivos determinados. Nesta perspectiva, para além da pressão psicológica sobre a população cercada, cuja atitude era de resistir e padecer, tratava-se também de destruir os seus recursos económicos e ao mesmo tempo estabelecer as condições de acesso ao Castelo, cujo assédio se podia fazer através da aproximação das muralhas, utilização de engenhos e abertura de cavas e minas, esta última prática muito utilizada, através da qual o inimigo pretendia abrir as portas da população sitiada e permitir o avanço dos invasores, por isso mesmo a vigilância das portas ou mesmo a sua abertura era um acto temido e sagrado: "*dabrir as portas tiinha moor cuidado que de rrezar as matinas*"¹⁷. Mas os meios de assédio a um Castelo eram vários e com objectivos bem determinados:

Objectivo	Meios ou engenhos de assédio
1. Alcançar as muralhas de um castelo como forma de intervir com sucesso.	<p>A) Através de escadas: considerada forma mais clássica para permitir a respectiva escalada. Pretendia-se através da escalada intervir com sucesso ou expulsar os guerreiros que defendiam as ameias¹⁸. As escadas deviam ser à altura da muralha e resistentes. "D. João I na tomada de Campo Maior serviu-se de uma escada por que as cavas estavam atupidas". Em 1388, durante um cerco o Campo Maior, uma das escadas de assalto a uma das torres, quebrou na altura em que a colocavam em posição de assalto a uma das torres¹⁹. Sem dúvida que esta forma de aceder ao Castelo ou Praça sitiada era perigosa.</p> <p>B) Através de Torres móveis ou Castelos de madeira: já conhecida na Antiguidade, se a torre móvel vencesse os obstáculos²⁰ do próprio solo, e se conseguisse aproximar-se ou abordar as muralhas, a praça ou o Castelo</p>

¹⁶ Provavelmente porque a Guerra campal não foi prática nas guerras do Cala/Guadiana. Mas tornar-se-á uma das práticas no séc. XVI e XVII, quando Estremoz tem ainda um papel fundamental na logística de guerra, nomeadamente na frente do Caia.

¹⁷ *Ibid*, Cap. CLIII, pp. 256-257.

¹⁸ Fernão Lopes, *Ob. Cit.*, Cap. CLXIX, pp. 360: Lê-se "aviam de hir muy notauées escudeiros escolleytos per-el-Rey, não por linhagem de fidalgadia, mas per conhecimentos de boons homeens darnas".

¹⁹ Fernão Lopes, *Ob. Cit.*, Cap. CXXXVIII, pp. 282.

²⁰ Luis Monreal y Tejada, *Ingeniería Militar en las crónicas catalanas*, pp. 29. Sobre as dificuldades de acesso ao castelo através de torres móveis afirma: *Si hay un foso que salvar, éste habria de ser rellenado o bien se tendrá de ser rellenado o bien se tendrá una especie de carriles sobre los que passe el castell de fusta.*

	<p>ficavam imediatamente em perigo. Nestas estavam por vezes incorporados outros meios com vista à entrada no espaço cercado. No pavimento médio da torre por vezes, seguia uma ponte levadiça, que era lançada ao adarve, permitindo a entrada dos assaltantes. Segundo J. Gouveia Monteiro, este tipo de torres foi utilizado em toda a Idade Média mas sem o recurso à ponte levadiça²¹ e na Crónica de D. João I, há referências a este engenho durante o séc. XIV²². No pavimento inferior da torre podia incorporar-se um aríete ou carneiro ou transportar guerreiros com o fim de picar o muro, com vista ao seu derrube e entrada das forças invasoras.</p> <p>C) Utilização do aríete /carneiro: Era uma máquina composta por um grande mastro de madeira em forma abobadada. Através do manejo das correntes e das cordas, os assaltantes faziam avançar e recuar uma grande viga, imprimindo-lhe um movimento de vaivém através do qual se esperava o derrube da muralha.</p>
<p>2. Utilização de engenhos que serviam para arremesso de projecteis aos espaços cercados, castelos e fortalezas</p>	<p>Tratava-se de máquinas por dois fortes pilares, unidos por um duplo ou quádruplo grupo de cordas, entre as quais era colocada uma viga, fazia-se um buraco em forma de colher, ou então associava-se uma funda; colocava-se aqui uma pedra, e feito isso, aliviava-se rapidamente a viga, o que projectava o míssil numa rota parabólica. Este invento dos engenhos de contrapeso é atribuído aos hispano-mouros da Andaluzia e provavelmente também aos mouros da Sicília²³. O trabuco considerado mais eficaz que os engenhos de torção e também menos cómodo, podia ser construído no próprio local de operações. Este engenho que não dependia da torção de cordas, mas sim do súbito desprendimento de cordas, destacava-se pela sua capacidade de destruição. Esta máquina, que funcionava na base do contrapeso, permitia o lançamento de materiais pesados normalmente pedras (por vezes podia ser um barril contendo material inflamável). O tiro deste engenho, permitia o projectil desenhar uma curva parabólica, como de um bomba de um morteiro moderno. Relativamente a este tipo de engenhos com o mesmo objectivo bélico, utilizou-se o "Trabuquete", a "bifa" e o "tripancio".</p>
<p>3. Abertura de cavas e minas com vista a entrar na Praça ou Castelo sitiado ou fazer desabar algumas das suas estruturas, ex: muralhas.</p>	<p>O método mais clássico, conhecido desde a época dos romanos consistia, era através da escavação de túneis profundos de maneira que fosse possível passar por baixo dos fossos e atingir as muralhas. Duas atitudes eram possíveis: atingir o interior do espaço sitiado e abrir a porta principal, permitindo uma invasão de surpresa ou então proceder ao derrube de uma lança de uma muralha ou mesmo de uma torre, colocando nas fundações de um muro, procedendo-se depois há sua queima com matéria inflamável.</p>

Quadro nº2 - Engenhos e máquinas de assalto

²¹ João Gouveia Monteiro, *Ob. Cit.*, pp. 348.

²² Fernão Lopes, *Ob. Cit.*, Cap. CXXXV, pp. 276-277.

²³ falta

Mas, como defendemos ao logo do presente texto, o castelo como máquina de guerra afirmava-se através das suas capacidades defensivas e quase sempre com sucesso. As mais comuns eram o lançamento do alto das ameias e das torres, com grande intensidade, chuveiros de virotões e de setas^{24, 25}; simultaneamente, os sitiados lançavam também sobre os assaltantes e as suas máquinas de guerra fabricadas em madeira, uma vasta gama de projecteis e de materiais inflamáveis, uma técnica em que os estrategos da guerra medieval recomendavam tal como: Cristiano Pisano, Frei de D. Alonso ou Gil Roma. Se na guerra medieval, o Castelo teve um papel fundamental, as armas e o equipamento da cavalaria, da infantaria e da artilharia tiveram um papel singular como veremos.

3. Glossário do Armamento dos guerreiros em Portugal nos fins da Idade Média

A História de Portugal, tal como no Ocidente Medieval, é marcada pela guerra, a própria fundação da nacionalidade ocorre no contexto da Reconquista Cristã e o Conde D. Henrique, cavaleiro da nobreza francesa e pai do primeiro rei de Portugal, chega à Península Ibérica no contexto do movimento das Cruzadas; porém, se houve época em que a Guerra marcou o quotidiano e a vida política Portuguesa foi sem dúvida no séc. XIV quando Portugal se envolveu em três guerras, chamadas de «Fernandinas», com Castela e, por consequência indirecta, num contexto mais vasto, a Guerra dos Cem Anos. Resta ainda acrescentar que estes equipamentos durante o Séc. XIV foram determinantes nas

guerras do Caia e Guadiana, como actos isolados ou na prevenção ou mesmo participação das Guerras de Independência durante o séc. XIV.

Mas é também deste período que encontramos as primeiras informações coevas e significativas do equipamento militar português na época Medieval.

Na Crónica de D. Fernando, o cronista Fernão Lopes descreve: «*As armas mandou el Rei mudar a esta guisa: do carambais mandou que fizessem jaque; e da loriga, cota; e da capelina, barvuda com seu camalho, e estofa, e cota, e jaque, e caxotes, e canelleiras Françeses, e luvas, e estoque e grave*»²⁶.

E mais atrás, no capítulo XXXVI lê-se: «*Armado aaguisa chamavom estomçe assi de pee come de cavallo, qualquer que era compridamente armado, sem lhe falleçemdo nenhuuma cousa, e o que era comunallmente, e nom tambem, chamavom armado aa mea guisa*»²⁷.

As Ordenações de 1375 foram provavelmente o documento coevo que serviu de base à identificação dos equipamentos do armamento português, uma vez que quando Fernão Lopes escreve a Crónica, parte de alguns desses equipamentos de guerra já se não usava. Vejamos os seus significados e a sua função.

A) *Gambais* - era uma túnica de tecido ou de cabedal, acolchoada com costuras verticais enchidas de algodão. Usada pelos árabes, aparece na Europa depois das primeiras Cruzadas. Certamente conhecida na Península Ibérica, dado o contínuo contacto com os mouros. E era geralmente

²⁴ Este processo só era eficaz com base num treino intensivo e organizado, devido a duas razões: sucesso relativamente ao alvo e valor económico dos projecteis em acção.

²⁵ Foi desta forma que Fernão Pereira (irmão de D. Nuno Álvares Pereira) encontrou a morte num dos cercos a Vila Viçosa.

²⁶ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Capítulo LXXXVII, pp. 230.

²⁷ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Capítulo XXXVI, pp. 97.

usada sob a loriga. Os homens a pé usavam-na por vezes como única defesa. Será mudada em jaque.

B) *Jaque* - era uma veste reforçada com lâminas de ferro. Como as Ordenações se referem ao armamento importante, seria o que os ingleses chamam «coat of plates», geralmente de coiro, que servia de base a lâminas de metal; sem mangas, foi usado no século XIV como a única defesa do tronco. Em Portugal as reformas militares levadas a cabo por D. Fernando após a 2ª Guerra Fernandina pressupõe a introdução desta peça, quando Fernão Lopes refere que “do cambais mandou que se fizesse jaque”²⁸.

C) *Loriga* - Conhecida no Ocidente Medieval nos Sécs. XII e XIII, tem provavelmente antecedentes ibéricos que se reconhecem no equipamento romano e na literatura visigótica²⁹. Peça clássica característica do equipamento defensivo, destinada à protecção do tronco, embora pudesse também comportar elementos destinados à defesa da cabeça e dos braços. Pode definir-se como uma túnica de malha ou camisola de anéis, sem capuz, com mangas, e não passava abaixo dos joelhos, com um talho à frente e outro atrás para facilitar a permanência do cavaleiro na cela. Será mudado em «cota», veste de malha a anéis com manga, gola alta, e chegará até pouco abaixo das ancas. O jaque a cobrirá completamente.

D) *Capelina* - Será a «barvuda» e camalho servia de base para o grande elmo que, na segunda metade do século era usado quase exclusivamente para justas e torneios.

E) *Estofa* - Como é citada antes da cota, embora o cambais fosse usado sob a malha, é provável que seja uma túnica de tecido forte para o substituir. A malha não era fácil de

usar sem protecção que defendesse o corpo do roçar dos anéis, os quais, tendo os extremos rebatidos, eram ásperos.

F) *Coxotes* - (arma defensiva) - Um grupo de lâminas de metal, ou coiro reforçado com metal, que defendiam as coxas e se uniam às joalheiras, formadas por uma peça globular com extensão lateral externa, a asa. Era articulada ao coxote por uma pequena lâmina e outra na parte inferior, constituindo um bloco para facilitar o movimento.

E) *Caneleiras* - (arma defensiva) - Defesa das pernas, composta por duas lâminas articuladas com dobradiças na parte externa e com correias e fivelas na parte interna. Muito usadas em coiro, abertas na parte interna e unidas por um cordão que corria de um extremo ao outro. O texto diz «francesas», provavelmente de metal, coisa comum na Europa.

G) *Estoque* - É a espada do cavaleiro, longa e estreita, que pendia do cinto «nobre» e a Adaga, presa à direita, muito pequena. Este cinto, ou antes cinturão, ornamentada com metal ou só composto de elementos metálicos, usado pelos nobres na segunda metade do século, e também nos trajos civis, é típico neste período.

Mas outras fontes referem-nos outros equipamentos utilizados pelos portugueses durante plena e baixa Idade Média.

A espada constituía um equipamento indispensável, muito usada, até como simples adorno, a espada foi a arma por excelência na Idade Média, tornou-se mesmo um atributo da nobreza, uma insígnia de certas dignidades, um símbolo de força, coragem e acção guerreira; as referências a este equipamento são variadas nos *Lusíadas*, desde o séc. XII ao XIV, deste período lê-se:

²⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Capítulo LXXXVII, pp. 305.

²⁹ Álvaro Soler de Campo, *La Evolución del Armamento Medieval*, pp. 119.

1. Referência à qualidade do material

*Arracam das espadas de aço fino
Os que por bom tal feito apregoam*³⁰

2. Referência ao equipamento de Nuno Álvares Pereira

(herói das guerras da Independência)

*A mão na espada, irado e não facundo,
Ameaçando a terra, o mar e o mundo*³¹

Na Crónica do Condestabre, encontra-se uma representação de uma figura desta personagem guerreira das guerras com Castela, D. Nuno Álvares Pereira, equipado com as suas armas, mas sem o seu capacete de plumas, que se encontra ao seu lado mas no chão, tendo nas mãos um comprido montante direito, com a empunhadura floreada nos quartões e no topo.

3. Referência ao efeito da violência determinada pelo emprego da espada

*Aqui a fera batalha se encrucece
Com mortes, gritos, sangue e cutiladas*³²

Mas sobre o armamento português medieval e contemporâneo da segunda metade do Séc. XIV, a Crónica de D. Fernando, revela-nos ou leva-nos a defender que o equipamento e o material português, não só era escasso como também imperfeito; as palavras imperfeito, desconexo, escasso e impotente³³, leva-nos a esta conclusão, quer relativamente às armas ofensivas quer defensivas. Por outro lado, o maior poeta português, Luís Vaz de Camões,

na sua obra “Os Lusíadas” refere, sobre o equipamento militar de inícios do séc. XV, que cada qual se armava como podia e não como convinha, no dizer do poeta.

H) *Luvras* - As manoplas, com a parte metálica em forma de clepsidra, ao interior da qual se aplicava uma luva de cabedal ou tecido forte, com os dedos cobertos por uma série de pequenas placas de metal.

I) *Lança* - A lança comprida normal era a arma principal dos chamados homens de armas, que constituíam em plena Idade Média a chamada cavalaria pesada. Fazia parte do equipamento de D. Nuno Álvares Pereira, quando reconheceu o campo de batalha, antes da sua eclosão; nessa acção levava “cento de cavalo com cotas e braçais e lanças compridas”³⁴. Contudo o Condestável como afirma o cronista, dela não se serviu uma vez que combateu a pé. A infantaria portuguesa, nas Guerras da Independência 1383-85, utilizou frequentemente a lança de menores dimensões; entre elas destacam-se os dardos que eram lanças mais curtas utilizadas pelos peões. O cronista refere: “eram em tanto servidos avondo de lanças e dardos e virotões”³⁵. Em Portugal as lanças utilizadas pela infantaria portuguesa nas Guerras Fernandinas, pouco evolução apresentam relativamente aos séculos anteriores, tal como no Ocidente. “Durante os séculos XII e XIV o manejo das lanças pela infantaria não sofrem variações importantes relativamente à Alta Idade Média”³⁶. Neste grupo de armas podemos ainda indicar: os piques (que tinham aproximadamente os seis metros, os chuços curtos e muitas vezes improvisados, as forquilhas e até tridentes.

³⁰ Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Canto III, 130.

³¹ Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 14.

³² Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 42.

³³ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. LXXXVII.

³⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. XXXIII, pp. 92.

³⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap.

³⁶ Alvaro Soler del Campo, *La Evolución del Armamento Medieval*, pp. 47.

J) *Besta* - A besta, embora imperfeita, já era conhecida em Portugal por volta do séc. XI, porém, só se tornou uma importante arma de guerra durante o séc. XIV. Na batalha de Atoleiros, D. Nuno Álvares Pereira, serviu-se dos peões e dos besteiros para o triunfo desta batalha e que marca a supremacia da infantaria como decisiva para este triunfo.

*Mila Lanças ajuntou com os que tinha,
Foram dois mil besteiros escolhidos
Formou deles um campo qual convinha*³⁷

H) *Funda* - Arma vulgarmente usada entre os Romanos, cujos exércitos não dispensavam um corpo de fundeiros, a funda era muito apreciada, pela eficácia de tiro do seu projectil. A sua utilização está documentada, nas Guerras Fernandinas com Castela.

I) *Escudo* - O escudo como arma defensiva é conhecida desde longínquos tempos. Fernão Lopes diz-nos que os Castelões, em Aljubarrota, traziam na vanguarda da besteiros «apavezados» e que o Condestável andava com um escudo no braço, por recrear os virotões. Os escudos tinham geralmente na parte superior, argolas ou braçadeiras, por onde passavam os braços para se manobrem. Os escudos portugueses do fim da Idade Média, considerando como fonte iconográfica a tapeçaria de Pastrana, onde é possível identificar alguns soldados ao serviço de D. Afonso V, eram grandes, coloridos e com armas heráldicas. Com a introdução das armas de fogo e com o alcance de maiores distâncias dos projecteis, o escudo foi-se abandonando sucessivamente. Porém, a sua eficácia como equipamento de defesa contra setas, arremessões, dardos e golpes de espada ou lanças, dependeu sempre do seu material, uma vez que em função da necessidade de resistir aos projecteis tiveram

necessidade de serem reforçados, e o seu peso, o que acabou por ter consequências no palco de guerra, sobretudo na movimentação dos “guerreiros”.

Porém, foi partir do séc. XV, com as necessidades de enfrentar o inimigo muçulmano, melhor equipado e armado, que houve necessidade de melhorar os meios defensivos e ofensivos do equipamento militar português. Nesse contexto tomam-se medidas, importam-se armaduras de Biscaia, malhas de Milão e arcabuzes da Flandres, Boémia e Alemanha, assim como matéria prima como chapas de aço para o fabrico de armas, para além das bestas e das armas portáteis. Por outro lado, desde meados do séc. XV, que os monarcas portugueses concediam privilégios e vantagens aos oficiais que fabricavam armas e seus pertences, destacando-se os seguintes ofícios: hasteiros, couraceiros, barbeiros de espadas, lanceiros, bate-folhas, latoeiros de cravações de couraças, armeiros, viroteiros, solheiros, besteiros e espingardeiros... Em fins do século, admitia-se e fomentava-se a vinda de artífices estrangeiros para fabricar, corrigir e polir as armas quer defensivas quer ofensivas. Mas na segunda metade do séc. XV quando o Império Colonial Português, estava consolidado em toda a Costa Ocidental Africana, a arte de fabricar e conservar armas e equipamento militar ainda era uma preocupação da coroa portuguesa como se explica através de medidas régias do monarca D. Manuel I, como por exemplo, o pagamento obrigatório de uma taxa de oito cruzados por cabeça por cada judeu que fugindo de Castela se refugiasse em Portugal, ficava reduzido a meia taxa se o seu ofício estivesse relacionado com a fabricação e renovação das armas³⁸.

³⁷ F. Rodrigues Lobo, *O Condestabre de Portugal*, Cap. XV.

³⁸ Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, parte 8, fol. 8 vº.

Podemos ainda referir outras peças que denunciam a sua utilização com frequência nas operações militares utilizadas em fins da Idade Média e confirmadas pela relação apresentada no "Glossário de Armas"³⁹ por João Gouveia Monteiro:

Adarga - Escudo fabricado não em madeira, mas em pele, originário do Magrebe, no Séc. XIII, muda a sua forma circular, assumindo um aspecto bi-oval⁴⁰.

Aljava - Bolsa ou coldre de couro que os besteiros ou arqueiros, traziam a tiracolo ou à cintura e onde transportavam os viratões ou setas destinadas à utilização nas operações militares⁴¹.

Braçais - Peça de arnês destinada à defesa do braço⁴².

Brafoneiras - Peças de malha em forma de calça, destinadas à protecção das pernas⁴³.

Caneleira - Peça de equipamento militar destinada à protecção das canelas⁴⁴.

Couraça - Peça de protecção do tronco (peito e costas) dos combatentes, cuja afirmação se produz na Península Ibérica a partir de meados do séc. XIII, em virtude da incapacidade das tradicionais defesas de malha contrariarem entre si só a evolução registada a nível do armamento defensivo⁴⁵.

Elmo - Protecção de ferro destinada à protecção da cabeça dos guerreiros. Domina em Castela o elmo em forma de tonel⁴⁶, diferente da Capelina, capacete de ferro de tipo semi-esférico bastante simples que se

moldava à forma da cabeça e que podia ter ou não uma protecção nasal⁴⁷.

Loudel - Túnica larga, de mangas curtas ou mesmo sem mangas, possivelmente acolchoada, que os guerreiros envergavam - decorada com os seus símbolos heráldicos⁴⁸.

Maça - Estas armas identificadas pela iconografia peninsular segundo Soler de Campo⁴⁹, tinham uma grande carga simbólica e parecem estar associadas ao poder e à justiça. Era uma arma secundária, ofensiva e era uma espécie de cacete curto, com um cabo cilíndrico e uma cabeça de ferro que poderia ter várias formas entre elas a esférica.

Pavês - Escudo canelado e de grandes dimensões, que servia para proteger completamente um guerreiro, em particular um besteiro - que - regularmente tinha que se recolher para poder e recarregar a sua besta⁵⁰.

Sapatos de Ferro - peça de arnês de pernas destinada, como o nome indica, à protecção dos pés dos guerreiros⁵¹.

Podemos concluir que a presente reflexão é apenas um conjunto de dados que não esgotam o tema, pelo contrário, é apenas um conjunto de dados de uma parte significativa e vasta das fontes que conhecemos. É também uma visão orientada para um conjunto de aspectos da Guerra Medieval em fins da Idade Média, uma vez que poderiam

³⁹ João Gouveia Monteiro, *Ob. Cit.*, pp. 531-547.

⁴⁰ *Ibid*, pp. 531.

⁴¹ *Ibid*, pp. 531.

⁴² *Ibid*, pp. 535.

⁴³ Soler del Campo, *Ob. Cit.*, pp. 123.

⁴⁴ João Gouveia Monteiro, *Ob. Cit.*, pp. 536.

⁴⁵ *Ibid*, pp. 537.

⁴⁶ Bhrum Hoffmeyer, *Las armas de la historia da reconquista*, pp. 80-81.

⁴⁷ *Ibid*, pp. 85-86.

⁴⁸ *Ibid*, pp. 544.

⁴⁹ Soler del Campo, *Ob. Cit.*, pp. 59.

⁵⁰ *Ibid*, pp. 545.

⁵¹ *Ibid*, pp. 546.

ter sido outros como por exemplo, os preparativos para guerra; os combates; o rescaldo; os comportamentos e a psicologia de guerra; a organização, vigilância e manutenção da paz; a guerra como um bem económico ou como meio de promoção social... enfim, um cem número de questões que deve preocupar os investigadores que se interessam pela Castologia e a Guerra Medieval. Finalmente, nesta organização de conteúdos, fizemos várias referências aos Castelos, mas os mesmos foram tratados como um acessório da Guerra de cerco ou de assédio e não como um conteúdo ou objecto principal.

Bibliografia:

CAMPO, Álvaro Soler del, *La Evolución del Armamento Medieval*, Madrid, 1992

CANESTRI, G., *Arte militare, meccanica medievale*, Milan, 1946

FAVIER, Javier, *De Marco Polo à Christophe Colomb 1250-1492*, Paris, 1968

FREDDEN, R. Y THOMSON, J., *Crusader Castles*. Londres, 1957

FITZ, Garcia, *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media Europea*, Madrid, 1998

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I - 2 Vol.*, Livraria Civilização, Barcelos, 1981

LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Livraria Civilização, Barcelos, 1981

MATTOSO, José, *História de Portugal*, Vol.II, Círculo dos Leitores, 1993

MITRE FERNANDEZ, Emilio, *La Guerra en La Edad Média*, Madrid, s/f

MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal*, Editorial de Notícias, Lisboa, 1998

MONREAL Y TEJADA, Luis, *Ingeniería Militar en las crónicas catalanas*, Barcelona, 1971

MORA-FIGUEROA, Luis, *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Cádiz, 1996

SANCHEZ PRIETO, Ana Belém; *Guerra y guerreros en España según las fuentes canónicas de la Edad Media*, Madrid, 1990

KEN, M.H., *The Laws of War in the Late Middle Ages*, Londres, 1965

KENYON, J.R., *Medieval Fortifications*, Leicester-Londres, 1990

WHITE, Lynn, *Medieval Technology and Social Change*, Oxford, 1996

Hacienda, Comercio y Contrabando en la frontera de Portugal (Siglos XV-XVIII)

Miguel Ángel Melón Jiménez*

Correspondiendo a la amable invitación que me hace el director de la revista, a través del profesor Arlindo Sena, ofrezco en estas páginas una síntesis del libro¹ que da título a este artículo, al tiempo que aprovecho la ocasión para incorporar algunas reflexiones surgidas tras su publicación y en el intercambio de ideas que inevitablemente se concreta en el contacto con gentes de la frontera y profesionales que desde otras disciplinas la han estudiado. Porque, si algo ha quedado patente desde su aparición en las librerías, en noviembre de 1999, es el extraordinario interés que por los temas fronterizos existe a ambos lados de una Raya que, en otras épocas motivo de discordia, deviene ahora en espacio de aproximación y de fructíferos intercambios en materias que antaño fueron causa de distanciamiento.

Resumir en pocas líneas todos los contenidos del libro y extraer partes literales de él no resulta tarea fácil, y menos si es su autor el encargado de hacerlo. Baste indicar, en principio, que se inscribe en un más amplio marco de referencia, el conocimiento de la frontera de Portugal durante la Edad Moderna, del que constituye un primer avance de resultados. El trabajo se ha montado tras el vaciado de una exhaustiva

documentación original procedente, en su mayor parte, del Archivo General de Simancas, a la que han venido a sumarse múltiples legajos de algunos archivos extremeños de La Raya, de Cáceres, Badajoz y Madrid. Su estructura la conforman cinco grandes capítulos, encaminados a explicar lo que en la frontera y sus territorios inmediatos sucedió con la Hacienda, el comercio y el contrabando desde la época final de la Edad Media hasta las intermediaciones de la crisis del Antiguo Régimen.

Un primer capítulo (*La frontera, los hombres y los documentos*) sirve para delimitar el espacio fronterizo, los hombres que lo habitaban, los recursos que tenían y la documentación que ha permitido recomponer todas sus actividades. El segundo capítulo (*De las imprecisas fronteras medievales a los límites del Imperio*) reúne los primeros intentos de establecer un sistema de vigilancia aduanera, coincidiendo con los inicios de los Estados modernos. Se explican las medidas tomadas en este sentido por los Reyes Católicos, Carlos V y Felipe II, para hacer un repaso a lo que significó la unión de las Coronas de España y Portugal entre 1580 y 1640. El capítulo III (*El sistema aduanero de la Hacienda ilustrada y el tráfico de*

* Universidad de Extremadura

¹ MELÓN JIMÉNEZ, M. A.: *Hacienda, Comercio y Contrabando en la frontera de Portugal (Siglos XV-XVIII)*, Cicon Ediciones. Cáceres, 1999.

mercancías) da cumplida respuesta a lo que sucedía en la frontera con las reformas emprendidas por los Borbones tras su llegada a España. En él se dibuja el sistema aduanero de Extremadura y su evolución a partir de las mencionadas reformas y se ofrece información detallada acerca de los movimientos de mercancías que se produjeron durante todo el siglo.

La vigilancia del espacio fronterizo conforma la materia del cuarto capítulo. Se parte en él de la Visita girada a las aduanas de la frontera de Portugal en 1747 y se describen las reformas que se llevaron a cabo para tratar de terminar con lo que se estaba convirtiendo en un mal endémico e imposible de controlar, el contrabando. Se explican todas las medidas represivas puestas en marcha y las de gracia e indultos que, ante el fracaso de las primeras, hubieron de acometerse. Un último capítulo, de contenido mucho más social, es el titulado *Al lleno de la luna y al margen de la ley. Contrabando y contrabandistas en la frontera de Portugal*. En él se analiza, con técnicas propias de la microhistoria, la situación de la frontera a mediados del siglo XVIII, principios y primer tercio del XIX, y el motín acaecido en Ceclavín en 1755, así como las muchas implicaciones que de él se desprendieron. Desde mi punto de vista, y a sabiendas de que no puedo ser en modo alguno objetivo en mi apreciación, creo que dicho motín, iniciado por contrabandistas y el primero de esta naturaleza estudiado en España, está llamado a convertirse en una de las páginas más notables de la historia de Extremadura. Cierra el libro la parte dedicada a conclusiones, más los apéndices y mapas, la relación de archivos utilizados y documentos manejados, la bibliografía y varias láminas de época relativas a los lugares en que tuvieron lugar

algunos de los acontecimientos que se narran y a los personajes que en ellos intervinieron.

1. La frontera de Extremadura y Portugal en la Edad Media

La frontera fue, en opinión de algunos historiadores, junto con la Mesta y la división jurisdiccional, elemento clave en la configuración del espacio regional extremeño y –añadiría– español. Por esta razón, los enfrentamientos que se produjeron entre Castilla y Portugal – desde las guerras de finales de la Edad Media, a la Guerra de Restauración de mediados del XVII, la de Sucesión, las de finales del siglo XVIII, o el episodio de la denominada Guerra de las Naranjas– hallaron aquí su principal teatro de operaciones, pese a ventilarse en ellos enjundiosos conflictos dinásticos y trasuntos sucesorios que afectaban al orden político europeo.

El concepto de frontera puede adquirir una doble acepción y si, por un lado, “se refiere a una demarcación geopolítica precisa, marcada por hitos que los estados-naciones crearon, imponen y mantienen como límites geográfico-jurídicos, que enmarcan nítidamente un territorio, sobre el cual ejercen el control efectivo de su soberanía nacional”; por otro, esa idea de frontera “se refiere a toda una zona que se extiende difusa e irregularmente por ambos lados de La Raya”². Esta segunda consideración de la frontera, no como línea, sino como área zonal, sin duda, permite un mayor margen de maniobra a la hora de explicar la articulación del comercio con Portugal y la tupida y compleja red de intercambios que cuaja en torno a ella. Dicha división, por mucho que precise el fin de la soberanía de un Estado y el comienzo de la de otro, puede ser cualquier cosa menos un espacio que

² URIARTE, L. M.: *La Codosera. Cultura de Fronteras y Fronteras culturales en La Raya luso-extremeña*, Mérida, 1994, pp. 43-44.

separa y una frontera impermeable, al menos en periodos de relativa estabilidad, pues otro asunto bien distinto era cuando se iniciaban las hostilidades.

En la acepción actual del término, la frontera surgió en los inicios de los Estados modernos y fue producto más de un proceso histórico que de las determinaciones introducidas por unos condicionamientos geofísicos, si bien es verdad que éstos ayudaron a veces. La primera delimitación que, en términos más o menos precisos, se conoce de la frontera entre Castilla y Portugal queda fijada en el Tratado de Badajoz de 1267, por el que Alfonso III de Portugal entrega a Castilla las tierras situadas en la margen izquierda del Guadiana, Elvas se deja a Portugal y la línea divisoria se traza entre los ríos Guadiana y Caya; los castellanos, a cambio, conservan un amplio espacio a la izquierda del Caya, que abarca los lugares de Ouguela, Campo Maior y el heredamiento entre Badajoz y Arronches.

En 1297, el Tratado de Alcañices delimita la línea divisoria entre ambos reinos, a la espera de una mejor definición, como la que proporcionan las aduanas del siglo XVI. Firmado entre Fernando IV de Castilla y don Dinis el 12 de septiembre del citado año, incorpora a Portugal la ribera oriental del río Coa y sus localidades más importantes (Sabugal, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vilar Maior, Almeida); más al Sur recoge el compromiso del rey castellano de ceder al portugués Olivenza, Campo Mayor y San Felices de los Gallegos, el lugar de Ouguela, junto a Campo Mayor, "salvo el sennorío, y los derechos, y las heredades, y las iglesias deste lugar de Uguela, que las haya el obispo y la iglesia de Badajoz"; a cambio, don Dinis renunciaba a sus derechos sobre Valencia de

Alcántara, Herrera y Sparregal, "que agora tiene la orden de Alcántara a su mano", y Ayamonte³. En lo que atañe a la actual provincia de Cáceres, las fronteras entre ambos reinos, cuya delimitación quedaba bastante diluida en 1267, se marcan a partir del curso de los ríos Eljas, Tajo y Sever. Más tarde, los monarcas portugueses reforzaron la línea divisoria construyendo fortalezas en los lugares estratégicos desde las que controlar el territorio y percibir los derechos que reportaba el tráfico de mercancías, lo cual fue particularmente visible en esos dos grandes corredores naturales que discurren, uno, entre el Sur del Duero y el Tajo, y el otro, entre Elvas y Badajoz.

La situación de la frontera interesaba tanto a los nobles encargados de llevar a cabo la repoblación de estos territorios como a la Iglesia, sin que faltara un elevado contingente de personas anónimas y siempre dispuestas a acudir en defensa de los intereses de sus vecinos en caso de agresión. Con documentación extraída del Archivo da Torre do Tombo, relativa a los conflictos hispano portugueses que se sucedieron en el siglo XIII, J.L. Martín Martín llega a la conclusión de que los "castellanos del medievo parecen menos interesados por esa frontera que los portugueses"⁴; circunstancia que explica desde la posición de superioridad de Castilla, primera interesada en la indefinición de una línea en la que podían aumentar sus términos o rentas. La mayor parte de estos conflictos estaban originados por el disfrute de los aprovechamientos agropecuarios en términos cuyo control escapaba a los principales enclaves de una y otra parte de La Raya, y se agravaban con ocasión de las crisis demográficas medievales, como la motivada por la epidemia de Peste Negra, que llevó a

³ BENAVIDES, A.: *Memorias de Don Fernando IV de Castilla*. Madrid, 1860, t. II, pp. 141-142.

⁴ MARTÍN MARTÍN, J.L.: "Conflictos luso-castellanos por la raya", *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto-Braga, 1997, ejemplar mecanografiado.

vecinos de esta parte a ocupar tierras anteriormente cultivadas por los portugueses.

Estas primeras concreciones del espacio fronterizo plantean una cuestión de suma importancia para el caso, ya que "los grandes tratados resuelven el problema de adscripción de un lugar, pero no el de sus términos"⁵, lo que desembocaba en continuos litigios para dilucidar la pertenencia de unos u otros a las localidades castellanas o portuguesas. A finales de la Edad Media se tienen noticias de enfrentamientos por este motivo entre Valverde, Eljas y los lugares del Coa; Valencia de Alcántara y Marvão; Alburquerque con Oguela y Campo Major; Badajoz contra Arroches y Elvas; y, finalmente, Villanueva del Fresno y Valencia del Mombuey contra Mourão y Moura. Por parte castellana se trata, en su mayoría, de lugares pertenecientes a señoríos de Órdenes Militares (Alcántara, en el Norte), o laicos (Feria y Portocarrero, en el Sur), en los cuales se discute la pertenencia de pastos y terrazgos, el uso de las aguas y los límites de los términos, y donde no siempre se exponen con claridad las legitimidades aducidas por unos u otros para justificar sus reclamaciones, excepto los siempre discutidos, pero todavía respetados, derechos que dimanaban de los usos y costumbres que recordaban los más ancianos de los lugares enfrentados en abierta disputa.

Las características con las que se presenta la frontera desde la Edad Media son susceptibles, en su mayoría, de generalizarse para la Edad Moderna, con independencia de las precisiones introducidas en sus límites por el Estado absoluto. En principio, "se trataba desde luego de una *franja*, más que de una línea, en muchos casos mal definida,

sobre todo cuando no coincidía con accidentes geográficos"; en segundo lugar, y como consecuencia de ello, la frontera fue durante la época medieval "*un espacio discutido*", condición que no perdió durante el período moderno. Dicha franja se controlaba mediante un *sistema de fortalezas* establecido al respecto, cuyo papel de plazas fuertes y avanzada hacia el país vecino se mantuvo y acentuó en siglos posteriores. La vigilancia de la frontera se reforzará además mediante el establecimiento de guardas en los puertos, con el objeto de vigilar la saca de productos vedados. José Luis Martín va más allá en sus conclusiones y ve en esta medida una intencionalidad política, como era la de "poner bajo control real una zona sometida con frecuencia a la arbitrariedad de los nobles, y poder plantear así una política uniforme de fronteras", a fin de evitar que siempre fuera éste un espacio donde se ventilaran intereses encontrados que nada tenían que ver con los propios y específicos de las localidades rayanas. Con el surgimiento del Estado moderno cesarían dichas rivalidades, al menos en esa dirección, convirtiéndose las aduanas en los hitos de referencia. Y era, finalmente, un *espacio fraccionado* por la diversidad de intereses que se dirimían en sus inmediateces, lo que provocaba la falta de comportamientos homogéneos durante ambas etapas de la historia⁶.

De los 1.234 kms. de frontera entre España y Portugal, corresponden a Extremadura los 235 kms. que distan Valverde del Fresno y Oliva de la Frontera, en tanto que puntos septentrional y meridional que definen tan difusa línea. Entre ambas se concentran un total de 41.602 kms², de los cuales 19.945 kms² corresponden a la actual

⁵ RODRÍGUEZ BLANCO, D.: "Las relaciones fronterizas entre Portugal y la Corona de Castilla. El caso de Extremadura", *Actas das II Jornadas luso-espanholas de História Medieval*. Vol. II, Porto, 1987, pp. 135-146; la cita en p. 138.

⁶ MARTÍN MARTÍN, J. L.: "La frontera hispano-portuguesa en la guerra, en la paz y el comercio", *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansión colonial* (ed. de A. Carabias Torres). Salamanca, 1994, pp. 29-51.

provincia de Cáceres y 21.657 kms² a la de Badajoz, conformando todos La Raya cuya delimitación espacial, con variantes según se incorporaran o no determinadas poblaciones a lo largo de la historia, podría recogerse en los términos que en 1873 describía, en *El Correo Militar*, el comentarista del libro de D. José de Castro y López, Coronel del Estado Mayor y miembro de la Comisión de límites entre España y Portugal, *La frontera hispano-portuguesa. Estudio descriptivo y militar*⁷:

La parte, pues, de frontera que a nuestras provincias de Extremadura corresponde, según que baja de Galicia por el Duero y el Coa, empieza en el monte de Jalama, donde se une la sierra de las Mesas con la de Gata, sitio que llaman los del país Peñas Molladas, toca en Valverde del Fresno, sigue las corrientes del Tuerto y Basaviga hasta la confluencia de este último con el Erjas, enfrente de Cilleros, y con éste va a buscar al Tajo, 17 kilómetros por bajo de Alcántara, abandonando al gran río en Casas de Cedillo para incorporarse a su afluente, el Séver, al cual abandona a su vez en Pego de la Negra, cerca de Valencia de Alcántara.

Aquí deja la línea fronteriza de seguir curso de agua. En frente del molino de la Negra sube a la Cordillera de la Pícara, corta el camino de Valencia de Alcántara a Portalegre, y serpenteando entre dicho río Séver y un arroyuelo llamado Abrilongo, cae por fin en este último desde el pico de la Lamparona y el cerro de los Tres términos, donde refiere una conseja popular que se juntaron tres obispos a comer en una misma mesa, teniendo cada uno la silla dentro de su Diócesis. Con el curso del Abrilongo sigue la línea desde el pueblo de la Codosera (ya en la provincia de Badajoz) hasta el pontón de las Barradas, donde vuelve a ser seca hasta el río Caya, habiendo pasado por las cercanías del pico de la Libiana y del cortijo de Molano. El ferro-carril de Badajoz a Lisboa la atraviesa a siete kilómetros de la primera ciudad. Con Caya sigue hasta Guadiana, el cual sólo sirve

de límite 52 kilómetros hasta Cheles, donde la raya lo deja entrarse en Portugal, para seguir ella por Villanueva del Fresno y la Oliva de Jerez, en cuya ribera de Ardila acaba propiamente Extremadura y empieza Andalucía.

II. La frontera de Portugal en los siglos XVI y XVII

Las razones de situar puertos secos o aduanas en la frontera con Portugal, al margen de consideraciones políticas y geoestratégicas, se explican acudiendo a las grandes necesidades de la Hacienda castellana y al hecho de que existieran otras en las fronteras con Navarra, Aragón y Valencia. Los modernistas difieren en cuanto al número de puestos de aduanas con Portugal durante el siglo XVI. Modesto Ulloa da en 1575 la cifra de 46, de las que en Extremadura se encontraban las de Valverde del Fresno, Zarza la Mayor, Alcántara, Valencia de Alcántara, La Codosera, Alburquerque, Badajoz, Valverde de Leganés, Almendral, Villanueva de Barcarrota, Villanueva del Fresno, Valencia del Mombuey e Higuera la Real⁸. H. Lapeyre, en cambio, para el año 1571, eleva el cómputo total a 62, repartidas a lo largo de tres distritos o demarcaciones: Andalucía (20), Castilla (26) y Galicia (16). A través de los puertos secos extremeños fluía el mayor tráfico de mercancías, hasta el punto de rebasar Badajoz, Valverde de Leganés, Alburquerque, Valencia de Alcántara, Alcántara y Valverde del Fresno el millón de maravedís en cuanto a los derechos percibidos por la Hacienda⁹.

Los aranceles más antiguos fueron promulgados por Enrique III, reformados por Juan II en 1431, ratificados en 1492 por los Reyes Católicos y estuvieron vigentes hasta

⁷ Madrid, Imprenta y litografía del Depósito de la Guerra, 1873. Recogido por V. BARRANTES en su *Aparato bibliográfico para la Historia de Extremadura*, 3 tomos (edic. facsimil). Badajoz, 1999, t. II, p. 99.

⁸ ULLOA, M.: *La Hacienda real de Castilla en el reinado de Felipe II*. Madrid, 1986, p. 255.

⁹ LAPEYRE, H.: *El comercio exterior de Castilla a través de las aduanas de Felipe II*. Valladolid, 1981, pp. 54-57.

el reinado de Carlos V. Constituían una tasa genérica que se cobraba a la entrada y a la salida del reino en los puestos establecidos para ello. Recibía el calificativo de *mercancía descaminada* aquella que no seguía los itinerarios reales ni atravesaba los puertos secos y pagaba dichos aranceles, por lo que el concepto de *descaminos* se aplicaba a los productos que circulaban fuera de las vías señaladas para su tránsito, lo cual no los identificaba siempre —y necesariamente— con el contrabando, aunque lo habitual es que así fuera. El incumplimiento de las obligaciones aduaneras conllevaba una sanción y la pérdida de la mercancía, lo que se hacía extensible a las que se apresaran a menos de veinte leguas de la frontera sin el denominado *albalá de guía*.

Testimonios sobre el contrabando se conocen desde la Edad Media, si bien con matices diferentes según el sentido en que se produjera, pues no había punto de comparación entre la liberalidad aduanera castellana y las extremadas exigencias fiscales a que eran sometidos los mercaderes castellanos en Portugal. Esto provocaba que la dirección del contrabando, al menos por los testimonios que se conservan en el Registro General del Sello, en Simancas, casi siempre se dirigiera hacia el país vecino, al que los monarcas castellanos nunca consideraron una amenaza potencial para sus políticas mercantiles. Las noticias sobre contrabando vuelven a aparecer en el siglo XVI, cuando en 1563-64, al arrendársele el cobro de los aranceles de los puertos secos con Portugal, Rodrigo de Valcárcel solicitó se le rebajara en un tanto el precio de remate, alegando para ello que “era grande el contrabando en esa frontera, y que dinero, cereales, lanas

corambre y otras mercaderías pasaban sin registrarse ni pagar derechos”¹⁰.

Durante el siglo XVI el comercio con Portugal no fue objeto de ninguna clase de tasación por parte del fisco castellano hasta el año 1559 en que se encargó al licenciado Hernando de Villafañá y a Luis de Polanco la organización aduanera con el vecino reino. A ellos corresponde el establecimiento de los puertos secos de la frontera con Portugal y la elaboración de la “única tarifa conocida de esta frontera”¹¹, cuya entrada en vigor se produjo en enero de ese mismo año. Se cobraría el 10% del valor de las mercancías y, allí donde se pagaran portazgos señoriales, el rey percibiría la diferencia entre el importe del portazgo y el del derecho, a razón del 10% acordado. Para los puertos de Portugal regirían las Ordenanzas de 1449, es decir, las mismas que lo hacían para los restantes puertos secos. Los aranceles de 1559 demuestran que los impuestos no fueron iguales para todas las aduanas¹².

Al no ser uniformes los aranceles que Villafañá y Polanco fijaron a mediados de siglo, en vista de la multitud de dudas que surgieron en su aplicación y fueron remitidas al Consejo de Hacienda, y con motivo de las diferentes cuestiones que suscitó la unión con Portugal, se fijó en 1597 un nuevo arancel, cuyas tasas se mantendrían sin apenas variaciones hasta la separación de las dos coronas. Su finalidad era arreglar los derechos que se cobraban de las mercancías que pasaban por los puertos, tanto de Portugal a Castilla, como de Castilla a Portugal, en consideración a “que de lo que está vajo es en perjuicio de la Hacienda y de lo que está alto en daño de los mercaderes y pasajeros”¹³. En él se aprecia ya la rica

¹⁰ ULLOA, M.: *Op. cit.*, p. 257.

¹¹ LAPEYRE, H.: *Op. cit.*, p. 54.

¹² ULLOA, M.: *Op. cit.*, pp. 253-254.

¹³ AHP de Madrid, nº 1.814.

variedad de mercancías que atravesaba la frontera a finales del Quinientos y las mejoras que, poco a poco, se iban consiguiendo en el sistema aduanero.

La vigilancia de la frontera corría a cargo de dos organismos diferentes, tal y como sucederá después durante todo el período moderno. El cuerpo de funcionarios de la Hacienda contaba con un *Administrador General* de la Renta de los Puertos Secos de Castilla con Portugal; bajo sus órdenes operaban los *alcaldes de sacas*, cuyas funciones y demarcaciones vienen a coincidir prácticamente con las que ya existían a finales de la Edad Media; al frente de las *casas de aduanas o tablas* establecidas en los puertos secos figuraba un gobernador, del que dependían un encargado de cobrar los diezmos que pagaban las mercancías (*dezmero*), un *fiel de aduanas* y un *escribano de sacas*. Del cuerpo de vigilancia formaban parte los *guardas mayores de sacas* que mandaban las patrullas volantes de *guardas de a caballo* y *guardas de a pie* que recorrían la frontera y cuyo mando se disputaban de continuo las autoridades hacendísticas y las militares. Ni unas ni otras tenían, sin embargo, competencias para juzgar los posibles delitos cometidos en la frontera, tarea que se reservaba a los justicias de los lugares en que se establecían las aduanas. Con relación a los salarios de los integrantes de los cuerpos de administración y vigilancia de aduanas, nos consta que eran escasos los de los primeros y prácticamente inexistentes los de los segundos, a los que se recompensaba con una pequeña porción de los géneros ilegales que apresaban.

Además de los aranceles había otras cuestiones que preocupaban a los funcionarios de aduanas del siglo XVI. Hernán

Ramírez, gobernador de los puertos secos de La Raya de Portugal, redactó una *Memoria* de las carencias que advertía y destacó algunas cuestiones que desde la Contaduría Mayor de Hacienda convendría proveer para corregir los excesos que, por diferentes motivos, se cometían en las aduanas¹⁴. En su escrito sugiere, en principio, la necesidad de moderar y uniformar los valores estipulados por el Arancel de 1559, pero también la conveniencia de arreglar todo el sistema de vigilancia, muy descompensado en cuanto a número y retribuciones de sus miembros según las zonas. Tampoco son suficientes, a su juicio, los salarios que se pagan a los dezmeros y fieles de las aduanas; reclama mayores competencias para los gobernadores de los puertos, incluso en materia de administración de justicia; le parece insuficiente el número de puestos que jalonan la frontera y considera necesario cambiar la ubicación de alguno de ellos. Finalmente, su exposición enumera diversas cuestiones de funcionamiento interno y denuncia los muchos abusos y vejaciones que los encargados de estas rentas cometían con algunos mercaderes y arrieros a su paso por los puertos, así como los litigios suscitados con vecinos de Alcántara, Valencia, Zarza la Mayor y Brozas a quienes se había sorprendido con mercancías descaminadas.

Para evitar el contrabando, sugiere Ramírez la conveniencia de prohibir los arcabuces y las ballestas a todos los arrieros que se dirigieran hacia La Raya, "porque con estas armas se atreven a hazer resistencia a las guardas de los puertos y se han pasado desta manera mucha cantidad de mercaderías syn las dichas guardas podérsele estorbar ny defender". Ignoro la fecha exacta de la segunda mitad del siglo en que redactó

¹⁴ AGS. DC, 46, nº 62: "Relación y memoria de lo que Hernán Ramírez, gobernador de los puertos y aduanas de la Raya de Portugal, dize es nescesario mandar proveer los señores de la Contaduría Mayor de S.M., sobre lo tocante a los dichos puertos y aduanas, para que S.M. sea servido y su hacienda y renta bien beneficiada, y para estorvar molestias y bexaciones".

Hernán Ramírez este documento, pero no cabe la menor duda de que los problemas sobre los que en su escrito llamaba la atención se parecen mucho a los que dos siglos más tarde no tendría más remedio que hacer frente la administración borbónica.

La invasión de Portugal por el Duque de Alba en 1580 y la jura de Felipe II como rey del vecino país y su imperio en las Cortes de Tomar, en 1581, obligaban necesariamente a abordar de modo diferente el problema de la frontera y de los territorios rayanos, de ahí que la supresión de los puertos secos fuese una de las cuestiones destacadas que se incluyeron en las negociaciones. Los más interesados en que así sucediera eran los portugueses, que convirtieron la demanda en un clamor general, sobre todo entre "la jente común... diciendo que les quitarían las aduanas y sâcas para poder pasar a Castilla libremente"¹⁵. Y ésta fue tarea que, por el grado de simpatía despertado, se acometió de inmediato, suprimiéndose por Real Cédula de 29 de julio de 1580 el derecho decimal que venía cobrándose desde mediados de la centuria.

Se pretendía con ello, según constaba en la Patente das Mercês de las Cortes de Tomar, "que en beneficio del pueblo y universal destes Reynos, y porque se aumente el comercio y buena correspondencia con los de Castilla, tendrá Su Majestad por bien de mandar abrir los puertos secos de ambas partes para que la mercadería pase libremente como se acostumbrava antes que se impusiesen los derechos que agora se llevan"¹⁶; al mismo tiempo, se procuraría eliminar cualquier clase de traba que impi-

diera la entrada de pan de Castilla, necesidad perentoria en el contexto de recesión económica en que se hallaba sumido Portugal durante la segunda mitad del siglo XVI. Duró, sin embargo, poco la alegría que supuso la concesión de esta merced y, a finales de 1592, se restableció el pago de los aranceles que debían cobrarse por las mercancías que atravesaban los puertos secos de Portugal, lo cual provocó un desasosiego generalizado y revueltas, particularmente significativas en Porto¹⁷.

La decisión de cerrar las fronteras parece responder a las presiones ejercidas por los sectores que monopolizaban el comercio exterior castellano con América, que veían en enclaves como Porto una seria amenaza para sus intereses. La medida sería ásperamente criticada por las Cortes reunidas en Lisboa, en 1619, que recordaron a Felipe III su "obrigação de mandar abrir os portos secos de ambas as partes", al tiempo que le advertían que del restablecimiento de las aduanas derivaba "nao haver tanta uniao entre os vasalos de vossa Magestade como era justo"¹⁸. La solución llegaba tarde y, de haberse puesto en práctica, no parece hubiera contribuido a incrementar el tráfico de mercancías en esta parte de los territorios de la Monarquía Hispánica, dadas las especiales circunstancias críticas que comenzaron a manifestarse en ambos reinos desde las décadas finales del siglo XVI y que culminaron en el enfrentamiento bélico.

La Guerra de Restauración interrumpirá la secuencia legisladora sobre el tráfico de mercancías iniciada a fines de la Edad Media, que ya no se recuperará hasta los años

¹⁵ AGS, *Guerra Antigua*, 89, fol. 327.

¹⁶ BOUZA ÁLVAREZ, F. J.: *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*, Tesis Doctoral, Madrid, 1986, p. 655 y nota 149.

¹⁷ Un avance de estas revueltas se encuentra en A. de OLIVEIRA: "Felipe II e a "Revolta dos Portos Secos" 1591-1593", L. Ribot y E. Belenguer: *Las sociedades ibéricas y el mar a finales del siglo XVI. Tomo V. El área atlántica. Portugal y Flandes*. Lisboa, 1998, pp. 101-122.

¹⁸ BOUZA ÁLVAREZ, F. J.: *Op. cit.*, p. 655 y notas 152 y 153.

postreros del reinado de Carlos II. Durante ellos se tratan de restañar algunas de las heridas producidas por la guerra y de reorganizar el comercio en los territorios rayanos, tarea a la que se habían adelantado sus moradores. Apenas emprendido tan encomiable empeño, la Guerra de Sucesión vuelve a colocar en el centro de las hostilidades a los supervivientes de 1640-1668 y a sus descendientes. La frontera se convierte a partir de entonces, como había sucedido a finales del XV y a mediados del XVII, en territorio inseguro, de rapiña en una y otra dirección, de abandono de poblaciones, en unos casos, y de saqueos, en otros; cuestiones todas ellas conocidas y que únicamente me limitaré a mencionar, por cuanto distorsionan la actividad normal de este espacio y en poco contribuyen a perfilar el marco de relaciones comerciales que se pretende estudiar.

III. La frontera en la época de los Borbones

Por los Reales Decretos de 31 de agosto y 21 de diciembre de 1717 se aprobó el traslado de los puestos aduaneros hacia los puertos de mar y las fronteras de Francia y Portugal con el fin de dejar "libre el comercio en todas partes de lo interior del reino de los géneros y frutos, después de introducidos y pagados los derechos"¹⁹. Hasta que se acomete la reorganización del sistema de aduanas, la frontera con Portugal se articulaba básicamente en torno a los partidos de Galicia, Zamora, Ciudad Rodrigo, Extremadura y Sevilla. Cada puesto de aduana dependía, en última instancia, de la *Dirección de Rentas Generales*, a la que se encontraba anexa una *Contaduría General*;

por debajo de ellas existían unas *Administraciones Generales*, bajo las que actuaban unas *Administraciones inferiores* en rango y subordinadas a aquéllas. Se distinguía entre el cuerpo de *Aduanas principales* —por las que se podían importar y exportar productos— y el de *Aduanas subalternas*, por las que sólo se podía extraer, pero no importar, que eran vigiladas por la principal y estaban obligadas a informarla de todas sus actividades.

En determinados momentos del siglo XVIII, y a fin de asegurar un mejor control de todas las rutas y enclaves del contrabando, se introdujo en las zonas especialmente conflictivas, como era la extremeña, un segundo cordón aduanero formado por las denominadas *Aduanas de afianzo*, que posteriormente será extinguido por Carlos III entre 1780 y 1782²⁰, vista la poca efectividad del mismo y los problemas añadidos que su mantenimiento acarrea. Existían también las denominadas *Aduanas de habilitación* que, como medida excepcional, reservaban la extracción de determinados productos muy apreciados (la seda) a aduanas muy concretas; o que tenían como fin favorecer el desarrollo de alguna industria (la de Zarza la Mayor reunió a mediados de siglo ambos requisitos). Completaban el cuerpo de vigilancia aduanera *las partidas del resguardo*, a pie y a caballo, cuyas clases, calidades y condiciones variaban según las circunstancias locales.

A comienzos de la segunda década, todos los enclaves aduaneros de Extremadura y del Norte de Huelva se organizan en torno a los partidos de Badajoz y de Alcántara, situación que se mantiene hasta la década de los cuarenta. Del primero forman parte un total de 22 aduanas, entre las que

¹⁹ AGS, DGT, Inv^o 24, 648, expte. 21: "Aduanas de puertos marítimos y fronteras de Portugal y Francia. Comisión al Señor Marqués de Campoflorido para que dichas fronteras se establezcan y execute lo que se expresa".

²⁰ Por Real Orden de 4 de noviembre de 1782 los Directores Generales de Rentas amplían a Extremadura la necesidad de extinguir estas aduanas, tal como ya se había hecho en los restantes partidos de la línea fronteriza con Portugal. AHN. OGR, 3.263.

destacan, por el alcance de los valores de sus rentas, las de Badajoz, Alburquerque, Puebla de la Calzada y Almendral. Menos numerosos son los puestos del Partido de Alcántara, con sólo 10 aduanas, pero cuyos valores, excepción hecha de Badajoz, superan los de los núcleos meridionales aludidos. Se cuentan entre aquéllos Zarza la Mayor, San Vicente, Ceclavín y Valencia de Alcántara, los cuales irán adquiriendo cada vez mayor importancia en el tráfico legal de mercancías, hasta llegar a convertirse en motivo de preocupación y foco permanente de conflicto por el creciente contrabando que a su sombra se cobijará, según se desprende de los minuciosos informes remitidos a la Contaduría General de Rentas. Dicha división se mantendrá hasta mediados de la centuria, con la única salvedad de que a partir de finales de los años veinte desaparece el puesto de Coria.

Lo mismo que con otras clases de rentas, el gran proceso de reorganización llevado a cabo en el sistema hacendístico español a mediados de siglo afectó también a este apartado de la administración borbónica y transformó, siquiera por unos años, el aspecto de la frontera, a la espera de acometerse en 1767 el Arreglo del Resguardo de Extremadura, cuestión que, por su especial trascendencia, ocupó un apartado específico del libro. En 1750 se ha roto el esquema bipartito mantenido hasta entonces y se ha reestructurado esta parte de La Raya en torno a siete Partidos: Alcántara, Cáceres y Plasencia en el Norte; Badajoz, Zafra, Jerez y Fregenal, en el Sur, incluyéndose en este último Encinasola y eliminándose los puestos de Aroche y Aracena. En todos ellos se distingue entre los puestos aduaneros propiamente dichos (*aduanas principales o de valores*) y los considerados como de *afianzo*, es decir, los establecidos en lugares desde los que se iniciaba el control y

seguimiento de las mercancías que transitaban en ambas direcciones de la frontera, pero que no eran enclaves situados en ella. Se incluyen como aduanas de afianzo las de Mérida, Almendralejo, Brozas, Membrió, Portezuelo, Cañaveral, Coria, Hernampérez, Montehermoso, Torrejoncillo, Villa del Campo, Aliseda y Garrovillas.

La mayor parte de las aduanas de afianzo se establece en la actual provincia de Cáceres y las causas es probable que haya que buscarlas en dos direcciones: por un lado, el número de puestos fronterizos era considerablemente inferior al existente en los territorios pacenses; por otro, el creciente tráfico de mercancías que se observa a través de las aduanas de Zarza la Mayor, Ceclavín o Alcántara aconsejaba un incremento de la vigilancia. En este sentido, resulta evidente comprobar cómo el espacio rayano se ha ampliado hacia el interior de Extremadura y el peso de la frontera ha basculado hacia las comarcas septentrionales. Por estas fechas, el puesto de aduana principal de Extremadura y Andalucía con respecto a Portugal lo ha cedido Badajoz en favor de Zarza la Mayor, algo explicable teniendo en cuenta que son los años de máxima actividad de la Real Compañía de Comercio y Fábricas de Extremadura instalada en dicha villa, pero cuya preponderancia, una vez desaparecida ésta a comienzos de los cincuenta, se va a mantener hasta la década de los ochenta en que Badajoz retoma su condición de principal enclave fronterizo.

De mediados de la centuria en adelante se abandona en la contabilidad de la Hacienda —que no en la práctica— este sistema de agrupación de las aduanas en partidos, se extinguen algunos puestos creados en el interior para una mejor vigilancia de las mercancías y se incrementa el número de las aduanas de afianzo. La pieza clave para acometer esta reorganización del espacio

aduanero fue el Reglamento de 18 de julio de 1760 y, posteriormente, la Orden de 1 de junio de 1767. Con arreglo a lo dispuesto en la primera de estas disposiciones, mantuvieron su condición de aduanas de valores las de Albuquerque, Alcántara, Alconchel, Badajoz, Barcarrota, Cheles, Cilleros, La Codosera, Encinasola, Herrera, Higuera de Vargas, Puebla de la Calzada, San Vicente, Valencia de Alcántara, Valencia del Mombuey, Valverde de Leganés, Valverde del Fresno, Villanueva del Fresno, Villar del Rey y Zarza la Mayor; a sólo de afianzo quedaron reducidas las de Almendral, Ceclavín, Fregenal, Jerez de los Caballeros, Oliva de la Frontera y Santiago de Carbajo; se crearon como nuevas de afianzo las de Arroyo de la Luz, Moraleja, Navas del Madroño y Perales del Puerto, y la de Coria se mantuvo durante todo el año y no ocasionalmente como había sucedido hasta entonces; finalmente, se extinguían varias que habían sido de afianzo y entre las que se encontraban las de Aliseda, Almendralejo, Brozas, Cañaveral, Garrovillas, Hernampérez, Membrío, Montehermoso, Portezuelo, Torrejuncillo y Villa del Campo. La situación se mantendría en estos términos hasta procederse al Arreglo del Resguardo en 1767, que redujo las aduanas a 26, de las cuales únicamente la de Encinasola cubría todo el territorio fronterizo situado al sur de la provincia de Badajoz.

Con posterioridad a 1767 se lleva a cabo una nueva reorganización aduanera, en virtud de las Reales Ordenes de 4 de noviembre de 1782. Al amparo de tales disposiciones se suprimieron en el Partido de Extremadura las administraciones de Mérida, Moraleja, Cáceres, Zafra, Fregenal y Jerez de los Caballeros; se autorizó el doble comercio a las de Encinasola, Barcarrota, Villanueva del Fresno, Valverde de Leganés, Puebla de la

Calzada, Albuquerque, La Codosera, San Vicente, Valencia de Alcántara, Herrera, Zarza la Mayor, Valverde del Fresno, Alcántara, Almendral y Badajoz, a las que posteriormente, tras el episodio de la Guerra de las Naranjas, se incorporaría la de Olivenza. Como aduanas subalternas quedaron las de Oliva de la Frontera, Valencia del Mombuey, Cheles, Alconchel, Villar del Rey, Santiago de Carbajo, Piedras Albas, Ceclavín, Cilleros e Higuera de Vargas.

Al hilo de la entrada en vigor de la Real Cédula de 15 de julio de 1784, sobre extracción de moneda de oro y plata del reino, el Intendente de Extremadura, Marqués de Uztáriz, remitió a Pedro de Lerena la que posiblemente sea —al menos nada he encontrado en sentido distinto al que aquí se sugiere, salvo las pequeñas matizaciones de la Real Orden de 6 de febrero de 1790— la última “demarcación” de la frontera de Portugal en el siglo XVIII, distinguiendo en ella los enclaves en los que existía aduana y donde operaban mercaderes o trajineros, a los que según dicha Real Cédula se les permitía sacar hasta 600 rs. sin necesidad de la correspondiente guía²¹. Son en total 49 los núcleos que se encuentran comprendidos dentro de las cuatro leguas, de los cuales 23 albergan puestos de aduanas. Se hallan repartidos entre las Subdelegaciones de Badajoz (34 enclaves), Alcántara (12) y Plasencia (3). De todas las localidades, sólo se menciona hubiera mercaderes operando en Fregenal, Jerez de los Caballeros, Badajoz, Albuquerque y Alcántara; en los restantes únicamente figuraban trajinantes empleados en los tratos comerciales.

A partir de estos precedentes se obtiene la conclusión de que el sistema aduanero no es, ni mucho menos, un sistema rígido, inmóvil, sino que se ve sometido a continuas

²¹ AHPC. RAEX, leg. 591, expte. 84.

modificaciones o readaptaciones de lo ya existente con la intención de asegurar un mejor control del espacio fronterizo. Las sucesivas reformas llevadas a cabo fueron, en parte, consecuencia de la política reformista de la Hacienda desplegada por la dinastía borbónica, pero también fueron el resultado inmediato de los reajustes y las variaciones que se estaban produciendo en la propia frontera, en tanto que realidad cada vez más dinámica y vertebradora de un número creciente de flujos comerciales que tenían como destino no sólo Portugal, sino algunos países europeos y los territorios de ultramar. A la basculación de la actividad comercial hacia unos u otros territorios, con las consiguientes modificaciones que conllevaba la reestructuración de las redes comerciales que operaban en ellos, había que responder con continuos reajustes que permitieran una vigilancia racional y efectiva de lo que allí sucedía.

Y nada mejor para captar esa movilidad y versatilidad que los datos plasmados en los Estados Generales remitidos a la Dirección General de Rentas por los administradores de las aduanas de Extremadura, los cuales confirman las sospechas y evidencias que más arriba se han expuesto. Mediante ellos se comprueba el tránsito legal de mercancías que se producía por las diferentes aduanas extremeñas, al tiempo que plasman los valores de la Renta de contrabando que, con ser importantes a lo largo de toda la centuria, superan sus propias estadísticas a partir de la década de los sesenta y motivan la alarma entre los funcionarios de la Hacienda. A parecidas conclusiones se llega con los datos suministrados, en 1769, por Fernando Costas Castillo, en su *Informe sobre el estado del comercio de España con Portugal. Medios de mejorarle. Con algunas ydeas sobre*

labranza, crianza, y comercio en general. Según sus cálculos, cada año se sacaban hacia Portugal 3.000 cabezas de ganado vacuno que, a razón de 400 rs., importaban 1.200.000 rs.; 5.000 cerdos de vida que, a 150 rs., valían 750.000 rs.; 400 caballos, a 25 doblones, sumaban 600.000 rs.; 30.000 fanegas de granos, a 30 rs., 900.000 rs. y 20.000 libras de seda en rama, a razón de 30 rs., 600.000 rs. Importaba todo la suma de 4.050.000 rs. Si esta situación se evitara, quedarían compensadas todas las introducciones de productos ilícitos que llegaban a España procedentes de Portugal. Pero quizá la parte más importante de su *Informe* sean sus certeros análisis y la relación de productos que transitaban por la frontera y de los que se ofrece una relación detallada en las páginas del libro.

IV. La vigilancia del espacio fronterizo

Entre los meses de junio y julio de 1747 visitó la frontera de Andalucía y Extremadura con Portugal Esteban Pérez Delgado, funcionario de la Dirección General de Rentas. El primer *Informe* que remite de la situación en que se encontraba aquélla a los Administradores Generales de Rentas en Madrid lleva fecha del 16 de junio y en él da cuenta de las prácticas fraudulentas que en tierras andaluzas y en las aduanas del sur de Badajoz se llevaban a cabo con el tráfico del aceite²². Para corregir este estado de cosas se nombra a José Joaquín García, Administrador General de Aduanas y Tabacos de la Provincia de Extremadura; difícilmente, pues, habían de corregirse los abusos si, a quien se había encomendado tal misión, ya conocía todos los entresijos del oficio —en calidad de antiguo arrendador de rentas— y no parece tuviera una especial preocupación por erradicarlos. Habría que esperar aún varios años

²² AGS. DGR. 2ª r, 508. "Expediente de la visita hecha a las aduanas de los partidos de Sevilla, Badajoz y Málaga (1745-1748)".

para que se intentaran cortar los desmanes de una administración viciada por unas prácticas que venían de siglos y que, por su arraigo, difícilmente conseguirían extirparse. A tal fin se encaminará la arriesgada reforma del Resguardo de Extremadura acometida a finales de los años sesenta.

Por Orden de 1 de junio de 1767, obra de Miguel de Múzquiz, se procedió a la reestructuración de las Rentas Generales de Extremadura y se modificó su sistema de administración, cometido que recayó en Bernardo de Ricarte, Administrador General de la Renta de Tabaco del Reino y Ministro de la Junta de Hacienda²³. Ricarte cumplió pronto el encargo, pues en septiembre de ese año ya estaban acomodados los sueldos de los funcionarios a las nuevas directrices, reestructurada la Administración de Rentas de Extremadura y arreglado el resguardo que vigilaba la frontera con Portugal. En torno a la de Badajoz, como Aduana principal de la provincia, se articuló el nuevo sistema, cuyos principales responsables eran un *Administrador General de Rentas de Extremadura* que era, a su vez, Tesorero y Administrador de la Renta de lanas; un Contador, un Cajero, un Abogado del Juzgado de Rentas en Badajoz, acompañado de un Procurador y un Escribano.

Una vez fijados los puestos y dependencias de la Aduana de Badajoz, se reestructura todo el sistema aduanero de Extremadura con Portugal, distinguiéndose, como ya se venía haciendo, entre las denominadas *aduanas de valores* (las situadas en la misma frontera) y las *aduanas de afianzo*, cuya tarea era reforzar la vigilancia de los tráficos que no consiguieran detectar las primeras. Al frente

de cada una de ellas se situó a un *Administrador* y un *Oficial de libros e interventor*. Concluida la reestructuración de las aduanas y de los funcionarios que de ellas se ocupaban, se acomete la reforma del cuerpo de vigilancia policial y militar que formaba parte del *Resguardo de Extremadura*, al que se dota de 478 empleados, repartidos del siguiente modo: 1 comandante; 2 tenientes; 2 escribanos; 9 ministros de comandancia montados; 1 ministro de a pie; 14 jefes de partidas; 18 subtenientes; 23 escribanos de partidas; 149 ministros montados; 4 cabos de a pie; 123 ministros de a pie; 19 visitantes de cascos; 18 subtenientes de cascos; 2 escribanos de cascos; 9 fieles de registros; 76 ministros de cascos, de a 5 rs., y 8 ministros de cascos, de a 6 rs²⁴. La evidencia que se desprende de la reforma apunta hacia el refuerzo de la vigilancia en el interior de Extremadura, que se convierte así, en su casi totalidad, en territorio fronterizo cuyo cerco se va estrechando sobre las mercancías a medida que avanzaban hacia las demarcaciones rayanas o desde que salían de ellas. Ahora bien, con lo que no contaba el bienintencionado proyecto de Bernardo de Ricarte era con el imponderable de que las gentes que ocuparon estos cometidos procedían a veces de los mismos lugares de los contrabandistas o tenían familiares y conocidos entre ellos.

Además de reorganizar el sistema de aduanas de la Provincia de Extremadura con Portugal y sus agregados de la de Andalucía, y reforzar el control de la frontera con los resguardos, en 1767 se fijaron las "*Reglas que se deberán observar imbiolablemente por los Administradores de las Aduanas*

²³ AGS. DGR, 2ª r, 495: "Expedientes de razones de géneros de dueños no conocidos existentes en las aduanas y arreglo del Resguardo de Extremadura".

²⁴ AGS. DGR, 2ª r, 495: "Estado que manifiesta el número de dependientes de Resguardo de Rentas Reales de esta Provincia, con distinción de la clase de empleos que se crearon por los Reglamentos que formó en ella el Señor Don Bernardo de Ricarte, en fecha 29 de septiembre de 1767".

*referidas en este reglamento*²⁵. Constituyen un conjunto de normas encaminadas a completar la vigilancia de la frontera y a evitar las prácticas fraudulentas que en ella se producían. Quedaba, pues, definido con mucha mayor precisión el espacio limítrofe con el vecino reino y asegurada una más estrecha vigilancia. Sin embargo, era tan crecido el número de movimientos en una y otra dirección y diverso el flujo de mercancías que, bien por lo legal o de manera fraudulenta, atravesaban La Raya que los encargados de la Hacienda, a medida que se aproxime el final de la centuria, se inclinarán cada vez más por una política de mayor firmeza que dejará en un segundo plano los aspectos administrativos para centrarse en los policiales.

Pero las cosas no debían ir por los derroteros presupuestados, a juzgar por lo que sucedió después. En la reunión que los Administradores Generales de Rentas de los diferentes partidos de la Provincia de Extremadura celebraron en Badajoz, el día 22 de mayo de 1780, llegaron a varias conclusiones sobre la situación de las rentas y lo ineficaz que se había mostrado el resguardo establecido siguiendo las normas dictadas por Bernardo de Ricarte. De su Reglamento criticaban, al margen de otras consideraciones, que no hubiera situado las competencias de los funcionarios de la Hacienda por encima de las atribuciones de los militares que comandaban unas partidas cuyo principal empeño era promover recursos y querellas entre sus integrantes.

En su análisis expresan el convencimiento de que, aparte de la mencionada, existen otras causas que han contribuido a convertir en problema lo que se había concebido como solución, comenzando por el dilatado número

de jefes “en quienes está compartido el mando del resguardo, considerándose cada uno absoluto y sin reconocer superior en sus respectivos Departamentos”, lo que había provocado el surgimiento de una especie de reinos de taifas cuya coordinación resultaba imposible y de la que únicamente se beneficiaban los defraudadores. Dichas partidas, por su escasa actividad, se entregaban a menudo a toda clase de vicios y atropellos, lo que, unido a “la estancia continua en los pueblos, sin ocupación, los conduce a la desunión y a la discordia, y a que se enciendan en quejas y recursos”. Consideraban asimismo causa de estos males los inmoderados abusos que se cometían en los registros a los portugueses, habiéndose llegado al extremo, en Badajoz y otras plazas fronterizas, de descubrirles “hasta las partes más interiores de sus cuerpos, sin diferenciar en estos años a las personas de viso y circunstancias, de las de inferior clase”, incomodándoles de tal forma que les había disuadido de las abundantes compras de tabaco en polvo a las que antes eran tan aficionados. Todo este sombrío panorama se inscribía en unos tiempos de crisis agrarias que retraían a todo el mundo del consumo de estos productos e impulsaban a muchos individuos al contrabando por no encontrar quien “los acoja y emplee en sus útiles ministerios para subsistir y auxiliar a sus infelices familias²⁶. La segunda parte del Informe se dedica a exponer brevemente los medios que estimaban necesarios para contener tan visibles daños.

Quedan muchas dudas sobre la eficacia de estas medidas, que no debió ser excesiva, a juzgar por la prolífica legislación destinada a combatir el contrabando que se promulgó

²⁵ AGS. DGR. 2^o r, 495.

²⁶ AGS. SSH, 2.235.

en las décadas finales de la centuria y por la creciente militarización a que se vio sometida la frontera. Pruebas evidentes, en uno y otro caso, de que las cosas no discurrían por los cauces que los Administradores Generales de Badajoz, Cáceres, Trujillo y Plasencia habían querido encauzarlas y de que no encontraron entre los mismos a quienes se dirigía una calurosa cogida.

Todos los datos que conocemos apuntan a que a finales del siglo XVIII, por razones que tenían mucho que ver con el temor desencadenado como consecuencia de algunos sucesos acaecidos a mediados de siglo, con las frecuentes levas de soldados que se llevaban a cabo, con las difíciles condiciones socioeconómicas de Extremadura y con el modo en que las crisis agrarias repercutieron sobre su territorio, pero también con la especial situación del comercio exterior creada con las medidas reformistas de Carlos III, se había llegado a tal exceso en las prácticas del contrabando que las autoridades intentaron erradicarlo, con todos los medios a su alcance y en el marco de una política general de persecución de las actividades delictivas. Producto de su interés es el corpus legislativo específico que, a partir de los años ochenta, se elabora y que en 1801 se encargó de compilar Mariano Domínguez Caballero, Intendente General de la Provincia de Extremadura nombrado por el Príncipe de la Paz. A él se debe la publicación ese mismo año, en Plasencia, de la *Colección de todas las instrucciones generales y particulares, reales órdenes y declaraciones mandadas expedir y observar para la persecución y aprehensión de ladrones, contrabandistas, desertores, vagos y toda clase de malhechores en todo el reyno, comunicadas por la suprema junta de*

*estado y ministerios de gracia y justicia, guerra y hacienda a los Capitanes generales, chancillerías, audiencias, intendentes, juntas principales provinciales de rentas reales, gobernadores, corregidores y justicias ordinarias*²⁷. Pese a la amplitud de la documentación referida, las piezas centrales, sobre las que se articulan otras que las complementan, serían las *Reales Instrucciones* de 29 de junio de 1784, la de 18 de julio de 1791, la de 15 de octubre de 1794 y la *Real Orden* de 26 de octubre de 1794, promulgadas con carácter general algunas, pero dirigidas otras de forma específica a combatir los excesos que se estaban cometiendo en Andalucía y Extremadura.

Ante el fracaso evidente de las medidas coercitivas puestas en marcha, se buscan otras alternativas para, si no cortar de raíz el problema, al menos controlarlo. Se acude entonces, como ya en 1783 se había hecho y con el consabido resultado de la posterior legislación de 1784, a las medidas de gracia y se emprende el camino de la reinserción social para todos aquellos acusados de tráfico ilegal de mercancías que quisieran acogerse a ella. En esta dirección se ha de entender el *Indulto General* del delito de contrabando concedido por *Real Decreto de 12 de enero de 1791*, cuya finalidad primordial era la de "contener los daños que causan al Estado y a mi Real Hazienda las numerosas quadrillas de contrabandistas y malhechores, que con perjuicio de la seguridad pública vagan, cometiendo toda clase de exesos en las Provinzias del Reino, y singularmente en las de Andalucía y Extremadura"²⁸.

A partir del estallido revolucionario francés, el miedo de la católica monarquía

²⁷ Archivo Municipal de Arroyo de la Luz (AMAL), 26, expte. 23.

²⁸ AMAL, 22, expte. 66. "Real Decreto que el Rey se ha servido comunicarme, conzediendo yndulto general del delito del contrabando, en la forma que se expresa".

hispana hacia todo lo que se relacionara, directa o indirectamente, con el vecino país hace que se ponga en práctica uno de los más extraordinarios y eficientes “cordones sanitarios” que se han desplegado en la historia. Motivo de recelo serán a partir de entonces, no sólo los puestos fronterizos con Francia y sus territorios inmediatos, sino todos los de Portugal, donde los papeles considerados sediciosos, folletos de propaganda, mercancías y personas se verán sometidos a una estrecha vigilancia. En el caso de estas últimas, dicha política se concreta en toda una larga serie de disposiciones que, del verano de 1791 en adelante, y hasta el año 1807, procurarán saber quién es quién en todo momento, tenerlo localizado y, lo que es más importante, controlar sus movimientos. Por *Real Cédula de 20 de julio de 1791* se requería a las justicias para que realizaran *matrículas* de los extranjeros residentes en España, distinguiendo entre transeúntes y domiciliados, al tiempo que se fijaban las reglas que debían observarse con aquellos que tuvieran esta condición²⁹. La frontera de Portugal también experimentó el rigor de estas medidas, encaminadas a controlar los movimientos de población que se producían a través de La Raya.

No pasó desapercibido el problema del contrabando a los Visitadores que la Real Audiencia de Extremadura envió en 1791 a reconocer el territorio sobre el que recaería posteriormente la administración de su justicia. Acerca de él se explayó el del Partido de Llerena, el oidor Juan José de Alfranca y Castellote, en el *Informe* que presentó el 29 de mayo de 1791³⁰ ante el Regente de la Audiencia, Arias Antonio Mon y Velarde, artífice de una *Instrucción secreta* para que los visitadores averiguaran todo lo referido al

contrabando en sus respectivas demarcaciones; en la zona norte lo haría el visitador del Partido de Coria, el oidor Francisco Javier de Contreras. El mejor control de la frontera fue una razón más que añadir a las argumentadas por las ciudades extremeñas que suscribieron la petición de crear en Extremadura una Real Audiencia y que culminó con su establecimiento, en Cáceres, en 1791.

V. Contrabando y contrabandistas en la frontera de Portugal

En los territorios fronterizos muchos eran lo que aparentaban, pero otros tantos, sin aparentarlo, se sabía perfectamente lo que eran. El desdoblamiento de funciones que conllevaban las prácticas comerciales fraudulentas era sabido por quienes formaban el entorno del contrabandista, pero éste procuraba maquillar su condición de las más diversas maneras. De regatones, arrieros, trajinantes, buhoneros y personajes del más variopinto pelaje, la frontera estuvo siempre repleta y campaban a sus anchas por una tierra en la que ellos definían las condiciones en que se llevaban a cabo los intercambios comerciales, tanto los legales, como los que, sin serlo, tenían esta cobertura.

Canga Argüelles define el contrabando como “el comercio que se hace con géneros cuya venta se halla prohibida por las leyes, por reputarse dañosa a la industria propia, o con efectos cuyo tráfico está concentrado en manos del soberano”; ahora bien, prosigue el ilustre ovetense, “como el fin principal de las leyes es el bien y la prosperidad del Estado, de aquí nace que el que se desentiende de su obediencia sufre el rigor de las penas con que se asegura su cumplimiento”³¹. El

²⁹ AMAL, 24, expte. 87, nº 3: “Órdenes sobre matrícula y demás de extranjeros”.

³⁰ AHPC. RAEX. *Interrogatorio de 1791. Partido de Llerena*, leg. 641, expte. 3.

³¹ CANGA ARGÜELLES, J.: *Diccionario de Hacienda*. I. BAE (210), 1968, p. 13.

Diccionario de Autoridades, por su parte, considera contrabandista al que “vive y se mantiene de introducir mercaderías y géneros de contrabando” y que, por otro nombre, es conocido como metedor³². De aquél y de éstos siempre se tiene la sospecha de que puedan existir entre localidades limítrofes de países distintos, pero difícilmente se encuentran datos para estudiarlos.

Diferentes autores que se han ocupado del tema consideran las prácticas comerciales ilegales que se desarrollan en la frontera, esto es, el contrabando, como el “hijo bastardo” de La Raya³³. Sin embargo, desde el punto de vista histórico, más que hijo bastardo, el contrabando es un *modus vivendi* que es visto por quienes lo realizan o lo amparan como algo natural y que, durante los primeros siglos de la modernidad, no fue perseguido con especial saña por la monarquía, atenta siempre a favorecer el poblamiento de una línea que servía para afirmar su soberanía en un espacio discutido. Por tal razón, y a la sombra de una legislación un tanto flexible en sus comienzos, la frontera servirá de amparo para gentes de toda condición y de abrigo para individuos que tenían cuentas pendientes con la justicia. Será a partir del siglo XVIII, coincidiendo con la reforma del Estado que la dinastía borbónica emprende, con ciertos sucesos que sobrevinieron a mediados de la centuria y con una coyuntura económica complicada, cuando la percepción que se había tenido del problema se modifique hasta ver en el contrabando y en los contrabandistas una actividad y unos individuos tan perjudiciales para la salud pública que convendría poner a buen recaudo, si se pretendían llevar a cabo con solvencia las políticas económicas reformistas.

Hemos tenido que esperar varios siglos para poner tras rejas de papel a quienes en Extremadura hacían de estas prácticas su modo de vida, pero creo que el botín ha merecido la pena: conseguimos atraparles en 1752; durante los memorables sucesos acaecidos en el motín de Ceclavín el año 1755 —acontecimiento cuyo relato ocuparía un espacio del que ahora no dispongo, pero que ha despertado un interés extraordinario en la sociedad extremeña actual—; en 1804 y en 1832. Lo cual ha permitido conocer sus nombres, los géneros con los que traficaban, cómo y por dónde se movían y, sobre todo, quiénes eran y por qué lo hacían. Es posible percibir así los rasgos de unas figuras tan consustanciales a la historia de Extremadura como su paisaje, los mochileros, los trajineros, los arrieros y las gentes de la más variada naturaleza y condición social para quienes la frontera era esa tierra de nadie en la que se movían a sus anchas. Todos ellos aparecen cargados de literatura y de leyenda, pero sus vidas esconden una realidad de perfiles no muy distintos a la de la inmensa mayoría de sus paisanos. La antropología y el folklore nos han proporcionado una rica imagen de estos contrabandistas; para la historia queda ahora ir tras sus pasos, recuperarlos para su discurso y convertirlos en lo que verdaderamente fueron en su mayor parte: hombres que no reconocían más fronteras que las de la supervivencia en una tierra plagada de desigualdades y sin más horizontes que aquellos que se empeñaron en contemplar las oligarquías de campanario que la dominaban.

En su seno cabía un variado espectro social que abarcaba desde el simple mochilero que sobre sus espaldas transportaba mercancías pequeñas, pero muy apreciadas

³² Edic. facs. Madrid, 1990. Tomo II, p. 559.

³³ BALLESTEROS DONCEL, A.: “Los Mochileros”, *Revista de Extremadura*, 7 (1992), pp. 33-36.

por su valor, hasta los contrabandistas a mayor escala, entre los que era posible encontrar a personas acomodadas de los pueblos fronterizos, sin olvidar la amplia saga de delincuentes que para sobrevivir no tenían más remedio que acudir al contrabando y engrosar la considerable nómina de bandoleros-contrabandistas, según calificativo de S. Madrazo³⁴. Las taxonomías que propone Madrazo para caracterizar a estos grupos marginales, aunque concebidas originariamente para el bandolero del siglo XIX que reflejan la literatura y la tradición popular, contienen algunos elementos de los que participa también el contrabandista, como su proliferación en épocas de crisis económica y en un ambiente de pobreza, o el hecho de estar ligado al comercio y necesitar de unos contactos que le procuren información. No casa, por el contrario, con estos contrabandistas, su afirmación de que, antes de ejercer esa actividad, "fue o será bandolero o ambas cosas a la vez", pero sí que en sus localidades se les consideraba empleados en un "negocio tan respetable como cualquiera", sólo calificado de "criminal" por los gobiernos que le perseguían³⁵. Entre otros motivos, porque había una actitud bastante laxa respecto al contrabando, según ya había advertido con su preclara sagacidad Florida-Blanca en la *Instrucción reservada*, que admitía "todo género de fraudes en la conciencia" y que era preciso combatir por todos los medios, solicitando incluso declaraciones pontificias que proscribieran doctrina tan perniciosa³⁶. En resumen, nuestro contrabandista difiere asimismo de los bandidos de E.J. Hobsbawm y de los bandoleros propiamente dichos, en tanto que se encuentra en las formas precapitalistas, pero también en el capitalismo más desarrollado.

Como quiera que fuere, unos y otros se

valían de unas redes de intercambios en las que contaban con colaboradores a ambos lados de La Raya, que se fueron configurando desde siglos atrás y cuyos entresijos, caminos y sendas pasaban de generación en generación como el secreto mejor guardado de la frontera. En ellas participaban aviadores, espías, encubridores, informadores, mercaderes y revendedores; las mismas autoridades que debían controlarlo en los puestos aduaneros o los cuerpos de milicias encargados de combatirlo; no faltaban tampoco funcionarios de la administración de rentas que para incrementar los valores de las que recaudaban, como eran las alcabalas, no ponían reparos a la introducción de determinados productos. Todo aquel que perseguía un mínimo beneficio y quería asumir un cierto grado de riesgo encontraba en la frontera un territorio abierto y expedito en el que sólo hacían preguntas y averiguaciones quienes pretendían garantizar el cumplimiento de la ley. Y la recompensa de estos últimos fue en ocasiones peor que el castigo que se imponía a los reos que apresaban, según tuvieron ocasión de comprobar en sus propias carnes algunos de estos eficientes funcionarios que, no sabemos si como premio o castigo, se les destinó a estos territorios donde terminaron sus vidas bajo la amenaza de los propios contrabandistas, por un lado, y del peso de la ley que ellos habían tratado de imponer, por el otro. Malo para el contrabando era topar con un funcionario de recto proceder, pero peor que el funcionario cayera en las trampas que los contrabandistas y sus cómplices les tendían a menudo. Hora es ya de que a todos estos personajes se les vaya poniendo nombre, se narre su historia y se sepa de lo que fueron capaces. A ello se dedica, *in extenso*, el capítulo final del libro.

³⁴ MADRAZO, S.: *El sistema de transportes en España, 1750-1850*. Vol. II, *El tráfico y los servicios*. Madrid, 1984, pp. 578-581.

³⁵ MADRAZO, S.: *Op. cit.*, p. 528. El calificativo de "criminal" lo destaca E.J. Hobsbawm en *Bandidos*. Barcelona, 1976, nota 10, p. 42.

³⁶ BAE, LIX, p. 248.

Conclusiones

Este Proyecto de investigación, cuyos resultados iniciales más destacados he resumido en las páginas anteriores, obedece a un interés personal, se ha concebido a largo plazo y desarrollado hasta ahora sin ninguna clase de ayuda. Es previsible que en un futuro inmediato dé nuevos frutos que ampliarán considerablemente nuestro conocimiento del área fronteriza, a juzgar por los materiales que he seguido recogiendo. Aprovecho, en consecuencia, la ocasión que me ofrecen las páginas de esta revista para hacer una llamada a cuantos investigadores portugueses se encuentren interesados en la frontera para aunar esfuerzos y completar, desde la óptica multidisciplinar, el estudio de un espacio cuyo interés, paradójicamente, aumenta cuando ya no existen los hitos que lo definieron.

Entre las conclusiones que quisiera destacar, la primera concierne a las distintas caracterizaciones que se obtienen de la frontera y que varían con relación a la época a que se encuentren referidas. A finales de la Edad Media se percibe como un espacio en el que predomina su condición de baluarte defensivo al que asoman unos intercambios comerciales, todavía de poca entidad, pero que adelantan lo que durante la Edad Moderna significará la frontera. En el siglo XVI ha cedido su consideración militar en provecho de una Hacienda que, mediante el establecimiento de puestos aduaneros, trata de precisar la demarcación fronteriza, en un intento de controlar los tráficos comerciales que se producían en dirección a Portugal, claramente favorables entonces para la rudimentaria balanza comercial castellana; al final de la centuria, tras la unión de las dos coronas, estos primeros puestos aduaneros o tablas dejan de funcionar temporalmente, pero no desaparecen las suspicacias y recelos entre los dos reinos.

Durante los primeros años del siglo XVII, tras restablecerse el sistema de vigilancia aduanera, se mantiene su condición de espacio abierto al comercio para, a mediados de siglo, recuperar su antiguo carácter militar. Al finalizar la Guerra de Restauración se recuperan los intercambios comerciales en el espacio rayano, que vuelven a interrumpirse durante la Guerra de Sucesión, tras la cual se acometerá la reorganización del sistema aduanero. Después de unos primeros intentos, todavía vacilantes, de 1739 en adelante se reforma, primero, la administración aduanera; después, se refuerza el sistema de vigilancia en el marco de una política comercial informada por un mercantilismo tardío cuya consecuencia directa, inmediata y previsible resulta ser el contrabando.

En las décadas centrales del siglo XVIII la balanza comercial comienza a inclinarse del lado de los portugueses, esto sin contar todo lo que entraba y no se detectaba y contra lo que muy poco consiguieron los sucesivos arreglos de los resguardos, la ampliación del espacio vigilado y la sistematización legislativa que se llevó a efecto y puso en práctica. En el siglo XIX se entra bajo parámetros muy similares a los desplegados a finales del XVIII, agravados por el enfrentamiento de la Guerra de las Naranjas y con la salvedad de que, a medida que pasa el tiempo, la balanza comercial invierte sus términos en beneficio de las exportaciones españolas, circunstancia que aquí sólo se apunta como hipótesis y a la espera de contar con un volumen de documentación al que recurrir de similares dimensiones al utilizado para los siglos de la Edad Moderna.

La frontera, por su misma condición de tierra de nadie, fue siempre un espacio de libertad a cuya sombra se acogieron individuos que, huyendo de la justicia, añadieron un grado de marginalidad a las prácticas comerciales que en sus intermediaciones se

desarrollaban y propiciaron el surgimiento de los que después, en el siglo XIX, recibirían el calificativo de bandoleros-contrabandistas. Estos últimos no fueron perseguidos con excesivo interés, ni antes lo habían sido quienes les precedieron en tales menesteres. Tampoco se puso especial empeño en vigilar el excesivo número de armas que en la frontera y sus inmediaciones albergaban sus vecinos, con lo cual los monarcas se hallaron ante la disyuntiva de mantener armados a los fronterizos, como primera línea de defensa frente a Portugal, o darles el escarmiento ejemplar que aconsejaban los funcionarios de la Hacienda y los militares en 1755. A fin de cuentas, ellos eran la vanguardia que ambos estados mantenían —o creían mantener— para garantizar la defensa de un territorio sobre el que sus respectivos gobiernos proyectaron unas políticas hostiles. Algo bien distinto es que con ese mirar hacia otro lado el asunto se les fuera de las manos y tuviera lugar lo sucedido en Ceclavín. De cualquier modo, son riesgos que los monarcas asumían como medio de garantizar la integridad de su territorio y a costa de que se pudieran producir algunos desmanes.

Transcurridos unos años y consumados hasta sus últimas circunstancias los acuerdos de la Comunidad Europea que eliminan las barreras aduaneras entre países, el contrabando tradicional, ese que como forma de vida practicaba una parte considerable de los hombres y mujeres de La Raya, habrá desaparecido, con todos los matices que en lo cultural y lo social

generaron esos intercambios que al margen de la ley —en este caso de la ley del fisco— no perjudicaban los intereses de las localidades que les cobijaban. De cualquier modo, esos quehaceres fueron, en la mayor parte de la historia, una vía abierta entre dos pueblos cuyos gobernantes no entendían más que de disputas, frente a las solidaridades que generaba el cotidiano transcurrir fronterizo. Algo bien distinto es el grado de marginalidad que el otro contrabando, el realizado a gran escala y con productos que todos sabemos, encierra en la actualidad.

Sirva, por último, lo hasta aquí expuesto como una pequeña muestra de las múltiples y atractivas posibilidades que un estudio del área fronteriza ofrece a la historiografía. Muchos de los temas tratados deberán ampliarse en el futuro, si se quiere recomponer con cierta solvencia el marco de relaciones que entre ambos países se mantuvo durante los tiempos modernos. Éste será el mejor modo de arrumbar esas barreras que han mantenido de espaldas, cuando no uno frente a otro, a pueblos y territorios cuyas afinidades son mucho mayores que las diferencias que entre ambos se hayan podido dirimir. Así se evitarán expresiones como aquélla de nuestro eficiente funcionario, Fernando Costas Castillo, cuando informaba, no sin sorpresa, que “aun por los naturales más visibles y antiguos de la Provincia (de Extremadura) se sepa de aquí de lo que pasa en lo interior de Portugal lo mismo que del Malvar o Cochinchina”.

A Figura e a Obra de Martim Afonso de Sousa*

Alexandra Pelúcia**



Em época de comemorações do quinto centenário do descobrimento da terra de Vera Cruz, houve outra efeméride associada à história luso-brasileira que passou praticamente despercebida aos programas oficiais gizados e implementados em ambas as margens do Atlântico. Referimos-nos ao nascimento de Martim Afonso de Sousa, ocorrido em Vila Viçosa, exactamente no mesmo ano em que a armada comandada por Pedro Álvares Cabral fundeou junto a Porto Seguro.

Se a acção da esquadra cabralina se traduziu na incorporação de um novo domínio no império ultramarino português, cuja importância se haveria de revelar fulcral ao longo do século XVI e das centúrias seguintes, convém não esquecer que, trinta anos decorridos sobre o descobrimento, foi Martim Afonso de Sousa quem personificou o inequívoco interesse da Coroa lusa por aquela região do Novo Mundo ao comandar a expedição que afugentou dali a perigosa concorrência francesa e desencadeou a colonização do território.

Tendo Martim Afonso de Sousa ocupado até à data da sua morte, em 1571, uma posição deveras relevante tanto no âmbito da expansão ultramarina, como no da sociedade cortesã quinhentista, consideramos que a melhor maneira de evocar a sua figura não residirá no desenrolar da sua biografia, que de resto se encontra já relativamente desenvolvida em várias obras, mas sim em privilegiar uma linha de análise mais específica e inovadora, a qual vem ao encontro dos objectivos de trabalhos de investigação que temos vindo a desenvolver. Trata-se, concretamente, de começar a descortinar quais foram os mecanismos e circunstâncias que permitiram a Martim Afonso de Sousa construir uma carreira

* Conferência proferida a 16 de Setembro de 2000 nos Paços do Concelho de Vila Viçosa

** Licenciada em História

singular e, em simultâneo, favorecer a sua própria estrutura familiar.

O primeiro aspecto que deve prender a nossa atenção é, precisamente, a antiguidade e a importância sócio-política da linhagem dos Sosas. Com efeito, Martim Afonso e a sua parentela eram descendentes da união matrimonial que se verificara, no século XIII, entre Martim Afonso Chichorro, filho ilegítimo de D. Afonso III, e D. Inês Lourenço, dama em cujas veias corria o sangue dos senhores de Sousa, ou seja, de uma das chamadas famílias fundadoras da nacionalidade portuguesa, que se extinguiu por aquela época na falta de quaisquer herdeiros varões, legítimos ou bastardos.

As sucessivas gerações de Sosas que resultaram do enlace acima nomeado tiveram como característica comum o facto de serem detentoras de um significativo prestígio político-social, que foi sendo cimentado e ampliado ao longo dos tempos graças ao desempenho de inúmeras missões e funções de responsabilidade em prol da Casa Real portuguesa, colhendo, a título de recompensa, mercês de diversa natureza.

Sob a égide da dinastia de Avis, o clã dos Sosas aprofundou a sua tradição de serviço em prol da Coroa. Exemplo disso foram os tios-avôs de Martim Afonso, a saber, Fernão de Sousa, que acumulou o senhorio de Gouveia com diversas alcaidarias-mores; Rui de Sousa, que se destacou no reinado de D. João II como almotacé-mor e embaixador; Vasco Martins de Sousa Chichorro, que serviu D. Afonso V como capitão dos ginetes; e João de Sousa, que exerceu iguais funções junto de D. Fernando, infante e duque de Viseu.

O peso da família pode também ser aquilatado pela circunstância de Pedro de Sousa, avô da nossa persoangem, se ter

distinguido como embaixador de D. Afonso V e aio do terceiro duque de Bragança, D. Fernando. A ligação dos Sosas à casa senhorial brigantina não cessou aí, já que também o pai de Martim Afonso, Lopo de Sousa, serviu de aio ao duque D. Jaime, vindo por este a ser elevado ao estatuto de alcaide-mor de Bragança. Sendo Vila Viçosa um dos domínios mais embemáticos do ducado e registando-se um forte elo dos Sosas a ele, não surpreende pois que Martim Afonso aqui tenha vindo nascer.

Pertencendo a uma família influente e contando também com o precioso apoio da casa nobre mais importante do Reino, a seguir à do próprio monarca, o fidalgo fez a sua entrada na corte aos dezasseis anos de idade, passando a ser, juntamente com o seu primo co-irmão, D. António de Ataíde, senhor da Castanheira, um dos mais próximos e fiéis companheiros de juventude do príncipe herdeiro, futuro D. João III.

Atentando no prestígio associado ao nome Sousa, na intimidade existente entre Martim Afonso e o sucessor de D. Manuel I, bem como nas capacidades militares de que o jovem deu conta durante uma estadia demorada em Castela (1523-1525) e no poder granjeado por seu primo, D. António de Ataíde, ao tornar-se, em 1530, vedor da Fazenda Real e, por arrastamento, um dos principais colaboradores do *Pedoso*, ficamos habilitados para compreender as razões que levaram o monarca a confiar-lhe o comando supremo da frota que, nos finais daquele mesmo ano, rumou em direcção ao litoral brasileiro.

Desde há algum tempo àquela parte, a Coroa lusa vinha tomando consciência dos novos interesses representados pelo território de Vera Cruz: não se tratava já apenas de um ponto de apoio à Carreira da Índia, que

importava reconhecer e conservar, mas de um espaço que se revelara abundante em recursos naturais, com destaque para o pau-brasil, e cuja exploração económica se augurava promissora. Atraídos pelos mesmos motivos, os Franceses tinham começado a frequentar a zona, pelo que se tinham tornado uma ameaça à soberania portuguesa e deviam ser afastados a todo o custo. Mais, com o intuito de tornar a presença nacional mais sólida e lucrativa, seria imprescindível iniciar o povoamento e avaliar as potencialidades quer do solo, quer do sub-solo.

A missão de Martim Afonso de Sousa prolongou-se por cerca de três anos, saldando-se por um verdadeiro êxito e confirmando as melhores expectativas de D. João III. De facto, foi a acção do fidalgo que marcou a dinamização da exploração económica e da colonização do Brasil na sequência de vários recontros vitoriosos com embarcações francesas, da introdução da cultura da cana-de-açúcar e da instalação de núcleos de povoamento na área de S. Vicente.

Os prémios que o soberano reservou para Martim Afonso atestam bem o grau de satisfação provocado pelo seu desempenho político-militar. Desta sorte, D. João III cumulou-o, em 1534, com duas capitánias brasileiras de importância reconhecida (Rio de Janeiro e S. Vicente) e as funções de capitão-mor do mar da Índia, que o colocavam no segundo lugar da hierarquia oriental, logo abaixo do governador Nuno da Cunha, a quem Martim Afonso almejava substituir em breve.

Este propósito era perfeitamente assumido pelo gentil-homem na correspondência regularmente enviada ao rei e ao primo D. António de Ataíde, cujo poder se reforçara entretanto com a mercê do título de conde da Castanheira (1532), tendo reflexos negativos

óbvios no seu relacionamento com o governador da Índia, denunciando as fontes coevas os constantes choques de opinião entre ambos.

Martim Afonso de Sousa aproveitou a sua passagem pelos domínios do Estado Português da Índia (1534-1539) para valorizar o seu currículo e, sobretudo, a consideração que D. João III nutria por si. Conseguiu-o graças a assinaláveis êxitos de natureza bélica e diplomática, nomeadamente, a conquista de Damão; o entendimento com o sultão de Cambaia, de que resultou o estabelecimento de uma feitoria portuguesa em Diu; a tomada da ilha de Repelina, no âmbito da guerra crónica entre os reinos de Cochim e Calecute; e a derrota do corsário Patemanar, um dos fiéis do Samorim de Calecute, em batalha naval junto ao cabo Comorim.

O empenho manifestado pelo capitão-mor do mar da Índia não constituiu, todavia, um passaporte directo para o posto de governador, uma vez que Nuno da Cunha acabou por ser rendido por D. Garcia de Noronha, em 1538. Não se deve julgar que tal se tratou de uma prova de menor deferência da parte de D. João III, mas antes uma necessidade de dar primazia à recompensa de um antigo oficial do Estado da Índia, que para mais não era dotado de meios de fortuna e cuja idade era bastante mais avançada.

Martim Afonso sentiu-se, no entanto, desgostado, sentimento que o levou a abdicar do seu cargo e a regressar ao Reino em 1539. Tal decisão haveria de lhe custar o governo da Índia logo no ano seguinte, visto que, tendo morrido D. Garcia, foi aberta a primeira carta das vias de sucessão, encontrando-se nela o nome do nosso fidalgo. Na sua ausência, os selos da segunda tiveram de ser quebrados, ficando os destinos dos portugueses no Oriente sob a

tutela de D. Estevão da Gama.

O objectivo de Martim Afonso haveria de se concretizar em 1541, após a corte ter recebido as notícias respeitantes à situação da Índia. D. João III nomeou-o então governador, dando mais uma prova da grande confiança pessoal que nele depositava ao preferir os interesses de D. Estevão da Gama, que usufruía do apoio dos condes da Vidigueira e do Vimioso. Estamos em crer que esta divergência, a que se somaria alguma ânsia de poder após vários anos de espera, impeliu Martim Afonso de Sousa a exigir do filho do descobridor do caminho marítimo para a Índia uma célere transmissão de poderes e a instaurar um processo de investigação à sua administração, certamente na esperança de detectar algum erro ou qualquer espécie de fraude que originasse a sua condenação.

Sucedeu que D. Estevão da Gama escapou incólume da investigação. Ao invés, Martim Afonso aproveitou o seu governo, que durou de 1542 a 1545, para aumentar consideravelmente a sua fortuna pessoal, bem como para favorecer os parentes (os Sás maternos e os Sousas paternos) que serviam no Oriente, proporcionando-lhes rentáveis viagens e cargos de natureza administrativa e militar, a ponto de suscitar o envio de queixas ao monarca. Esta era, na verdade, uma prática comum entre os dirigentes de copúla do Estado da Índia. Julgamos, porém, que Martim Afonso deverá ter extrapolado aquilo que era considerado normal e aceitável para a época, pelo menos a avaliar pela circunstância de os membros da sua rede familiar que operavam nos domínios ultramarinos terem sido objecto de numerosas mercês e promoções, exactamente a partir da época em que ele começou a sua carreira extra-europeia. Para tal terão sido decisivos os

êxitos desta, mas também o acesso privilegiado que Martim Afonso tinha ao principal colaborador do rei, o seu primo D. António, e ao próprio D. João III, de quem era amigo desde os tempos de juventude.

Ao longo do seu reinado, D. João III revelou a tendência de renovar o mandato dos governadores da Índia que seguiam uma política de cariz centralizador, consentâneo com os interesses da Coroa. Notámos já que esse não foi o caso de Martim Afonso de Sousa, sendo ainda de frisar que o fidalgo não foi reconduzido no posto em 1545, embarcando de volta a Portugal. Poderíamos ser levados a pensar que tal sucedeu em virtude do eventual descontentamento do soberano ante a conduta do amigo, mas não devemos ignorar que, muito antes de concluir a sua comissão de serviço, o fidalgo manifestou a sua indisponibilidade para permanecer no topo do funcionalismo português no Oriente.

Subsiste, pois, uma sombra de dúvida sobre a avaliação que o *Piedoso* fez da administração de Martim Afonso de Sousa. Talvez que os antigos laços que os uniam tenham contribuído para mitigar um possível descontentamento. Certo é que Martim Afonso continuou a usufruir do favor real, mas não tanto quanto desejaria como se deduz das linhas que dedica ao assunto na sua auto-biografia. Neste contexto, não se nos afigura descabido sustentar que as relações entre o monarca e o fidalgo poderão ter sofrido algum esfriamento, contudo nunca a ponto de o último ver desvalorizado o seu estatuto social e político. Caso contrário, dificilmente Martim Afonso de Sousa se poderia ter afirmado como um dos principais conselheiros da rainha D. Catarina durante a menoridade de D. Sebastião, como efectivamente se verificou.

Bibliografia Resumida

ALBUQUERQUE, Luís de, «Martim Afonso de Sousa», in *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses*, vol. II, s.l., Editorial Caminho, 1987, pp. 74-93.

IDEM (dir.), *Martim Afonso de Sousa*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

BARROS, João de; Diogo do Couto, *Da Ásia*, 24 vols., Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973-1975.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1979.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975.

COSTA, João Paulo Oliveira e, «A Nobreza e a Expansão. Particularidades de um Fenómeno Social complexo», in *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos*, coor. João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 11-51.

COUTO, Jorge, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Cosmos, 1995.

CRUZ, Maria do Rosário Azevedo, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião*, 2 vols., s.l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

DIAS, Carlos Malheiro (dir.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, Porto, Litografia Nacional, 1924.

FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, s.l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

GAMEIRO, Odília, *A Construção das Memórias Nobiliárquicas Medievais. O Passado da Linhagem dos Senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

GAYO, M. J. da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. X, Braga, Carvalho de Bastos, 1992.

Livro de Linhagens do Século XVI, ed. António Machado de Faria, Lisboa, 1956.

PELÚCIA, Alexandra, «A Linhagem dos Sosas: Construção de uma Rede de Influência Ultramarina», comunicação apresentada ao *X Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa - A Baía e a Carreira da Índia, S. Salvador da Baía, 5 a 9 de Dezembro de 2000*, cujas actas aguardam publicação.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700*, s.l., Difel, s.d.

Públia Hortênsia de Castro: Uma Doutora Alentejana já no séc. XVI

Maria da Conceição Vilhena*

1. Actualmente, em Portugal, queixam-se as jovens da dificuldade que têm em entrar nas Universidades, por falta de vagas. Ora há pouco mais de um século queixavam-se as jovens de não terem o direito aos estudos universitários. A primeira mulher, que frequentou a Sorbonne, esperou doze anos até lhe ser dada a autorização de aí se inscrever. Doze anos de esperança adiada, de raiva e de perseverança. Porém no séc. XVI, na época áurea dos descobrimentos, já as mulheres se atreviam a pretender o acesso a tais estudos; e é duma dessas mulheres que vimos aqui falar. Chama-se Públia Hortênsia de Castro, nasceu em 1548 e faleceu em 1595. Ela é talvez, a primeira mulher licenciada e doutorada, em Portugal.

2. É relativamente vasto o painel das mulheres que, no séc. XVI, se distinguiram nos domínios da cultura. Conhecemo-las mal, porque nenhuma falou sobre si própria, suas aspirações, suas dificuldades em triunfar no mundo das letras. O pouco que sobre cada uma delas conhecemos foi-nos transmitido por aqueles homens que tiveram a oportunidade de as admirar. Informações mais ou menos documentadas, mais ou menos exactas, por nos terem sido transmitidas por sensibilidades diferentes, espartilhadas pelos preceitos e preconceitos da época. E escrevia-se de preferência sobre

rainhas e infantas, alargando-se os comentários dos escritores àquelas que com elas conviviam e se notabilizaram. Ora a nossa personagem não é de alta estirpe.

Como se explica então que uma moça da classe média tenha merecido louvores pelo seu saber? Como é que, nascida lá no interior do Alentejo, se lembrou dedicar-se, desde cedo, ao estudo das letras? O que poderá tê-la motivado?

A resposta a esta questão vai levar-nos a fazer uma rápida digressão por Évora e Vila Viçosa, as duas terras onde Públia Hortênsia nasceu, viveu e morreu.

Nasceu e viveu em Vila Viçosa; viveu e morreu em Évora.

Começemos por Vila Viçosa, sua terra natal, situada no Alto Alentejo, a pouco mais de 50 km de Évora. Aí nasceu Públia Hortênsia, em 1548, no seio de uma família fidalga, mas não de alta nobreza. Foram seus pais Branca Alves e Tomé de Castro, que, ao darem à filha um nome com sabor a requinte latino, mostraram possuir uma formação humanística. Segundo Joaquim José da Rocha Espanca em *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa*, não se trata de apelido mas de seu verdadeiro nome, pois é com ele que figura sempre nos documentos compulsados nos cartórios da terra, por este escritor.

Vila Viçosa era então uma pequena vila de "paisanos", com uns dois mil fogos. Mas era

* Professora Catedrática

Maria da Conceição Vilhena

também um grande centro de cultura, graças à presença dos duques de Bragança, cujo palácio deslumbrava os visitantes, pelo seu luxo e opulência. João Baptista Venturino, secretário do Cardeal Alexandrino, diz ser o palácio ducal de Vila Viçosa superior a todos os que viu em Espanha, à excepção do paço real de Madrid. Aí tiveram a sua corte, no tempo de Públia Hortênsia de Castro, os duques D. Teodósio I, D. João I e D. Teodósio II. A formação literária e científica destes duques fora adquirida em Portugal e no estrangeiro. Na Casa de Bragança todos os seus membros, masculinos e femininos, se impunham pela sua cultura humanística. Eram espíritos do Renascimento, discípulos de Cataldo Sículo, Diogo de Gouveia e Diogo de Teive, entre outros.

D. Jaime (filho) foi vice-reitor da universidade de Coimbra; e D. Teotónio, futuro Arcebispo de Évora, depois de frequentar várias universidades, recebeu o futuro título de doutor em Teologia pela universidade de Bordéus.

Certamente que as senhoras da Casa de Bragança não frequentavam universidades ou colégios, mas as disciplinas do trivium e do quadrivium desde cedo foram ministradas adentro do Paço Ducal, com brilho incontestável; e foi assim, porque grandes professores, de renome internacional, foram chamados a aí ensinar, tais como Diogo Sigeu, de 1530 até 1550, especialista em latim, grego e hebraico. A filha, a grande erudita Luisa Sigea, nascida em 1530, aí poderá ter deslumbrado com seu saber; e ter dado às senhoras a apetência pelas letras.

A Diogo Sigeu sucedeu Juan Fernandes, que havia ensinado nas universidades de Salamanca e Coimbra. Em 1549, D. João III autoriza-o a ir para Vila Viçosa, para dirigir os estudos do duque D. João. Lá permanece durante cerca de trinta anos. Certamente que conheceu Públia Hortênsia, nascida um ano

antes da sua chegada; poderá até tê-la iniciado nos estudos e tê-la encorajado a propor-se “defender conclusões naturais e legais”, como viria a fazer.

Temos conhecimento de dois professores com o nome de António de Castro, ambos encarregados da educação de D. Teodósio II. O mais velho esteve encarregado da formação literária do duque e editou as obras de Cataldo Sículo, que dedicou à Infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel. O mais novo ensinou-lhe a matemática e foi autor de um *Tratado dos princípios da geometria e geografia*, que ficou manuscrito. O nome Castro permite-nos admitir a hipótese de que fossem familiares de Públia Hortênsia. Familiares que terão criado aquele ambiente propício ao desabrochar de um pequeno génio.

António Maldonado Ontiveros, médico e astrónomo espanhol, fundou escola em Vila Viçosa e aí ficou para sempre.

Maldonado deu a um seu trabalho o significativo título de *Dois breves Tratados sobre duas perguntas que se discutiram à mesa do Senhor D. Teodósio*.

O duque era também um generoso mecenas, que protegia colégios e patrocinava publicações, muitas das quais lhe foram dedicadas; e não só protegia o ensino das primeiras letras aos habitantes da vila, como projectou fundar uma universidade no Convento de Santo Agostinho, onde ainda funcionou uma classe de latim e outra de grego.

A biblioteca do palácio ducal era uma das grandes do país. D. Teodósio tinha agentes seus espalhados pelo estrangeiro, que lhe enviavam todas as informações de interesse. Com elas formou D. Teodósio *Os livros de muitas coisas*, no que mostrou que não desperdiçara os ensinamentos de seu mestre Diogo Sigeu.

Além da casa ducal de Bragança, que

funcionava como uma verdadeira corte do humanismo, o cultivo das letras exercia-se também nos seis conventos aí existentes. Eram estes providos de bibliotecas e as monjas dedicavam-se não apenas à oração, mas também a leituras variadas. O convento de freiras loias de Santa Clara havia sido fundado por D. Joana de Mendonça, segunda esposa do duque D. Jaime, pai de D. Teodósio. Destinava-se ao recolhimento de fidalgas e à sepultura das mulheres da Casa de Bragança. O Pe. Luís dos Anjos, em *Jardim de Portugal*, refere, entre vários nomes célebres de monjas de Vila Viçosa, o de Leonor do Espírito Santo, que mereceu das outras o título de “a nossa Doutora”.

Mulheres célebres ligadas a Vila Viçosa, são ainda D. Maria e D. Catarina, filhas do Infante D. Duarte e netas do rei D. Manuel; apesar de terem sido criadas na corte de D. João III, faziam longas estadias em Vila Viçosa, pois D. Isabel, sua mãe, era irmã de D. Teodósio. Juntamente com o irmão, de nome Duarte como o pai, aí estudaram astronomia, aritmética e música, sob a direcção de Domingos Peres, licenciado em Matemática e Teologia.

D. Teodósio faleceu em 1563, tinha Públia Hortênsia 15 anos. Sucedeu-lhe o filho, D. João, 6.º duque de Bragança, casado, nesse mesmo ano, com a D. Catarina, acima referida. Esta duquesa, (oito anos mais velha que Públia Hortênsia) era admirada pela sua grande cultura, tanto no domínio das letras como das ciências. Consta ter-se encarregado ela própria da educação de seus filhos, a quem ensinava latim, grego, astronomia e matemática. É, pois, bem possível que sentissem prazer no convívio com Públia Hortênsia.

Depois da Casa Real em Lisboa, o Palácio de Vila Viçosa era a primeira Casa do Reino, com aproximadamente 350 pessoas no seu serviço, a que se juntavam mais de

uma centena de fidalgos, cavaleiros, escudeiros e moços de câmara. A sua proximidade com Évora e Almeirim, lugares onde a família real fazia longas estadias, contribuíram para que Vila Viçosa fosse o ponto de encontro de altas personalidades da política, da cultura e das artes. Manuel da Costa, notável jurista que foi professor nas universidades de Coimbra e Salamanca, chamou ao palácio ducal a sede de Ceres e Minerva: “um edifício sumptuoso, de interiores refulgentes de ouro”, onde se encontravam médicos, juristas, mestres e homens de letras protegidos pelo duque. Muitos tinham a seu cargo a formação não só dos filhos e irmãos do duque, mas também de outros familiares e amigos. D. Duarte neto de D. Manuel, aí teve como camareiro o poeta Pero Andrade de Caminha.

Públia Hortênsia, que se encontrava neste palácio, aquando da visita do Cardeal Alexandrino, de que falaremos adiante, não terá aí sentido despertar nela o gosto pela cultura?

3. Falaremos agora de Évora, que era então a segunda cidade do país, nela se tendo reunido as cortes 24 vezes, segundo Oliveira Neves, em *Cortes do Reino de Portugal*. Também em Évora se realizaram quatro concílios, no séc. XVI. Todas estas reuniões faziam ocorrer à cidade grande número de personalidades importantes, o que contribuía para elevar o nível social e intelectual do meio.

Além disso, Évora era uma cidade predilecta dos reis: D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, aí fizeram longas estadias; e até alguns príncipes aí nasceram.

D. João III foi mesmo chamado, por ironia, o rei de Évora.

Nos saraus da corte brilharam génios como Gil Vicente, Garcia de Resende, Bernardim Ribeiro; e ficaram célebres as grandes festas em Évora, como caçadas, torneios,

corridas de touros, procissões em que o profano rivalizava com o religioso, com danças, teatros e muita música. Nos relatos dessas festas fala-se de alvoroço, sumptuosidade, solenidade, aparato, alegria; e na descrição dos modos de divertir há muitas vezes a referência a “ricos inventos e novas coisas”. O Portugal da expansão era um mundo de coisas novas.

Évora era então um notável centro de tipografia, com 13 casas impressoras; e aí reinou a chamada “dinastia dos Burgos”, os melhores editores do país. A biblioteca pública de Évora ainda hoje é uma das melhores do país, nela existindo alguns milhares de livros publicados no séc. XVI, em Évora e outras cidades portuguesas, bem assim em Espanha, França, Itália, Alemanha, Inglaterra, Bélgica...

No reinado de D. João III, Évora passa a metrópole eclesiástica, em 24-IX-1540, sendo o seu primeiro arcebispo o Cardeal D. Henrique. Tendo tido por mestres Pedro Nunes, Nicolau Clenardo e Aires Barbosa, D. Henrique (que só seria cardeal em 1545) é um mecenas, que tentou fazer de Évora um burgo de arte; e se fez rodear de uma pequena corte de letrados, músicos e cantores. Levado pelo seu ideal renascentista, funda em Évora, em 1551, o Colégio do Espírito Santo, a partir do qual vai ser fundada a universidade, cuja inauguração solene teve lugar a 1-XI-1559. Aí vai ser ensinado o grego e o latim, a filosofia e a teologia. Mais tarde serão introduzidos os estudos de matemática, a geografia, a medicina e a astronomia.

No dia da inauguração da universidade, a população está eufórica. Évora vistosamente engalanada com brocados e verduras, danças, charamelas e trombetas, cavalgadas, teatro. Deslumbrante foi o cortejo de clérigos, religiosos, mestres, alunos e autoridades, em solene procissão, por entre uma multidão apinhada pelas ruas.

Públia Hortênsia tinha então onze anos; e talvez já estivesse iniciada no latim, pois o seu estudo, nesta época áurea do Renascimento, começava às vezes na idade de quatro anos. Públia Hortênsia deve ter ouvido o sermão, em latim, e deve ter conseguido acompanhar a peça de teatro *El-Rei Saúl*, igualmente em latim. Diz o cronista que, para os não humanistas, a mímica supriu as dificuldades do idioma; e, dos seis a sete mil espectadores que assistiam à representação, muitos se comoveram até às lágrimas.

Aos actos solenes de doutoramento que começaram a registar-se logo no ano seguinte, havia igualmente uma grande afluência de público; bem assim na distribuição de prémios que todos os anos tinham lugar no fim do ano escolar. Tudo isto devia constituir um forte estímulo ao sonho de uma menina com paixão pelo estudo.

Ao abrir a universidade, o número de alunos andava pelos 300; e no ano seguinte já havia duplicado. Para estes 600 alunos havia apenas uma vintena de mestres, o que nos permite supor terem as turmas uma média de 30 alunos. As idades destes eram muito variadas, sucedendo ver-se rapazinhos de 10 ou 12 anos a frequentar as mesmas aulas do que homens adultos.

Após a fundação da universidade, o número dos doutos, em Évora, é ainda mais elevado. De entre eles, vamos citar humanistas ilustres como Nicolau Clenardo, Luís de Molina e André de Resende, este último aí nascido e que aí viria a falecer. E não devemos esquecer o nome de mais eborenses que se afirmaram também nos domínios da cultura: Gomes Eanes de Azurara, Garcia de Resende, Afonso Álvares, Jerónimo Corte-Real, António Ribeiro Chiado, Fernão de Oliveira, Aquiles Estaço, Duarte Nunes de Leão, Frei Gaspar da Cruz, Duarte Galvão e muitos outros que seria longo enumerar.

Évora, cadinho de arte e cultura, é ainda frequentada por arquitectos, escultores, entalhadores, douradores, iluminadores, que aí deixaram as marcas das suas actividades. Por isso ela é não só centro irradiante de política e saber, mas também uma cidade rica em templos, igrejas, conventos e palácios, que ostentam sumptuosidade e magnificência.

Com a criação da universidade, povoaram-se ainda as suas ruas de uma população jovem, irreverente e alegre.

Mas este escol não era apenas masculino, muitas mulheres de então tendo ficado com o nome na história, pelo lugar que ocupavam no domínio das letras: esposas e mães, jovens solteiras, religiosas...

Esposas e mães são aquelas que levam ao Cardeal uma carta, a protestar por não serem admitidas aos actos universitários, realizados na capela da universidade. O cardeal reflecte, reconhece o bem fundado da sua reclamação, constrói uma grande igreja com espaço para todos e elas vêem coroada de êxito a luta pelos seus direitos. As senhoras eborenses do séc. XVI já sabiam o que era reivindicar.

Daquelas que mais se distinguiram nas letras, conservou-se a memória de alguns nomes, como o de Leonor de Meneses, filha dos marqueses de Vila Real e tradutora de Marco António Sabélico; Maria de Mesquita Pimentel, tão santa quanto erudita, autora de uma *Vida de Cristo*; Margarida de Noronha, filha dos condes de Linhares, freira eloquente na língua latina, autora de alguns tratados eruditos; Helena da Silva, freira, autora de um famoso poema da *Paixão de Cristo*; e Joana da Gama, que nos deixou, além de "Ditos diversos feitos por uma freira da terceira regra", alguns sonetos, vilancetes e trovas de grande qualidade literária. Daí o chamar-se a Évora "luzeiro de inteligência e cadinho de virtudes femininas".

4. As notícias que chegaram até nós, sobre Públia Hortênsia de Castro reúnem história e lenda. Começamos pela história, constituída por sete documentos, que vamos apresentar por ordem cronológica, relativamente à vida de Públia Hortênsia e não à data da sua descoberta ou publicação.

O mais antigo documento data de 1565 e foi produzido por André de Resende, que se encontrava então em Évora, sua terra natal. Algo de inusitado, maravilhoso, sucede na cidade, que o deixa agradavelmente estupefacto. Ora o insigne humanista estava para escrever a um amigo, afamado jurista espanhol, de nome Bartholomeu Fria Albernotio, a quem havia sido negada a entrada em Évora, por receio de que trouxesse consigo bacilos da peste que grassava em Sevilla. André de Resende lamentava o sucedido e aproveita então para lhe relatar o espectáculo a que acabara de assistir:

«Quanta alegria a tua visita me teria proporcionado se a recebesse, tanta tristeza me causou a inqualificável grosseria do meticoloso vice-governador da comarca (...) Pena foi realmente que não entrasses nesta cidade (...) porque, ainda que mais nada tivesses encontrado, de que te regozijasses (e, para dizer verdade, temos aqui algumas cousas bem bonitas), poderias ter assistido, seis dias depois da tua partida, a um espectáculo único. Ouvias a Públia Hortênsia de Castro, uma menina de dezassete anos, instruída além do vulgar nos estudos aristotélicos, disputar publicamente, desfazendo com suma perícia e graça os arguciosos argumentos que lhe opunham muitos homens doutos, esforçando-se por combater as teses dela. E mesmo tu, ó sábio jurisconsulto, terias confessado que nunca presencaste um torneio mais formoso, nem poderias ter negado que uma cidade que produz tal donzela (de mais a mais de figura muito agradável), era digna de ser visitada, e fosse somente por causa dela». (in *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Liv. 4, 1597).

Carolina Michaelis supôs que estas provas tivessem sido realizadas “na sumptuosa sala dos actos da Universidade”, o que é de todo impossível. É que o espaço em que mais tarde seria edificada a grandiosa “Sala dos Actos”, em 1573, era nessa época a igreja do Colégio. Até então tais actos tinham lugar numa grande sala da universidade. Foi aí que se juntaram “os muitos homens doutos”, a que se refere André de Resende, bem como todos aqueles que desejavam assistir a um acontecimento único, até então, na vida da cidade: uma juvenzinha a expor conhecimentos filosóficos e a rebater com perícia e graça os argumentos daqueles que tentavam confundi-la.

A disputa pública era uma forma de exame ou defesa de tese, perante um júri, a fim de adquirir um grau académico. Públia Hortênsia, ao mostrar tanto saber sobre Aristóteles, deve ter adquirido o grau de licenciada em Filosofia. Tinha apenas 17 anos, o que não deve surpreender-nos: não havendo ainda no séc. XVI os chamados estudos secundários ou liceais, entrava-se para a universidade muito jovem, e 17 anos era uma idade possível para um aluno se apresentar às provas de licenciatura. Nos Estatutos universitários de então, está estabelecido, que seis meses após a aquisição do grau de licenciado, o estudante pode conseguir o título de mestre, desde que não tenha menos de 18 anos. Estamos, pois, certos de que se podia ser licenciado com idade inferior a esta.

É de seis anos mais tarde a segunda notícia que possuímos sobre Públia Hortênsia.

Fora enviado a Portugal o Cardeal Alexandrino, (Miguel Bonello) sobrinho do Papa Pio V, em missão oficial junto de D. Sebastião, em 1571. Chega acompanhado por S. Francisco de Borja e, entre os membros da sua numerosa comitiva, vem um secretário,

João Baptista Venturino, que faz o relatório da viagem. Esquecido, nos arquivos de Roma durante três séculos, foi este relatório divulgado por Alexandre Herculano, que o publicou, em português, nos seus *Opúsculos* (vol. IV, p. 347 sg). E assim pudemos conhecer pormenores interessantíssimos, sobre a vida portuguesa dessa época.

A legação entra em Portugal pelo Alentejo, passa por Elvas e vai pernoitar em Vila Viçosa, no palácio dos duques de Bragança. Aí o acolhimento é de magnanimidade, de grande requinte, e não falta, no programa da recepção, uma parte cultural: Públia Hortênsia de Castro vai “defender conclusões naturais e legais”. Eis como Venturino refere o facto, por forma sucinta, mas clara:

«Vila Viçosa tem formosas mulheres e, entre outras, uma que não o é menos da alma que do corpo, da idade de vinte e três anos, filha de Thomé de Castro, à qual, por sua muita literatura, chamam Públia Hortênsia. Esta donzela, que frequentara Salamanca, quis defender conclusões naturais e legais, o que não teve lugar por causa da súbita partida do Legado».

Públia Hortênsia, licenciada em Filosofia aos 17 anos, estava agora preparada para adquirir o grau de doutora. Não o tendo feito perante o Legado, apressado na partida, é bem provável que, mesmo assim, as provas tenham tido lugar, como previsto, lá no paço ducal, perante o escol de intelectuais que, habitualmente, aí se encontrava.

A notícia, a que vamos referir-nos em seguida, deve figurar em terceiro lugar, pela época da vida de Públia Hortênsia a que diz respeito. Porém só foi divulgada mais tarde, por Diogo Barbosa Machado (1682-1772) na *Biblioteca Lusitana*. Trata-se de um artigo, em que se pretende traçar resumidamente a biografia de Públia Hortênsia, e com uma lista dos seus escritos, a propósito de um dos quais vem a informação que, cronológi-

camente, deve aqui figurar

São as seguintes as obras enumeradas:

- *Poesias Várias*, em latim e em português;

- *Cartas Latinas e Portuguesas* a diversas pessoas;

- *Flosculus Theologicus*, que tratava de várias questões de Teologia, em diálogo;

- *Oito Salmos*, compostos por ordem da Infanta D. Isabel, quando o filho partiu para a guerra de África.

Diogo Barbosa de Machado transcreve o prólogo desta última obra, em que se colhem alguns pormenores informativos de interesse, sobre a vida de Públia Hortênsia: a autora não compõe por sua iniciativa e prazer, mas no cumprimento de ordens que lhe são dadas.

O título exacto é “Salmos pela vitória e felicidade do Senhor D. Duarte, e declaração dos ditos salmos”

Eles foram, pois, compostos por ordem de D. Isabel de Bragança, viúva de D. Duarte, filho do rei D. Manuel, quando o filho, do mesmo nome, D. Duarte, partiu para a primeira jornada de África, na companhia de D. Sebastião, em 1574. Pela dedicatória à Infanta D. Isabel, vemos que Públia Hortênsia estava realmente ao serviço desta senhora. E passamos a transcrever: “Vossa Alteza me há mandado tirar os versos do Saltério com que se pudessem pedir a Deus quatro coisas: vida e vitória para o Príncipe D. Duarte seu caríssimo filho e Príncipe nosso; Item que Deus o livrasse dos perigos da terra, do mar e dos inimigos, e Vossa Alteza, como mais conversa com os Céus que com nós outros, me deu a ordem como compusesse o salmo, em o qual havia de pedir estas quatro coisas que me manda *scilicet*, que o salmo comece em louvores de Deus, o qual eu observei, porque no princípio ponho um ou dois versos

invitatórios, ou que nos convidam a louvar a Deus, e logo um verso com que Vossa Alteza louvava a Deus. Depois dos louvores, que se sigam versos de esperança; no terceiro lugar a petição, e que acabassem no fim com grandes confianças do Senhor, o qual trabalhei por fazer brevemente por satisfazer ao serviço de Vossa Alteza. Metera eu estas quatro petições em um salmo, mas saíra tão comprido que causara fastio, e portanto as distribuí por seis salmos por que fossem mais breves. Os salmos que colhi do Saltério são seis, e acrescento dois inteiros de David, porque tão vivamente pedem a Deus a destruição dos Turcos, hereges, e mais infiéis, que não pude deixar de os tresladar e juntar aos que Vossa Alteza pede. Em cada salmo pus o título do que pede, porque assim como serve a chave para abrir a porta cerrada, serve o título para declaração do seu salmo, como diz S. Jerónimo. O 1.º salmo é pela vida do Infante D. Duarte; 2, 3, 4, e 5, pelas suas vitórias; 6 para que Deus o livre da terra; 7, para que Deus o livre do mar; 8, para que Deus o livre dos inimigos”.

Segundo Diogo Barbosa Machado, “estes salmos são compostos de vários versos do Saltério e ilustrados com breves e eruditas anotações”.

Eis tudo o que nos resta da obra de Públia Hortênsia, obra que, em 1614, se encontrava completa em poder do irmão, Frei Jerónimo de Castro, religioso da Ordem dos Pregadores. A autora havia morrido 19 anos antes.

A informação que aqui nos interessa é a de que, em 1574, Públia Hortênsia estava ao serviço de D. Isabel de Bragança, viúva do Infante D. Duarte, e aí se dedica à escrita.

Ainda a propósito da obra de Públia Hortênsia, lembramos que a prática epistolar era uma das paixões do homem do Renascimento; e as mulheres tiveram o mesmo gosto, tendo ficado célebre a carta

em cinco línguas que Luísa Sigea enviou ao Papa. Públia Hortênsia também escreveu cartas, em latim e em português. Deve tê-las dirigido a altas personalidades, no entanto não tiveram eco. Terá escrito talvez sem receber resposta, como sucedeu com a italiana Isotta Nogarola, a qual, ressentida e humilhada, troçada por outras mulheres e sentindo-se alvo do desprezo masculino, decidiu entrar para o convento, como Públia Hortênsia viria igualmente a fazer.

Passemos agora à quarta notícia que temos sobre Públia Hortênsia, só conhecida já neste século. Trata-se dos “Cadernos de despesas” feitas com o pagamento das tenças atribuídas pela Infanta D. Maria, no seu testamento, datado de 18-VII-1577. Os cadernos dizem respeito a contas desde 1590 até 1596; foram encontrados no Tribunal da Relação de Lisboa, em 1908, e logo publicados por José Joaquim Gomes de Brito.

Na lista dos nomes a quem as tenças haviam sido pagas, em 27.º lugar, aí podemos ler:

“It Ortencia de Castro, moça de câmara que foi de S.A. há de haver seis mil réis que tem em cada ano, de que fará certo de como é viva.....6\$000 rs.

Recibo de João de Melo, como procurador da contemplada, do 1.º quartel, em 11 de Maio de 1590. Dito de Diogo Cardoso, em que João de Melo subestabeleceu a sua procuração, para cobrar o 2.º quartel, em 26 de Junho, do mesmo ano. Ditos do mesmo João de Melo, que, em pessoa, recebeu o 3.º e 4.º quartéis, em 4 de Outubro, do ano predito e 17 de Dezembro de 1590, respectivamente”.

No caderno de 1591, o procurador é chamado João de Melo e Castro, tal como

sucedida com o arcebispo D. João de Melo, por vezes “e Castro”, o tio de Públia Hortênsia, falecido em 1574. Deve, pois tratar-se de um familiar, com o mesmo nome.

No caderno 1593, os quatro quartéis de tença foram “recebidos por frei Jerónimo de Castro, da Ordem do Bemaventura do São Domingos, irmão da celebrada poesia”¹.

Públia Hortênsia morre em 1595, pelo que o seu nome já não figura no caderno de 1596.

Não tendo tido conhecimento destes cadernos, Carolina Michaelis considerava lenda a afirmação de muitos escritores, de que a erudita alentejana tinha feito parte do grupo de mulheres intelectuais da “academia” da Infanta D. Maria. Por estes cadernos sabemos que Públia Hortênsia apesar de ter nascido, vivido e morrido no Alentejo, fez também uma estadia em Lisboa, ao serviço da Infanta. Pensamos que por pouco tempo, desde a morte de D. Isabel, em 1576, até à morte de D. Maria, em 1577. Só assim se compreende a escassez da tença, de apenas seis mil réis. Consultando o caderno de pagamento, verificamos que outras moças de câmara, foram contempladas com tenças de valor muito mais elevado. D. Joana da Costa, por exemplo, recebia uma tença de 40.000 réis; e nunca ouvimos falar do seu talento. Joana Sigea, filha da prodigiosa Luísa Sigea, e talvez por homenagem à mãe, recebia 10.000 réis. No ponto 5 do seu testamento, D. Maria diz que fixou uma lista com os nomes daqueles a quem quer contemplar, segundo os serviços que lhe prestaram e de forma que lhe parece mais justa. Se a Públia Hortênsia atribui apenas 6.000 réis, é porque deve ter sido muito curta a sua estadia ao serviço da Infanta.

A “Hortênsia Lusitana” nem teve assim

¹ No Livro 2º das Mercês do Duque D. Teodósio II (AHCB/NNQ. 254, fl. 355) encontra-se o registo da concessão de 2000 rs., com data de 27 de Junho de 1594, feita a Públia Hortênsia de Castro.

tempo de revelar o seu talento, naquela corte de horizontes amplíssimos, trazidos não só do encontro com a cultura da Antiguidade, como também pela descoberta de novos mares e novos mundos.

A corte era o ponto de encontro por excelência das grandes figuras tanto nacionais como estrangeiras, um centro político, cultural e social, espaço das grandes cerimónias e requintados festejos. Era ainda local de estudo, de debate de ideias e de divertimento. É por isso que as mulheres mais cultas surgem em Lisboa, em torno da Infanta D. Maria.

O Cancioneiro Geral e Miscelânea de Garcia de Resende traçam de certo modo o retrato dessa corte.

Públia Hortênsia está em Évora, relativamente longe de Lisboa, num tempo em que se percorriam 30 Km por dia. Também havia em Évora e Vila Viçosa muitos e grandes eruditos. Mas Lisboa era sempre a capital; e ela aí passara não só muito pouco tempo, como num momento em que o espírito tridendito impunha um regime repressivo.

Demais, tinha passado a época áurea da “academia” do palácio de D. Maria, abrilhantada por Joana Vaz e pelas irmãs Luísa e Ângela Sigea. Apesar das palavras de Rui Gonçalves, de João de Barros, de Duarte Nunes de Leão sobre os privilégios e aptidões femininas no domínio do saber, o medo dos estragos causados pelo estudo continuava a vigorar. Frei Miguel Pacheco, que escrevia em 1596 a sua obra sobre a vida da Infanta, tem a preocupação de chamar a atenção para esses perigos: falam com os homens sem recato, distraem-se dos trabalhos de casa, perdem a virtude, esquecem a modéstia e, sobretudo, tornam-se conhecidas; disse um filósofo que maior bem da mulher *é nada se saber dela*.

Tendo mergulhado no anonimato, Públia Hortênsia não corria qualquer perigo... Tudo

nela era virtude...

Júlio Dantas, fazendo eco de outros escritores, afirma que “Públia Hortênsia, a oradora, envolta no seu hábito monacal” fazia parte das donzelas cultas que rodeavam a Infanta D. Maria na sua academia, frequentada por Camões (*O heroísmo, a elegância, o amor*).

Duas observações se nos impõe fazer. A primeira é que Públia Hortênsia só professou depois de 1581, quando Filipe II lhe concedeu a tença “para se poder recolher”, e, nessa data, havia já quatro anos que Infanta tinha falecido. Portanto não andaria pelo paço envolta em hábito monacal. A segunda observação diz respeito ao seu possível encontro com Camões. A ter-se dado, só poderá ter sido depois do poeta ter regressado do Oriente, em 1569.

É que, em 1553 a partir, Públia Hortênsia tinha apenas 5 anos. Quando regressou, a jovem alentejana estava com 21 anos, certamente ao serviço de D. Isabel, em Évora ou em Vila Viçosa. Aqui a encontramos em 1571, aquando da visita do Cardeal Alexandrino, pronta “a defender conclusões naturais e legais”, o que devia corresponder à defesa da sua tese de doutoramento, como já vimos.

Os *Lusíadas* foram publicados no ano seguinte, 1572. Chegaram depressa a Évora e foram lidos e admirados pelos estudantes, inspirando até quatro deles a comporem uma paródia segundo a estrutura do poema épico.

Camões voltara pobre e doente; e, em 1576 parece ter ido retemperar as forças a Évora, em casa de Lopo Vaz de Camões, seu primo. Aí foi padrinho do casamento de Pedro Gomes, em 6 de Maio de 1576 segundo consta do Livro de assentos de Matrimónio da freguesia de Santo Antão.

Em 16 de Setembro desse ano falecia, em Vila Viçosa, D. Isabel, ao serviço da qual se encontrava Públia Hortênsia, que assim ficou desamparada. Pensamos que só nesta data ela terá entrado ao serviço de D. Maria.

Maria da Conceição Vilhena

Talvez por intermédio do irmão desta, o Cardeal D. Henrique, que, entristecido com as locuras do sobrinho D. Sebastião, deixara Lisboa em 1574, para ocupar novamente o arcebispado de Évora, onde ficou até 1578.

Públia Hortênsia poderá ter-se encontrado com Camões no palácio de D. Maria, já no declínio do seu esplendor; e, desse encontro, não ficaram marcas na obra do poeta. Aliás Camões estava velho e cansado; se conviveram, foi apenas durante um ano, pois a Infanta virá a morrer logo no ano seguinte, em 10-X-1577.

A última notícia sobre Públia Hortênsia data de Fevereiro de 1581 e diz respeito a um seu encontro com Filipe II de Espanha, em Elvas, quando este soberano acabava de entrar em Portugal, para ocupar o trono deixado vago pela morte do Cardeal D. Henrique, no ano anterior.

Os duques de Bragança também estão em Elvas, para cumprimentar o rei. D. Catarina, porém, sentindo-se com o direito ao trono, por ser neta do rei D. Manuel, considera Filipe II um usurpador; por isso se recusa a ir à recepção, ficando em Vila Boim. Aí viria então o novo rei, num gesto de benevolência e humildade, apresentar cumprimentos à sua rival; e D. João aproveita para fazer algumas exigências relativas ao seu ducado, o que consegue por alvará de 23-II-1581.

Públia Hortênsia estava certamente com os duques, pois é também nessa altura que Filipe II lhe concede uma tença de 15.000 réis; pensamos que após a morte de D. Isabel, em 1576, e a de D. Maria, em 1577, ela terá passado para o serviço de D. Catarina. O alvará de concessão da tença encontra-se na Torre do Tombo e foi publicado por Carolina Michelis, em *A Infanta D. Maria de Portugal*:

«D. Felipe, etc. Faço saber aos que esta carta virem, que, havendo respeito às letras e suficiên-

cia de Públia Hortênsia de Castro e mo pedir o Príncipe-Cardeal, hei por bem de lhe fazer mercê que ela haja e tenha de minha fazenda, em cada um ano, quinze mil réis de tença, para se melhor poder sustentar e recolher; os quais começará a vencer de 28 dias do mês de Fevereiro deste ano presente de 581 em diante. Pelo que mando aos vedores da minha fazenda que lhe façam assentar os ditos quinze mil réis de tença no livro delas e despachar dos ditos 28 de Fevereiro em cada um ano a parte onde deles haja bom pagamento. E por firmeza do que dito é, lhe mandei passar esta carta de padrão, por mim assinada e selada com o meu selo pendente».

«Batista de Guerra a fez, - Elvas, a dois de Novembro, ano de 1581. - Eu, Manuel Pessoa, a fiz escrever».

Quem era o “Príncipe Cardeal” que intercedeu em favor de Públia Hortênsia? Em Portugal, nessa data, não havia nenhum cardeal. Os dois últimos, filhos do rei D. Manuel, já haviam morrido: o Príncipe Cardeal D. Afonso, em 1540, e o Cardeal-Rei D. Henrique, em 1580. Tratava-se portanto de um estrangeiro, que era pois, o Cardeal Arquiduque de Áustria Alberto VII, educado em Espanha, e que vinha na comitiva de Filipe II. Tinha já recebido, certamente, a promessa de ficar Vice-Rei de Portugal, como de facto sucedeu dois anos depois, em 1583, lugar que ocupou até 1598. O Cardeal Alberto era Jovem, tinha apenas 22 anos, e devia estar interessado em conseguir a simpatia dos portugueses. Mas, se pediu uma tença para Públia Hortênsia, em atenção às suas “letras e suficiênciã”, é porque a pôde apreciar; por isso admitimos ter ela realmente feito o discurso de recepção ao novo rei, como se tem afirmado.

Nesta data Públia Hortênsia tem 33 anos. É ainda relativamente jovem, mas deve estar cansada de uma vida instável, ora num palácio ora noutra, e com a dor de assistir à morte dos seus protectores. Por isso decide

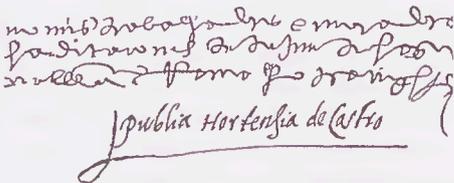
“recolher-se”.

Que era bela afirmam-no André de Gouveia e J. B. Venturino; mas não tinha meios para galardoar talentos de admiradores, nem compensar homenagens. Fez poesia em latim e em português, as quais o irmão conservava ainda, em 1614. Não tendo sido publicadas, desapareceram sem deixar rasto.

Não consta que tenha entrado em torneios poéticos ou que tenha inventado motes e quadras. Seria Públia Hortênsia uma Minerva que assustava os poetas áulicos com o seu saber?

A menina arrojada, capaz de competir com doutores, surge-nos agora como uma mulher austera, reprimida, apagada, em contraste com o esplendor mundano duma corte renascentista.

Ultimamente tivemos conhecimento de mais dois documentos relativos a Públia, existentes em Évora. Trata-se da escritura de venda de uma casa, datada de 27 de Novembro de 1577; e da autorização para o seu enterramento, na Igreja da Graça. Do primeiro, tem sido reproduzido um trecho, com a sua assinatura:



Publía Hortênsia de Castro

Quanto ao segundo, apenas dele tivemos uma informação oral; e ainda não conseguimos ter-lhe acesso.

5. Falaremos agora da lenda que vai ser construída no séc. XVII e chegará até nós, misturada com a história. Mas lembremos antes de mais que lenda não surge do nada, e é sempre a partir do facto real que ela se desenvolve.

Segundo a lenda, Públia Hortênsia frequentara as universidades de Coimbra e de Salamanca, vestida de rapaz e na companhia do irmão Jerónimo, mais tarde religioso da Ordem dos Pregadores. Nalguns escritos ela era mesmo protegida por dois irmãos. Chegou, viu e venceu, foi o mais distinto caloiro daquele ano. Estudou primeiro Filosofia e depois atirou-se à Teologia “como um homem”. Foi mais um erro da natureza... Saiu boa latina, melhor retórica, boníssima lógica, grande em filosofia, maior em metafísica e grandíssima em algumas matérias que tratou, de Teologia. Discursou diante de reis e deu que fazer a alguns teólogos em certames e conclusões públicas. Veja-se, por exemplo, Luís dos Anjos, *Jardins de Portugal*, 1626.

A propósito de vestir-se de homem, não parece impossível, porque não era a primeira mulher que o fazia. Apesar de todo o rigorismo medieval, Joana d'Arc não hesitara em fazê-lo. Além disso, se a lei previa punição para a mulhere que se vestisse de homem, é porque não era raro fazerem-no. Não se legisla sobre transgressões inexistentes...

Como os jovens entravam para a universidade com pouca idade, ainda imberbes, uma moça, entre eles, poderia passar despercebida. Tanto mais que os estudantes gostavam de andar encapuçados. Assim é que, nos Estatutos, tanto da universidade de Coimbra como da de Évora, se proíbe fazerem-no; na rua usam um barrete redondo e nos actos para a aquisição de graus académicos devem apresentar-se de cabeça descoberta.

Ainda sobre capuzes, no séc. XVI, tanto homens como mulheres costumavam andar embuçados. João Baptista Venturino, ao relatar a forma como se vestiam as mulheres alentejanas, diz que “usam trajos semelhantes aos das castelhanas, mas não andam tão embuçadas”.

Quando ao vestir, não haveria grandes problemas para a nossa heroína. Os jovens usavam então cores garridas, a tal ponto que foram proibidos pelos Estatutos universitários, de se vestirem de encarnado, azul, amarelo e verde. Poderão usar essas vestes coloridas, mas só por baixo, de modo a não serem visíveis sob as capas, de cor preta. Nada que não pudesse usar, tanto mais que, quando o excesso do querer se choca com o excesso do interdito, surge a desobediência sorrateira, dissimulada. A máscara e a astúcia são uma necessidade numa sociedade de interdições.

Onde as dificuldades nos parecem intransponíveis era na questão do alojamento, pois os estudantes viviam em grupos, em casas próprias. Era completamente impossível a uma moça viver numa casa, só com rapazes, sem se denunciar, sobretudo pelo que diz respeito às práticas da higiene. Por isso, admitindo que Públia Hortênsia fez estudos universitários, somos de parecer que ela terá frequentado a universidade de Évora, inaugurada em 1559, quando tinha 11 anos. Não havia necessidade de ir para longe, Coimbra ou Salamanca, quando tinha uma universidade ao pé de casa. Iria às aulas com o irmão e viria imediatamente para junto da família, onde ficava protegida de desconfianças ou atrevimentos dos colegas.

Aliás, quando o Cardeal D. Henrique pediu autorização ao Papa para fundar a universidade, era precisamente para evitar que os estudantes alentejanos e algarvios tivessem de ir para longe.

No séc. XVI, a preparação era feita sobretudo com base no debate, no qual se exercitavam os alunos desde os primeiros anos de estudo. Para se iniciarem, o debate começava por ser praticado entre dois alunos; e posteriormente passava a fazer-se com o próprio mestre. Era uma espécie de

ginástica mental, que dava destreza ao raciocínio e fluência à palavra.

Carolina Michaelis pensa que Públia Hortênsia terá adquirido a sua erudição em casa, com apoio de familiares e conhecidos. Ora André de Resende fica maravilhado, não pelo grande número de conhecimentos, mas pela argúcia em rebater os argumentos com que "muitos homens doutos" haviam tentado derrotá-la. Uma tal agilidade e perícia em arguir, faz-nos crer numa sólida preparação prática que não poderia ter adquirido sozinha.

Vem a propósito referirmo-nos a uma figura de relevo da sociedade eborense, D. João de Melo (e Castro), doutorado em Direito Pontifício pela universidade de Salamanca. Foi D. João de Melo quem ocupou a sede episcopal de Évora a partir de 1562, quando o Cardeal veio para Lisboa, como regente do reino. D. João de Melo aí ficou, como arcebispo, até à data da sua morte em 5-VIII-1574. Nasceu em Vila Viçosa, filho de Pedro de Castro de Azevedo e de D. Brites de Melo; e era tio de Públia Hortênsia, a quem deve ter protegido. Ela tinha 14 anos na altura da vinda do tio para Évora; e os seus estudos já iriam adiantados, uma vez que defende a tese de licenciatura com 17 anos. Por isso discordamos da opinião de Carolina Michaelis, que admite ter sido o tio o seu primeiro mestre. Além disso, D. João de Melo era uma pessoa muito ocupada. Intolerante, austero e de grande severidade, afirma Herculano, que manifesta a sua antipatia pelo arcebispo inquisidor. Seria um tal temperamento compatível com a abnegação que leva a ensinar uma adolescente voluntariosa?

Admitimos, pois, que a Hortênsia Lusitana tenha frequentado a universidade de Évora.

Para despistar suposições e eximir de culpa aqueles cujas aulas frequentara, ter-se-á divulgado haver ela estudado em Coimbra ou Salamanca. E finalmente, para a aquisição

do grau de licenciada, poderá ter-se apresentado como aluna externa, ou autodidata, amparada por um padrinho influente, que poderá ter sido o próprio André de Resende; padrinho, cuja existência e função estavam estabelecidas nos Estatutos, para garantia da honestidade do novo licenciado.

Quanto a estímulos ao estudo, lembra-mos ainda quanto os jovens gostam de ter seus ídolos, que tomam como modelo de vida, procurando em tudo imitá-los. Não haveria moças a desejar imitar a Infanta D. Maria, notável pela sua grande cultura?

Públia Hortênsia deve ter ouvido falar de D. Maria desde muito cedo, pois a Infanta era reputada pelo seu saber e bondade; e talvez até a tenha visto passar a caminho de Badajoz, ao encontro da mãe, em Dezembro de 1557. Públia tinha então quase 10 anos; deve ter-se entusiasmado com a passagem daquele *luzidio* e longo cortejo, formado por centenas de homens a cavalo, damas e fidalgos, trombeteiros, atabaleiros, moços de câmara, moços de estribeira etc, etc, e centenas de azémolas com as bagagens. Em cada povoação, os habitantes saíam a cumprimentar os passantes, com adufes e pandeiros, cantando e dançando. Espectáculo maravilhoso, que deve ter ficado para sempre gravado na memória da criança; e que talvez tenha feito despertar, no seu espírito, o desejo de se instruir, para ser como aquela senhora que passava, tão estimada e admirada por toda a gente.

Mas é bem possível que Públia tenha visto D. Maria em Évora, aquando de qualquer estadia da família real. A Infanta era muito dedicada a esta cidade, como se vê pelas obras que aí custeou e pela preocupação que tem com o seu bom funcionamento, ao redigir o testamento, datado de 18-VII-1577, pouco antes da sua morte, em 10 de Outubro desse mesmo ano. Aí recomenda ao Cardeal, seu irmão, o Mosteiro das Monjas que fun-

dou em Évora, isto é, das monjas de Santa Helena do Monte Calvário, para que continuem a viver segundo a regra de Santa Clara; lega-lhes 208.000 réis, e pede ao rei, seu sobrinho, que seja seu patrono e protector.

Ao colégio do Espírito Santo, que também ajudara a fundar, deixa 430.000 réis, para manter doze estudantes filhos de fidalgos pobres; e deixa ainda 100.000 réis ao reitor da universidade, para a educação de moços cavaleiros pobres. Tal dedicação permite-nos supor um elo afectivo muito especial com a cidade de Évora, a que a ligavam talvez gratas recordações.

6. O facto de Públia Hortênsia ter mergulhado no anonimato a partir de 1581, data em que terá sido ouvida e admirada por Filipe II, tem intrigado alguns escritores. Como poderá compreender-se que um talento tão brilhante, se tenha podido enterrar, durante 14 anos, no silêncio de um convento? Terão sido desenganos de amor? Ora sobre a vida íntima de Públia Hortênsia nada sabemos.

Não sendo da alta nobreza, a sua vida, à parte os curtos momentos de glória que a impuseram, não inspiraram a pena dos escritores de então, e assim se perdeu a memória do seu quotidiano: artes preferenciais, labores que terá executado, o círculo de jovens com quem se relacionava, poetas e sábios que a terão cortejado, tudo isso desconhecemos. O relato que dela nos deixaram alguns escritores é apenas esboçado.

Aliás os relatos de mulher, traçados pelos líricos ou pelos moralistas do séc. XVI são retratos idealizados, imagens falsificadas: é a fada ou santa, boa, pura, temente a Deus. 'ideal da Antiguidade', impregnado agora de doutrina cristã. Como se lhes exige ascetismo e recolhimento, todas essas mulheres são sumamente piedosas, púdicas, discretas e submissas.

Depois de se lhes louvar as virtudes, referem-se as obras pias praticadas: esmolos,

doações, fundações de conventos... Ora Públia Hortênsia de Castro vivendo da tença anual de 6.000 réis, que lhe deixou a Infanta, e mais a de 15.000, concedida por Filipe II, muito pouco teria para distribuir. Camões, com 15.000 réis, parece ter vivido na miséria. Por isso o retrato de Públia Hortênsia foi traçado com pálidas cores. Aos seus dotes de inteligência e ao seu assombroso saber, corresponde apenas uma breve referência à sua beleza: o que, passada a juventude, não mais faria vibrar os admiradores.

Públia Hortênsia deve ter talvez sofrido o medo da inquisição, que tantos estragos fazia então em Évora. Lembremos muito rapidamente que, em 1572, D. Sebastião assistia nessa cidade a um auto de fé, em que foram queimadas, no mesmo dia, dezóito vítimas. E os homens mais cultos, como alguns professores universitários, foram suspeitos do luteranismo e perseguidos. Basta que lebrems os nomes de insignes humanistas, como Diogo de Teive, Jorge Buchanan, Marcial Gouveia, João da Costa... Damião de Góis, com mais de 70 anos, foi condenado a prisão perpétua; Luis de Molina, professor de Teologia na Universidade de Évora, foi chamado a depor várias vezes, por a sua obra ser considerada heterodoxa.

Públia Hortênsia que, dos 14 aos 26 anos conviveu com o tio D. João de Melo e Castro, arcebispo e inquisidor, deve ter recebido dele o horror à heresia. Não conheceria ela o caso da italiana Olímpia Morata, com um talento igual ao seu, que perseguida pela inquisição, tivera que fugir para Heidelberg, 1554?

Públia Hortênsia, apesar da sua erudição, passou quase despercebida: nenhum autor conhecido lhe dedicou obras, nenhum poeta a celebrou em vida ou chorou a sua morte. Podemos admitir no seu espírito a dificuldade em conciliar os valores do mundo com as virtudes femininas de então. Sacrificada aos preconceitos religiosos, Públia Hortênsia

deve ter renunciado a devaneios e galanteiras, recusando-se a exercer sedução sobre o sexo oposto. Camões, já avançado em anos e doente, pode ter visto em Públia a mulher de altivos pensamentos e grandes brios, mas não a beleza que entenece e inspira.

Públia Hortênsia viveu no declinar da idade áurea do humanismo, que era também aquela época em que se começava a sentir défice demográfico masculino, em razão do grande número de homens que morrera por esses mares e terras distantes; e sobretudo em Alcácer Quibir. Era enorme o número de viúvas e mulheres solteiras que então existia, especialmente no Alentejo, segundo algumas estatísticas. (V. J. J. Alves Dias, *Os fogos femininos nos municípios do séc. XVI*, in *A mulher na Sociedade portuguesa*, actas do Colóquio, 1985).

Públia não pertencia à nobreza, mas era de uma família socialmente bem situada. Basta lembrarmo-nos que era sobrinha de um arcebispo e irmã de um frade que estudara na Universidade de Coimbra. Além disso, a sua superioridade de espírito de modo algum se compatibilizava com o casamento de baixo nível.

Como a Infanta D. Maria, Públia terá encontrado nas letras a sua razão de existir, consolo e distração.

Com 33 anos de idade, disse adeus ao mundo e às suas glórias. Desgostosa, cansada de ver partir os seus amigos. Nos últimos quatro anos todos tinham morrido; e ficara praticamente só. Primeiro, fora D. Isabel e D. Duarte, em 1576. No ano seguinte, a Infanta D. Maria, a quem servira como “moça de câmara”, por tão pouco tempo; e lá longe finara-se D. Maria de Parma e Plasência, com apenas 39 anos, filha da sua primeira protectora, a quem certamente dedicava grande amizade. Em 1580 é outro de seus protectores que morre, o Cardeal D. Henrique; e também Camões, o poeta que

muito deveria apreciar.

Além disso, em 1578 havia sido o desastre de Alcácer Quibir. Na primeira jornada a África, em 1574, o duque de Bragança acompanhara D. Sebastião, tendo contribuído com 600 cavaleiros e 200 infantes recrutados nas suas terras, para cujo transporte fretou mais de 30 navios. Para a fatídica segunda jornada, o contingente não deve ter sido menor. O duque D. João não foi, por estar doente, mas enviou o filho Teodósio, de 10 anos de idade, que lá ficou cativo.

Públia Hortênsia que, depois da morte da Infanta, deve ter sido acolhida no Palácio ducal de Vila Viçosa, como atrás ficou dito, viveu intensamente as consequências trágicas do desastre de Alcácer Quibir: a dor dos familiares das muitas centenas que lá ficaram sepultados e a angústia de D. Catarina, numa longa espera até que o pequeno duque fosse resgatado e trazido para Portugal.

Foi exímia oradora, mas sem audiência; e sem colher o fruto alcançado por aquela outra Hortênsia, filha do orador Quinto Hortênsio Hórtalo, a qual, em Roma, no séc. I a.C., ousou enfrentar o triúmviro Otaviano, António e Lépidio, diante do povo. Impugnava ela publicamente a legitimidade do tributo exigido às matronas romanas; o que foi anulado, graças aos seus dotes insígnies de eloquência.

Quanto à Hortênsia Lusitana ela era igualmente dotada, mas faltou-lhe talvez o espírito reivindicativo para enfrentar de rosto impávido as autoridades, ou o gosto contestatário que incita e estimula. Ou talvez antes lhe tenha faltado o ambiente propício para o fazer. O desabrochar dos seus dons exigia um contexto urbano estimulante, de incentivos e oportunidades. Ora, naquele fim de século, o ambiente era antes proibitivo e assustador, de “uma austera e vil tristeza”.

Em Itália, Helena Lucrécia Cornaro Piscópia vai ser a primeira mulher solteira consagrada a Deus a receber oficialmente o

grau universitário de doutor em Filosofia. Sabia latim, grego, hebreu, árabe, caldaico, filosofia. Ainda quis avançar na teologia, mas não lhe foi consentido, por ser mulher. Procurara então a honra do doutoramento, foi examinada sobre dois pontos da obra de Aristóteles, em lógica e física; e a universidade de Pádua deu-lhe o reconhecimento oficial. Públia Hortênsia não teve essa honra. Isto, porém, passava-se um século depois.

7. Resta-nos, desta doutora portuguesa, além dos sete documentos referidos, o seu retrato e o seu túmulo. Este encontra-se na cidade de Évora, na igreja da Graça, o que tem levado alguns escritores a interrogarem-se sobre o porquê de ter sido aí sepultada; depois de algumas pesquisas pensamos ter encontrado uma resposta.

No séc. XVI, uma das casas mais importantes de Évora era a dos condes de Vimioso: D. Francisco de Portugal e D. Joana de Vilhena, conhecida pelo epíteto de *Condessa Santa*. Eram ambos notáveis pela sua cultura e, mais ainda, pelas suas boas obras.

Segundo afirmam alguns escritores eborenses, Públia Hortênsia teve a protecção espiritual de D. Joana de Vilhena. Ora a pequena calipolense tinha apenas 11 anos quando esta senhora morreu. Todavia, uma relação entre ambas parece ter algum fundamento, pois a igreja da Graça, onde foi sepultada, havia sido oferecida por D. João III aos condes de Vimioso, que tomaram sob sua protecção. Os condes mandaram então aí contruir os seus mausoléus, ficando a capela-mor destinada a jazigo da família.

É, pois, bem possível que um elo de amizade ligasse Públia Hortênsia aos descendentes de D. Joana de Vilhena. Além disso, afirma-se também que Públia Hortênsia tinha especial devoção a Santo Agostinho, pelo seu grande saber. Também D. Joana de Vilhena teria igual devoção, uma

vez que, viúva, abraçou a Ordem Terceira de Santo Agostinho. Aliás o Convento da Graça pertencia à Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, desde princípios do séc. XIII. É provável que Públia Hortênsia, ao *recolher-se*, tenha escolhido a ordem em que professara a sua “protectora espiritual”, motivo pelo qual aí foi enterrada. Protectora espiritual, relativamente a uma criança, poderá significar catequista, aquela que a preparou para a 1.º comunhão, ou talvez madrinha de crisma.

Digamos também algumas palavras sobre o seu retrato, pintado a óleo sobre cobre, que, em 1902, se encontrava na galeria de Anselmo Braamcamp Freire.

Que o latim corrompe a mulher, é uma convicção que atravessou os séculos e chegou até aos nossos dias. Todavia, Públia Hortênsia não se deixou corromper, atravessando a vida impoluta e serena, como a vemos no único retrato que dela se possui. Está vestida de monja, como que a afirmar ter desprezado as vaidades do mundo, mas que seguiu o conselho da poetisa francesa Louise Labé (1524-1566), ao trocar a agulha e o fuso (símbolo de submissão) pelo livro e pela caneta (símbolo de afirmação). É nesta postura que a fixou o pintor; e, na página aberta do livro que segura nas mãos, um versículo do *Ecclesiastes* 51.23:

Danti mihi sapientiam dabo gloriam.

Públia Hortênsia consagrou a sua vida à glória daquele que lhe deu sabedoria.

Além do túmulo e o retrato, outras marcas existem hoje no Alentejo, a atestar a existência desta talentosa mulher.

Em 22-V-1960, Vila Viçosa homenageou Públia Hortênsia, por iniciativa da Casa de Bragança, colocando no pequeno Jardim

Serpa Pinto² (antigamente de Santo Agostinho) o seu busto em mármore branco. Na pianha de granito em que assenta, estão gravadas duas legendas em letras de bronze:

*A Públia Hortênsia de Castro
Singular Humanista Calipolense
1548-1595*

Túlio Espanca, notável historiador ebo-
rense, escreveu então em *Inventário Artístico de Portugal* (t. IX, vol I) que este monumento “consagra a poetisa e poliglota renascentista Públia Hortênsia de Castro, mulher famosa do ciclo cultural da Infanta D. Maria de Portugal e de D. Joana de Vilhena, a Condessa Santa de Vimioso, sua protectora espiritual”.

Também Elvas quis homenagear aquela que, nesta cidade, mereceu de Filipe II a admiração pelo seu alto nível cultural, premiado com a atribuição de uma tença. Segundo uns, Públia Hortênsia terá feito em Elvas o discurso de recepção ao rei castelhano, que vinha ocupar o trono de Portugal. Segundo outros, terá apresentado “conclusões públicas”, o que é menos provável, uma vez que já o havia feito em Évora, com 17 anos, em 1565, e em Vila Viçosa, em 1571. De qualquer forma, Elvas homenageou esta douta mulher renascentista, dando o nome de Públia Hortênsia a uma das salas da sua biblioteca.

Quanto a Évora, a memória da jovem doutora foi homenageada pela atribuição do seu nome a uma escola, a um grupo coral e a uma das ruas da cidade, com a especificação do seu talento e época em que viveu. Em Lisboa o nome de Públia foi dado igualmente a uma das ruas da cidade³.

Segundo Camões, em *Os Lusíadas*, D. João I, Mestre de Aviz, foi aclamado rei em

² O Largo Serpa Pinto é hoje designado por Lg. 25 de Abril (N.R.)

³ Também Vila Viçosa consagrou o seu nome na toponímia local, na rua que corre ao lado do antigo Convento de Santa Cruz, assim como também uma das escolas da vila ostenta o seu nome (N.R.)

Évora, por uma menina:

Ser isto ordenação dos Céus, divina,
Por sinais muito claros se mostrou,
Quando em Évora a voz de uma menina
Ante tempo falando o nomeou.

Passados quase dois séculos, foi
também pela voz de uma menina de 17 anos
que o feminino se afirmou em Évora, nos
domínios do saber.

Musicians and Music in the Chapel of the Dukes of Bragança at the time of the visits by the Japanese princes in 1584 and 1585

Michael Ryan*

ABSTRACT

The palace of the Dukes of Bragança at Vila Viçosa, in eastern Portugal, was one of the places visited by the four Japanese princes, converts to Christianity, when they were taken to Rome and Europe in 1582-6. Much has been written about the visit and includes descriptions of their skills in Western music, though there are no details of actual pieces performed. There are also descriptions of what the four princes heard and saw. Recent research on music and documents at Vila Viçosa shows that lists of musicians serving in the Chapel at the time of the visits in September 1584 and February 1586 can be reconstructed. Pieces of music by the *mestre da capela* at the time, António Pinheiro, and his predecessor, Ginés de Morata, also survive. The numbers of musicians available and the surviving examples of music point to a Chapel capable of performing much of the polyphonic music of the time.

Vila Viçosa, seat of the most powerful noble house in Portugal, the Dukes of Bragança, was visited by four Japanese princes in 1584 and again in 1585. Converts to Christianity, the Japanese noblemen were part of a delegation on its way to Rome, the journey lasting from 1582 to 1586. Recent examination of primary and secondary sources in Vila Viçosa show that at the time

RESUMO

O palácio dos duques de Bragança em Vila Viçosa, no leste de Portugal, foi um dos lugares visitados pelos quatro príncipes japoneses, convertidos ao Cristianismo, quando vieram a Roma e à Europa entre 1582-1586. Muito se tem escrito acerca da visita, inclusivé descrições dos seus conhecimentos sobre música ocidental, apesar de não se conhecerem na actualidade pormenores sobre as peças executadas. Há também descrições do que os quatro príncipes viram e ouviram. Investigações recentes sobre música e documentos em Vila Viçosa revelam-nos que se podem reconstituir as listas dos músicos que serviam na Capela na altura das visitas em Setembro de 1584 e Fevereiro de 1586. Também subsistem peças de música da autoria do mestre da capela nesse tempo, António Pinheiro, e do seu predecessor Ginés de Morata. O número de músicos avaliado e os exemplos musicais existentes apontam para uma Capela que já era capaz de executar muita da música polifónica da época.

of the visit, the Chapel consisted of at least twelve adult singers and six instrumentalists, all capable of performing polyphonic music. Eight pieces of music from around that time also survive. These are by composers active up to the time of the visit and are preserved in manuscript sources in the Palace Library.

Much has been written about the journey of the Japanese to Europe, beginning with a

*Assistant Professor in the Department of Music & Fine Arts, Hong Kong Baptist University.

Michael Ryan

description in Latin, printed in Macau in 1590¹, the second western-style book ever printed in the territory². It has recently been republished in a Portuguese edition³. There have also been articles, particularly in Italian and Portuguese⁴, though the most recent work, in English, has been that undertaken by David Waterhouse⁵.

This paper will give a brief summary of the voyage, which lasted over four years, followed by the results of recent research in Vila Viçosa which begins to reveal more about the musicians and music in the Chapel at the time of the visit. The journey itself makes a fascinating story and several aspects of it may well be worthy of further, more detailed study.

The Jesuit Visitor to the East Indies, Father Alexander Valignano (1539-1606), proposed a visit to Rome by prominent Japanese Christian converts both to impress Rome with the accomplishments of the Missions in Asia and impress the noble Japanese with the power and status of Rome. They left Nagasaki on 20 February 1582. Incidentally, four days later, Pope Gregory XIII issued the Papal Bull which established the Gregorian calendar in Catholic Europe, though the loss of 10 days had little impact given the

overall length of the journey to Europe.

The travellers arrived in Macau on 9 March⁶ but had to wait nine months for favourable winds to take them to Cochin in southwestern India, arriving in April, 1583⁷. They stayed in Cochin for a further eight months and visited Goa. During this time Father Valignano was appointed Provincial Superior of India and had to abandon his plan to lead the delegation to Rome. He appointed Nuño Rodrigues, former Provincial, to replace him as leader⁸. The group commenced the long trip round Africa on 20 February 1584⁹, arriving in Lisbon on 11 August 1584¹⁰.

In early September 1584, the delegation travelled to Évora, where they stayed eight days. The young Japanese performed music on various instruments, including the organ in the cathedral, one of the largest in Europe at the time. Some of these performances were for and with the fifteen *moços do coro* at the cathedral¹¹.

From Évora the party travelled to Vila Viçosa, arriving on 14 September, 1584¹², staying for four days. Teodósio II had just a year before become the seventh Duke of Bragança at the age of 15. This was the same Teodósio who, in 1578, at the age of ten, had accompanied D. Sebastião, King of Portugal,

¹ *De Missione legatorum Iaponensium ad Romanam curiam ... Dialogus* In Macaensi portu Sinici regni in domo Societatis IESV cum facultate Ordinarij, & Superiourm. Anno 1590.

² See Beatriz Basto da Silva in "The Jesuit Visitor Father Alexander Valignano, and the IVth centenary of movable type printing in Macau" *Revista da Cultura* (English edition) no. 6 July/August/September 1988, pp.11-17. ICM Macau.

³ Duarte de Sande S.J. *Dialógo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana* translated and edited by Américo da Costa Ramalho, Comissão Territorial de Macau para os Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Fundação Oriente, Macau 1997.

⁴ Several are cited in the notes to the Prefácio to Sande's *Dialógo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses* pp. 9-17.

⁵ David Waterhouse "Southern Barbarian Music in Japan" in Salwa El-Shawan Castelo-Branco ed. *Portugal e O Mundo: O encontro de Culturas na Música* Publicações DomQuixote, Lisboa 1997, pp.351-377.

⁶ Sande *Dialógo sobre a Missão* p. 34, note 7.

⁷ Sande *Dialógo sobre a Missão* p. 44. The text gives the year as 1582, but the error is pointed out in footnote 20 at the bottom of the same page.

⁸ Waterhouse "Southern Barbarian Music in Japan", p. 360.

⁹ Sande *Dialógo sobre a Missão* p. 66, note 34.

¹⁰ Waterhouse gives this date in "Southern Barbarian Music in Japan", presumably based on Abranches Pinto et al *La première ambassade du Japon en Europe, 1582-1592. Première Partie; Le Traité du Père Frois* Monumenta Nipponica Monographs, no. 6 (Tokyo, Sophia University, 1942). Sande gives 10 August in *Dialógo sobre a Missão* p. 72, note 40.

¹¹ This number comes from Frois, in Abranches Pinto et al *La première ambassade du Japon*, cited in Waterhouse "Southern Barbarian Music in Japan", p. 361.

¹² Sande gives 14 September in *Dialógo sobre a Missão* p. 174, note 139, where he also points out that 15 September is given by Frois.

to North Africa and had been captured and imprisoned, but was ransomed two years later by Philip II of Spain.

The Japanese visitors were well entertained at Vila Viçosa, heard services in the chapel, performed music, and participated in a hunt¹³. They were also given a gift of 80,000 réis to help with the expenses of their journey¹⁴.

The visitors left Vila Viçosa on 18 September 1584¹⁵, passing through the vineyards of Borba and journeying on to Elvas, Badajoz, and Madrid, where they had an audience with Philip II on 12 November 1584¹⁶. They travelled on to Rome, arriving in March 1585, where they were received with great pomp. They were given a private audience with the ageing Pope Gregory XIII on 4 April¹⁷. The Pontiff, however, was seriously ill and died just a few days later on 10 April 1585. They Japanese visitors were able to witness the installation of the new Pope, Sixtus V, on 26 April 1585¹⁸. They also had their portraits painted by Tintoretto, but these have not survived¹⁹.

The delegation returned to Japan by a similar route, arriving at Vila Viçosa on 8 February 1586. They were again entertained for four days²⁰. The Duke gave them 20,000

réis, a dog and a greyhound²¹. They again played the organ at Évora, visited Coimbra, Batalha and Alcobaça, and eventually set off from Lisbon on the sea journey to Japan on 13 April 1586²².

Who were the Japanese visitors? Their names are given as Ito Sukemasu (Dom Mancio) aged 12, Chijiwa Naokazu (Dom Miguel) aged 14, Hara Nakatsukasa (Dom Martinho) aged 13, and Nakaura Jingoro (Dom Julião) aged 12. They were accompanied by the Portuguese Jesuit, Diego de Mesquita (1553-1614), tutor and interpreter, and two manservants, given the names Agostinho and Constantino. Constantino, who was also given the surname Durado, was a skilled printer and musician. He went on to be ordained a Jesuit and worked in Macau until his death in 1620²³.

At the time of the arrival of the delegation at Vila Viçosa, the Japanese princes and D. Teodósio II would have been of similar ages. They also had a mutual interest, music. Although D. Teodósio is not known to have performed music, he is known to have had interest in it and regarded it as important in the education of his son, João, later King D. João IV of Portugal²⁴. The young Japanese, on the other hand, were accomplished

¹³ Sande *Dialógo sobre a Missão* p. 175.

¹⁴ See the original manuscript *Livros de registo das Mercês de D. Teodósio II (1583-1630)* vol. 135, fol. 183v. Sande gives the sum as 'duzentos cruzados' (200 cruzados), see *Dialógo sobre a Missão* p. 175.

¹⁵ Sande *Dialógo sobre a Missão* p. 175, note 142.

¹⁶ Sande *Dialógo sobre a Missão* p. 186.

¹⁷ Sande *Dialógo sobre a Missão* p. 238, note 189.

¹⁸ Sande *Dialógo sobre a Missão* p. 246, note 196.

¹⁹ Waterhouse "Southern Barbarian Music in Japan", p. 362, note 3, describes the various drawings, woodcuts, and murals depicting the visit.

²⁰ Sande *Dialógo sobre a Missão* p. 305.

²¹ *Livros de registo das Mercês de D. Teodósio II (1583-1630)* vol. 135, fol. 183v.

²² This date is given by Waterhouse in "Southern Barbarian Music in Japan", p. 363. Sande gives 12 April in *Dialógo sobre a Missão* p. 319.

²³ Waterhouse "Southern Barbarian Music in Japan", p. 360.

²⁴ Rui Fernando Vieira Nery "The music manuscripts in the Library of King D. João IV of Portugal (1604-1656): A study of Iberian music repertoire in the sixteenth and seventeenth centuries" PhD dissertation, University of Texas at Austin, 1990, pp. 66, 71. D. Teodósio II's Will of 1628 also mentions the musicians in the Chapel and how it was the best thing he could leave to his son João. See "Testamento autentico de Duque de Bragança Dom Teodósio II" transcribed in António Caetano de Sousa *Provas da História Genealógica* Tomo IV, New edition revised by M. Lopes de Almeida and César Pegado, Atlântida-Livraria editora Lda (Coimbra, 1950), p. 213.

Michael Ryan

musicians. Their ability to play keyboard and string instruments and improvise counterpoint was widely reported and admired²⁵.

Vila Viçosa was more than just a convenient stopover. From Évora, it would have been possible for the group to reach the city of Elvas in one day. However, the fact that the party stopped at Vila Viçosa for four days on the way to and from Rome is an indication of the importance of the House of Bragança in Portugal and in the eyes of the established church.

The serving musicians

Record books known as the *Mercês de D. Teodósio II* include details of musicians serving in the Chapel at Vila Viçosa. On becoming the seventh Duke of Bragança, the sixteen-year-old Teodósio mandated that records of rewards given by him should be kept. The volumes are not accounting books in the usual sense but appear more like supplementary records. The entries follow no fixed format and are not consistent, though some do include enlightening details.

Prof. Dr. Manuel Inácio Pestana, has published an index of personnel mentioned in the original three volumes of the *Mercês*²⁶. This index gives an alphabetical list of persons given rewards, their title or titles, and the dates when the payments were made. It does not, however, give the amount paid, or the purpose for which the payment was made. To find this information, the original volumes of the *Mercês* were consulted, though, as has been pointed out, the amount

of detail included in the original records seemed very much at the whim of the clerk who wrote the actual entries. Nevertheless, some entries do include details which begin to reveal more about the music in the Chapel of the Dukes of Bragança at the time of the visit of the delegation from Japan.

The *mestre da capela* at the time of the Japanese visit was António Pinheiro. The earliest surviving record for him is a payment of 4,000 réis dated January 1584²⁷, though Manuel Joaquim suggests he that he had actually been *mestre da capela* from around 1575²⁸. The records of payments to Pinheiro average 10,000 réis a year, relatively low in comparison with Évora cathedral²⁹ and Badajoz³⁰, but it is most likely that he would also have received additional payments³¹.

From the lists of personnel in the published *Mercês* and the original volumes, the following musicians are known to have been present at Vila Viçosa at the time of the first visit of the delegation from Japan, 14-18 September 1584:

António Pinheiro	mestre da capela
Pedro de Crialles	cantor
Manuel Rodrigues	cantor
Domingos de Almeida	cantor da Capela
Manuel Lourenço	cantor, cavaleiro de lança
João de Las Fuentes	cantor
Simão Duarte	cantor
Alvaro Fernandes	cantor-contrabaixo
Afonso de Medelim	cantor
Agostin de La Barrera	charamela
João de Orelhano	charamela do duque

²⁵ Waterhouse "Southern Barbarian Music in Japan", pp. 361, 362.

²⁶ Manuel Inácio Pestana ed. *Mercês de D. Teodósio II Duque de Bragança* Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1967.

²⁷ *Livros de registo das Mercês de D. Teodósio II (1583-1630)* vol. 135, fol. 118.

²⁸ Manuel Joaquim *Vinte Livros de Música Polifónica do Paço Ducal de Vila Viçosa* Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1953, p. XXVIII, 165, and 277.

²⁹ *Alegria História da Escola de Música da Sé de Évora* p. 32.

³⁰ Santiago Kastner "La música en la Catedral de Badajoz (años 1520-1603) *Anuario Musical* vol. 12, 1957, p. 131.

³¹ One such payment was 6,000 réis for the *chançonetas de Natal*, the entry dated January 1594. See *Livros de registo das Mercês de D. Teodósio II (1583-1630)* vol. 135, fol. 142v.

António de Valadão	músico e cantor da camara do duque	Manuel Rodrigues	cantor
Diogo Serrão	músico da camara, tangedor da capela	Domingos de Almeida	cantor da Capela
Pedro Mendes	moço de estante e tangedor dos órgãos	Manuel Lourenço	cantor, cavaleiro de lança
Marco António	organista, encarregado de afinar	João de Las Fuentes	cantor
		Simão Duarte	cantor
		Alvaro Fernandes	cantor-contrabaixo
		Afonso de Medelim	cantor
		António Fernandes	cantor
		João Rodrigues	cantor
		Gaspar Gomes	capelão e cantor
		Estêvão Cordeiro	cantor do duque
		*(new) Brás Simões	capelão e cantor do duque

It is most likely that the following cantors were also available since they were paid shortly after the visit:

António Fernandes	cantor (paid 29 Sep)	*(new) João de Salazar	cantor castelhano
João Rodrigues	cantor (paid 7 Oct)	Agostin de La Barrera	charamela
Gaspar Gomes	capelão e cantor (paid 10 Oct)	João de Orelhano	charamela do duque
Estêvão Cordeiro	cantor do duque (paid 22 Oct)	*(new) Jaime de La Ribeira	charamela de duque
		António de Valadão	músico e cantor da camara do duque

Another two musicians are recorded as receiving single payments earlier in 1584 but had probably left by the time of the visit:

Pedro Correia	músico da camara de duque (single entry 24 Feb)	Diogo Serrão	músico da camara, tangedor da capela
Cristóvão Silva	charamela do duque (single entry 3 Aug)	*(new) Duarte Vaz	cantor e músico da camara do duque
		Pedro Mendes	moço de estante e tangedor dos órgãos

Payments were also made to 6 *capelães*, and two more given payments in early October 1584. There were also 12 *moços da capela* and 17 *moços da camara* but they cannot be shown to have had any musical duties.

On their return visit to Vila Viçosa on 8 February 1586, the visitors from Japan would have found that most of the musicians they had met a year and a half earlier were still in service. There were also a few new *facês*, giving an overall increase in the numbers of musicians recorded:

António Pinheiro	mestre da capela
Pedro de Crialles	cantor

A further 15 *capelães* were also paid for periods including this date, as were 13 *moços da capela* and 28 *moços da camara*, though their duties may not have included music.

The salaries paid to these musicians, as we saw in the case of the *mestre da capela*, were modest in comparison with other institutions. However, it may be that the relatively low cost of basic items, food, shelter and clothing, in and around Vila Viçosa would have been some compensation.

Surviving music

Examples of music composed up to the time of the visit have also survived at Vila Viçosa. They consist of three pieces by the Spaniard, Ginés de Morata, the first known

Michael Ryan

mestre da capela, and five psalm settings by his Portuguese successor, António Pinheiro.

The pieces by Morata are a setting of the processional hymn for Palm Sunday, *Gloria Laus*, and sections of two responsories for Matins of Holy Saturday, *Cum descenden-*

tibus and *Signatum est*, sung as part of *Tenebrae* on Good Friday. The *Gloria laus* exists in a single manuscript source, VVA.A3/J9³², the earlier sections of which date from c1610-1628. A transcription of the first section of this is given below:

Gloria Laus

Gines de Morata

VV.A.3/J9 fol.54

Glo ri a laus, et
 Glo ri a laus, Glo ri a laus, et ho - nor ti - bi
 Glo ri a laus, Glo ri a laus, et honor ti -
 Glo ri a laus et honor
 ho - nor ti - bi sit,
 sit, et ho - nor ti - bi sit, Rex Chri - ste re - dem -
 bi sit et ho - nor ti - bi sit, Rex Chri - ste redemp -
 ti - bi sit, et ho - nor ti - bi sit, Rex Chri - ste re - dem - tor
 Rex Chri - ste re - dem -
 ptor, Rex Chri - ste re - dem - ptor Rex Chri - ste re -
 tot Rex Chri - ste re - dem - ptor, Rex Chri - ste re -
 Rex Chri - ste re - dem - ptor, Rex Chri - ste re - dem - ptor Rex Chri - ste re - dem -

³² This numbering system incorporates the two main listings for the music books at Vila Viçosa. The first is the catalogue compiled by José Augusto Alegria *Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa: Catálogo dos Fundos Musicais* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989. The second is the numbering system adopted by Joaquim in his *Vinte Livros de Música Polifónica*. Thus, VV.A.3/J9 refers to the volume given in Alegria's Vila Viçosa catalogue, Section A, no. 3. The same volume is given the number 9 by Joaquim. This composite system is used throughout this article.

18
ptor. Cu - i pu - er - ri -
demptor. Cu - i pu - er - il - le, Cu - i pu -
demptor. Cu - i pu - er - il - le de - cus Cu - i pu - er il -
ptor. Cu - i pu - er - il - le pu - er - il - le, Cu - i pu - er -
24
le - de - - - cus,
er - il - le de - cus, de - cus promp sit ho - san -
le de - cus, cu - i pu - er - il - le de - cus promp -
il - le de - cus, il - le de - cus promp - sit ho -
29
promp - sit hos - san - na pi - um.
na pi - - - um, ho - san - na pi - um.
sit ho - sanna pi - - - um, pi - - - um.
san - napi - um promp - sit ho - san - na pi - um.

Morata's *Cum descendantibus* and *Signatum est* are also in VV.A.A3/J9 but were also copied into VV.A.A4/J10, which probably dates from the latter half of the seventeenth century. These two pieces are also preserved as a set of parts, probably dating from the eighteenth century or later³³. This suggests

that these pieces were part of an established Holy Week tradition at Vila Viçosa perhaps dating from the seventeenth century.

Of the three Morata pieces found in Vila Viçosa, only *Cum descendantibus* has been published³⁴. It has also been recorded on a CD³⁵.

³³ This is given as Maço XXXIX in *Alegria Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa: Catálogo* p.54.

³⁴ Joaquim Vinte *Livros de Música Polifónica Suplemento Musical* p.223. The music is transposed down a perfect fourth and the title is given as *Aestimatus sum*.

³⁵ *Holy Week at the Chapel of the Dukes of Bragança A Capella Portuguesa*, Owen Rees, Hyperion CDA66867, 1996.

Michael Ryan

Music by António Pinheiro, *mestre da capela* at the time of the visit, also survives in Vila Viçosa. This consists of five alternatim psalm settings, *Beatus vir* (tone 3), *Beati omnes* (tone 4), and *De profundis* (tone 6), in VV.A.A2/J8, probably dating from the second half of the seventeenth century, and *Laetatus*

sum (tone 3), and *Lauda Jerusalem* (tone 5) in VV.A.A5/J11 dated 1735.

Pinheiro's setting of *Laetatus sum* has been transcribed and published by Joaquim³⁶. It has also been recorded on CD³⁷. The first section of his *Beatus vir* is given below:

Beatus vir (Ps. 111)

(Tone 3)

Antonio Pinheiro

VV.A.A2/J8 fol.36

Po - tens in ter - ra e - rit se - men - ce -

Po - tens in ter - ra e - rit se - men - ce -

Po - tens in ter - ra e - rit se - men - ce -

Po - tens in ter - ra e - rit se - men - ce -

5

jus: ge - ne - ra - ti - o rec - to - rum be - ne - di - ce - tur.

jus: ge - ne - ra - ti - o rec - to - rum be - ne - di - ce - tur.

jus: ge - ne - ra - ti - o rec - to - rum be - ne - di - ce - tur.

jus: ge - ne - ra - ti - o rec - to - rum be - ne - di - ce - tur.

It is very unlikely that the Japanese visitors heard any of the Morata or Pinheiro pieces that survive at Vila Viçosa. All three Morata compositions are settings for Holy Week and are unlikely to have been performed during the visits in 14-18 September 1584 and 8-11 February 1586.

For the Pinheiro psalm settings, occasions for these psalms in the tones set

have yet to be discovered. They do not seem to be appropriate for any occasion which coincided with the Japanese visits. Dates when these psalm settings might have been composed are also elusive. Pinheiro remained as *mestre da capela* until at least 1605, long after the Japanese visitors had departed.

The Japanese delegation visited Vila

³⁶ Joaquim Vinte *Livros de Música Polifónica* Suplemento Musical p.226. The music is again transposed down a perfect fourth.

³⁷ *Canções, Vilancicos e Motetes Portugueses Séculos XVI-XVII* Huelgas Ensemble, Paul Van Nevel, Vivarte SK 66288, 1994.

Viçosa twice, staying for four days on each occasion, surely an indication of the importance of the duchy. On both visits, the group met the young Duke Teodósio II, similar in age to the Japanese noblemen and interested in music. He maintained a Chapel which included at least twelve adult singers and six instrumentalists. Although the three surviving pieces by Ginés de Morata and the five psalms by António Pinheiro are unlikely to have been heard by the Japanese visitors, they indicate that polyphony was performed in the Chapel. They are also an indication that the available musicians were of a standard sufficient to perform these pieces and, very likely, much of the other polyphonic music of the time.

BIBLIOGRAPHY

Alegria, José Augusto *História da Escola de Música da Sé de Évora* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1973.

Alegria, José Augusto *Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa: Catálogo dos Fundos Musicais* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989.

Basto da Silva, Beatriz "The Jesuit Visitor Father Alexander Valignano, and the IVth centenary of movable type printing in Macau" *Revista da Cultura* (English edition) no. 6 July/ August/ September 1988, ICM Macau.

Caetano de Sousa, António *Provas da História Genealógica* Tomo IV, New edition revised by M. Lopes de Almeida and César Pegado, Atlântida-Livraria editora Lda Coimbra, 1950.

De Missione legatorum Iaponensium ad Romanum curiam Dialogus In Macaensi portu Sinici regni in domo Societatis IESV cum facultate Ordinarii, & Superiourm. Anno 1590.

Joaquim, Manuel *Vinte Livros de Música Polifónica do Paço Ducal de Vila Viçosa* Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1953.

Livros de registro das Mercês de D. Teodósio II (1583-1630) vols. 135, 136, 137

Kastner, Santiago "La música en la Catedral de Badajoz (años 1520-1603) *Anuario Musical* vol. 12, 1957.

Nery, Rui Fernando Vieira "The music manuscripts in the Library of King D. João IV of Portugal (1604-1656): A study of Iberian music repertoire in the sixteenth and seventeenth centuries" PhD dissertation, University of Texas at Austin, 1990.

Pestana, Manuel Inácio ed. *Mercês de D. Teodósio II Duque de Bragança* Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1967.

Pinto, Abranches et al *La première ambassade du Japon en Europe, 1582-1592. Première Partie; Le Traité du Père Frois* Monumenta Nipponica Monographs, no. 6 Tokyo, Sophia University, 1942.

Sande, Duarte de S. J. *Dialógo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana* Portuguese edition by Américo da Costa Ramalho, Comissão Territorial de Macau para os Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriental, Macau 1997.

Waterhouse, David "Southern Barbarian Music in Japan" in Salwa El-Shawan Castelo-Branco ed. *Portugal e O Mundo: O encontro de Culturas na Música* Publicações DomQuixote, Lisboa 1997.

CD Recordings

Holy Week at the Chapel of the Dukes of Bragança A Capella Portuguese, Owen Rees, Hyperion CDA66867, 1996.

Canções, Vilancicos e Motetes Portugueses Séculos XVI-XVII Huelgas Ensemble, Paul Van Nevel, Vivarte SK 66288, 1994.

JOANE MENDES DE VASCONCELOS, Desembargador da Casa de Bragança e SIMÃO DE SOUSA, Cavaleiro de S. João de Malta, seu irmão

Manuel Inácio Pestana*

1. Joane Mendes de Vasconcelos, um jurista ao serviço do duque D. Teodósio I

Desembargador da Casa do duque de Bragança D. Teodósio I e seu procurador, encontramos o dr. Joane Mendes de Vasconcelos referenciado com tal qualidade na História Genealógica¹ como testemunha, conjuntamente com Gaspar Lopes, outro dos desembargadores daquela Casa, na escritura da instituição do Morgado Novo (1535.11.08, com público instrumento lavrado em Lisboa a 25.09.1540) e ainda na celebração do contrato do primeiro casamento daquele nobre titular com D. Isabel de Lencastre (1542.06.19) e do segundo com D. Brites de Lencastre (1559. 09.11).

Diz António Caetano de Sousa que ambos os juristas serviram ao mesmo tempo, o último, mais velho – já servira com o duque D. Jaime – não esteve presente na cerimónia de 1542, provavelmente por ter falecido, como o admite o historiador calipolense Joaquim da Rocha Espanca², entre 1540 e

1542.

Na mesma condição esteve em Olid (Navarra) quando em 1550.02.13 se celebrou o contrato matrimonial da senhora D. Joana, filha do duque D. Jaime, com D. Bernardino de Cardenas, duque de Maqueda, marquês de Elche e vice-rei de Navarra.

De Joane Mendes são escassos os dados biográficos. Rocha Espanca é ainda quem nos dá algumas referências, servindo-se fundamentalmente da leitura que fez do seu testamento (1557.09.16) existente, o original e uma cópia, no Arquivo da Misericórdia de Vila Viçosa³.

2. Notícias biográficas documentadas

Admite-se que tenha nascido na cidade de Elvas, não se sabe em que data, mas provavelmente na última década do século XV ou logo nos princípios do imediato.

Foram seus pais *João de Sousa e Isabel Loba* e teve com irmãos: Genebra Pereira, Violante de Brito, Joana de Sousa, Mécia

* *Da Academia Portuguesa da História, Academia Nacional de Belas-Artes, M.I. Academia Mundial de Ciências, Tecnologia y Formación Profesional (Valencia, Espanha), Real Sociedade Arqueológica Lusitana e Sociedade de Geografia de Lisboa*

¹ António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra, 1946-65. Vol. VI, p. 23, 24, 46 e 47; Provas, vol. IV, p. I, 148, 149, 175, 179 e 223.

² Pe. Joaquim J. Da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa, 1987. Vol. 32, p. 72.

³ *Idem*. Vol. 33, p. 26. Sob o título "Joane Mendes de Vasconcelos". Este autor di-lo licenciado em leis e desembargador do duque D. Teodósio I em 1540 e fidalgo da sua Casa. Em 1542 foi procurador do mesmo duque, recolhendo estes dados da História Genealógica. Erra, porém, quando o dá como tendo falecido em 1548. A p. 61 do mesmo volume diz: "Parece que era natural de Elvas onde tinha irmãs freiras e nomeou como herdeiro dos remanescentes a seu irmão Simão de Sousa que julgo ser de Elvas". Aqui já acerta na data do falecimento – 6 de Abril de 1560 – porque se fundamenta no documento de abertura do testamento, de onde retirou os restantes elementos biográficos.

Manuel Inácio Pestana

Pereira, Francisca Loba e Simão de Sousa Brito de quem adiante falaremos.

Comprovam estas informações biográficas documentos e registos do referido Arquivo Histórico da Misericórdia, do Arquivo Distrital de Portalegre, do Arquivo Municipal de Elvas e do Arquivo Histórico da Casa de Bragança em Vila Viçosa.

Do Arquivo da Misericórdia calipolense citamos os seguintes como mais importantes:

- Doação do doutor Joane Mendes de Vasconcelos que lhe fez seu irmão Simão de Sousa de todos seus bens imóveis e de raiz assim do que recebeu de seu pai e mãe como do que ele Joane Mendes tinha havido por sua doação e assim renuncia todo o direito que tiver no herdamento de cada um de seus irmãos e irmãs [...] feita em Vila

Viçosa por Gaspar Coelho, tabelião das notas, a 27 de Abril de 1540 (AMIS. VV. Ms. 372, Mç. 9);

- Doação de Francisca de Sousa a seu irmão, o dr. Joane Mendes de Vasconcelos (1545.04.27. Elvas)⁴
- Certidão pública dos autos cíveis sobre arrendamentos que foram do dr. Joane Mendes de Vasconcelos (1560.06.18. Chaves)⁵
- Fazenda de Gonçalo Pereira e de João de Sousa e Isabel Loba, sua mulher (s. d.)⁶
- Partilhas que fizeram as irmãs do dr. Joane Mendes de Vasconcelos (1560.05.20. Elvas)⁷
- Testamento do Doutor Joane Mendes de Vasconcelos (1557.09.16. Vila Viçosa, aberto perante o tabelião Gaspar Coelho em 1560.04.06, data da sua morte)⁸

⁴ HMVV/MIS. Ms. 373, Mç. 10. Neste documento, «dona francisqua de souza filha de Joam de Sousa e de ysabel loba q ds aja» declara ser «sua tenção e vontade de renunciar ao mundo e entrar em Religião e ser freira professa da dita casa e mosteiro de Santa Clara desta cidade [Elvas]» e, por tal propósito, faz clara e irrevogável doação para todo o sempre ao dito Joane Mendes de Vasconcelos, seu irmão, morador em Vila Viçosa, de toda a sua fazenda assim como a parte do quinhão que tem na Herdade do Freixo, do termo de Elvas, que era um moio de pão e 10 000 rs. de pitaça. Este instrumento notarial foi feito no Mosteiro de Santa Clara perante o tabelião Afonso Álvares e teve como testemunhas, de Elvas, João Fialho, clérigo de missa e Fernão Lourenço Pegado, e de Vila Viçosa, António Fernandes, Pero Gonçalves e Manuel Fernandes.

⁵ Ibidem. Ms. 39. Contém os Autos da Conta que o Licenciado Duarte Teixeira, contador e provedor da Fazenda do Duque de Bragança na comarca de Chaves, tomou a João Ribeiro, morador no lugar do Outeiro Seco, rendeiro que foi da renda da Igreja de S. Tomé de Parada do Gerês «para arrendamento que lhe dela fez o doutor Joane Mendes de Vasconcelos, q. Deus tem, abade que foi da dita igreja. Prova-se assim a condição de eclesiástico de que o Padre Rocha Espanca apenas suspeitava.

Estes autos foram feitos a 18. 06. 1560 e ordenados pelo Duque por carta por ele assinada e feita por António de Gouveia, seu secretário, em Vila Viçosa a 24 de Abril desse mesmo ano.

⁶ AHMIS.VV/Ms. 377, Mç. 17. São intervinientes neste instrumento ao pais de Joane Mendes e Gonçalo Pereira, que supomos pessoa relacionada com a família. De D. João de Sousa e D. Isabel Loba ficou testamento feito na vila da Golegã em 1522.Out. 08 (Ib. Ms. 372, Mç.9). A data deste documento proporciona-nos um exercício que permite conjecturar alguns dados cronológicos. Assim, admitindo que os elementos deste casal tenham falecido entre 1522 e 1525 e nascido à volta de 1460 e casado em meados da década de 1480-90, seus filhos poderiam ter nascido nos finais desse século ou princípios do seguinte. Joane Mendes, provavelmente o mais velho, teria nascido antes de 1500 e Francisca, talvez a mais nova, por volta de 1515-1520.

⁷ Ib. Ms. 373, Mç. 10. Estabelecem-se as partilhas dos bens de Joane Mendes de Vasconcelos, incluindo propriedades diversas e a parte da Herdade do Freixo que haveria de caber aos «Meninos da botica de Vila Viçosa», entre seu irmão Simão de Sousa de Brito, identificado comendador de S. João de Malta, suas irmãs, seu cunhado Lopo Sardinha «e a senhora Mecia Pereira, irmã das sobreditas. É documento importante porque identifica todos os elementos desta família.

⁸ Ib. Ms. 368, Mç. 4, nº.3.

Testamento do Doutor Joane Mendes de Vasconcelos em o qual deixa ao Colegio dos meninos Orphãos os seis moios que tem na herdade do freixo com obrigação de huma Missa rezada cada mez por sua Alma a qual hade dizer o Clerigo que tiver a cargo os ditos meninos Orphãos e elles a hande ouvir, e emcommendar a Deos a alma do ditto Doutor.

- Concerto de transacção que fez a Misericórdia de Vila Viçosa com a abadessa e freiras de Santa Clara de Elvas sobre a herdade do Freixo e a renda que nela deixou o doutor Joane Mendes a esta Casa para os Meninos Órfãos (1598.05.10)⁹
- Cartas de Simão de Sousa para seu irmão Joane Mendes de Vasconcelos (1553.06.10. Ilha de Malta) / MS. 377, Mç. 17; 1558.05.14. Ilha de Malta e 1558.10.09. Ilha de Gozo / MS. 372, Mç. 9.

Das ligações a Elvas, são prova os documentos que se seguem:

- Carta de venda que fez Isabel Fernandes, viúva de Gaspar Moscoso, de umas casas da Rua da Mouraria na cidade de Elvas, a Joane Mendes (1533.10.11. Elvas)¹⁰;
- Aforamento que fez João Barroso ao dr. Joane Mendes, com registo de datas posteriores ao falecimento deste (1560.05.25 e 1560.06.11. Elvas; 1560.06.12 e 1563.11.11. Vila Viçosa)¹¹.
- Escritura de Lopo Sardinha, fidalgo da Casa de El-rei, morador em Elvas, procurador de Simão de Sousa (1561.05.20. Elvas)¹².

3. O testamento do doutor Joane Mendes de Vasconcelos

Pela leitura do testamento do dr. Joane Mendes ficamos sabendo, entre outras coisas, que ele:

- era eclesiástico¹³.
- desejou ser sepultado em Vila Viçosa no Mosteiro de Nossa Senhora da Graça (Santo Agostinho) e levado pela Confraria da Misericórdia;
- deixou esmolos aos frades deste referido convento, ao Hospital e aos padres de S. Francisco (Convento dos Capuchos);
- libertou o escravo António, mulato, deixando-lhe roupas e dinheiro, e ao irmão dele, de nome Gaspar, o recomendou para aprender ofício, pagando ao oficial o seu ensino;
- ao duque de Bragança pediu que tomasse por seus criados estes e outros moços que o haviam servido;
- deixou recomendado a Manuel Fernandes, que fora reposteiro do duque D. João, “que eu dei ao Duque vinte Cruzados pelo tempo [...] que Nuno Martins, cônego da Igreja de Ourém, me serviu muitos anos e se ele não se houver por satisfeito alvidre-se o que

⁹ Ib. Ms. 41/1^o. Concerto de Transacção que esta casa fez cõ Abbssa. e freiras de Sta. Clara de Elvas e sobre a herdade do freixo, e a renda q nella deixou o Doutor Joane Mendez a esta Casa para os Mininos Órfãos.

Fez-se esta consertação sobre a transacção dos beneficios deixados ao Colégio dos Órfãos de Vila Viçosa quando faleceu D. Francisca Loba, a última das herdeiras de Joane Mendes. No livro dos óbitos da freguesia do Salvador, de Elvas, encontra-se o registo do seu falecimento ocorrido em 23 de Março de 1596. Devemos esta informação, assim como outras resultantes de pesquisa nos cartórios paroquiais à diligência e gentileza do nosso amigo, investigador de Genealogia, senhor António Filipe Rebola Rosado, a quem deixamos aqui expressos os nossos agradecimentos.

¹⁰ Ib. Ms. 366, Mç. 2, nº. 5. Carta de venda que fez Isabel Fernandes, viúva de Gaspar Moscoso, de umas casas na cidade de Elvas a Joane Mendes.

¹¹ Ib. Ms. 366, Mç. 2, nº. 9. Aforamento de João Barroso que fez ao dr. Joane Mendes.

¹² Ib. Ms. 366, Mç. 2, nº. 9. Lopo Sardinha, fidalgo da Casa de El-Rei, morador em Elvas, procurador de Simão de Sousa, escritura com Joane Mendes de Vasconcelos.

¹³ O Padre Joaquim Espanca apenas suspeitava que Joane Mendes era eclesiástico. Os autos referidos na nota (5) e a identificação dele como capelão do duque quando em 1531 foi encarregado do hospital de Arraiolos (V. Túlio Espanca, *Arraiolos, História de alguns edifícios antigos da vila*, in “A Cidade de Évora”, nº. 51/52, de 1968-69, p. 128) confirmam aquela condição.

Manuel Inácio Pestana

- merece e pague-se-lhe serviço”¹⁴;
- foi servido por um moço chamado Bastião, natural de Elvas, filho de uma viúva da “casta dos Fagundos”, durante três ou quatro anos, quando ainda era pequeno, e determina que se lhe dêem 6000 rs. se ainda for vivo, ou a seus herdeiros se o não for;
 - a um Gil Anes, carpinteiro de engenhos, de Elvas, e a um seu filho, que lhe cortaram madeira na Defesa da Pereira, a quem – confessa – tratara mal, mandou pagar 20 cruzados;
 - a um João Lopes, que foi criado de Mestre António de Elvas, “que minhas irmãs conhecem” e aos herdeiros de Afonso Álvares, que foi tutor dos filhos de Martim Afonso de Sousa, de Elvas (Gaspar de Sousa e sua irmã), mandou que se pagassem 10 000 rs.;
 - sua irmã Genebra Pereira fez herdeira da terça que lhe deixou seu pai, acrescentando “contente-se com isso pois he Freira”...
 - às outras irmãs freiras deixou-lhes o usufruto da sua fazenda de raiz que herdou dos pais, substituindo-se neste

- benefício de modo que falecendo qualquer delas ficasse o usufruto para as restassem vivas;
- à irmã Mécia Pereira, não incluída na cláusula anterior, deixou o quinhão que ele possuía na Defesa da Pereira, ou para a filha, e se esta morresse sem filhos, passaria a deixa para o Colégio dos Meninos Órfãos de Vila Viçosa¹⁵;
 - dos moios de trigo que tinha na Herdade do Freixo deixou deles o usufruto às ditas irmãs e por morte da derradeira ficariam “para os Órfãos que o Duque manda ensinar nesta vila e isto para sempre”;
 - menciona as dívidas de seus rendeiros: os do Barroso (V. Nota 11), as pagas de S. João e de Nossa Senhora de Setembro do ano de 1556, que lhe são devidas na igreja da Madalena de Monforte¹⁶;
 - Diogo Álvares, capelão desta igreja, e Luís Lopes Lobo têm em sua casa uma baixela de prata e outra porção de prata “que me ficou em Lisboa com outro fato em casa de Lopo Rodrigues de Carvalho (2 castiçais, 1 taça, 6 colheres, 1 cálice

¹⁴ Nota curiosa: teria Joane Mendes de Vasconcelos exercido o munus eclesástico na Colegiada de Ourém? Como se explica a longa relação com este cônego, pois diz peremptoriamente que Nuno Martins o “serviu muitos anos”? Pode ler-se em António Caetano de Sousa (HGCR, t. VI, pp. 53-54) que desejou o duque D. Teodósio I “muito engrandecer Villa Viçosa, e assim intentara transferir para este Villa a Colegiada de Ourem do Padroado Brigantino, e deu principio à Igreja em Villa-Viçosa”. Essa igreja era a da paróquia de S. Bartolomeu e que, por ser “velha e de curtas dimensões para ser Igreja Paroquial e Capitular, foi temporariamente mudada a Freguesia para a Igreja de S. Sebastião no Rossio que era de fresca data (V. Pe. Joaquim Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, p. 40). Foi então que se iniciou a construção da nova igreja de S. Bartolomeu, obra entretanto interrompida por motivo do falecimento do duque. O referido historiador atribui a estas obras o ano de 1560, data coincidente com a morte de Joane Mendes de Vasconcelos. Teria, portanto, este sacerdote e jurista colaborado nos desígnios do duque e o cônego Nuno Martins, nomeado na igreja de Ourém, sido então por essa via seu colaborador? Poderá aqui encontrar-se justificada a referência ao cônego de Ourém no testamento.

¹⁵ Mécia Pereira foi casada, como se referiu, com Lopo Sardinha, - identificado este como cunhado da “dita genevara pireyra violante de Brito e dona Francisca loba morador na dita cidade [de Elvas]” no instrumento de “partilhas que fizeram as Irmãs do dtor. Joane mendes de Vasconcelos por falecimento do mesmo D^or q ds aja irmão das sobreditas e cunhado do dito loppo sardinha irmão da snora mecia pireyra molher do dito loppo sardinha”. Neste mesmo documento se reconhece Simão de Sousa comendador de São João de Malta (AHMIS.VV. Ms. 373, doc. 57). De Mécia Pereira sabemos que faleceu a 21. Jun. 1568 na freguesia do Salvador, de Elvas, com testamento (Arquivo Municipal de Elvas. L^o. 1^o. Óbitos, fls. 130 v^o.) e que Lopo Sardinha faleceu a 16. Ago. 1563, também com testamento e sepultado na mesma igreja do Salvador (ib., fls. 128); e que este casal teve a Isabel, baptizada a 22. Out. 1544 e Joane, baptizado a 13. Jan. 1546 (ib. Livro de Baptismos do Salvador, fls. 57 v^o. E 61 respectivamente), segundo pesquisa feita por António Filipe Rebola Rosado, que gentilmente nos facultou.

¹⁶ No Ms. 366 do AHMISVV. Regista-se uma importante dívida de 40 000 rs. de Francisco Velho ao dr. Joane Mendes de Vasconcelos, em documento datado de Chaves a 30. Set. 1560. Uma certidão de data posterior (1561. Jul. 27. Chaves) prova que este devedor depositara entretanto o pagamento da dívida.

- com patena de prata dourada), ordenando “que tudo se venderá”¹⁷;
- diz que Diogo Cardoso lhe deve 2 cruzados e Leonel de Sousa 6 tostões;
 - Deve ele a Francisco Lopes, mercador, uma conta que o criado Álvaro Fernandes tem assente num papel, mandando que se pague e que o restante e demasia deixa a seu irmão Simão de Sousa “para suas necessidades, e o que lhe for necessário sem outro sim nisso puder haver parte o convento de sua Religião de Malta e querendo nisso entender lhe hey por não dado e se falecer primeiro que haja sem poder o dito dinheiro então se comprará dele fazenda para que renda para os ditos Órfãos desta Vila”¹⁸;
 - “que sejam acabadas as minhas casas de Santa Luzia que se vendam por preço justo e do dinheiro se dê também a meu irmão”¹⁹;
 - a sua irmã Francisca diz que se quiser ser freira, porém noutro convento que não no de Santa Clara de Elvas e precisar de algum dinheiro para as pitanças que dão ao mosteiro, não

- tendo ela outros recursos, manda que se lhe dêem até 100 cruzados, e mais não, contanto que não seja em Vila Viçosa – recomenda²⁰;
- “porque os meus Livros se não podem aqui vender bem mando que se tomem Almocreves, e se mandem vender a Coimbra por pessoa que lá o faça fielmente”;
 - determina que se venda o seu escravo Amador;
 - finalmente, designa seu testamenteiro a António de Gouveia²¹ e institui por seus legítimos herdeiros os ditos Órfãos de Vila Viçosa²².

4. Uma importante livreria

Dos seus livros, conforme se lê no testamento, Joane Mendes pretende desfazer-se, tentando vendê-los em Coimbra, naturalmente a cidade que conhecia e onde terá feito os seus estudos.

Porque nos papéis que dele se guardam no Arquivo Histórico da Misericórdia de Vila Viçosa encontrámos uma relação dos LIVROS QUE O DUQUE TOMOU DO DOUTOR JOANE MENDES, deduzimos que os não terá

¹⁷ Sabemos que Joane Mendes esteve em Lisboa por ocasião da assinatura do documento que instituiu o Morgado Novo em 25. Set. 1540, assim como em 19. Jun. 1542 como procurador do duque no contrato do casamento deste com D. Isabel de Lencastre. Nesta altura, porque o casamento se celebrou a 25 desse mês em Lisboa, e “para onde [o duque] chamou os Officiaes e Fidalgos de sua Casa”, Joane Mendes manter-se-ia na capital acompanhando o acontecimento; o regresso só aconteceria no dia seguinte (HGCR. lb.). Em 1546. Mar. 23 passou-lhe o Duque procuração para, como seu desembargador, poder proceder à venda da Quinta de Palmasões, no concelho minhoto de Gestaçõ, a Martim Afonso de Sousa e sua mulher D. Joana de Tovar, por 160 000 réis, propriedade que D. Afonso, conde de Barcelos, depois

¹⁸ Duque de Bragança, comprara em 1422. Out. 30 (AHCB./ Orig. Av. 5).

¹⁹ Efectivamente seu irmão Simão de Sousa era cavaleiro de Malta, onde desempenhou papel activo nos acontecimentos da época como se deprende das cartas que de lá dirigiu a Joane Mendes.

²⁰ O Padre Joaquim Espanca serve-se desta referência para concluir que à data (1557) “esta Rua recebera tal nome por já existir perto dela a ermida nomeada”, em Vila Viçosa.

²¹ V. Nota (9). No texto de concerto de transacção sobre a renda da Herdade do Freixo diz-se também que Francisca, depois de noviça, saiu do mosteiro e viveu leiga.

²² António de Gouveia foi secretário do duque D. Teodósio I e fidalgo da sua Casa, presente em todas as circunstâncias de solenidade. Está sepultado no adro da Igreja do Convento dos Capuchos em Vila Viçosa.

²³ O Colégio dos Órfãos de Vila Viçosa foi fundado pela duquesa D. Isabel, deixando em testamento um legado para sustento de dois meninos órfãos. Inicialmente de 11 000 rs. e 80 alqueires de trigo foi alterado, por dotação testamental do duque (1563) para 10 000 rs. de Juro para sustento de mais quatro crianças. Foi a esta instituição que o dr. Joane Mendes deixou um quinhão de 6 moios de trigo da Herdade do Freixo, situada próximo da Terragem, que então era do termo de Vila Viçosa e depois passou ao de Elvas, doação que obrigava à celebração mensal de uma missa por sua alma e dita pelo clérigo responsável pelos “ditos meninos órfãos e elles hande ouvir e encommendar a Deos a alma do ditto Doutor”. O referido legado só passaria no entanto aos meninos órfãos após o falecimento da última das irmãs do doador que, como já ficou dito, foi o de Francisca Loba em Março de 1596.

Manuel Inácio Pestana

negociado, ou outros seriam – hipótese menos provável -, porquanto confirmámos por consulta do Inventário dos Bens do Duque D. Teodósio I²³ que praticamente todos os livros daquela relação ali se encontram registados e avaliados por preços sensivelmente iguais.

Reproduzimos esse documento para por ele se poder aferir da erudição do doutor Joane Mendes de Vasconcelos, confirmando-se a presença nela dos autores mais representativos da ciência jurídica da época²⁴, justificando-se o interesse que ao duque despertariam aceitando integrá-los na sua livraria, sem dúvida uma das mais notáveis do seu tempo²⁵.

4. Simão de Sousa, cavaleiro da Ordem de Malta

Documentos atrás mencionados confirmam-nos que este irmão do dr. Joane serviu a Ordem dos Cavaleiros do Hospital em Malta, como se pode ver, por exemplo, no texto da doação que lhe fez a seu irmão em 1540, pela qual renuncia a todos os seus bens, decerto porque era obrigado a cumprir o voto de pobreza que lhe era exigido, tal como sua irmã Francisca o fez quando se determinou professar em Santa Clara de Elvas. Estava então Simão de Sousa de Brito – de seu nome completo como ali se faz constar – em Vila Viçosa, onde o documento foi emitido, significando isso que só depois teria seguido seu destino para Malta.

Pelo testamento de seu irmão haveria, por fim de receber o remanescente do pagamento de dívidas deste para ajuda das suas necessidades, assim como lhe ficaria destinado o dinheiro da venda das casas que Joane Mendes possuía junto a Santa Luzia, em Vila Viçosa.

Com o irmão manteria contacto e correspondência, conhecendo-se a existência de três cartas, que adiante transcrevemos pelo particular interesse de que se revestem, e das quais se tiram elementos importantes para o conhecimento da vida e da personalidade desta figura.

7. Três cartas de Simão de Sousa

1^a. / 1553. Junho. 10. Malta.

(Com selo aplicado das armas dos Britos)²⁶

Foi portador desta carta Jerónimo da Cunha, comendador e cavaleiro da Ordem, particular amigo de Simão de Sousa, que prometera encontrar-se com Joane Mendes de Vasconcelos em Portugal.

Tratando sempre o irmão com a deferência de “Vossa Mercê”- naturalmente por ser Joane Mendes o mais velho -, acusa recebida uma letra de cem escudos, vindos em boa hora, porquanto, segundo diz, vivia de empréstimos e fizera entretanto importantes despesas em Tripoli.

Agradece também os bons conselhos que dele recebe ao referir a penosa situação por que passou: castigado, quando – diz –

²³ MBCB/BDM.RES. “Inventário dos Bens do Duque D. Teodósio continuado com a Duquesa Sua Mulher D. Brites, e seu Filho o Duque D. João &c.”

²⁴ V. António de Oliveira, *A livraria de um teólogo do séc. XVI*. Coimbra, 1964. *A livraria de um canonista do séc. XVI*. Coimbra, 1966. *A livraria de um canonista do séc. XVII*. Coimbra, 1967. Separatas do “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, vols. XXVII/1964 e XXVIII/1967 da “Revista da Universidade de Coimbra”, vol. XXII/1966, respectivamente. Nestes importantes trabalhos incluem-se muitos autores e obras constantes da livraria do dr. Mendes de Vasconcelos, comprovando a qualidade da formação deste jurista brigantino.

²⁵ Era extraordinariamente notável a livraria do duque de Bragança a avaliar pelo inventário dos seus bens, riquíssimo espólio que terá desaparecido, tal como aconteceu a todo o valiosíssimo cartório da Casa, nos incêndios do terramoto de 1755 em Lisboa.

²⁶ São as seguintes as armas dos Britos inscritas nestes selos: De vermelho, com nove lisonjas de prata, apontadas e firmadas nos bordos do escudo, pontas 3, 3 e 3, cada lisonja carregada de um leão de púrpura. Timbre: um leão do escudo.

Nesta família concorrem, além dos Sousa, os apelidos Lobo (em Francisca Loba, por via materna), Pereira (em Genebra e Mécia), Brito (em Violante e Simão de Sousa) e Mendes de Vasconcelos, nome completo muito frequente nestas famílias desde o séc. XV ao séc. XVII.

“merecia mais prémio que castigo”, e isto, pelo que se depreende do texto, por ser acusado de responsável pela perda de Trípoli²⁷, e preso por essa insensata razão. Poderia Joane Mendes alcançar cartas do rei de Portugal [D. João III] em defesa da sua honra, mas só as aceitaria porque se sente inocente e “castigado sem justiça e com paixão”, mas isso, falando ele com Jerónimo da Cunha, melhor o compreenderia.

Anuncia que já depois de escrita esta carta chegou de Messina um navio que lhe trouxe mais duas cartas, uma do irmão e outra de Diogo Mendes de Vasconcelos²⁸, por via de Roma, ficando por tal motivo muito contente “com as consolações que na sua me dá [...] e me hão salvado de muita parte de meu nojo”.

Refere-se a seguir à notícia que terá chegado ao reino de Portugal da morte dos cavaleiros numa jornada em que ele não participou por estar então no cárcere, não esclarecendo de que situação se trata, seguramente algum combate travado em que os cavaleiros de Malta foram mal sucedidos, caso – diz Simão de Sousa – que “desde que a Religião é Religião [a Ordem] não aconteceu caso tão feio” e dele se falará um dia mais largamente.

Finaliza esta missiva com curiosas notícias sobre as armadas turcas e suas investidas contra a Cristandade, lembrando que no ano anterior [1552] andaram com os

Turcos na guerra 24 galeras francesas, pedindo o Príncipe de Salerno o envio de uma armada, o que – acrescenta – lhe parece que enquanto não vierem em ajuda aquelas galeras “não deixaremos de ter alguma suspeita”.

Menciona outras novas das guerras entre o Imperador [Carlos V] e o rei de França [Henrique II], dizendo que no inverno passado o Imperador perdera mais de 30 000 homens na cidade de Mez [Metz], na Lorena²⁹. O rei de França retomou a fortaleza de Edim, pouco antes conquistada pela Rainha Maria [irmã de Carlos V, casada com Luís II, rei da Hungria], importante praça que ao render-se, após dois dias de apertado cerco, deixou nela 2 000 soldados “muito práticos”³⁰.

2ª / 1558. Maio. 14. Malta.

(Com o mesmo selo das armas da família Brito).

Desta missiva retiramos também importantes dados como a seguir se descrevem.

Recebeu o Cavaleiro Simão um crédito de 1 000 escudos, de tal modo considerado importante para a sua vida que não regateia agradecimentos e vênias ao irmão – “pelo qual lhe beijo as mãos mil vezes” e “seja certo que filho a pai não será mais obediente nem servirá com mais amor de que eu servirei a Vossa Mercê” – crédito que ele

²⁷ “Em constante ofensiva até 1580 [os Turcos] constituíam uma ameaça constante para a própria existência da Ordem, a sua ‘besta negra’. Com efeito, uma força ingente otomana atacou as ilhas maltesas em 1551 obrigando a cidadela de Gozo a render-se e arrancando à Ordem o porto de Trípoli, uma espinha cravada no flanco dos Muçulmanos desde 1510” (Dominic Cutajar, *Malta e Gozo. I calor di un’isola*. Valletta, 1998, p. 30). Simão de Sousa, pelo que depreendemos da leitura desta carta, terá tomado parte responsável nestas lutas, sendo acusado pela perda de Trípoli, cidade que desde 1530 estava entregue por Carlos V aos Cavaleiros da Ordem de Malta, expulsos que tinham sido em 1522 da ilha de Rodas pelo sultão Solimão, o Magnífico.

²⁸ Diogo Mendes de Vasconcelos, possível parente de Simão de Sousa, por seu intermediário e pela via de Roma, onde esteve entre 1552 e 1556 como conselheiro da embaixada de Portugal, teria feito seguir correspondência para Malta. Em 1557 já estava em Évora, onde foi inquisidor da Fé e cónego da Sé, e onde faleceu no ano de 1599. Nasceria em Alter do Chão em 1523.

²⁹ Trata-se da cidade de Metz, na Lorena, importante centro de comunicações fluviais. Francisco II de França, aliado dos Turcos, apoderou-se da cidade em 18. Abr. 1552.

³⁰ A Rainha Maria, irmã de Carlos V, era casada com Luís II, rei da Hungria. A importante fortaleza, que o rei de França retomou, rendeu-se ao fim de dois dias de apertado cerco perdendo nele 2 000 soldados.

Manuel Inácio Pestana

deseja válido por dois anos para utilizar conforme as necessidades.

Declara-se grande servidor do Grão-Mestre, que então seria o francês Jean de La Valette, que governou a Ordem entre 1551 e 1568, com o qual colaborou durante muitos anos e com ele esteve três anos e meio em Trípoli³¹.

Este Mestre La Valette tê-lo-á convidado para governador da Ilha de Gozo, considerando-o pela grande amizade que entre eles havia e pelos méritos reconhecidos (“que tivesse por certo que não havia nenhum que mais estivesse acerca dele [...] o que quando se oferecesse causa o veria pela obra”)³². Quis o mesmo Mestre conceder-lhe a comenda de Moura Morta³³, então vacante, mas resolveu guardá-lo para outra de maior valia, “porque as comendas em Portugal eram grandes e os comendadores velhos e que queria esperar outra maior”.

Promete pagar o dinheiro, que considera recebido como empréstimo, e que espera obter autorização para ir a Portugal visitar o irmão.

Importante notícia que dá é a de que o duque de Bragança enviou uma carta ao Grão-Mestre, que ele, Simão de Sousa, diz ter entregue, afirmando também que o Mestre “mostrou mui grande contentamento com ela e me disse que lhe queria responder”, resposta de que o cavaleiro não pôde logo tomar conta para a fazer seguir porque

entretanto só lhe foi concedida licença de dois dias para se deslocar de Gozo a Malta³⁴.

De novo dá notícias sobre os acontecimentos da guerra: os Turcos preparam nova armada com 200 velas que se dizia ser para atacar Malta, tendo-se prevenido a Ordem dispor de mais de 600 cavaleiros e tendo conseguido do Papa [Paulo IV] a excomunhão e perda de comendas para aqueles que não colaborassem. Esperam o apoio de outros príncipes cristãos, constando que os Venezianos tinham rompido com os Turcos, presumindo-se ainda que aquela armada se dirigia a Chipre ou a Creta³⁵ para onde os Venezianos enviaram entretanto muitos soldados.

Pero de Mesquita terá recebido duas apólices [no texto, “policas”]³⁶ e por intermédio de Jerónimo da Cunha as fará chegar a suas mãos, de Simão de Sousa.

Termina, lembrando suas irmãs, a quem não escreve para não tornar volumoso o correio para o embaixador em Roma, via que era normalmente utilizada para a correspondência da Ordem com Portugal.

3ª. / 1558. Outubro. 09. Ilha de Gozo.

A terceira e última carta, escrita esta da Ilha de Gozo, refere especialmente que:

- vagara uma boa comenda em Portugal por morte de Cristóvão de Sernache e que não se fizera ainda provimento dela por não ter entretanto o Grão-Mestre

³¹ V. Nota (27).

³² Não podemos confirmar se efectivamente Simão de Sousa aceitou o cargo de governador da ilha de Gozo durante o mandato de La Valette.

³³ Diogo Lobo nomeado comendador de Moura Morta em Portugal. Esta freguesia, situada no concelho de Penaguião, era de facto da apresentação da Ordem de Malta.

³⁴ A vinda de Simão de Sousa a Portugal não se terá concretizado e da carta do duque de Bragança não conseguimos notícia, apesar das diligências de pesquisa nos arquivos da Ordem em Malta levadas a cabo por parte do nosso amigo Alfred Tagliaferro.

³⁵ A Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém transferiu-se para Chipre depois da queda de S. João de Acre. Em 1309 conquistaram Rodas, onde estiveram até à expulsão de 1522 por Solimão, como se referiu, altura em que os cavaleiros se dispersaram pelos países de origem até que a Santa Sé lhes cedeu a cidade de Viterbo; só em 1530 Carlos V lhes doou o território maltês e Trípoli.

Cândia, ou Creta pertencia ao domínio da República de Veneza desde 1204. Depois da conquista de Constantinopla pelos Turcos sofreu contínuos ataques dos otomanos, resistindo sempre, só caindo em seu poder em 1715.

³⁶ Atribuímos a esta palavra o significado de “apólice” no sentido de documento bancário. Pedro de Mesquita é identificado como receptor dos dinheiros de Portugal destinados à Ordem.

recebido carta de Pedro de Mesquita. Pelo sim, pelo não, confessa Simão de Sousa tratar de tomar os mil escudos de empréstimo e mandar as apólices do banco ao duque de Bragança porque o crédito é feito sob sua instância, pedindo então ao irmão que entregue aquele dinheiro a Lucas Geraldo³⁷ acrescido de mais 180 escudos “que é um real castelhano menos que o ducado”;

- pede desculpa se as cartas que envia ao duque não forem tão correctas [“cortesanias”] como deviam ser, mas deverá ter-se em conta ser um cavaleiro de S. João e ter sido criado no Freixo...³⁸;

- gastará o dinheiro tão somente em pagar a “anhada” da comenda ao Mestre³⁹;

- quanto a 70 ducados que Pedro de Mesquita tem para lhe enviar espera que este o possa fazer pela mão dos cavaleiros da sua Ordem que vão a Espanha buscar dinheiros para ela;

Termina, saudando mais uma vez as suas irmãs.

No fecho da carta, à maneira de sumário, escreveu-se “de Simão de Sousa como recebeo certo dinheiro que lhe mandou Antonio de Gouveia testamenteiro do doutor Joane Mendes”, o que significa que, uma vez feito o testamento em 1557, os dinheiros enviados corriam já por conta deste.

À MANEIRA DE CONCLUSÃO

Tratámos de duas figuras notáveis que viveram momentos importantes da história.

Joane Mendes de Vasconcelos serviu o duque D. Teodósio I praticamente durante

todo o seu governo, integrado na vivência cultural activa de um tempo dominado pelo espírito humanista do Renascimento, ilustrada pessoa que era por sua formação intelectual; cavaleiro-fidalgo e servidor de toda a confiança e responsável por importantes cargos e missões; foi pessoa de nobre origem, sendo seu pai fidalgo da Casa de el-rei, ostentando sua família armas de nobreza ligada às genealogias dos Britos, Sousas, Lobos, Pereiras e Vasconcelos; nascido provavelmente em Elvas, cedo se transferiu para Vila Viçosa integrado na corte dos Braganças, talvez até tendo feito ali os seus primeiros estudos, continuando-os com toda a probabilidade em Coimbra, era este Joane Mendes pessoa de avultados bens, como se reconhece pelas doações que recebeu e pelas generosas ajudas que abonou a seu irmão; a sua ligação à corte calipolense levou-o a incluir no testamento benefícios a favor do Colégio dos Meninos Órfãos, instituição criada no tempo do referido duque de Bragança por empenhamento da duquesa D. Isabel; senhor de uma rica biblioteca jurídica, fê-la integrar na livreria de D. Teodósio, sem dúvida, uma das melhores do seu tempo.

Simão de Sousa, que como se viu por alguns dos documentos referidos na primeira parte, também passou por Vila Viçosa, por sua vez, ao serviço de uma ordem religioso-militar de prestígio, foi participante activo dos acontecimentos do período agitado do governo do Grão-Mestre La Valette, personalidade destacada do seu tempo, de quem sempre mereceu toda a confiança; cavaleiro, portanto, da Ordem de Malta, foi, apesar de acusado de qualquer infortúnio nas armas, personalidade respeitável e digna de servir cargos responsáveis, como se conclui,

³⁷ Lucas Geraldo, decerto um outro cavaleiro português pertencente à Ordem, na altura em Portugal.

³⁸ Referência óbvia ao Freixo, a herdade da família, onde Simão de Sousa teria sido criado

³⁹ Será o mesmo que anata, com o significado de tributo?

Manuel Inácio Pestana

por exemplo, do convite que recebeu para governador da Ilha de Gozo e outros encargos militares; com o duque de Bragança manteve correspondência, ao que parece inclusivamente para obter protecção do rei de Portugal para limpar a sua honra quando ofendido e preso por razões que considera injustas; reconhecemo-la como pessoa bem informada sobre os acontecimentos militares do seu tempo; com a família que tinha em Portugal, onde tanto desejava voltar, mas o que julgamos não chegou a acontecer, manteve contacto regular, pelo menos com Joane Mendes, de quem, como se comprova, recebeu apoios pecuniários importantes.

- Abreviaturas

AHMISVV. – Arquivo Histórico da Misericórdia de Vila Viçosa

MBCB/BDM/RES – Museu-Biblioteca da Casa de Bragança / Biblioteca de D. Manuel II / Reservados.

AHCB. – Arquivo Histórico da Casa de Bragança.

DOCUMENTOS

As cartas que Joane Mendes de Vasconcelos recebeu de seu irmão Frei Simão de Sousa, cavaleiro da Ordem de Malta

Ao muy magnífico Sñor ho Sñor Joane mendez de uasconcellos Em casa do duque de bragança em Portugal.

Sñor

Por ho portador desta ser ho comendador gironimo da cunha o qual me prometeo de Se uer com vosa merce nesta nam serey muy largo remetindo me em tudo à de o qual home a quem eu som em muyta obrigacom por que em minhas nesecidades e fortunas me a sido senpre muy bom a migo e atégora senpre a vemos pousado numa casa dou esta conta a vosa merce pera que se se uir com ele nam deyxer por me fazer merce

de lhe fazer muytos comprimentos Eu fico ainda Retido em minha casa com muyta esperanca de sair se do trabalho segundo ho mestre mostra vontade como mais largamente sabera de gironimo da cunha e assim todas as mais cousas que nesta minha desauentura am pasado // a /26/ de dezenbro Recibi hua carta de vosa merce E junta mente hua letra de /100/ escudos q serto veo ao melhor tempo do mundo porq ategora senpre ey amdado de Emprestado e lhe sertifico q me não abastam a pagar ho que deuo por que pera seruir a religiam Em tripoli me avia em deuidado per mercar hu par de cauaios e outras cousas necessarias // beyo as mãos de vosa merce por tamanha merce deós me chegue a tempo Em que eu lhe posa seruir tamanha merce e conheca que nam som ingrato das muytas q de se tenho Recibido E lhe beyo as maos por hos boms concelhos que na sua me da // posto q nam pode ome deyxar de se queyxr de quem lhe fez tanto mal sem ninhua Resam E contudo compre aver paciencia pois nosso Sñor o a permitido por meus pecados // tanto que for Restituído em minha onra farey ho que vosa merce me manda que sera lr a verlo E servirlo E ate que histo nam seia nam sairey de malta por que nam compre a minha onra deós encaminhe minhas cousas como for mais seu santo seruiso E conforme a pouca culpa que tenho no caso de que me am castigado que serto merecia mais premio que castigo // quanto as cartas que vosa merce na sua me oferece de fafor [favor] por que nam Ey feyto ho que nam deuia de fazer hu bõ caualeyro podendo vosa merce aver cartas sem muyto trabalho delRey Em que El escrevese ao mestre que me gardase justica e ma ficese dando lugar que Eu prouase mimha inusensia folgaria com Elas E tambem me parece q elrey as daria mais facilmente que se Eu ey cido culpado na perda de tripoli nom he resam que el Rey me fauoreca nem Eu quero tal fafor porem como me am castigado sem justica e com paxom E por alguas cousas que com verdade aqui poderia dizer e necesario ajudarse ome por todas las via[s] que puder vosa merce falava com gironimo da cunha E ho praticaram mais largamente // dipois de ter escrito esta carta chegou hu nauio de micina no qual me vieram duas cartas hua de vosa merce E outra de diego mendez de uasconcelos por via de roma com a

qual Recibi muito contentamento assim por saber
 nouas de vosa merce como com as consolasonis
 que na sua me da que serto suas cartas me am de
 saliuado [salvado] de muyta parte de meu noio //
 E quanto ao que mescreue das nouas que foram a
 ese reyno da morte dos caualeyros Eu nam me
 achey nesta jornada por estar Em prisam prouera
 a deões que me achara nela E que fuera conpanhia
 a tantos caualeyros vosto [sic] que todos hos que
 se acharom nesta viagem ganharam pouca onra E
 tam pouca q des que a religiam he Religiam nam
 aconteseo hu caso tam feo como mais largamente
 algu dia sabera de algus q iram desta religiam
 posto q por se acharem tanto caualeyro nesta
 viagem lhe daram outra cor e por q nam parece
 que falo como ome apaxonado nam curo de ho
 escreuer particularmente // nouas nam há e outras
 mais que afirmarem que ho turco nam faz este ano
 armada por mar por causa da grande gera que
 dizem lhe faz ho sofi // ho ano pasado foram /24/
 galeras de franca com há armada turquesca em
 que hia ho principe de Salerno para solicitar que
 mandace o gram turco este ano armada E que
 saise sedo Estas galeras nam sam alnda tornadas
 // ate nam serem tornadas nam Deixaremos de ter
 alguma sospeyta as mais nouas da gera entre o
 Emperao e elRey de franca vay senpre por diante
 como vosa merce la sabera am selhe morto ao
 Imperador este Imuerno pasado 30 mil omes
 sobre hua cidade q se chama mês q he no ducado
 de loreyna e foy necesario Erger ho sitio que a
 sido muy grand perda por ser gente muy pratica //
 tambem elRey de franca tornou a tomar o edim q a
 reyna maria avia pouco q ho avia tomado a el rey
 de franca q he hua fortaleza muy importante e forte
 a qual se re[n]deu tendo dentro dous mil soldados
 os mais praticos do campo do emperador com sos
 dous dias de bateria e se renderam com hos
 deixarem ir francos com suas bandeyras pregadas
 e sem atambores outra cousa nã há de q auisar a
 vosa merce beyyyo as mãos de vosa merce

De malta a /10/ de Junho de 1553 /

Seruidor de vosa merce
 /FRA/ Symão de Sousa

//

De Simão de Souza de como regebeo hu
 credito de mil cruzados q o d.tor Joane mendes

lhe mandou

Ao muy mg.co Snõr o Snõr
 Joane mendez de uasconcelos

Meu Sñor

Sñor

Por hu caualeyro q a esse Reyno foy a visitar
 alRey por parte do mestre e fazerlhe saber sua
 eleycam Recibi hua de v. m. E dentro nela vinha
 hu credito de mil escudos de que me faz merce
 polo qual lhe beyio as mãos mil vezes e espero em
 nosso Sñor q sera cauasa de por Intercecam deste
 credito a ver com que sirva a v. m esta merce e
 as mais q neste mando me tem feyto e cada dia
 faz e seia serto q filho a pay nam sera mais
 obidiente ne[m] seruirã cõ mais amor do q Eu
 seruirey a v. m. E por q Eu nam lhe mandey pidir
 este credito pera outro efeyto nem os quiria tomar
 quando forem necesarios folgaria q me ficeze
 merce de procurar q mo alargacem por dous anos
 q nam tem mais vigor q so por hu ano e histo por
 q se nam fosse necesario escuarcia os Interceces.
 v. m. com toda breuidade me fara merce de ho
 fazer alargar e mãdar me a Reposta por via de
 roma ou por donde venha Em breue tempo // ya lhe
 tenho escrito quam grande seruidor sou deste
 mestre e quanta obrigacam tem de me fazer merce
 por q a muytos anos q ho aconpanho e estiue Em
 tripoli tres anos e meo em sua conpanhia donde a
 auido entre nos muy estreyta amisade e asim
 depois de ser mestre mo a mostrado em ter mil
 conprimentos comigo e me rogou muyto q
 quisece Ir ao Gozo por governador dizendome cõ
 lurameto q por Eu ser a mais seu amigo e seruidor
 deseiaua q Eu fosse a Gozo e q tiuese por serto q
 nam avia ninhu que mais estiuese acerca dele q
 Eu o q quando se hoferecese cauasa ho veria pola
 obra e quando estes dias pasados vacou a
 comenda de moura morta q tinha diego lobo me
 mamdou chamar logo e me dice q Ele nam quiria
 dar esta comenda por ser pequena por q as
 comendas Em portugal q eram grandes e hos
 comendadores uelhos e q quiria esperar outra
 maior e asim a deyxou vir o esmotiam do priorado
 a qual tomou pero de mesquita por seu cabimento
 e serto q Eu folgey por q nam sabia donde aver a
 anhada do mestre o q agora estou fora do
 pensamento cõ ho credito q v.m. me mandou o

Manuel Inácio Pestana

qual digo q ho aceyto em emprestimo e pormeto de pagar estes mil cruzados^a v. m. Juntamente cõ os lntereces q ficarem e sertificolhe q a principal cauusa por que deseio q ho mestre me faca merce e por ter cõ q posa lr a esse reyno a ver e servir a v. m. // a carta do duque dey ao mestre e mostrou muy grande contentamento com ela e me dice que lhe quiria Responder Eu lhe pedi a reposta nam na pude aver por q me deu licenca por sos dous dias pera vir do gozo a qui tenho por serto que me fassa merce por lntercesom da carta do duque q serto lho em encarece muyto e fazendo me homessa merce logo dando me . v. m. licenca detrimino de me lr a pasar eses dias q deõs for seruido q viua em companhia de . v. m. e fazerlhe hua larga Relacam das fortunas e trabalhos que por mi am pasado des q parti dese Reyno//

as nouas q ao presente lhe poso dar som terce por serto ho turco fazer muy grande armada por mar Em q se afirma fazer duzentas velas entre galeras e galiotas e maonas e algus outros nauios Redondos e por todas las partes se afirma ser para malta posto q ho costume destas armadas e ameasar hua parte e dar noutra aqui nos fortificamos quanto podemos e se a dado ordem de fazer muitos soldados som vindos ate agora seis sentos e muytos caualeyros e ho papa fez sitar a pena de descomunhã e perdimentos de come[n]das e asim hos Reis am feyto vir todos caualeyros a Religiam q cada dia vem espero Em q seuier q[uem] nos dara vitoria tambem sescreue q venecianos am roto cõ ho turcõ que fazem grande armada e q se presume questa armada e pera chipre ou candia donde venecianos am mandado muytos soldados em garnicam // ho q mais coceder escriuirey a . v. m. Eu tenh[o] avido duas policas de pero de mesquita q . v. m. me mandou hua de \$/.30/ escudos e outra de 50/ ategora hos nam ey recibido por q vem com hos da Religiam pero de mesquita miscreue q mos mandara por gironimo da cunha q ficaua de caminho serto viram a muy bom tempo as Sñoras minhas lrmãs nam escreuo por q mando esta por via de roma ao embaxador e nam se sofre fazer grande volume beyio as mãos de . v. merce e das Sñoras minhas lrmãs de malta a /14/ de mayo de 1558.

Seruidor de . v. m.

[Fra/ Symão de Sousa

III

Ao muy mag.co Sñor ho Sñor Joane mendez de vasconcellos em casa do duque de braganca

Meu snor

Sñor

Hu comendador castelhano a escrito como xpão sernache era morto ho qual tinha hua das bomas [boas] comendas dese reyno desta ordem e por ho mestre nam ter cartas do recebedor pero de mesquita nam na proue Eu por sim ou por nam mando tomar os mil escudos de que . v. m. me faz merce de me emprestar e mando as policas de banco deregidas ao duque por q ho credito he feyto a sua Instancia e lhe escreuo pedindo a .s. s. mande avisar a .v.m. pera que page estes mil escudos a lucas giraldo e sento e oyte[nta] de lntereces q sam por todos mil s sem[to e] oytenta q he hu real castelhano menos. E se as cartas q escreuo ao duque nam forem tam cortesanas como sera rezam .v.m. me desculpe com ser caualeyro de sam joam e criado no frexo estes mil escudos nam gastarey em outra cousa senam em pagar a anhada da encomenda ao mestre como .v.m. me diz e em quanto nam viera vacante os porey na mão do comservador q he ho q recebe os dinheyros da religiam em nome de .v.m. e seia serto q filho a pay nam sera tam grato como Eu sere[y] a .v.m. das muytas merces q me tem feyto e cada dia faz e espero em nosso Sñor que nam pasara muyto tempo q minha[s] obras daram sedo que digo // por alguas vias recibi cartas de .v.m. nas quais mescreue a verdade ao recebedor pero de misqu[ita] de hua vez trinta ducados e doutra quare[nta] E tambem ho mesmo recebedor mo tem escrito per [m]uytas vezes as quais ategora nam recibi penso que ho mandara agora com hos da religiam q vay hu galiam a espanha a tomar os dinheyros da religiam polo qual escriuirey mais largamente beyio as mãos de .v.m. e das Sñoras minhas lrmãs desta lha de gozo a [9] de outubro e 1558.

Seruidor de v. m.

[Fra] Symão de Sousa

Dadas do nobre Joane
 Mendes de Vasconcelos
 e do seu irmão
 Simão de Sousa
 alle dos seg. bee. mobles
 e dettaiz asi do C. Rebu.
 e supay e mai como se
 elle por m. m. d. n. e a ja
 alim e suaband, e a os
 m. m. d. n. e a os
 na vendam e ruda b. d. seg.
 p. m. d. n. e a os
 facta e a l. m. d. n. e a os
 m. d. n. e a os
 a e e b. d. n. e a os

1. Título de doação de Simão de Sousa a Joane Mendes de Vasoncelos

Livros que o Sr. Joane Mendes de Vasconcelos
Simão Mendes de Sousa

4	Philinos em 4 corpos /	1 600
4	Paulo de castro em 8 volumes /	2 400
4	Inucentio /	750
4	Pedro de Ancharrano em 200 /	600
4	Angelo sobre a instituta /	350
4	Ioannes Faber super in instituta /	120
4	Bartolus em 2 partes /	2 400
4	os conselhos de Ancharrano /	250
4	Summa Azonis /	400
4	Breposito sobre o 4 das decretais /	200
4	Saliceto sobre o digesto velho /	300
4	Consilia Stephani Betandri 3 tres corpos /	800
4	Abbadis em 9 partes /	2000
4	Jaques em nove volumes /	2 800
4	Consilia Jasonis em duas volumes /	800
4	Jason de actionibus /	8120
4	Imolus sobre as decretais em 3 corpos /	800
4	Imolus sobre as clementinas /	250
4	Joanes Monachus sobre o sexto /	400
4	Philipp deico sobre as decretais /	350
4	Archidiacono sobre o decreto 1.º volume /	600
4	Philippo Corneo sobre o sexto da codiguo /	300
4	Platca sobre os 3 livros do codigo /	250
4	João de areco sobre as decretais /	250
4	Andre de isernia / 2 baldos sobre fei /	250
4	os conselhos de Romano /	250
4	Albericos em 7 volumes /	3200
4	Berto Lameu Succino /	630
4	Mariano Succino /	400
4	Baldo sobre as decretais /	500
		21 840

2. Relação dos livros de Joane Mendes de Vasconcelos

+

1	Baldo sobre o código em duas volumes /	1600
2	os conselhos de baldo em 2 volumes /	0800
3	os conselhos de alexandro em 4 volumes /	1200
4	ellectura de alexandro em 6 corpos /	1600
5	os conselhos de decio em 2 corpos /	0700
6	speculador em 3 volumes /	700
7	os conselhos de federico de senis /	150
8	os conselhos de paulo de castro 2 volumes /	700
9	regio de segura /	200
10	floris jimez em 2 corpos /	400
11	os conselhos de casimiro /	150
12	André Tiraguelo /	200
13	tractatus de peste /	050
14	mathews de afflictis /	500
15	André Tiraguelo de nubilidade / ^{de jure primo} /	500
16	André Tiraguelo de vitio retracta /	300
17	theos flosculus sacramentorum / ^{ordo disoladi} /	0300
18	theos de jureamentoru abusa /	020
19	theos martinus de frias de sacramentis /	100
20	theos Rosarium Bistis em tres corpos de 4 ^o /	150
21	moneteo luanis andre sobre o lexto das decer.	300
22	Pedro de Ancharano, z arcedião sobre o sex 2 ^o /	300
23	Repiticaõ de manarro sobre o cap. in quo tu daci /	040
24	Joanis de terra Rubricõs de Rebeles /	100
25	Joannis lupi de palatio Rubro de pãtra obtentione / ^{Navanc}	200
26	As decisões de Ca pãtra /	120
27	hãl volume de Ad Dedmãssãe in patricos de car. /	100
28	quometius super he gulas chance laria /	120
29	tractatus de expellendis Joanis de Philis / 4 ^o /	100
30	Epitome de conaxquis super quibus d e cretali /	200
31	centum modi argumãtandi /	050
32	convelia Julidonis pagani em 3 volumes /	300
33	Juris consultorum vitre de 8 /	080
34	conaxquis super titu. de testamētis /	200
35	pragmatica sambro de 4 ^o /	100

12410

Manuel Inácio Pestana

1	Indiculus geometrius sobre sextadas decretais	100
1	practica notariatus Petri de vrbola de 8 ^o	850
1	formulariū instrumentorū de 4 ^o	50
1	conuentiones variae y resolutiones	200
2	practica ferrarense de 4 ^o	150
2	legationes lapi	50
1	practica Criminalis canonica de bernardodiaz	80
1	Practicarum questionum de coarctatis	200
1	Papys de puto de sindicatu de 4 ^o	100
10	1 doctur nauarro super his distinctiones	150
1	1 diuersas Reptitides de ff de Ripa	150
1	1 deci soe's Tolisanas de 8 ^o	80
1	1 Reptitias de nauarro no cap. accepta de Res ^{prois}	40
1	1 as dicções de niculao Boery	750
1	1 Ho saarez sobre alij quoniam in prioribus	350
1	1 Bartholomeu Casaneo super constitutiones	350
1	1 de niculao soriano	
1	1 de citionis Neapolitane Thome granatij	120
1	1 de censuris ecclesiasticis et indulgentijs	80
1	1 Repertorium niculaj de millis	80
1	1 practica Chancelaria	80
1	1 dino sobre oes forciado e o digesto	80
1	1 dino de Regulis iuris	80
1	1 octauiano vestro de moribus iudicio	80
1	1 Joannes montanus de Regulis iuris	80
1	1 Reptitio Ioanis mauritij	100
1	1 Remigio de goni de charitativo subsidio	80
1	1 Reptitio guilhelmi de benedictis	100
1	1 canones consilij coloniensis	250
1	1 Ioanis medina sobre titulo de penitentijs	250
1	1 Repertorio de todas as leis de castilla	500

4050

nos XXI dias faleceu mecia pereira jaz no Salvador f. 32
An. # e recebeu todos os sacramentos e por ordem o ym
Juibe L. Benas me he

3. Registo do óbito de D. Mécia Pereira



La Valette

4. Retrato do Grão-Mestre Jean de La Valette

Servidor de v. m.
Simão de Sousa

5. Assinatura de Simão de Sousa (2ª. Carta)

Do Duque Dona Theodoro -

+
 O duque em favor de dou poder ao doutor Joane
 mendes meu desembargador. pague q me
 meu nome possavender a minha a quimta
 e gestao. que eu tenho e de herua e mingo
 no mesmo comceço e gofta e al martin a foso
 e oousa. Adalego a minha casa por preço
 de cento e sa setenta e nfe. n. e por qua de m
 denho procuraram geral da duca e minha mozer
 por de duca de lla o sob e stabreca pto tambm
 e em nome. fara a dita venda pto
 e e de tou meu o plub pto e a perial
 mandad e de o p rce feito a ceig
 da dita venda e de o p rce firme. Valioso
 e me o riguo a arupir p am de and e l
 mande fazer n de e nio adonado. fize
 e breavim ou de p m de marco. fize na o barbo
 e fize anno de nov ou fize m e de nfe e b r e
 J. G. de S.

e cam. e. v. s. p. u. l. u. d. Joane mendes. venha a minha a quimta
 e gestao por de n.

6. Procuração de v. s. [o duque D. Teodósio] para o doutor Joane mendes vender a martim afonso a quimtaa de gestaço por cto. bx [mil] rs.

Servir a dois Senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696

Maria Marta Lobo de Araújo*

Entre as várias igrejas existentes em Vila Viçosa, a Matriz, dedicada a Nossa Senhora, não era apenas sede da paróquia do mesmo nome, mas também era a igreja de Vila Viçosa que apresentava o maior número de confrarias e o centro mais importante de culto à Virgem. Na igreja Matriz, mais tarde comumente denominada igreja de Nossa Senhora da Conceição, encontravam-se sediadas 27% do total das confrarias da vila, sendo 40% das confrarias desta igreja dedicadas ao culto de Nossa Senhora.

Na Matriz existiam durante o período Moderno quatro confrarias que veneravam Nossa Senhora: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição, a real confraria dos Escravos de Nossa Senhora¹, a confraria de Santa Maria e a confraria de Nossa Senhora do Carmo. A nossa análise centra-se na real confraria de Nossa Senhora da Conceição pela sua carga simbólica, factor que lhe proporcionava um lugar de destaque na vila. Circunscrevemos o nosso trabalho à análise dos seus estatutos de 1696, embora o espólio documental da confraria integre outra documentação, de que se destacam os livros de receita e despesa para o século XVIII.

Encontravam-se ainda sediadas, nesta igreja, as confrarias dos oficiais carpinteiros de S. José, da Santíssima Trindade, dos clérigos de S. Pedro, da Conta Adriana, do Santo Nome de Jesus e do Santíssimo Sacramento.

Quando as confrarias não tinham igreja própria, o quadro traçado era o corrente, isto é, a existência de várias confrarias na mesma igreja, ocupando cada uma um espaço destinado. Se a igreja de acolhimento pertencia a uma confraria, verificava-se que as confrarias albergadas eram de menor importância². Esta particularidade resultava em benefício para a igreja de acolhimento. As confrarias eram detentoras de bens próprios, recebiam esmolas e outras ofertas que aplicavam no culto do santo padroeiro, contribuindo para um melhor apetrechamento da igreja. Cuidavam do espaço que dominavam, compravam alfaias religiosas e objectos valiosos para os seus altares, financiavam obras de remodelação e patrocinavam festas ao santo que veneravam.

A real confraria de Nossa Senhora da Conceição era uma confraria laica. O livro dos estatutos de 1696 inicia-se com uma

* Departamento de História da Universidade do Minho.

** Agradecemos ao senhor Dr. Joaquim Torrinha a amabilidade e a colaboração na consulta documental.

¹ Para mais fácil distinção trataremos a primeira por real confraria de Nossa Senhora e a segunda por confraria dos escravos de Nossa Senhora.

² Acerca da distribuição das confrarias pelas igrejas veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, "As confrarias e as misericórdias", in *História dos Municípios e do poder local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 55.

Maria Marta Lobo de Araújo

provisão régia, seguida de um prólogo. Apresenta, depois, as regras de funcionamento da confraria, “duas advertências” e um alvará régio de 1696, onde se confirmam os estatutos.

A veneração do culto a Nossa Senhora da Conceição era grande em Vila Viçosa, mesmo antes de 1640 e particularmente sentida na Casa de Bragança. Esta adoração fazia com que as duquesas a assistissem e vestissem como sendo suas aias, fazendo-lhe frequentes visitas. D. Leonor, mulher do duque D. Jaime visitava-a muitas vezes e D. Luísa de Gusmão, mulher de D. João IV deixou-a muito recomendada, quando foi para Lisboa em 1640³. Para melhor instalação de Nossa Senhora os duques D. Teodósio II e D. João II ordenaram obras de remodelação na igreja Matriz. Foi essa devoção que levou D. João IV a consagrá-la padroeira de Portugal em 1646. Neste mesmo ano, Nossa Senhora da Conceição foi proclamada padroeira do reino em cortes, e o monarca atribuiu-lhe cinquenta cruzados de ouro anuais. Esta atribuição fez-se como “[...] sinal de tributo e vassalagem, e da mesma maneyra prometemos e juramos com o Príncipe e Estados de confessar e deffender sempre [athe dar a vida sendo necessário] que a Virgem Maria May de Deos foi concebida sem peccado original”⁴.

Para além de se colocar a si e aos seus reinos como vassalos e tributários da Virgem, o monarca solicitava a Nossa Senhora da Conceição amparo, defesa dos inimigos e prosperidade dos seus reinos para melhor “defender a causa católica, conversão dos

povos e redução dos hereges”. Promovendo o culto à Virgem, a confraria contribuía também para espalhar a fé através da congregação de esforços em torno de Nossa Senhora, integrando-se claramente no ambiente tridentino de propagação da fé e redução das heresias.

Com este apelo D. João IV colocava a protecção e segurança do reino nas mãos de Nossa Senhora. A sua atitude vinha na sequência da posição anterior de D. Afonso Henriques que tinha considerado Nossa Senhora sua advogada e colocado o seu reino sob sua protecção e amparo, como sinal de vassalagem. D. João IV confessava ser seu desejo imitar os seus antecessores, ao mesmo tempo que reconhecia as “avantajadas e continuadas mercês” recebidas da Virgem. A posição do monarca reportava-se à restauração da Coroa portuguesa e inscrevia-se no quadro de guerra em que o reino se encontrava. O monarca não agradecia apenas a Nossa Senhora a libertação da Coroa espanhola verificada em 1640, mas também lhe solicitava que continuasse a proteger Portugal.

Em 1654 ao mandar-se colocar padrões de mármore escritos em latim em todas as portas das cidades e vilas do reino, difundiu-se o culto a Nossa Senhora da Conceição enquanto padroeira de Portugal. Em Vila Viçosa, a inscrição foi colocada em cima da porta do Nó, enquanto em Évora ficou situada na praça do Giraldo, junto aos Paços Municipais⁵. Mandaram-se também cunhar moedas de ouro e prata com a esfinge de Nossa Senhora da Conceição⁶.

³ Pimentel, Alberto, *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria Guimaraes, Libanio e C^a, s. d., p. 264.

⁴ APIMVV, *Compromisso dos oficiais da confraria de Nossa Senhora da Conceição*, fl. 3v.

⁵ Espanca, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal, nº 24, 1985, p. 81.

⁶ Sobre o assunto veja-se Maria, Frei Agostinho de Santa, *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora e das milagrosamente aparecidas, que se veneram em o Arcebispado de Évora e nos Bispados do Algarve e Elvas seus suffraganeos*, tomo VI, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1718, pp. 202-203.

A escolha de Nossa Senhora da Conceição estava associada à devoção demonstrada pela Casa de Bragança à Virgem e à sua relação com Vila Viçosa. A vila, terra fronteiriça e sede da Casa de Bragança, conheceu, como todo o Alentejo, os ataques do Exército inimigo, facto que conferia maior importância ao santuário mariano de Vila Viçosa enquanto sede da padroeira de Portugal⁷.

O prólogo do compromisso terminava com uma ameaça de expulsão e maldição para os que se manifestassem e agissem contra esta vontade do monarca.

*"[...] E se alguma Pessoa intentar couza alguma contra esta nossa promessa, juramento e vassallagem [...] o havemos por não natural e queremos que seja logo lançado fora do reyno e se for Rey, o que Deos não permitta, haja a sua e nossa maldição, e não se conte entre nossos Descendentes, esperando, que pello mesmo Deos, que nos deu o Reyno e subio à Dignidade real seja della abatido e despojado"*⁸.

A devoção que os Bragança tinham a Nossa Senhora da Conceição materializava-se também nas visitas que lhe faziam, rogando ou agradecendo graças. Em 1653, quando o príncipe D. Teodósio adoeceu, a imagem de Nossa Senhora da Conceição foi levada para a capela real para se lhe fazerem preces pela sua saúde. O mesmo se passou em 1792 quando se conheceu a doença de D. Maria I. Em 1699 D. Catarina, filha de D.

João IV foi a Vila Viçosa pagar-lhe uma promessa, acção que D. João V repetiu em 1716⁹. A descrição da viagem de D. João V a Vila Viçosa demonstra a prioridade que o monarca estabeleceu quando chegou à vila. Chegada a Vila Viçosa, a comitiva real dirigiu-se para a Matriz, para que o monarca venerasse Nossa Senhora, deslocando-se só depois para o palácio para repousar da viagem¹⁰. A prioridade estabelecida não deixa dúvidas acerca das intenções do rei, ao mesmo tempo que se tornou um acto de representação simbólica para os habitantes da vila.

Com a proclamação de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal, reforçou-se a ligação entre política e religião, nos serviços que uma prestava à outra. Deste cruzamento de interesses reforçava-se localmente o poder da Casa de Bragança, enquanto Casa Real e promotora deste culto.

Foi em recompensa das bênçãos de Nossa Senhora nas Guerras da Restauração que o Exército português ofereceu um conjunto de bandeiras espanholas a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa em 1665, agradecendo a vitória na batalha travada nesse ano em Montes Claros¹¹. Simbolicamente colocados na Matriz, os troféus de guerra não significavam apenas a vitória dos portugueses, mas perpetuavam o culto à Virgem, numa manifestação de gratidão.

Desconhecemos a data da erecção da real confraria de Nossa Senhora da Conceição, embora saibamos que a instituição remonta aos finais da Idade Média,

⁷ A devoção a Nossa Senhora da Conceição é muito grande em Vila Viçosa. Muitas moradias conservam ainda a imagem de Nossa Senhora nas suas fachadas.

⁸ APIMVV, *Compromiso dos oficiais da confraria...*, fl. 4.

⁹ Espanca, José Joaquim da Rocha, *op. cit.*, nº 24, 1985, p. 81.

¹⁰ ACB, NNG., 462, fl. 1118.

¹¹ Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora, concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, 1 vol., Lisboa, 1978, p. 535.

Maria Marta Lobo de Araújo

facto que materializa o enraizamento do culto a Nossa Senhora já neste período¹².

O contexto em que surge este compromisso é particularmente difícil para a confraria, ao mesmo tempo que explica a sua premência. A real confraria de Nossa Senhora da Conceição encontrava-se, em 1693, sem estatutos, situação que decorria das Guerras da Restauração. Os estatutos tinham-se perdido durante os ataques do Exército espanhol a Vila Viçosa, fazendo com que os confrades se regessem “pelo costume”. Por volta de 1693, porém, os problemas existentes entre a confraria dos escravos de Nossa Senhora e a régia confraria de Nossa Senhora da Conceição¹³ fizeram com que os irmãos desta última confraria se queixassem ao monarca e, a seu conselho, elaborassem novos estatutos.

A real confraria de Nossa Senhora da Conceição era de imediata protecção régia. Foi criada com o objectivo de venerar o culto de Nossa Senhora, através de “frequentes adorações e exemplos louváveis”, de forma a emergir maior honra e glória a Nossa Senhora e a resultar obediência à Virgem e ao monarca. Este apelo de valorização e adoração à Virgem e de obediência ao rei torna-se um elemento constante, ao longo do compromisso, o que tornava os seus membros servidores de dois senhores: o monarca e a Virgem. A confraria assentava numa matriz composta por uma associação religiosa e política que serviu de eixo para a construção das regras internas da instituição. Neste sentido, a confraria funcionava em termos locais como retaguarda do poder da

Casa de Bragança, agora Coroa e baluarte local da devoção à padroeira do reino.

As eleições

A régia confraria de Nossa Senhora da Conceição era uma confraria de elite, composta por gente rica da terra. Nela se integravam também os duques e muitos dos seus homens, que os acompanhavam em mais uma extensão local do poder da Casa ducal. Os seus estatutos são totalmente omissos quanto ao número de irmãos que a confraria devia possuir, mas centralizam toda a vida administrativa em três pessoas que constituíam a Mesa: um juiz, um escrivão e um tesoureiro. Para além desta característica, a eleição era “perpétua e não anual por o terem assim estabelecido o antigo e observado costume aprovado pello mais acertado consentimento do Senhor Dom João o quarto Rei de Portugal”¹⁴. Em caso de morte, o irmão era substituído, pelo que se lhe seguia, na lista da eleição, devendo a confraria dar conhecimento ao monarca da ocorrência num prazo de um mês, sob pena de ficarem ao seu arbítrio. Com esta forma peculiar de gestão procurava-se que o poder repousasse na mão de um número muito restrito de pessoas: na Casa de Bragança e em homens da sua confiança. Ao descrever o funcionamento da confraria nas primeiras décadas do século XVII, Cadornega refere que o cargo de juiz pertencia à Casa de Bragança, sendo anualmente ocupado pelo duque de Bragança ou pelo seu filho¹⁵.

Curiosamente, os confrades faziam a apologia desta forma de governação, porque a consideravam como conveniente ao

¹² Sobre o culto a Nossa Senhora na Idade Média consulte-se Costa, Avelino Jesus da, “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”, in *Lusitania Sacra*, t. 2, 1957, pp. 7-38.

¹³ Esta confraria não é composta por escravos. Os seus membros são apenas simbolicamente considerados escravos de Nossa Senhora.

¹⁴ APIMVV, *Compromisso dos oficiais da confraria...*, fl. 5.

¹⁵ Cadornega, António de Oliveira, *Descrição de Vila Viçosa*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983 [1683], p. 24.

“sossego da instituição”. Ao defenderem a manutenção do limitado número de mesários e o carácter vitalício dos cargos, os irmãos alegavam ter sido essa a vontade dos antecessores reis de Portugal, submetendo no entanto, esta cláusula particular à disposição do monarca.

Os mesários escolhiam três confrades para cada cargo e enviavam ao monarca a sua escolha em carta, para que ele elegeesse as pessoas para os cargos administrativos. Supomos que esta fórmula terá sido adoptada a partir de 1640, tendo ficado consagrada nos estatutos de 1696. Os escolhidos deviam ser pessoas nobres, ricas, dignas, e estimadas com “bons procedimentos espirituais e políticos”. O capelão dava juramento aos eleitos, aos quais era fornecido o compromisso na altura, para o conhecerem e melhor administrarem a confraria. Esta forma de actuação permitia a reprodução de redes clientelares dentro da confraria e simultaneamente possibilitava à Casa de Bragança o controlo dos cargos da instituição. Embora distante, a Casa de Bragança mantinha estratégias de perpetuar o seu poder em termos locais, muito embora sem a eficácia dos tempos em que os duques residiam na vila.

Os órgãos administrativos da confraria

A Mesa era composta pelo juiz, escrivão e tesoureiro, sendo o juiz a pessoa mais importante da confraria. Por isso, este cargo devia ser ocupado por uma pessoa de muita autoridade e digna de respeito e obediência dos restantes mesários. Para além de se lhe exigir um bom governo da confraria, o compromisso determinava que não consentisse nenhuma falta e que se

mantivesse “vigilantíssimo” na observação das regras estatutárias. O juiz era o responsável pelo funcionamento harmonioso da instituição: devia permanecer atento ao desempenho dos restantes mesários; dar o exemplo aos outros confrades, através de um comportamento irrepreensível e ser “muito pontual e zeloso nas festas e solenidades” a Nossa Senhora da Conceição¹⁶.

O escrivão era o responsável pelo cartório da confraria. Mantinha em seu poder todos os documentos da instituição. Recebia um inventário do cartório na altura em que assumia o cargo, devendo conservá-lo e mantê-lo actualizado para poder ser observado pelo juiz em qualquer altura que achasse conveniente. A escrita em dia tinha ainda outro objectivo: o escrivão devia manter actualizada a lista dos que pagavam foros, rendas e davam esmolas à confraria, de modo a que se pudesse actuar, com prontidão, junto dos que tivessem cobranças atrasadas e o juiz se mantivesse informado sobre as receitas da instituição¹⁷.

O compromisso estabelecia que o tesoureiro fosse um sacerdote abonado, bem procedido e do hábito de S. Pedro. Estava incumbido de cuidar dos “vestigios e toucados e de tudo o mais que serve de ornato” a Nossa Senhora, mantendo-os com o devido decoro e cuidado necessários. Era também o responsável pela prata e ornamentos da confraria, não os podendo emprestar para fora da igreja sem consentimento de toda a Mesa. Aliás, esta proibição estendia-se a todos os mesários. Ninguém estava autorizado a deixar sair objectos e paramentos da confraria sem a decisão colegial da Mesa. O tesoureiro tinha ainda como tarefa cobrar as rendas, foros e

¹⁶ APIMVV, *Compromiso dos oficiais da confraria...*, fls. 6-6v.

¹⁷ APIMVV, *Compromiso dos oficiais da confraria...*, fls. 7-7v.

esmolos¹⁸.

A instituição contava ainda com um clérigo assalariado. O capelão era escolhido pela Mesa, devia ser pessoa de vida exemplar, de boa fama e costumes e da Ordem de S. Pedro. Sem pertencer à Mesa, o capelão era uma pessoa com um lugar importante na confraria. Assim dos quatro elementos que ocupavam os principais lugares da confraria, dois eram sacerdotes da Ordem de S. Pedro, facto que demonstra a preferência e a confiança depositada nos elementos desta Ordem e atesta a forma interactiva como operavam a régia confraria de Nossa Senhora da Conceição, os priores e beneficiados da Matriz, pertencentes à Ordem de S. Pedro e a confraria dos clérigos de S. Pedro onde ingressavam muitos destes sacerdotes, sediada também na Matriz. Com este modelo pretendia-se um funcinamento articulado em que a igreja ao serviço de Nossa Senhora da Conceição acolhia a confraria que representava a “ala avançada” deste culto. O capelão era obrigado a celebrar as missas da confraria. Todos os sábados dizia uma missa cantada pelos monarcas e uma missa rezada nos dias em que se venerava Nossa Senhora¹⁹. Como no sábado Santo esta celebração não se podia realizar, era transferida para o domingo de Páscoa. Estas missas eram celebradas pelas intenções dos reis de Portugal e pela prosperidade do seu reino. O capelão acumulava ainda a responsabilidade de fazer peditório com os irmãos da Mesa pela vila, dois dias antes da festa da confraria, realizada a oito de Dezembro. O pagamento ao capelão era feito bianualmente, devia ser pontual e preceder a qualquer obrigação da confraria²⁰.

Mas o capelão não era o único assalariado. A confraria contava também

com um andador. Homem de maior idade, bem procedido, fiel, diligente e de bons costumes. Segundo os estatutos, este assalariado não teria ordenado certo. Ganharia o equivalente ao que tinha sido dado aos seus antecessores, ou o que parecesse razoável à Mesa, consoante as disponibilidades financeiras da confraria. Este servidor era um acessor do tesoureiro. Estava encarregue de arrecadar o que o tesoureiro lhe entregasse: ornamentos, vestimentas, castiçais e outros objectos de prata existentes. O seu trabalho era conferido mensalmente pelo tesoureiro, a quem prestava contas de tudo o que tinha sob sua alçada.

A base económica da confraria

O compromisso previa a recepção de heranças e determinava formas de proceder. Sempre que os irmãos fossem contactados para aceitarem uma herança como garantia das obrigações religiosas a que se obrigavam, devia informar-se sobre as condições em que ela se encontrava, nomeadamente saber se estava “livre de qualquer embaraço litigioso”. Esta condição devia ser estritamente observada e só, perante a sua verificação, se podia aceitar o encargo. Em caso de aceitação, o escrivão devia fazer registo da ocorrência, assinar o assento conjuntamente com a Mesa, onde se registaria que a aceitação tinha merecido consenso dos mesários. Como nem sempre as confrarias conheciam com exactidão o estado em que se encontravam as heranças que recebiam, frequentemente eram envolvidas em processos litigiosos que representavam muitas preocupações e

¹⁸ APIMVV, *Compromisso dos oficiais da confraria...*, fls. 8-8v.

¹⁹ ACB, *História da confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa 1766-1821*, nº 731, fl. 68.

²⁰ APIMVV, *Compromisso dos oficiais da confraria...*, fls. 9-9v.

exigiam enormes gastos. Para precaver o futuro, a confraria exigia maior empenho aos mesários o que os obrigava a actuar com segurança.

As receitas da confraria eram provenientes das rendas, foros e esmolas e compostas por trigo, azeite e dinheiro. Os pagamentos eram efectuados na casa do tesoureiro, o qual devia dar o azeite ao andador para as lâmpadas do altar de Nossa Senhora, vender o trigo e arrecadar o produto da sua venda. O dinheiro existente era guardado num cofre que se encontrava fechado com três chaves. Para além de dinheiro, o cofre continha também documentos, objectos oferecidos por devotos a Nossa Senhora e “alguns brincos de ouro, ou de prata se hirão recolhendo no mesmo cofre”. Nossa Senhora da Conceição era muito venerada e à igreja Matriz acorriam muitos devotos em peregrinação, portadores de objectos que ofereciam à Virgem, dotando a confraria de um espólio rico.

*“A Senhora está collocada na Capella mór e fechada com grades de prata, com várias cortinas de têlas e tudo adornado com grande magestade e riqueza, e adornão-na de ricas roupas e assim tem muytas e de grande preço e ricas joyas”*²¹.

Entre as diversas ofertas, que se faziam a Nossa Senhora, destacam-se duas coroas de prata dourada oferecidas em 1699 por frei Luis da Silva Teles, arcebispo de Évora; um cravo de filigrana de ouro com esmeraldas oferecido por um devoto anónimo da vila em 1721; um coração de filigrana de ouro com esmeraldas, doado por uma devota de Setúbal em 1724; uma lâmpada de prata

doada por D. João V no mesmo ano; 20 côvados de galão dourado enviados da Índia em 1733 por frei Inácio de S. José, visitador geral da Congregação de S. João de Deus e uma jóia de diamantes e rubis oferecida por André de Melo e Castro, conde das Galveias em 1752²².

Como não tinha acesso ao cofre sozinho, o tesoureiro mantinha em seu poder um fundo de maneio para poder obviar às despesas. O cofre só podia ser aberto com todos os mesários presentes. Apesar de estar encarregue de algumas diligências no sector económico, o tesoureiro apenas punha em prática resoluções da Mesa. Não podia, por si só, tomar qualquer decisão. Aliás, esta característica prepassa por toda a orgânica da confraria. As decisões são colegiais, só as execuções são pessoais, mas supervisionadas pelo juiz a qualquer altura. Tratava-se de uma forma de evitar poderes arbitrários no seio da confraria, dado o carácter vitalício e a fraca dispersão dos cargos.

Alguns objectos oferecidos a Nossa Senhora eram vendidos no final do ano, para satisfazer as despesas do culto com a liquidez. O remanescentes era dado a juro, revertendo o seu lucro para a compra de ornamentos para o altar da Virgem²³. À semelhança de outras confrarias de Vila Viçosa e também dos conventos, a real confraria de Nossa Senhora da Conceição recorria à valorização de capitais através do empréstimo a juro²⁴.

Ao compulsar a documentação existente, verificámos que muitos empréstimos eram feitos em benefício dos próprios confrades, facto de que não nos admiramos, dada a situação em que a vila caiu com a partida dos duques para Lisboa. A falta de patrocínio

²¹ Maria, Frei Agostinho de Santa, *op. cit.*, p. 210.

²² Espanca, Túlio, *op. cit.*, p. 537.

²³ APIMVV, *Compromisso dos oficiais da confraria...*, fls. 11-12v.

²⁴ AMVV, Maço 975.

Maria Marta Lobo de Araújo

directo da Casa de Bragança causada pela ausência dos duques e as Guerras da Restauração desaceleraram o desenvolvimento de Vila Viçosa, ao mesmo tempo que se apagou a fonte de rendimento e poder para muitos apaniguados dos duques.

A confraria fazia também peditório de dinheiro através da caixa para esmolas existente no interior da igreja.



O património da confraria era constituído pelas ofertas a Nossa Senhora e por

propriedades que se mantinham aforadas, encontrando-se a Casa de Bragança entre os seus foreiros.

Em 1742 “[...] manda Sua Magestade pagar em cada hum anno pella Serenissima Caza de Bragança de foro fatezim à confraria de Nossa Senhora da Conceição noventa alqueires de trigo pagos no Almojarife desta villa e vem lançados na folha por huma herdade que os Senhores Duques de Bragança meterão para a sua tapada sendo esta da confraria”²⁵.

Os foreiros da confraria de Nossa Senhora da Conceição não eram apenas gente da vila. Através do seu tomo, verificámos que muitas das suas propriedades se encontravam situadas nas imediações da vila e andavam arrendadas a pessoas de Vila Viçosa e arredores²⁶.

Obrigações dos confrades

As doações feitas à confraria tinham como contrapartida a celebração de missas ou de outros sufrágios que os confrades deviam mandar celebrar, colocando nisso grande empenho e cuidado. Conscientes da importância dos legados para a instituição, os estatutos davam ênfase à necessidade dos irmãos actuarem com zelo, dedicação e “infalível observância” no cumprimento das vontades instituídas. Esta determinação foi colocada em vários capítulos do compromisso, o que, se, por um lado, reforça a necessidade do seu cumprimento, contribuindo para a credibilidade da instituição, por outro, pode também significar a dificuldade em atrair legados e a falta de cumprimento dos mesmos. Numa época em

²⁵ APIMVV, *Livro Título da cappella que instituy o Reverendo Padre Paulo Correia Velho das fazendas que deixou das pensois e obrigaçois no anno de 1741*, fl. 17.

²⁶ Sobre os bens patrimoniais da confraria consulte-se APIMVV, *Livro do Tombo da regia confraria de Nossa Senhora da Conceição do castello de Vila Viçosa*.

que muitas confrarias se pautavam por um comportamento uniforme no incumprimento das missas a que estavam vinculadas, provavelmente a real confraria não escaparia a esta situação²⁷. Também neste particular o compromisso estabelecia uma relação estreita entre o serviço a Deus e ao monarca, e apelava ao cumprimento do dever como uma forma de servir os dois simultaneamente: ao adorar o primeiro enquanto fiéis católicos, obedeciam ao segundo como humildes súbditos e vassalos²⁸.

No oitavário dos defuntos, a confraria mandava celebrar dois ofícios com missa cantada. O primeiro era celebrado pela alma dos reis de Portugal e o segundo pela alma dos mesários defuntos e restantes benfeitores. Por cada irmão mesário falecido era mandado celebrar um ofício com missa cantada ao oitavo dia do seu falecimento e mais seis missas pela sua alma nos dias seguintes, celebradas no altar de Nossa Senhora. Os estatutos garantiam ainda a pontualidade da celebração das missas instituídas, ao referirem que seria observada infalivelmente²⁹.

A confraria e os pobres

Promovendo a solidariedade entre os confrades, estas instituições asseguravam uma morte condigna aos seus membros mais pobres. Os estatutos da real confraria de Nossa Senhora estabeleciam ajuda aos confrades na hora da morte, determinando que se vendessem os hábitos e mortalhas oferecidos a Nossa Senhora, para que se comprassem mortalhas aos confrades

defuntos que as não pudessem adquirir. Esta resolução era válida enquanto houvesse ofertas que sustentassem a acção da confraria, caso contrário, a instituição suspenderia esta esmola. A oferta de mortalhas a Nossa Senhora parece ter sido uma dádiva frequente e feita em número significativo. Cadornega refere as muitas mortalhas oferecidas pelos que iam em romagem à Matriz agradecer as graças recebidas³⁰.

Mas a acção assistencial da confraria extravasava o seu rol de irmãos. Pelo Natal distribuía trigo por trinta pobres necessitados da vila, com prioridade para as mulheres viúvas, honestas e recolhidas. Esta distribuição era justificada com a pobreza da terra e por ser uma prática instituída na confraria. As ofertas eram provenientes das rendas da confraria e do peditério efectuado nas vésperas da festa. Apesar do estabelecido, assinalava-se que as despesas com as obras de Nossa Senhora precediam os gastos com os pobres. Por isso, nos anos em que as receitas se consumissem em gastos para Nossa Senhora, não se entregariam as esmolos aos pobres³¹.

O cartório

A estrutura organizativa da confraria reflectia-se no seu cartório. A confraria estava entregue a três irmãos com cargos vitalícios. Por isso, para prever ou depois de constatar algum facilitismo por parte dos mesários que passavam muitos anos nos cargos, o compromisso apelava com frequência ao registo das ocorrências, de

²⁷ Veja-se a propósito o que se passava com as confrarias de Setúbal. Abreu, Laurinda Faria dos Santos. *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 142-172.

²⁸ APIMVV, *Compromisso dos oficiais da confraria...*, fls. 17-17v.

²⁹ APIMVV, *Compromisso dos oficiais da confraria...*, fls. 14v.

³⁰ Cadornega, António de Oliveira, *op. cit.*, p. 24.

³¹ APIMVV, *Compromisso dos oficiais da confraria...*, fls. 13-13v., 16-16v.

modo a que não houvesse lugar a falhas. Determinava também os livros que a confraria devia possuir. Para assentar as escrituras, os foros e outros títulos de propriedades, a instituição possuía um tomo. Neste livro, deveria estar lançada a identificação das pessoas que pagavam foros e rendas à confraria, o montante e a data de pagamento. Os objectos pertencentes ao culto de Nossa Senhora (vestidos e adornos, pratos, frontais e vestimentas) deviam constar de outro livro. As receitas provenientes das mortalhas e dos hábitos vendidos eram registadas num livro separadamente da receita geral. Anotava-se também a despesa feita com as mortalhas dos defuntos, o nome do pobre que as recebeu e a data em que foram oferecidas. A receita e a despesa geral integravam outro livro, o qual devia ser vistoriado anualmente pelo Provedor da Comarca. Este livro de receita e despesa era elaborado com base num caderno onde constavam os rendeiros e foreiros da confraria e o pagamento que deviam efectuar. O registo era feito à medida que o pagamento se verificava e registavam-se os faltosos e os que tinham os pagamentos em dia.

A festa

A festa de Nossa Senhora da Conceição representava uma importante manifestação pública de veneração à Virgem. Na provisão que D. João IV enviou à confraria onde se proclama Nossa Senhora da Conceição padroeira de Portugal, o monarca refere ser sua obrigação e dos seus sucessores “venerar com muito particular affecto e solemnidade a festa de Sua Immaculada Conceição, E nella comparecer”³². O

compromisso determinava a sua execução.

“[...] E a festa particular do dia da Conceição da Senhora se celebrará com a maior solemnidade e aparato que ser possa com o Senhor exposto todo o dia, hum sermão de manhã, outro de tarde, e no ditto dia se confessarão e comungarão os Irmãos da meza”³³.

Cadornega descreve esta festa no tempo em que o duque D. João II era seu juiz, dando-nos conta da sua magnificência e do envolvimento da Casa de Bragança nas festividades. A procissão iniciava-se com o pálio, que resguardava a Custódia com o Santíssimo Sacramento e o duque D. João II e os seus irmãos D. Duarte e D. Alexandre desfilavam na procissão, levando varas do pálio. Eram acompanhados no cortejo pelos “fidalgos principais e comendadores, indo com seus mantos de sua Ordem e Cavalaria”, e por outros fidalgos da Casa de Bragança. Seguia-se a confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, que empunhavam tochas. Depois vinha o juiz da Vara Eclesiástica acompanhado de muitos clérigos, as confrarias e os conventos da vila e três carros com a música. Recolhida a procissão à igreja Matriz, as cerimónias continuavam com uma missa cantada celebrada pelo Deão da capela ducal e acompanhada pelos músicos da mesma capela. O sermão estava a cargo do confessor do duque D. João II. Depois das cerimónias religiosas, seguia-se a parte lúdica. À noite, o fogo de artifício rebentava no Terreiro do Paço e do castelo disparavam-se cargas de artilharia e mosqueteria. Nos oito dias imediatos, a vila assistia a várias touradas com touros de morte, onde

³² APIMVV, *Compromiso dos oficiais da confraria...*, fl. 3.

³³ APIMVV, *Compromiso dos oficiais da confraria...*, fl. 14v.

intervenham alguns dos homens da Casa ducal e gente de fora; efectuavam-se corridas de cavalos e havia prémios para os vencedores³⁴.

A participação de D. Teodósio II na festa de Nossa Senhora e sua grandeza é atestada também por frei Manuel Calado, homem natural de Vila Viçosa e próximo da Casa ducal. Segundo o autor, o duque “subia a cavallo em público e celebrava a sua festa com a maior solenidade que se pode imaginar”³⁵. Mas não era apenas o duque que participava activamente nesta comemoração. O seu filho e futuro rei de Portugal contava apenas sete anos de idade quando saiu a jogar as canas no dia da festa de Nossa Senhora³⁶.

O envolvimento dos duques nestas solenidades dá-nos conta do investimento feito pela Casa de Bragança no culto mariano mesmo antes da Revolução de 1640, embora se reforce após esta data. A integração dos fidalgos na procissão não deixa de ser também significativa. Participar na procissão, acompanhando os duques, era uma manifestação pública de fé e simultaneamente um acto de afirmação e de pertença à Casa de Bragança. A confraria tornava-se em mais um espaço alternativo do poder da Casa de Bragança, espalhado pelas várias instituições religiosas da vila, e muito visível em várias confrarias de que a Misericórdia local é o exemplo mais completo³⁷.

O investimento da Casa de Bragança no culto a Nossa Senhora ia para além do que o se tornava visível. A Casa de Bragança era a

retaguarda da confraria e da veneração à Virgem³⁸, chegando a ser a *segunda casa* de Nossa Senhora. Quando em 1755, devido ao terramoto, a igreja Matriz teve que entrar em obras de restauro, a imagem de Nossa Senhora da Conceição esteve guardada na Capela Real do palácio, enquanto a igreja esteve inoperante³⁹.

Para fazer face às despesas, na véspera da festa, os irmãos faziam um peditório pela vila. Era nesta ocasião que os irmãos arrecadavam o trigo que distribuíam aos pobres pelo Natal.

Em 1733, a real confraria de Nossa Senhora da Conceição gastou 9.600 réis com os pregadores, 4.000 réis em música, 480 réis com o prior, 12.500 réis com o armador, 720 réis com um servente que ajudou a fazer a armação, 600 em junco para a igreja, 1.480 em incenso e papel, 2.000 réis na lavagem da roupa, 17.650 réis em fitas e maravalhas, 15.960 réis em carneiros para oferecer aos capelães e aos músicos e 120 réis para pagar ao transportador dos carneiros⁴⁰.

Para além das receitas do peditório, os confrades contavam com as dádivas de muitos peregrinos que chegavam à vila neste dia. Eram, contudo, os peregrinos anónimos os que engrossavam as fileiras dos que acorriam ao santuário mariano. Os devotos deslocavam-se a Vila Viçosa para agradecer ou solicitar graças a Nossa Senhora, proclamados que eram “os tão extraordinários milagres, que rara he a semana, que não resusite morto, ou dê vida a cego ou fala a mudo, ou pés e mãos a aleijados, ou saúde

³⁴ Cadornega, António de Oliveira, *op. cit.*, pp. 25-28.

³⁵ Calado, Frei Manuel, *O valeroso lucideno e triumpho da liberdade*, Lisboa, Officina de Domingos Carneiro, 1668, p. 99.

³⁶ Pimentel, Alberto, *op. cit.*, p. 257.

³⁷ Veja-se a propósito Araújo, Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 168-172.

³⁸ Sobre a dedicação que a Casa de Bragança demonstrou a este culto veja-se Fonseca, Francisco Belard da, *A ordem militar de Nossa Senhora da Conceição*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1955, pp. 29-30.

³⁹ ACB, NNG., 690, fl. 30.

⁴⁰ APIMVV, *Livro de Lembranças da receita e despeza da Real confraria de Nossa Senhora da Conceição de 1733*, fls. 56v.-58.

e enfermos, ou cure endemoninhados”⁴¹. Chegados de várias partes do reino e mesmo de além fronteiras, os fiéis abeiravam-se da Virgem para lhe dar graças pelos benefícios recebidos⁴². Esta parece ser a prática de muitos crentes. Também na vila da Nazaré, logo que lhe era possível, o crente deslocava-se ao santuário e pagava o favor recebido, sendo a festa frequentemente a ocasião utilizada para liquidar a dívida à Virgem⁴³.

Também a confraria dos Escravos de Nossa Senhora, sediada na mesma igreja fazia um peditério pela vila para a realização da sua festa celebrada a 15 de Agosto.

Um quotidiano de difícil gestão

A convivência entre a real confraria de Nossa Senhora da Conceição e a dos escravos de Nossa Senhora nem sempre foi fácil. Tratava-se afinal de gerir os mesmos interesses no mesmo espaço com meios e pessoas diferentes, embora algumas deles pertencessem simultaneamente às duas confrarias. Ambas as confrarias eram régias, estavam erectas na mesma igreja, repartiam o mesmo espaço e tinham o altar-mor para a celebração do culto.

Mesmo antes do corpo do compromisso, o livro dos estatutos da real confraria de Nossa Senhora da Conceição integra um alvará régio, enviado por D. Pedro II em 1693. A sua colocação neste local é indicadora da sua importância. O alvará é respeitante às relações entre estas duas confrarias e serve de resposta às queixas que os confrades da régia confraria de Nossa

Senhora da Conceição endereçaram ao monarca. Dando conta da proibição que a confraria dos escravos e o visitador eclesiástico fizeram à régia confraria de Nossa Senhora, impedindo-a de “vender cereais e pedir com taboleta”, o monarca recordou o facto desta última confraria ser de sua imediata protecção e tomou uma decisão em seu favor. Depois do Provedor da Comarca ter recolhido informações sobre a situação, D. Pedro II mandou “que com todas as forças façais conservar a esta Confraria na posse e uzo em que está de vender as suas medidas [de cereais], e pedir esmolas com taboleta”, não apenas porque obteve sentença a seu favor, mas sobretudo porque possui alvará régio por onde está autorizada. Simultaneamente, o rei incitou os confrades a fazerem novo compromisso e remeter-lho para confirmação.

As contendas entre as duas confrarias devem ter sido prolongadas. As “advertências” que se encontram no final do livro do compromisso dão conta da destruição de muitos dos seus privilégios pela confraria dos escravos, aludem às muitas sentenças alcançadas e alertam para situações em que os confrades forem réus, recordando-lhes que devem recorrer à protecção régia através do tribunal do Desembargo do Paço. Apesar do monarca não ter confirmado a advertência onde se admitia o recurso dos irmãos ao tribunal do Desembargo do Paço em caso de envolvimento na justiça, por considerar não ser conveniente retirar as causas dos juízos a que pertenciam⁴⁴, os confrades não a eliminaram, nem sequer colocaram qualquer

⁴¹ Calado, Frei Manuel, *op. cit.*, p. 99.

⁴² A devoção ao culto de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa esteve na origem da erecção de uma confraria em Córdoba. Consulte-se a propósito, Fernandez Dueñas, Angel, *La virgen de Villa Viçosa: Leyenda, Tradicion e História*, Imprenta San Pablo, Córdoba, 1993, 143-157.

⁴³ Sobre a deslocação de peregrinos ao santuário da Nazaré para pagar graças recebidas veja-se Penteado, Pedro, *Peregrinos da memória. O santuário de Nossa Senhora de Nazaré 1600-1785*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 116-124.

⁴⁴ APIMVV, *Compromiso dos oficiais da confraria...*, fl. 19.

anotação que esclarecesse este particular. Como se tratava de uma cláusula importante que desejavam que tivesse sido confirmada, os irmãos mantiveram-na como válida, agregando o alvará confirmativo onde se invalida esta pretensão.

O despique entre as duas confrarias não se fazia apenas no respeitante aos peditórios, área muito importante, refira-se. Fazia-se também no recrutamento de irmãos. A confraria dos escravos de Nossa Senhora reconhecia que o sábado, dia da celebração semanal da real confraria, era a ocasião de maior afluência de pessoas à igreja. Por isso, mandava o escrivão e o tesoureiro permanecerem na Matriz todos os sábados de manhã, para que as pessoas que a desejassem integrar o pudessem fazer comodamente⁴⁵. Esta era uma forma de aliciar as pessoas da terra e os membros da régia confraria a engrossar as suas fileiras.

Porém, os conflitos das real confraria de Nossa Senhora da Conceição não se circunscreviam à confraria dos escravos. Em 1793 a rainha D. Maria I impediu o tesoureiro da confraria de Nossa Senhora da Conceição de aspergir a igreja, por esta função pertencer exclusivamente ao prior da Matriz. Na sequência, os confrades queixaram-se à monarca em 1794 das atitudes dos priores e

beneficiados da Matriz, por “arrombarem as grades do Nixo da Sagrada Senhora” e acederem ao tesouro da confraria. Segundo os irmãos de Nossa Senhora só o tesoureiro da confraria tinha acesso a esse espaço, por aí se encontrarem as jóias de Nossa Senhora, de que ele estava encarregue⁴⁶.

Na defesa de privilégios e na delimitação do “seu” espaço, a real confraria de Nossa Senhora da Conceição encontrava matéria para litígio nos seus imediatos confrontantes. A enorme carga simbólica que envolvia esta confraria tê-la-ia feito mais aguerrida na defesa dos seus privilégios. Tratava-se de uma confraria muito ligada à Casa de Bragança e mais tarde protegida pela Coroa. Erecta em Vila Viçosa onde o contexto a favorecia, a real confraria de Nossa Senhora da Conceição congregava também a adoração dos crentes à padroeira de Portugal numa simultaneidade de serviços à Virgem e ao monarca.

Abreviaturas:

ACB - Arquivo da Casa de Bragança

AMVV - Arquivo Municipal de Vila Viçosa

APIMVV - Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Vila Viçosa

⁴⁵ APIMVV, *Estatuto da confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Igreja Matriz de Vila Viçosa*, 1689, fl. 13v.

⁴⁶ ACB, *História da confraria de Nossa Senhora da Conceição...*, fl. 68v.

Haverá em Vila Viçosa parentes do poeta Fernando Pessoa e do romancista Eça de Queirós?

João de Sousa da Câmara*

Em 1983 publiquei um livro intitulado: *“Fernando Pessoa - Supra Camões - Brazões e gerações de avós”*. Esta obra estribava-se sobretudo numa comunicação apresentada ao XV Congresso Internacional de las Ciencias Genealogicas y Heraldica, realizado em Madrid a 21.IX.82, sobre a sentença de nobreza a favor de Roque Landeiro Pereira de Sousa de 6.VIII.1779.

Hoje afigurou-se-me de interesse apresentar uma outra carta de Brasão de Armas “inérita” do principal representante dessa família, em quase tudo semelhante à que induziu Fernando Pessoa a desenhar as Armas que haviam pertencido ao seu trisavô José António Pereira de Araújo e Sousa (carta de Brasão de 2.XII.1779). Só que deste foram ainda seus irmãos Roque e Caetano, sendo do último a carta de Brasão de Armas, também de 2.XII.1779, agora revelada nas páginas da *Callipole*. Embora hoje este documento seja um simples treslado do séc. XIX, não deixa de ter a sua importância e valor para o melhor conhecimento dos antepassados de Fernando Pessoa.

Mas a que propósito vem para Vila Viçosa esta referência? Simplesmente por isto: é que tanto Roque, José António, como Caetano Pereira de Sousa eram irmãos de D. Ana Acúrcia Pereira de Araújo e Sousa, casada com Domingos da Nóbrega Botelho. E de um

filho destes, de nome Manuel José da Nóbrega (n. a 27.VII.1779 e f. a 24.8.1872), casado a 24.IV.1836 com D. Inês Emília de Sousa da Câmara Lencastre e Menezes (n. a 11.7.1805 e f. a 1.IV.1842) houve ampla descendência, todos mortos nos alvares da mocidade, excepto António Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara, nascido a 21.VI.1840, que continuou esta família em Vila Viçosa.

O padre Espanca, miguelista confesso, a propósito de Manuel da Nóbrega, liberal progressista e sobrinho direito do trisavô de Fernando Pessoa, José António Pereira de Araújo e Sousa, diz o seguinte nas suas *Memórias*: “Teve a fortuna de captar as simpatias da morgada D. Inês Emília Pereira de Sousa da Câmara, administradora do vínculo instituído por José Bernardo de Sousa da Câmara e casou com ela sob a condição de largar o serviço do exército”

Quanto ao Parentesco desta família com Eça de Queirós mostra-se muito mais próximo. Basta dizer que Manuel de Sousa da Câmara (1871-1955), filho único de António Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara, era genro de D. Maria Augusta Pereira de Eça Infante de Lacerda, prima direita do célebre romancista. Esta é uma das filhas do general José António Pereira de Eça, irmão da mãe de Eça de Queirós. Uma outra filha desta, de nome Conceição (casada com um irmão do

*Da Academia Portuguesa da História

Marquês de Sabugosa), assistiu em Paris aos últimos momentos do romancista. Como se pode ver no testamento da filha mais velha de Eça de Queirós.

Segundo estudos genealógicos da máxima probidade está provado que estes Pereiras de Eça descendem da família do grande poeta Luís de Camões. Será estranho que o maior nome da literatura portuguesa do séc. XVI tenha uma relação de parentesco com o ilustre romancista e o maior artista de Portugal do séc. XIX? E não seria oportuno assinalar que um membro da família Sousa da Câmara, cujo centenário do nascimento se celebra em 2001, tenha sido o responsável pela introdução da Ciência Genética em Portugal e Espanha?

BRAZÃO DE ARMAS DA FAMÍLIA DOS CAMIZÕES

D. João por graça de Deos, Príncipe de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem Már em Africa Senhor da Guine, e da Conquista Navegação do Comercio da Ethiopia Arabia e Percia e da Índia Como Regente destes Reinos, e Senhorios &. Faço saber aos que esta minha Carta de Brazão de Armas de Nobreza, e Fidalguia virem que Caetano Pereira de Araujo e Souza, Tenente Coronel, e Governador da Fortaleza de S. João de Registo da Barra de Tavira, natural da Villa de Fernedo, me fez petição dizendo que pela Sentença de justificação da sua Nobreza a ella junta proferida, e assignada pelo meu Dezembargador Corregedôr do Civil da Corte, e Caza da Suplicação o Doutor Victorino da Silva Freire; sob escripta por Joze Maria Pazano Escrivão do mesmo Juizo, e pelos documentos incorporádos tambem nella se mostrava que elle he filho legitimo do Capitão Mór Lázaro Moreira Landeiro Camizão, e de D. Francisca Xavier d'Araujo e Souza. = Neto por parte paterna do Sargento Mór Roque Landeiro Pereira, e D. Maria Martins Camizão, filha de António Martins Camizão, a qual hera Neta de Cristovão Gomes

Camizão a quem se passou Brazão d'Armas em Madrid em 14 de Agosto de 1612. Bisneto do Capitão de Mellicias, Lazaro Moreira Landeiro. = Terceiro Neto de Rodrigo Landeiro Capitão do Baluarte de S.ta Barbara de Ságres, e de Már, e Guerra da Guarda Costa do Algarve, e de sua Mulher D. Lionarda (ou Lionor) do Espirito Santo, Filha de Jorge Fernando Pereira Meu Procurador dos Feitos, e Fidalgo da minha Caza Real, e Luis Feitôr do Pescado de Lagos, o que hera Irmão de Domingos Pereira e Martins Pereira Cavaleiros Fidalgos da minha Caza Rial, e ambos passarão á Africa com o Senhor Rey D. Sebastião, e sendo hum captivo se Resgatou a sua custa, e passando ambos á India fizeram muitos Serviços a Minha Corôa. = Neta a dita D. Lionor do Espirito Santo por parte paterna de Alvaro Dias Pereira Cavaleiro Fidalgo da Minha Caza Rial, Feirtôr da Lota de Lagos, e Criado do dito Senhor Rey D. Sebastião a quem Servio no Cêrco de Mazagão no Anno de 1562 levando comsigo dois homens a sua custa, sendo o primeiro de todos que se deitou ao Már e se pôss em terra com as suas armas, sem ser pago de couza alguma pelo dito Senhor, e de sua Mulher D. Lionôr Fernandes, filha de Jorge Fernandes, Cavaleiro Fidalgo da minha Caza Rial, o qual hera Irmão do Doutor Duarte Fernandes, Profeço na Ordem de Cristo, Cavaleiro Fidalgo da minha Caza Rial, e de Manoel Fernandes Feitor na Cidade de Lagos o qual foi á India por Capitão de huma Nau sua mandado pelo Senhor Rey D. João 3º. Thia de Reiiis Dias de Aragão Executor da minha Rial Fazenda no Algarve, e de D. Ignez cazada com Rey de Pina Falcão, e do Padre Jorge Fernandes da Roza Martins que foi na India, e de D. Barbara Mulher de Balthazar de Mello da Cunha, Fidalgo da minha Caza Rial, Prima de Luis Fernandes Duarte, Capitão de Infantaria, Commendador das duas Commendas da Ordem de Cristo, e Companheiro do Embaixador D. Joze Francisco da Costa, que foi a Marrócos Resgatar os Setenta Fidalgos onde por morte do dito Embaixador ficou fazendo as suas vezes, athe que faleceo. = Quarto Neto de Lazaro Moreira

Landeiro, e de D. Maria Landeiro, Neto o Sup.te por seu Avô materno de João de Sá da Fonseca, filho de Manoel de Sá, e de D. Joana Maria d'Araujo e Souza, e de Bisneto do Capitão Mór Baptista de Araujo e Souza, e de D. Lionor Francisca Coelho de Athaide, e filha e Irmaã dos Snr.es de Fermado, Felgueiras, Vieira, e Prestimo da Cadinha, uma das familias mais illustres deste Reino por serem descendentes de D. Egoas Monis Aijo do Senhor Rey D. Affonço Henriques a quem a companhia na Jornada de Ourique, na qual morreo, e seu Neto D. Pedro Affonço Cazou com D. Urraca filha do mesmo Senhor Reej: O dito D. Egas Monis foi quinto, e sexto Neto do Senhor Reij D. Ramiro 3º, e Bisneto do Senhor Reij Ramiro 2º de Lião, sendo tambem descendentes da Condeça D. Lionor de Alvim Mulher do Condestavel D. Nuno Alves Pereira, que hera neta de Estevão Coelho, e Sobrinha de Pedro Coelho, vindo por este lado a pertencer ao Sup.te as Armas d'Araujo e Souza, as quais se achão no portico das Cazas e Fonte de S. João da sua Quinta do Castello aonde viverão os Pais, e Avos e Bisavos do mesmo Sup.te, sendo 3º Neto de D. Hilena de Araujo e Souza, e de Baptista Lopes Rebello: Quarto Neto por legitimo Matrimonio do Padre Francisco de Araujo e Souza, irmão de Gonçallo de Araujo e Souza, parente em 2º grão do Marquez De Monte Bélo, Conde de Amares, munto proximo de D. Anna de Brito, Mulher de Pedro Gomes de Abreu Donataria de Regalados, e de Pedro d'Araujo e Vasconcellos, Senhor dos Coutos de Guandive de Balthiazar de Araujo e Sousa, Senhor do Castello de Lindozo, e de Pedro de Araujo e Souza Commendador de Ansimil da Ordem de Malta: Quinto Neto de Sebastião Rodrigues de Araujo, e de D. Joanna Dias Rebello. Sexto Neto de Rodrigo Alves de Araujo Fidalgo da Caza Rial. Septimo Neto de Alvaro Rodrigues d'Araujo Commendador que foi do Rio Frio da Ordem de Cristo = Fidalgo da Caza Rial. Oitavo Neto de Pajo Rodrigues de Araujo, e Lobios dos Concelhos de Guendive, Gomide Val de Paldres, Santa Crus, e Soutello, e em Portugal dos

Concelhos de Lindozo, Auredo, e Bestella, a quem o Senhor D. João 1º fez Capitão de sua Guarda achando-se com elle no escalamento da Cidade de Tui, e na tomada de Ceuta, aonde o dito Pajo Rodrigues de Araujo levou 300 homens pagos a sua custa, tendo a honra do mesmo Senhor Reij o armar Cavaleiro, e mandar por Embaixador a Hespanha, sendo tambem Guarda Mór do Senhor Infante D. Henrique: O Senhor Reij o armar Cavaleiro, e mandar por Embaixador a Hespanha, sendo tambem Guarda Mór do Senhor Infante D. Henrique: O Senhor Reij D. Duarte lhe confirmou todas as ditas mercês, por Carta passada em 26 de Novembro de 1436, e o fez Alcaide Mór do Castello Rodrigo dando-lhe os direitos Riais da mesma Villa, e o Senhor Reij D. Affonso 5º lhe confirmou tudo, e lhe fez mercê dos Direitos Riais da Villa de Monção, Cazou a primeira vez com D. Lionor Pereira de Barbada Hirdeira do Concelho de Barbada do Couto de Douro, e da Torre de Sabari, e a segunda com D. Violanta, ou Aldonça de Souza, filha de D. Lopo Dias de Souza Sobrinha da Rainha D. Lionôr Telles de Menezes, e Setimo Grão Mestre da Ordem de Christo, e morreo na Covilhã em 1418. = Nono de Pedro Annes de Araujo, Snr do Castello d'Araujo em Galiza, porem seguindo o partido do Senhor D. Pedro o Cruel, contra o Senhor Infante D. Henriques seu Irmão se passou a Portugal, seguindo ao Senhor Reij D. Fernando, este o fez Fronteiro Mór de Araujo, e Comarca de Orence, foi Vaçallo do Senhor Reij D. João 1º que lhe deu as terras de Lindoso, Cazou com D. Lionôr Gliz de Pedrozo na Comarca do Porto. Decimo Neto de Vasco Rodrigues d'Araujo, Cazou com D. Lionôr Pires, e com Estifania Annes d'Aboim, Bisneta de Affonço Velho, que descendia por hum lado do Infante D. Arnaud de Bahia, e por outro lado da familia dos Pereiras. Decimo primeiro Neto de Rodrigo Annes d'Araujo o primeiro que veio a Portugal o qual hera Commendadôr de Monte Molim da Ordem de São Thiago, o qual teve tres filhos, Vasco Rodrigues de Araujo, e Pajo Rodrigo de Araujo, e Gonçallo Rodrigues de Araujo,

Decimo segundo Neto de Froijos de Araujo, Snr que foi de Araujo, Lobo, e outras Villas em Galiza e de sua Mulher D. Moninha Rodrigues, filha do Conde D. Rodrigues Vellozo, ou de D. Rodrigo de Villa Ozorio, Snr de Cabreira, e Ribeira, e Consul da Cidade de Lião. = Decimo terceiro Neto de Rodrigo Annes d'Araujo, o primeiro Snr de Araujo, que Cazou com D. Maria Gonçalves de Assa, filha de D. Alvaro de Assa, Neto de D. Rodrigo Alvares de Assa, e de D. Maria Pires d'Arabida. Decimo quarto Neto de João Annes Fundador do Castello de Araujo, Vaçallo do Senhor Reij D. Affonço Henriques Cargo muito honroso a quem suscedeu o do Meirinho Mór hum dos famosos Generais do seu tempo, que de noventa e hum Annos venceu em hum dia duas Batalhas; e de Sua Mulher D. Lionôr Viegas. Neto paterno de Mem Gonçalves da Maija descendente pela sua Varonia do Senhor Reij D. Ramiro 2º de Lião, e de D. Lionguida Soares a Sahinha, e Bisneta de D. Egas Monis, e de D. Maior Pais, e pela Materna Terceira Neta de Laim Calvo Juis Soberano de Castella. Decimo quarto Neto do tronco desta familia Joao Tirant, Fidalgo da Caza e Sangue Rial de França que passou a Hespanha no anno de 1085, no Reinado do Snr Reij D. Affonço 6º que o fez rico homem, e a quem servio contra os Mouros, e Cazou com D. Maior Garcia de Aza, filha de D. Garcia Garcês de Aza, Conde de Navera, e Snr de Aza, e de D. Eva Pires de Trava Viuva do Conde D. Pedro de Lára, filha de D. Garcia Ordonho de Navera, e da Snra Infanta D. Elvira Snra de Faro, e Neto de D. Pedro Snr de Trava, 7º Conde de Trastamara, e da Condeça D. Maior de Urges, segunda neta do Senhor Reij D. Fernando de Castella, e da Snra Infanta D. Sancha, filha do Snr Reij D. Affonço de Lião; os quais seus Paijs e Avos, e mais ascendentes forão pessouas muito Nobres das Illustres familias dos Pereiras, Camizões, Souzas, e Araujos; que neste Reino são Fidalgos de Linhagem, Cota de Armas e de Sollar conhecido, e como tais se tratarão com Criados, Cavallos, e toda a mais ostentação propria da Nobreza, sem que em tempo algum commettessem crime de

Leza Magistade Devina ou humana. Pelo que me pedio mesmo Supl.te por Mercê que para a memoria de seus progenitores se não perder a clareza de sua antiga Nobreza lhe mandasse dar minha Carta de Brazão de Armas das ditas familias para dellas tambem uzar na forma que as troucerão e forão concedidas, aos ditos seus progenitores. E vista por mim a dita sua petição Sentença e documento, e constar de tudo o Referido, e que a elle como descendente das mencionadas familias lhe pertence uzar de suas Armas segundo o meu Regimento e Ordenação de Armaria, lhe mandei passar esta minha Carta de Brazão dellas na forma que aqui vão brazonadas, Devizadas, e Illustradas com côres e Metais segundo se achão Registadas no Livro do Registo das Armas de Nobreza e Fidalguia destes meus Reinos que Portugal meu principal Reij d'Armas. Assaber Hum Escudo esquartelado, no primeiro Quartel as Armas dos Pereira que são em Campo vermelho, huma Crus de prata florida, e vazia no Campo. = No segundo Quartel as dos Camizões, que são em Campo vermelho, huma Camiza de prata orla azul carregada de oito estrelas de ouro. = No terceiro Quartel as dos Souzas que são esquarteladas, no primeiro Quartel em Campo de prata as cinco quinas de Portugal no segundo Quartel tambem em Campo de prata hum Lião de purpura e assim os contrarios. = No quarto Quartel as dos Araujos, que são em Campo de prata huma aspa azul firmada no escudo, Carregada de cinco bezantes de ouro. = Elmo de prata aberto guarnecido de ouro Paquife dos Metais, e Cores das Armas. Timbre dos Pereiras que he huma Cruz vermelha, e cheia emtre duas azas de ouro abertas, e por diferença huma de ouro com trifolio verde o qual Escudo de Armas poderá trazer e uzar tão somente o dito Caetano Pereira de Araujo e Souza, e assim como trouxerão, e uzarão os ditos Nobres, e antigos Fidalgos seus antepassados em tempo dos Senhores Reijs meus antepassados, e com ellas podera emtrar em Batalhas, Campos Reptos Escaramuças Executar todos os mais actos

Lícitos da Guerra e da Páz. = E assim mesmo as pudera trazer em seus firmais, Armas, Senetes, e Devisas, polas em suas Cazas, Capellas e mais Edefecios e deixallas sobre sua propria Sepultura, e finalmente se podera servir, honrar, gozar, aproveitar em tudo e por tudo, e por todo como sua Nobreza convem. = Com que quero e me a práz que haja elle todas as honras, privilegios, Leberdades, Graças, Mercês, Izenções, e Franquezas, que hão e dever haver os Fidalgos e Nobres de antiga Linhagem, e como sempre de todas uzarão e gozarão os ditos seus Antepassados; pelo que mando aos meus Dezembargadores, Corregedores, Provedores, Ouvedores, Juizes em Justiça de meus Reinos, e em especial aos meus Rejis de Armas, Arautos e Passavantes, e a quaisquer outros Offeciaes, e peççõas a quem esta minha Carta for mostrada e o conhecimento della pertencer; que em tudo lha cumprão e guardem e fação inteiramente comprir e guardar como nella se contem, sem duvidas nem embargo algum quem ella seja posta assim

he minha Mercê. O Principe Regente Nosso Senhor o mandou por Manoel Joze Gonçalves, Escudeiro Cavaleiro da Sua Rial Caza, e seu Reij de Armas de Portugal. = Bernardo Joze Agostinho de Campos, Cavaleiro da Ordem de Sam Thiago = Da Espada e Escrivão destes Reinos, suas Conquistas, a fez em Lisboa aos 2 dias do Mez de Dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de 1799. E eu Bernardo Joze Agostinho de Campos a fiz e Sube escrevi. ===

Reij de Armas de Portugal

Registada no Livro 6 do Registo do Brazoens de Armas de Nobreza e Fidalguia destes Reinos e suas conquistas. A. F. 108 Vº.

Lisboa 3 de Dezembro de 1799.

Bernardo Joze Agostinho de Campos

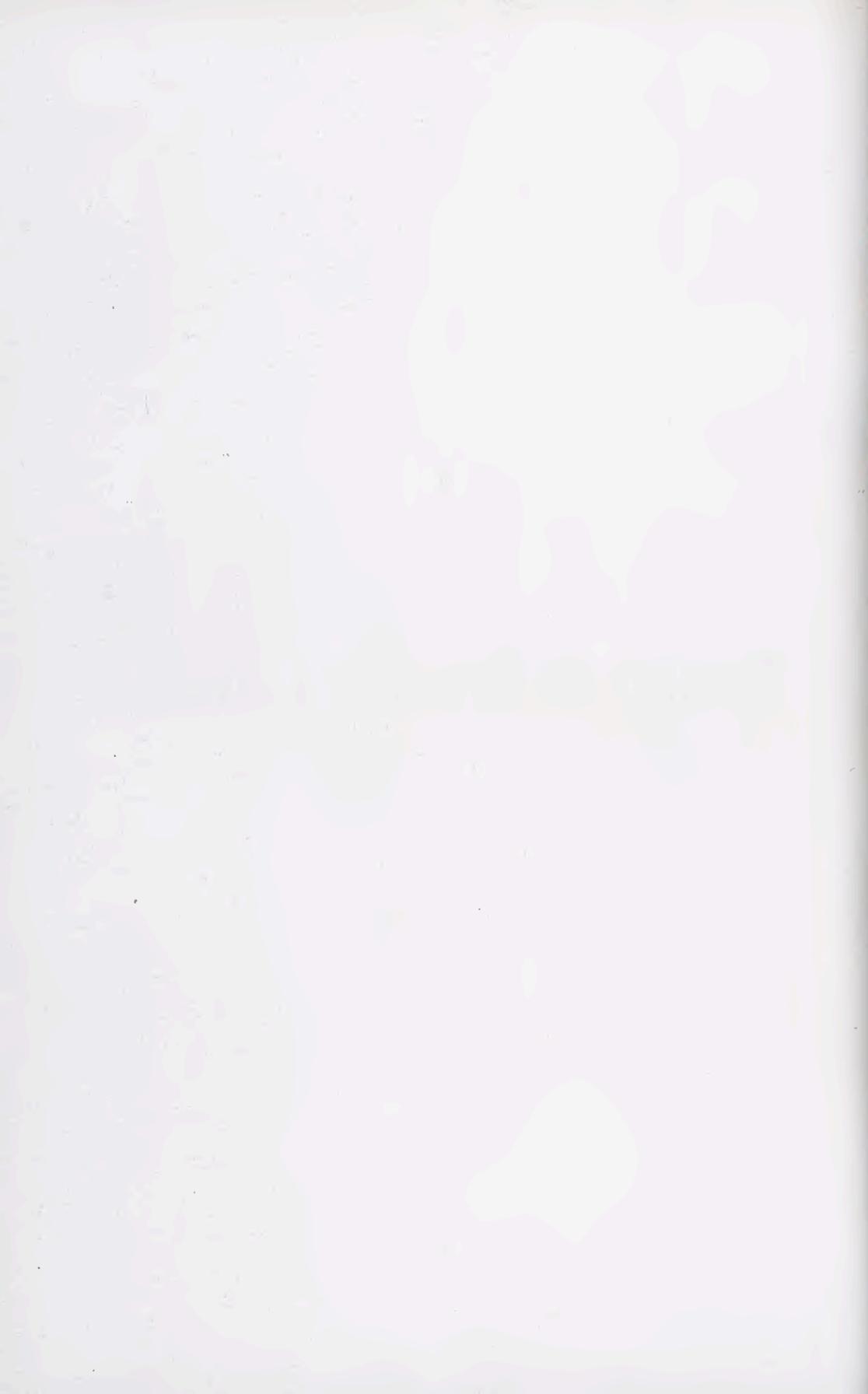
Maria Augusta Pereira d' Eça In-
fante de La - Cerda e Luiz Mardel dão
parto do casamento de sua filha Maria Luiza
com Manoel de Sousa da Camara.

10 de setembro de 1898.



«Brazão, pintado por Pessoa, com as armas do seu trisavô, José António Pereira de Araújo e Sousa: um escudo esquadrelado com , no 1.º quartel, as armas dos Pereiras, no 2.º as dos Camisões , no 3.º, as dos Sousas e, no 4.º, as dos Araújo». Maria José de Lancastre, *Fernando Pessoa – uma fotobiografia*, Imprensa Nacional, 1981, p. 283.

Tempo de Artes & Letras



A SANTA RAINHA (tentativa de abordagem a um retabelete)**

Frederica Ressano-Garcia Chichorro*

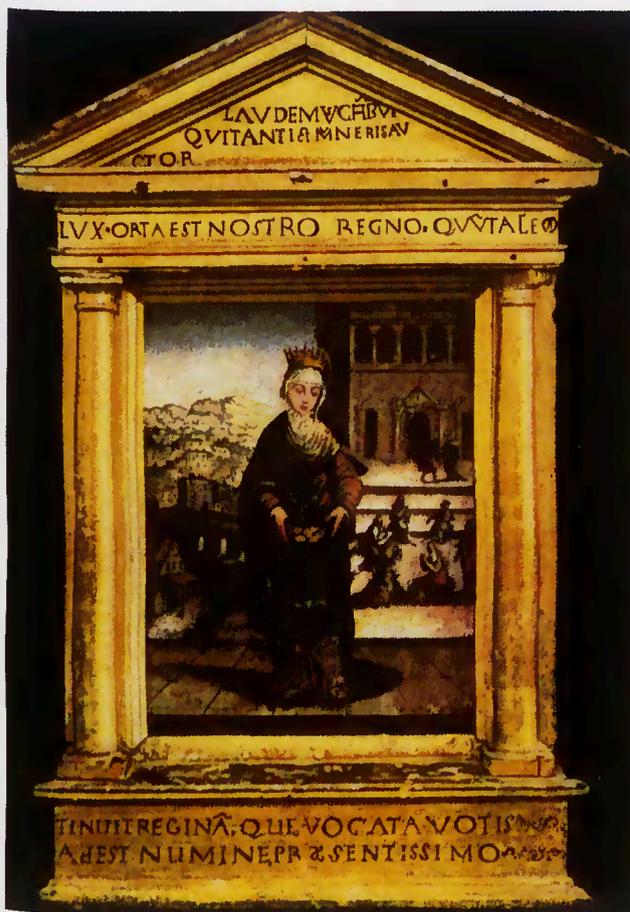


Imagem do conjunto do retabelete

I - Introdução

A Rainha Santa Isabel tem um destaque muito especial entre todas as grandes figuras da nossa História. Apesar do reconhecimento da “história no feminino” ser algo que só se pode admitir nos dias de hoje, a verdade é que para Isabel de Aragão, foi, desde sempre, atribuído um estatuto de inegável autoridade no desenrolar de certos acontecimentos marcantes para Portugal. Deste seu estatuto existem os mais variados testemunhos, se bem que reconhecemos que foi na área da pintura que foram mais generosos, tanto no aspecto descritivo como estético, alimentando, ainda mais, a áurea que está em volta da Rainha, no imaginário comum.

* Mestre em História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

** Este artigo surge na continuação das investigações feitas para a apresentação de um trabalho para o Seminário de Pintura orientado pelo Professor Doutor Vítor Serrão, integrado na fase lectiva do Mestrado em História da Arte (1994-96), que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Neste curso, e no âmbito do Seminário em História da Cultura orientado pelo Professor Américo da Costa Ramalho, usufruímos do apoio necessário para a leitura das inscrições em Latim, pelo qual queremos expressar a nossa maior gratidão.

II – O Retabelete

O retabelete que iremos abordar é um ótimo exemplo deste estatuto que, desde há séculos, é atribuído a Dona Isabel de Aragão. Esta peça teve, nas suas poucas referências, várias denominações, desde “A Rainha Santa Isabel e o Milagre das Rosas”, a “Uma Imagem da Rainha Santa Isabel”, até simplesmente “A Rainha Santa”. Pertence ao Museu Nacional Machado de Castro¹, e é-lhe atribuída uma cronologia que tem variado, de meados à segunda metade do século XVI e até inícios do século XVII, parecendo haver, finalmente, concordância quanto à sua proveniência: o Convento de Santa Clara.

Sendo pintada a óleo sobre madeira, a “tabuinha” é rectangular ao alto, tem apenas 355mm(alt.) x 282mm(comp.) e a espessura média de 13mm.

Está bastante vitimada pelo tempo, apresentado levantamentos na camada cromática, grande número de retoques sucessivos e alterados, e ainda revela alguma oxidação, segundo o relatório do I.P.C.R. (Instituto Português de Conservação e Restauro); na altura em que me foi possível conhecer era ainda denominado Instituto José de Figueiredo.

III – A descrição de Teixeira de Carvalho

A abordagem de Teixeira de Carvalho para o jornal *Resistência*, data de 1896 e já revela um fraco estado de conservação, agora mais eminente². Para além de acusar este facto, pensamos que a riqueza informativa do artigo o coloca como um bom ponto de partida para futuras investigações:

“Na pequenina sacristia da capella de Santo Antonio dos Olivae, fomos encontrar muito escondido e guardado como coisa preciosa, um quadrito quinhentista delicioso,

representando a Rainha Santa Isabel.

Fui lá levado pelo sr. Conego Prudencio Garcia, que o salvou de ser roubado do convento de Cellas por algum devoto que o destruísse a limpa-lo ou a restaura-lo.

É uma pintura encantadora de ingenuidade.

A rainha tem vestida uma túnica vermelha, aos hombros um manto azul bordado, a cabeça involta num véo branco, cingido pela corôa de rainha, corôa d'ouro e pedras preciosas.

A atitude é d'uma grande ingenuidade, o corpo numa linha curva, as mãos caídas, sustentando uma abada de rosas.

Ao fundo vê-se o convento velho, a ponte, e Coimbra sobre o monte cheio de tons azues e illuminura.

A cidade parece pintada de memoria, ou por apontamento tirado rapidamente. Do lado esquerdo da Santa levanta-se um palacio Renascença (!), em cujas varandas se vê muita gente a olhar uma outra rainha que pára em baixo e a quem D. Diniz, tragico, mette as mãos no regaço, furioso, imaginando dinheiro, e encontrando flôres.

Mais adeante um adro com um degrau à volta em que estão pobres sentados a vêr uma outra rainha de corôa na cabeça, lavando os pés a uma pobre.

A pequenina taboa pintada está emoldurada por um portico dourado em cujo timpano e base se lê: *lux orta est in nostro Regno quum talem obtinuit regiam quoe vocata votis adest numine proesentissimum*, palavras do officio da Rainha Santa feito em 1551 por André de Resende.

À volta do quadro andam já vários amadores, (...). Dizem-me que entre elles figura o que, em Santa Clara, comprou às freiras, a vida da Rainha Santa, a preciosa

¹ Nº Inventário: 3.768, e Nº Secção: P.41

² Teixeira de Carvalho, “Uma Imagem da Rainha Santa”, *Resistência* (jornal), nº143, 2º anno, 1986.

lenda do século XIV, para vender ao Porto ao Sr. Graça (...)."

Sem nos aprofundarmos muito no tema da especulação de obras de arte, tão eminente nos nossos dias, debrucemo-nos, antes, no que a pequena tábua nos oferece de mais evidente e que também revelou Teixeira de Carvalho. O tema do retabete é, simplesmente, o relato de dois dos episódios mais famosos da vida da Rainha Isabel, que já em vida era chamada de Santa, pelo menos em Coimbra, palco onde decorreram os "milagres" retractados.

IV – A Princesa Isabel de Aragão

Filha dos reis de Aragão, em cuja capital, Saragoça, nasceu em 1274, e foi baptizada com este nome em memória da sua tia-avó, pela linha paterna. Esta tia era igualmente venerada já em vida, a Santa Isabel da Hungria (1207-1231) era, também, filha espiritual de São Francisco de Assis, padroeira dos pobres e, ainda, tem as mesmas referências iconográficas ao ser representada como rainha, com o hábito e as rosas, havendo uma tal semelhança na vida e obra que chegou a ser posta em questão a existência das duas, ou apenas de alguma de ambas. A verdade é que o culto é igualmente intenso e sobreviveu ao longo dos séculos. No entanto existe uma pequena diferença no facto da Santa Isabel da Hungria ser, normalmente, representada com três coroas.

Mas retomando a sua sobrinha, Isabel de Aragão casou com D. Dinis, o "Lavrador", em 1288, sendo este facto uma pequena referência dentro do contexto social que se vivia em Portugal, pois, ao contrário do que

era suposto ser a atitude e vivência numa figura feminina, a rainha tinha uma personalidade invulgar o que acabou por captar um destaque próprio.

Dona Isabel detinha uma cultura vasta, o que inclui matérias que vão desde a medicina a enfermagem, e que, diga-se, "justificam" muitos dos milagres que lhe foram atribuídos e que hoje são interpretados como curas avançadas para a época. Orientava obras, dentro das quais, dedicou-se especialmente às de remodelação e ampliação do Mosteiro de Santa Clara³, idealizado antes por Dona Mor Dias. A rainha escrevia, tinha conhecimento de línguas, música, etc., segundo relatos da "Lenda", obra escrita por uma clarissa logo após a sua morte, onde lhe é dado, obviamente, destaque nas intervenções nas disputas familiares, para além da sua caridade para com os pobres e enfermos. Estes últimos também vêm descritos na tabuína que abordamos: a **Cura do Pé** "comefto de cangro, a que queraão cair os dedos", transcrito por José Vianna, onde se descreve a lavagem dos pés a mulheres pobres, e principalmente leprosas, que Dona Isabel fazia todos os anos, no dia da Ceia do Senhor. Tendo este episódio acontecido ainda em vida do rei Dom Dinis, ficou para sempre na memória, pois, segundo a tradição, a rainha insistira em lavar o pé doente, limpou-o, beijou-o, pelo que a leprosa se "achara faã"⁴.

Após a morte do rei, Dona Isabel concretiza o velho sonho de viver como uma clarissa, vestiu o hábito franciscano (feminino) e instalou-se no Paço privativo que mandara edificar anexo ao Mosteiro de

³ Chamado de Santa-Clara-o-Velho pois foi substituído devido às cheias do Mondego que o vitimaram logo nos primeiros anos, forçando a rápida transferência das freiras. Actualmente toda a sua estrutura está a ser redescoberta graças aos trabalhos de arqueologia levados a cabo pelo I.P.P.A.R.

⁴ Sobre este e outros episódios, leia-se: "História Popular da Rainha Santa Isabel", Coimbra, 1988; Sebastião A. Rodrigues, I- "7º Centenário do Casamento de D. Dinis com a Princesa de Aragão Isabel", II- "A Cultura da Rainha Santa", Coimbra, 1988; J. Campos Tavares, "Dicionário de Santos", Porto, 1990; José Viana, "A Vida da Rainha Santa Isabel", Coimbra, 1954.

Santa Clara. Aliás, foi numa das vezes que visitou essas obras do Paço, levando consigo, como era hábito seu, dinheiro para ir dando aos pobres, que ocorreu o famoso **Milagre das Rosas**. A rainha, nessa visita teria sido surpreendida por Dom Dinis que lhe pediu para vêr as rosas que argumentava levar no regaço (em vez do dinheiro), em pleno mês de Janeiro... mostrou-as causando o espanto de todos os presentes.

Foi por estes episódios e outros tantos idênticos que cresceu constantemente a estima pela rainha, a quem já chamavam “santa” em vida. O que se acentuou após a sua morte, em 4 de Julho de 1336, em Estremoz, onde esteve, sofreu a sua doença e foi venerada, pelo odor a rosas que emanava desde o seu falecimento e durante o percurso fúnebre até Coimbra.

Rapidamente se instituíram os seus locais de culto, um em Coimbra, onde as suas relíquias repousavam no Mosteiro de Santa Clara levando a que este fosse um ponto obrigatório para os peregrinos de Santiago de Compostela, acrescentando-se ao Mosteiro de Santa Cruz, onde estão os túmulos dos fundadores da monarquia. Foi em Coimbra onde se levou ao extremo as homenagens à Rainha Santa, acompanhadas por todas as classes representadas na cidade. Também em Estremoz foi mantida a sua memória por ter sido o local onde se assistiu aos seus momentos finais.

IV.a – O processo de Canonização

O primeiro passo foi dado por Dom Manuel, que solicitou a sua beatificação, atribuída em 15 de Abril de 1516 pelo Papa Leão X, o qual também autorizou as suas festas em Coimbra. O Papa Paulo IV, em 1556, permitiu que se pintasse a sua imagem

e festejasse a data da sua morte em todo o reino.

O Bispo de Coimbra, Dom Afonso de Castelo Branco empenhou-se pessoalmente na canonização, propriamente dita, fazendo, inclusive, grandes doações, nas quais se destaca a urna de prata e cristal dada em 1612 para o seu túmulo já no Convento de Santa-Clara-a-Nova⁵.

Também outras personalidades se empenharam, podendo referir-se aqui o rei Filipe IV de Espanha que daqui pretendia, também, benefícios políticos...

Dona Isabel foi canonizada em 25 de Maio de 1625 pelo Papa Urbano VIII.

V – A adesão à figura da Rainha Santa

É-nos fácil de associar a rápida adesão de toda uma população a uma figura como a de Dona Isabel de Aragão. Mais fácil, ainda, é compreender como de imediato passou a ser tratada por “santa”, provavelmente de início pelas classes mais humildes e que a rainha protegia, e depois por todos os simpatizantes que, de alguma forma a teriam conhecido, dada a aproximação que ela permitia aos seus súbditos, o que, aliás não seria tido como original se não fosse envolto da simpatia generalizada que detinha alheando-se de quaisquer intrigas de corte e até assumindo papéis pacificadores.

Neste contexto justifica-se a encomenda, descrita no “Livro dos Objectos do Museu” (Machado de Castro), de cerca de 1913, deste *“pequeno retábulo que se diz ter sido ofertado pelo grande cronista Aspiciueta Navarro, a sua sobrinha, freira de Celas, parálitica, em lembrança da cura que milagrosamente obteve”*. Informação que, parece-nos, tem origem numa fonte unicamente oral. No entanto, apesar desta

⁵ Sobre a figura e obra do Bispo: António Pimentel, “As Empresas Artísticas do Bispo-Conde D. Afonso Castelo Branco”, *Mundo da Arte* (revista), nº8-9, Coimbra, 1982.

descrição se enquadrar no reboiço das “mudanças” do novo regime republicano para o recém instituído Museu Nacional, pensamos ser uma notícia coerente com os restantes dados que viemos a articular para a biografia do retabelete.

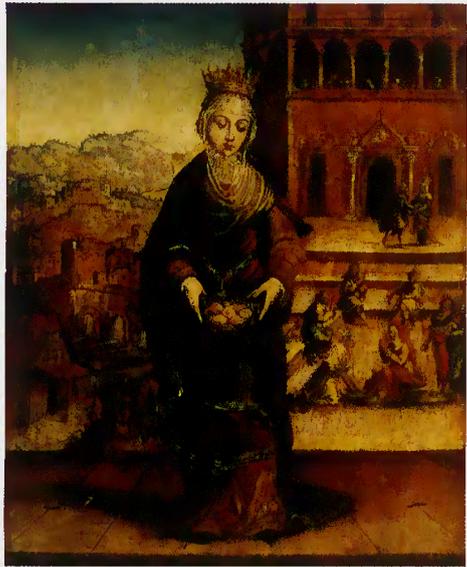
Logo de início temos o nome de **Martinho de Azpilcueta**, conhecido por “**Navarro**” pela sua origem⁶. Era primo de São Francisco Xavier. Azpilcueta Navarro foi um célebre cronista que, a pedido do rei D. João III, veio para a Universidade de Coimbra leccionar “de Prima de Canones”, onde esteve entre 1538 e 1555. Daqui conquistou grande fama como mestre, o que lhe valeu o lugar que manteve, seguidamente, em Roma, onde viveu o resto dos seus dias, estando sepultado na igreja de Santo António dos Portugueses.

A vida de Azpilcueta Navarro reflecte o ambiente de renovação cultural que se vivia em Coimbra, mais concretamente, na Universidade. O estabelecimento definitivo da Universidade em Coimbra, em 1537, gerou um grande salto evolutivo em toda a cidade, exigiu uma reorganização urbana para melhor encaixe dos novos edifícios, e levou a mudanças na própria estrutura social devido ao volume e concentração de serviços que esta exige. Neste contexto, tanto o grande número de intelectuais que foram atraídos para a Universidade, como o de Ordens Religiosas que vieram instalar os seus colégios em Coimbra para a formação dos seus Noviços, já seriam suficientes para justificar um *boom* no mercado artístico desta região. O aumento do número de potenciais compradores de peças de algum nível, atraia artistas de todo o país e até estrangeiros, o que veio a gerar a aceleração da importação das novas modas, abriu as

portas ao então “revolucionário” Renascimento.

Foi nestes núcleos onde se concentraram as pessoas informadas e potenciais compradores de obras de arte de alguma exigência, e consecutivamente, se veio a instalar o maior número de artistas. Destacase, dentro destes centros, o Mosteiro de Santa Cruz, onde se abrigava o maior número de pintores, e, nos arredores do burgo: os conventos de Santa Clara e o de Santa Maria de Celas de Vimarões.

VI – Descrição da Pintura



(Fotografia de José Pessoa / Arq. Nac. de Fotografia I.P.M.)

Qualquer que fosse o seu destino, o mérito da pequena tábuca, assim como o relato e a testemunha da devoção a uma figura única, permanece até aos dias de hoje. Acrescido da admiração por quem, foi pioneiro nesta fórmula de fazer perpetuar um legado religioso e, até, político, fazendo prevalecer a sua memória com toda a

⁶ Barasoain, 13/05/1492 – Roma, 21/06/1586. (M. Alves Oliveira, “Martinho de Azpilcueta”, *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, Verbo, Vol. III, pp. 257-58.)

dignidade, e em todos os elementos aqui utilizados.

Logo no primeiro plano, temos a Rainha cuja centralidade é vincada pela moldura. Por trás da sua figura estão os episódios, e, por fim, uma paisagem que nos parece ser de Coimbra, criando, no seu todo, um conjunto de elementos articulados em clara influência de painéis flamengos.

A figura da Santa Isabel é imponente, hirta, própria da categoria que pretende descrever pelas vestes e adereços, o que, de algum modo, contrasta com a expressão delicada da sua face e gesto leve das mãos. Nas suas vestes predominam os tons acastanhados, sucedendo (pelo envelhecimento do verniz da pintura), possivelmente, ao vermelho e azul referidos por Teixeira de Carvalho como mais lógicos e dentro da moda ostensiva que se impunha no Século XV e XVI. Cores que não deveriam, mesmo assim, ter sido utilizadas com grande exagero, pois seria incoerente com a personalidade a retratar. Ainda no tecido propriamente dito apenas nos é possível detectar um bordado dourado no contorno do manto, de influência mourisca, e que não constitui elemento suficiente para a datação, como defende Natália Correia Guedes⁷.

###

A confirmar a sua identificação temos as rosas e a coroa, esta última está emoldurada por uma tímida auréola. O pouco à-vontade da auréola deve-se, provavelmente, a uma opção consciente do encomendante, apesar de, na época em que a pintura se executou, o nimbo ser acrescentado às figuras, simplesmente, como um indicativo de "morte em cheiro de santidade" ou até de ter, em vida, fundado templos ou outras casa

religiosas. Ambas as hipóteses são relacionáveis com a Rainha. Podemos ainda referir o facto de, os dois elementos conjugados, a coroa e a auréola, poderem resultar numa grande sobrecarga decorativa para uma figura que se pretende magestosa mas sem perder a delicadeza que lhe é atribuída.

Isabel de Aragão parece, ainda, levar uma jóia ao pescoço muito elaborada, o que nos remete para o seu tesouro existente no Museu Nacional Machado de Castro e vai ao encontro da descrição do seu enxoval por Eduardo Noronha⁸.

###

Nos planos secundários da composição temos, à esquerda, uma paisagem urbana, cujos elementos conjugados, e considerando



Detalhe de Pintura

(Fotografia de José Pessoa / Arq. Nac. de Fotografia I.P.M.)

⁷ Natália Correia Guedes, "O Tecido na Pintura Portuguesa do Séc. XVI. Técnica e Decoração", *Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica* (actas), 1981.

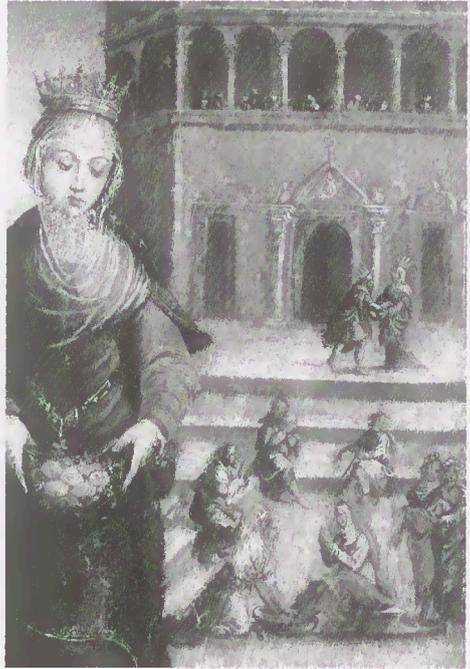
⁸ Eduardo Noronha, *O Vestuário*, 1911.

tema da própria pintura, nos leva a associar a Coimbra. Parece-nos uma tentativa de descrição do que seria Coimbra no tempo da protagonista, ou até, das suas intervenções nesta mesma cidade.

Logo o primeiro elemento, um edifício religioso perto da ponte da portagem, portanto à beira-rio, leva-nos a pensar no primeiro Convento de Santa Clara, onde a Rainha fez grandes intervenções e se instalou quando enviuvou. Mas o posicionamento do edifício em relação à ponte condiz mais correctamente com o Convento de São Francisco da Ponte, datado de 1362 e, portanto, posterior à morte da Rainha (1336). Seja qual for a hipótese, a igreja está acrescentada por um alpendre que não coincide com o que lhes é atribuído. Poderia o autor, tantos anos depois, desconhecer a data do Convento de São Francisco, ou, simplesmente, ter “transferido” o Convento de Santa Clara para um plano que melhor se articule com os outros elementos? Uma manobra de arrumação? Talvez se esclareçam estas dúvidas se as confrontarmos com a representação de Coimbra nas iluminuras da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, de cerca de 1525-30, existente na Biblioteca Nacional de Madrid e recentemente editada em fac-simile.

Com mais certezas ficamos em relação à ponte e portagem, os únicos elementos legíveis naquele lado da composição pois, à medida que se simula o afastamento espacial, o esbatimento acentua-se, uma tentativa de “*sfumato*” que impõe a distância, mas sem nos impedir de associar às descrições da paisagem de Coimbra, naquela época.

No lado oposto, à direita, temos várias cenas. A primeira regista o “milagre dos pés” (já descrito), aliás, parece tentar fotografar exactamente esse momento, pelas mãos postas, em atitude de reza, da senhora perante a Rainha que ainda está a lavar-lhe



Detalhe de Pintura

(Fotografia de José Pessoa / Arq. Nac. de Fotografia I.P.M.)

os pés. Vê-se a mesma posição de mãos em duas das três pessoas, que, descalças, aguardariam pela sua lavagem. Mais à direita, dois pedintes que também se detectam pelas mãos prostradas, ou que apontam para a cena da Rainha. Uma delas tem, curiosamente, uma criança ao colo cuja simulação desconhecemos.

No mesmo lado da composição, num plano posterior temos as figuras dos Reis, numa cena que também representa o exacto momento do “Milagre das Rosas”. A figura de Dom Dinis, numa postura que simula, dramaticamente, a estupefacção com as mãos ainda nas rosas, em oposição a Dona Isabel, que serena expõe as mesmas flores, estendendo os braços.

Como cenário desta última cena temos uma edificação que, já Teixeira de Carvalho, acertadamente identificava como puramente Renascentista.

J. J. Carvalho Santos e Pedro Dias, ao bordarem esta obra, nem sequer descrevem a cena da lavagem dos pés nem este edifício, talvez por considerarem ambos resultado de pura fantasia⁹. Esta perspectiva é bastante compreensível, pois, numa primeira abordagem, nota-se que o edifício não só é de grande exagero em termos de proporções, como tem vieiras estilizadas a decorar ambas as portas inferiores, o que nunca constara em descrições de casas da Rainha. Mas é-nos quase certo, pelas descrições que conhecemos do milagre, que este edifício tenta representar os Paços que a Rainha edificara junto ao Convento. Seja qual for a hipótese, Salvador Dias Arnaut, nos seus estudos sobre a morte de Inês de Castro (1320-1355), ocorrida no mesmo local, refere uma carta de Anrique da Mota a Dom João III, de 1528, que descreve os edifícios como “*uns grandes paços e mui sumptuosos*”, o que dá a hipótese de, com o tempo, se terem feito melhoramentos e acrescentos decorativos¹⁰. Assim, ao tempo que se fez o retabeleto, após a referida carta, os Paços já seriam mais magestosos do que o que se projectou de início.

Outra hipótese que, na nossa opinião, é bastante lógica, é a de o edifício ser numa mescla de fantasia, simplesmente inspirado nos aposentos da Rainha, no Paço Real da Alcáçova de Coimbra, que, mais tarde, vieram a ser os Gerais, por remodelação de Marcos Pires no segundo quartel do século XVI. No decorrer das suas diversas fases, o Paço da Alcáçova manteve sempre a sua grande varanda, se bem que, por escavações da actualidade, os seus restos permitem apenas intuir um edifício muito modesto, o

que não está conforme o que pretende a tabuínha... Os acrescentos decorativos do Paço da Rainha pintado no retabeleto, podem ser, simplesmente, referências biográficas da protagonista. Afinal Santiago de Compostela foi um marco importante na vida de Isabel de Aragão, a sua peregrinação a esta catedral, em 1325, foi uma das viagens mais famosas desse século; Rui de Pina, nos fins do séc. XV, chegou, dúbiamente, a evocar uma segunda peregrinação em 1335.

VII – O percurso do Retabeleto

No que diz respeito à proveniência da pintura, J.J. Carvalho Santos e Pedro Dias tomam uma posição diferente de Teixeira de Carvalho e da relação das entradas no Museu Machado de Castro pois não referem o Mosteiro de Celas e baseiam-se numa citação transcrita por A. G. da Rocha Madahil (1936) de uma passagem de Pedro João Perpiniano impresso em Colónia em 1609: “*...no templo de S. Clara, que ela fez levantar junto à cidade de Coimbra, no altar da capela-mor está assim pintada uma tábua...*”¹¹, acrescentando que “*...como nesta tabuazinha, - Isabel de Aragão - está com vestes régias e cinge a coroa própria do seu estado.*” Apesar de interessante, pensamos que esta nota não nos dá os detalhes suficientes para tratarmos a associação de Rocha Madahil como definitiva, visto que as dimensões desta tabuínha – que em tudo indica ser um pequeno retábulo móvel – não são muito associáveis à capela-mor e acima de tudo, esta referência não contém uma descrição muito pormenorizada. Além disso, sabemos que havia muitas representações da Rainha

⁹ Pedro Dias e J.J. Carvalho Santos, *A Pintura Maneirista de Coimbra – ensaio iconográfico*, Coimbra, 1988.

¹⁰ Salvador Dias Arnaut, “O Episódio de Inês de Castro à Luz da História”, *XLVIII Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Ciclo de Lições Comemorativas do IV Centenário da Publicação de “Os Lusíadas”*, Lisboa, 1972.

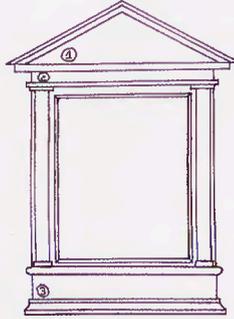
¹¹ “*...in Templo S. Clarae, quod ad urbem Conimbricat excitavit, in altari sacelli superiores sic est in tabula depictum...*”, tradução do Professor Doutor Américo da Costa Ramalho, a quem, desde já, deixamos o nosso sincero agradecimento.

neste Mosteiro, se bem que, regra geral, com o hábito de Clarissa, como é fácil de compreender.

VII.a – Os Humanistas envolvidos

À medida que enquadrámos a obra no seu contexto sócio-cultural, evocámos, repetidamente, dois nomes de intelectuais, na época em Coimbra, e que, por si só, merecem uma referência à parte. Desde logo **Pedro João Perpiniano** – ou Perpinhão (1530-1566) – um fluente latinista, e jesuíta desde 1551. Viveu algum tempo em Portugal, durante o qual pronunciou a sessão inaugural do colégio das Artes em Coimbra, em 1 de Outubro de 1555, quando este foi entregue à Companhia de Jesus, e também pronunciou três orações em honra da padroeira da cidade, Isabel de Aragão, a Rainha Santa, respectivamente em 1556, 1557 e 1558. Aliás, segundo Américo da Costa Ramalho, um pouco mais tarde, fez-se costume neste Colégio, a come-moração do seu dia – 4 de Julho – incluído nas festas do fim do ano lectivo¹². Por estes relacionamentos, poder-se-ia, até, suspeitar a encomenda do retabelete pelo próprio Pedro João Perpinhão para o Colégio das Artes.

Foi também neste “Gymnasium Regium” que **André de Resende** (1500?-1573) pronunciou a Oração de Sapiência (28-6-1551) a pedido de Dom João III. Nesta “Oratio” o humanista homenageou o Rei,



1- LAVDEMŪCHŪRV.

QVITANTI ET MNERISAV

CTOR¹ 2 — 1 3 — 1 4 — 5 6 — 6
Laudemus Christum qui Tanti est muneris auctor (hexâmetro dactílico)
“Louvemos Cristo, o autor de tão grande benefício”

2- LVX. ORTA EST NOSTRO REGNO QVŪTA LE (B)

3- TINUIT REGINĀ. QUE, VOLATA VOTIS (polhagem)
ADEST NUMINEPR 2^a SENTISSIMO (polhagem)

Lux ORTA EST in nostro regno quum Talem
obtinuit Regiam quae vocata votis
adest numine praesentissimum

Lux ORTA est in nostro regno, quum Talem
obtinuit Regiam quae vocata votis
adest humine praesentissimo

“Nasceu a luz no nosso Reino, quando
obteve um tal palácio real aquela que
chamada em orações está presente com o
poder divino muito benéfico”

— Teixeira de Carvalho

— A. da Costa Ramalho

Leitura e tradução das inscrições de moldura

começando pela sua vivência religiosa, numa época em que o ideal religioso se identificava com a alma portuguesa.

Foi desta “Oratio” de André de Resende que, segundo Teixeira de Carvalho, se retiraram as palavras transcritas para a moldura da tábu. Curiosamente não encontramos nada igual na leitura de Gabriel de Paiva Domingues, mas, na opinião de

¹² Américo da Costa Ramalho, “Pedro João Perpinhão”, *Enciclopédia Luso-Brasileira...*, Vol. XIV, p.1814.

Costa Ramalho, a sua primeira parte é um verso – normalmente adicionado no fim da “oratio” – em hexâmetro dactílico, que foi, provavelmente, pedido expressamente para esse fim, o que não seria difícil para este grande humanista que aqui ensinava Gramática desde 1550¹³.

VII.b – A encomenda

Este pedido seria, obviamente, feito por alguém com algum nível cultural e que o viesse a apreciar bastante, o que nos torna à personalidade do encomendante. O canonista Azpilcueta Navarro, professor da Universidade entre 1538 e 1555, teria logicamente ligações no meio intelectual. Igualmente podemos associar o seu nível cultural como justificação do simbolismo que podemos intuir nesta obra.

VII.b.1 – Iconografia associada à Rainha Santa

A Rainha está representada na plenitude da sua vida, o que era vulgar, e que, pensamos, condiz melhor com a fase que se retracta. Mostra-se-nos como pessoa frágil, de rosto muito suave o que contrasta com a sua condição, como deduzimos logo pela indumentária e atributos:

* Apesar da oxidação, podemos ainda definir a cor vermelha nas vestes. O vermelho é a cor do fogo e sangue, que induz à força e

brilho contida no retracto de Isabel de Aragão. No entanto, sendo um vermelho de tom escuro, relaciona-se com o mistério da vida, é secreta, nocturna, e igualmente é uma cor feminina e centrípeta¹⁴.

No seu vestuário destaca-se a cintura, idêntica à que levavam normalmente as virgens e santos, por ex: a Virgem do Tesouro da Rainha Santa. Este cinto tem uma grande ponta descaída, sucedânea do cinto monástico, que com o tempo se foi enriquecendo com símbolos (ex: hierárquicos); este adereço já era usado pela alta nobreza medieval e que na sua forma mais simples é associável à modéstia e continência. Colocado na figura da Santa Isabel este cinto tem o papel de símbolo que reforça a força e poder contido num semblante tranquilo, dentro da restrição contida num objecto que ata, que alude a um voto.

O austero toucado, tipo bioco, não nos permite ver os seus cabelos e tem uma cor branca acentuada pelo foco de luz, que marca o contraste com as vestes (objectos terrenos). O branco situa-se nas extremidades da gama cromática, é oposto ao vermelho, sendo por isso, regra geral, associado à ausência da mesma como cor limite; o branco é, assim, visto como uma cor de passagem, significando o ponto de partida para a santificação de uma vida: é assim a cor dos candidatos a essa condição;

¹³ *Lucius Andreas Resendius* (Évora: 13/12/1500 - 9/12/1573), humanista Português com reputação internacional. Aos 8 anos era aluno do latinista Estevão Cavaleiro; depois de ter estado no Convento de S. Domingos em Évora, aos 13 anos foi para a Universidade de Alcalá de Henares, onde foi aluno de Nebrija. Em Salamanca estudou Artes e Teologia. Depois de Paris, foi em 1529 para Lovaina onde se integrou no círculo do humanista Erasmo, do qual fazia parte Clenardo, quem, em 1533, - depois de acompanhar o aluno João de Mascarenhas, embaixador junto de Carlos V, por Viena, Bruxelas e Itália - trouxe de Salamanca para Portugal, a convite de D. João III. Nessa mesma altura, fundaria em Évora uma "Escola Pública de Letras Humanas". Foi novamente para o Convento de S. Domingos, de onde o Rei o chama para professor de 3 dos seus irmãos, particularmente de D. Duarte, de quem fez a biografia. Fez várias "Oratio" de acontecimentos solenes. Poeta e prosador, era defensor do estudo de Grego, ensinava e escrevia em Latim. Dedicou muitos anos ao estudo das *Antiquilhas* nacionais e eborenses, e, sendo bom epigrafista, chegou a fazer inscrição para pôr em Évora e a fazer desta uma cidade importante romana. Houve obras suas que só se publicaram após a sua morte. O facto de ter tido um filho de uma escrava preta pode ter sido a causa de ter acabado à margem da Corte...(António Manuel Gonçalves, *Historiografia da Arte em Portugal*,... p. 6; Gabriel de Paiva Domingues, *Oração de André de Resende pronunciada no Colégio das Artes em 1551*; Rafael Moreira, *A Arquitectura do Renascimento no Sul*..., p. 312; Américo da Costa Ramalho, "André de Resende", *Enciclopédia Luso-Brasileira*..., Vol.XVI, pp.382-3; *Estudos sobre o Século XVI*..., pp. 209, 325-27, 373, 383; José Stichini Vilela, *Francisco de Holanda - Vida, pensamento e obra*..., p. 12)

¹⁴ Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles*, 1982.

* Igualmente destacada pela luz está a coroa circular, que já por si lhe confirma magestade, acrescida da sua cor dourada. Estando acima da cabeça, pode ser vista com carácter transcendental elevando o ser humano ao divino, partilhando do espírito celeste da imortalidade. Nas suas mais antigas representações – e se quisermos podemos notar aqui – as coroas eram ornamentadas com pontas que figuram raios de luz (tal como os cornos que elevados acima da cabeça, exprimem a mesma ideia de elevação, iluminação e poder). A coroa designa assim toda a superioridade, e recompensa a pessoa pelos seus méritos excepcionais: na guerra, paz, ciência e toda a virtude, sabedoria e honra. Neste aspecto a coroa completa-se com a auréola – tenuamente representada – pois tem o mesmo significado como imagem solar, associando-se ao sagrado, à santidade divina, representando assim a luz espiritual. O nimbo surgiu no séc. IV, talvez pela necessidade de destacar figuras dentro de grupos, e foi adquirindo toda esta significação o que levou à generalização do seu uso, e abuso, só controlado mais tarde por Urbano VIII (1623-1644) que o restringiu aos santos canonizados.

* Por fim as Rosas, que tal como a coroa surgem sempre nas suas representações, tanto como Rainha como como Clarissa, nesta última ainda se acrescentam, normalmente, o bordão e escarcela, alusivos a Santiago de Compostela, e com os quais foi sepultada. A rosa é a flor simbólica mais empregue no Ocidente (equivalente à Lótus asiática) e aproxima-se da roda por designar perfeição. Representa a alma, associando-se a este caso como símbolo do amor puro, do dom de amar. Estas são em número de cinco, significando união, harmonia, equilíbrio do centro, por se situar no meio

dos nove números naturais, e que são associáveis à ordem e perfeição que culminam na vontade divina. Curiosamente, os arcos do Paço da Rainha estão no mesmo número;

* À esquerda da Rainha destaca-se o céu – que manifesta sempre sacralidade: “O Reino dos Céus” – com a mesma intensidade de luz que se pretende em torno da sua face;

* À direita nota-se algum cuidado no desenho da porta do Paço. Esta representa o elemento de passagem para o além, o mundo desconhecido, misterioso, evocando a ideia de transcendência acessível pois a porta parece-nos estar aberta;

* A porta repete-se, em maiores dimensões e a dourado, na própria moldura do retabetele, simulando as “Portas do Céu”, as que Deus abre para se manifestar e acolher os seus bem-aventurados: O livre acesso do povo eleito à graça de Deus.

VIII – A pintura como objecto de propaganda

Trata-se, portanto, de uma obra com grande força evocativa, que se integra facilmente no movimento crescente do culto da rainha, estimulando a beatificação. Ao mesmo tempo o empenho que se nota na sua divulgação pode-nos levar a interpretá-lo como obra com fins propagandísticos dentro do seu processo de canonização, afinal esta pintura não se limitou às cenas mas também representou as testemunhas.

Confirma-se assim a datação atribuída pelos elementos que dispomos e que nos parecem mais verosímeis: as estadias de Azpilcueta Navarro em Coimbra, de 1538 a 1555, a de André de Resende que já aqui se encontra desde 1550 e a de Pedro João Perpiniano que faz referência a uma pintura da Rainha como Santa, entre 1555 e 1558. Conjugados levam-nos a fechar o leque da

sua execução para o período entre 1550 e 1555. Acrescido do facto de conhecermos a permissão do Papa Paulo IV para que se pintasse a imagem da beata Isabel de Aragão, em 1556, este leque fecha-se mais para tentar-mos, de uma forma romântica, atribuir a data da encomenda de Azpilcueta Navarro ao ano em que partia de Coimbra, deixando uma recordação à sua sobrinha, durante **1555**, tendo terminado a sua execução nos meses seguintes, já dentro da liberalização pelo Papa.

E ainda, o facto de estando já beatificada (1516) e com autorização de se festejar apenas em Coimbra, o que foi alargado a todo o país apenas em 1556, ao mesmo tempo que a autorização de se pintar a sua imagem, reforça a ideia de que teria sido executada aqui em **Coimbra** e com **fins particulares**. O que, ao mesmo tempo justifica tais dimensões numa época em que a tendência é para o seu agigantar, confirmando a possibilidade de se destinar à sobrinha de Azpilcueta, em Celas.

IX – Coimbra no contexto da Pintura Portuguesa de quinhentos

Coimbra era a sede de um dos núcleos oficiais regionais, tal como Évora e Viseu, onde vigorava o sistema de trabalho corporativo, sob direcção do mestre que concentra para si o anonimato das várias mãos laborantes na mesma equipa. Neste sistema medievalista não era raro haver um “especialista” em cada detalhe com o qual participava no trabalho ex: mãos, olhos, paisagem, etc

Desde 1537 Coimbra tornara-se um importante foco de pintura – para o que muito contribuíram os colégios, o que justifica a predominância da temática religiosa – mas continua a ser definida como escola periférica, retrógada, onde não se conhecem

estrangeiros, os mestres são considerados como meros artífices que executam as obras mais correntes. Limitavam-se a executar encomendas detalhadamente instruídas; para as melhores obras eram chamados pintores de fora, do grande centro cosmopolita, pelos quais se poderiam canalizar para a província as novas tendências italianas que viriam refrescar o goticismo flamengo tão enraizado.

###

A tabuinha da Rainha Santa enquadra-se nesta época não só pelo tema em si – pois sempre se cultivaram os santos em Portugal – mas também por reflectir a tendência da espiritualidade comum, por poder identificar o meio socio-cultural do encomendante e por poder exemplificar muitas das características da pintura de Coimbra: com a figura protagonista ao centro (estática, frontal, dominando o primeiro plano, também um pouco destacada pela luz), sem sobrecarga de elementos e um especial cuidado do rosto (em tons branco e rosado). Este trabalho lembra um pouco Vicente Gil (pintor cortesão do ciclo de Dona Leonor que lhe encomendou a “Assunção da Virgem” para Santa Clara, enquanto aqui esteve entre 1491 e 1518), pelo queixo levemente saliente, rosto um pouco ovalado, olhos descaídos e um pouco mendoados e a testa alta que o toucado transparente simula.

No conjunto do retabete da Rainha Santa impera a austeridade, a sobriedade em função da mais fácil e correcta leitura, se bem que nas cenas de segundo plano se possam detectar laivos de teatralismo.

A arquitectura do exterior define-se pelas linhas clássicas e sóbrias, sem dominar todo o fundo, pois à esquerda temos uma paisagem com um casario de tratamento sumário continuado por uma cordilheira de montes onde se impõem os tons

esverdeados e a forte luminosidade, lembrando-nos o “Cristo Deposto na Cruz”, pertencente a um retábulo de Cristóvão de Figueiredo (provavelmente em parceria com Garcia Fernandes, para Santa Cruz entre 1522 e 1530), de onde este autor se poderia igualmente inspirar na agitação expressiva do grupo do fundo.

Retomando à arquitectura, analisamos uma excepção à sua austeridade na decoração exterior dos Paços da Rainha, com elementos recentemente trazidos pelos introdutores do Renascimento Coimbrão, que se destaca nas portas. Na opinião de Vitor Serrão, a traça da sua estrutura dinâmica pode ser fruto de sugestões do criativo João de Ruão, amigo de Bernardo Manuel, segundo mestre de Santa Clara, relacionado, portanto, com os pintores da cidade por intermédio deste artista em princípio de carreira. O que tem toda a lógica se relembrar-mos os primeiros trabalhos do francês em Coimbra, tão inovadores e arrojados, mas bem aceites, como foram o tecto da cabeceira da igreja de S. João de Santa Cruz e a Fonte do Jardim da Manga (não esquecendo a “parceria” com Frei Brás de Braga)

X – As hipóteses de autoria

Apesar de pouco usual nesse tempo, podemos pensar que esta pintura tenha sido **executada por uma só pessoa**, devido às suas dimensões e “pincelada expressionista” (J.J. Carvalhão Santos e Pedro Dias) que nos leva a pensar na hipótese de, acima de pretensões estéticas, ter sido realizada com uma certa rapidez (o tal pedido de Azpilcueta para a sobrinha doente?)

Mas infelizmente são poucos os documentos existentes e que nos permitem

descobrir o seu autor; com base em transcrições do cônego Prudência Quintino Garcia, J.J. Carvalhão Santos e Pedro Dias elaboraram uma lista dos pintores desta época, da qual pensamos ter interesse. Desta lista fazemos uma selecção, pois não nos vamos debruçar em todos os que viviam em Coimbra, sabendo de casos como o de Diogo Botelho que viveu na freguesia da Sé cerca de duas décadas mas que fazia vulgarmente trabalhos exteriores.

Assim a nossa escolha recaiu em **Francisco de Atayde**, mencionado num contrato de 1549 (para uma bandeira da Misericórdia) mas que nos parece pouco provável, ao contrário de **Francisco Velho** que vivia desafogadamente, teria boas encomendas, talvez até fosse o pintor mais abonado da sua época, e em 1547 foi documentado como residente na cidade. **Tristão Correia** tem um documento de 1550, e o bracarense **Pedro de Castro** testemunhou em 1553 o emprazamento de João de Ruão ao Mosteiro de Santa Maria de Celas, zona onde não haveria muita gente que pudesse exercer como tal e, sendo de tão longe, provavelmente, faria trabalhos já de um certo nível, ex: “encarnar” as imagens de João de Ruão ou como imaginador requisitado pela Abadessa¹⁵.

Por fim, **Belchior da Fonseca** activo entre 1553 e 1583, tinha a Universidade como melhor cliente (ex: capela de S. Miguel), as suas encomendas fazem-nos pensar ter sido dos artistas mais cotados na região. Teve vários retábulos a seu cargo, o que, por simpatia, tendemos a associar ao retabelete da Rainha Santa como um ensaio para um artista recém-chegado, sabendo que datamos a pintura de 1555-56.

¹⁵ Estes pintores são referidos por várias obras referentes a pintura, nomeadamente as de Pedro Dias respeitantes à Pintura Maneirista de Coimbra, e constam da Bibliografia Geral.

X.a – A conjugação da perspectiva



Estudo das linhas de perspectiva

Em quaisquer das hipóteses pensamos ter sido executado por alguém que dentro das limitações dos seus conhecimentos, do encomendante e até, provavelmente, das condições de trabalho, tentou gozar de alguma liberdade na sua execução como exemplifica o expressionismo do grupo já citado, e ainda, na dialéctica de linhas perspécticas que não nos parecem servir apenas o encaixe dos vários cenários, mas sim, e acima de tudo, a orientação do nosso olhar, acentuado pela cor-luz, por ex. na áurea da Rainha.

Assim é a obra que nos dirige a sua interpretação, não se limita a estar exposta, revelando a atitude consciente do seu autor, da sua capacidade de intervenção, imposição, sobre as consciências, neste caso “passivas” espectadoras.

XI – Conclusão

Trata-se de uma pintura que nos marca pela sua originalidade em aspectos já

referidos: dimensões, a finalidade (transportável) e, acima de tudo, a força propagandística inerente, integrado neste determinado ambiente socio-cultural de Coimbra, e ao qual não está alheio o seu encomendante. Esperamos que os estudos do retabelete da Rainha Santa remetam futuramente para um estudo da Psicologia da Arte, área reconhecida como essencial na abordagem das obras de arte e que, pensamos, será um bom complemento para o estudo da estrutura cultural que se vivia em Coimbra.

Traduções do Professor Doutor Américo da Costa Ramalho

Fotografias de José Pessoa, Arquivo Nacional de Fotografia/I.P.M.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Arnaut, Salvador Dias, “O Episódio de Inês de Castro à Luz da História”, *XLVIII Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Ciclo de Lições Comemorativas do IV Centenário da Publicação de “Os Lusíadas”*, Lisboa, Neogravura, 1972.

Carvalho, Teixeira de, “Uma Imagem da Rainha Santa”, *Resistência* (jornal), nº143, 2º ano, 1986.

Chevalier, Jean & Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles*, Paris, Ed. Robert Laffont, 1982.

Dias, Pedro, *A Arquitectura de Coimbra na Transição do Gótico para a Renascença (1490-1540)*, Coimbra, Epartur, 1982.

Dias, Pedro (direcção), *Grão Vasco e a Pintura Europeia do Renascimento* (catálogo), C.N.C.D.P., Alfa, 1992.

Dias, Pedro (direcção), *No Tempo das Feitorias – A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, C.N.C.D.P., 1992.

Dias, Pedro, *Pintura Maneirista de Coimbra*, Coimbra, Imp. Coimbra, 1983.

Dias, Pedro & J.J. Carvalho Santos, *A Pintura Maneirista de Coimbra – ensaio iconográfico*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1988.

Domingues, Gabriel de Paiva, *Oração de André de Resende pronunciada no Colégio das Artes em 1551*, Coimbra, B.G.U.C., 1982.

Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Verbo

Gonçalves, António Manuel, *Historiografia da Arte em Portugal*, Coimbra, Boletim da Biblioteca da Universidade, 1961.

Gonçalves, Flávio, *Breve Ensaio sobre a Iconografia da Pintura Religiosa em Portugal*, Lisboa, 1973.

Guedes, Natália Correia, "O Tecido na Pintura Portuguesa do Séc. XVI. Técnica e Decoração", *Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica* (actas), Coimbra, Epartur, 1981.

"*História Popular da Rainha Santa Isabel*", Gráfica Coimbra, 1988

Markl, Dagoberto, "O Renascimento" in *História da Arte em Portugal* (enciclopédia), Lisboa, Ed. Alfa, 1986.

Miranda, M^a Adelaide, Vitor Serrão & outros, *História das Artes Plásticas*, Lisboa, I.N.C.M., 1991.

Moreira, Rafael, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal, A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, Lisboa,

policópia, 1991.

Noronha, Eduardo, *O Vestuário*, 1911

Oliveira, M. Alves, "Martinho de Azpilcueta", *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, Verbo

Pereira, F. A. Batista, *História da Arte Portuguesa – Época Moderna (1500-1800)*, Lisboa, Univ. Aberta, 1992.

Pimentel, António, "As Empresas Artísticas do Bispo-Conde D. Afonso Castelo Branco", *Mundo da Arte* (revista), nº8-9 (Julho-Agosto), Coimbra, Epartur, 1982.

Ramalho, Américo da Costa, *Estudos sobre o Século XVI*, Lisboa, I.N.C.M., 1983.

Rodrigues, Sebastião A., I- "7^o Centenário do Casamento de D. Dinis com a Princesa de Aragão Isabel" (2^a edição) Imp. de Coimbra, 1988

Rodrigues, Sebastião A., II- "A Cultura da Rainha Santa" (2^a edição) Imp. de Coimbra, 1988

Tavares, J. Campos, "Dicionário de Santos", Porto, Lello e Irmão, 1990

Viana, José, "A Vida da Rainha Santa Isabel" (2^a edição), Coimbra, 1954

Vilela, José Stichini, *Francisco de Holanda - Vida, pensamento e obra*, Lisboa, Ed. do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

Zúquete, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Ed. Enciclopédia, 1960.

A Igreja dos Agostinhos: um exemplo da sobreposição de tempos artísticos no Séc. XVII

Licínio Lampreia*

1. Inserção Artístico-Cultural

D. João, 8.º Duque de Bragança, futuro D. João IV, colocou a primeira pedra da igreja em 1635, mas a sagração apenas teve lugar em 1677.

De acordo com o quadro artístico internacional, estas barreiras cronológicas apontariam, facilmente, para o predomínio artístico do Barroco.

Segundo o âmbito nacional o panorama artístico, desde meados do século XVII, caracterizava-se por uma indefinição artística, marcada por uma pluralidade de concepções por uma justaposição de estilos artísticos.

As últimas décadas do século XVII em Portugal encontram-se, intimamente, ligadas a uma conjuntura política dominada pelo fim do domínio filipino e, conseqüente instabilidade política, associada às perturbações das guerras da Restauração. Os reflexos negativos destas guerras também se fizeram sentir no campo económico, prejudicando seriamente a situação económica do país.

Toda esta conjuntura político-económica tem, inevitavelmente, efeitos ao nível da produção artística nacional.

Do ponto de vista artístico, as primeiras formas da arquitectura barroca foram experimentadas em Portugal na segunda

metade do século XVII, não existindo, neste período, uma obra que revele, no seu conjunto, o novo estilo arquitectónico.

O período restauracionista, as dificuldades e necessidades ditadas pela guerra da Restauração, a ausência de arquitectos que avancem para as novas soluções arquitectónicas, impediram a existência de um programa arquitectónico, português, coerente, coordenado e renovador por parte da Coroa. Na verdade, apenas entre 1690, ano da reactivação das obras de Santa Engrácia, e 1717, quando se iniciaram as obras de Mafra, a arquitectura barroca nacional conhece um período de definição.

A análise da actividade artística da dinastia dos Braganças, no seu domínio de Vila Viçosa, proporciona pistas de entendimento para a compreensão da nossa arquitectura do século XVII.

Em Vila Viçosa, centro das esperanças restauracionistas e onde durante sessenta anos se situou a "corte na aldeia", D. João procurou desenvolver, sobretudo, a construção da igreja dos Agostinhos, obra excessivamente comprometida com o passado.

As soluções arquitectónicas desta igreja revelam claramente a indefinição da arquitectura portuguesa de meados do século XVII, em fase de compromisso.

*Licenciado em História/U.E.

2. Elementos arquitectónicos exteriores

Por muito importantes que sejam os outros elementos arquitectónicos do exterior do mosteiro de Santo Agostinho, eles não conseguem ofuscar a importância vital da fachada que, metaforicamente, se pode designar de rosto da igreja.

A igreja, fronteira ao palácio, é uma massa pesada e austera, predominando na fachada a linha recta marmórea.

No nível inferior da fachada, a centralidade do arco abatido, assenta em pilastras, desenha um pórtico atarracado. Neste nível inferior evidenciam-se, lateralmente, duas janelas rectangulares, gradeadas, com ombreiras marmóreas.

No nível superior, correspondente ao coro, dispõem-se cinco janelões, de vergas triangulares e o central de empena interrompida, ostenta um medalhão emblemático.

O exterior da igreja do Mosteiro de Santo Agostinho, dado o seu tempo cronológico, inclui alguns elementos próprios da linguagem barroca. Com efeito, a utilização de janelas e de janelões, cuja principal função é a optimização da luminosidade do interior da igreja, são um indicador seguro da presença do Barroco ao nível da fachada.

A frontaria da igreja é franqueada por duas torres sineiras, quadradas.

Sobre a nave, a cúpula, de planta octogonal, de grandes proporções impõe-se ao casario baixo da vila, sendo rodeada por pináculos boleados. A ausência de um frontão na fachada da igreja é uma forma de potenciar a visualização da cúpula.

Esta cúpula representa já uma experiência de animação das pesadas massas da igreja, obedecendo, ainda, a soluções arquitectónicas do passado recente.

3. Interior arquitectónico

A igreja desenvolve-se em planta longitudinal, que desenha uma cruz latina e apresenta uma decoração sóbria em tons neutros, num discurso de compromisso que evidencia a multiplicidade de soluções artísticas no século XVII.

Apresenta um transepto, severo, concebido ao estilo Barroco, com braços rasgados em profundidade, que proporcionam a majestade própria da sua função de panteão dos Braganças.

A planta da igreja compõe-se de única e ampla nave, cuja abóbada não é decorada. Lateralmente apresenta seis capelas, intercomunicantes, definidas por pilastras de mármore, nas quais assenta um arco de volta perfeita.

A capela-mor, de planta rectangular, conserva as proporções originais. Quer a capela-mor, quer o transepto, são espaços valorizados. No entanto, a nítida valorização destes espaços é conseguida através da adopção de soluções arquitectónicas, em prejuízo da exuberância ornamental. Na verdade, ambos espaços são enobrecidos, sobretudo, pela estrutura parietal marmórea, de cores neutras e discretas, e, também, pela decoração de frescos a ouro na abóbada de berço. Semelhante solução contraria o carácter do Barroco português, em que a arquitectura é preterida em relação ao aspecto decorativo.

É nestes espaços, especialmente valorizados, que se localizam os túmulos dos membros da Casa de Bragança. Estes túmulos, simples e sóbrios, apresentam uma tonalidade monocórdia, na linha dos sepulcros régios dos Jerónimos.

A individualização dos espaços arquitectónicos na igreja dos Agostinhos é realizada através de arcos triunfais de volta

perfeita e com degraus. O arco que faz a separação entre a nave e o cruzeiro ostenta as armas de Portugal, que se voltam a repetir na abóbada da capela-mor.

O grandioso coro-alto, apesar de ser uma característica das igrejas conventuais (o que não deixa de ser um aspecto original desta construção), é potencializado por um arco abatido.

Noutro plano, erguidos nas pilastras do monumental arco mestre do cruzeiro, encontram-se dois púlpitos. Estes púlpitos são elementos facilitadores da eficácia da pregação, proporcionando ao pregador um espaço próprio, com características próprias, quer de visualização mútua entre pregador/crente, quer de projecção da sua voz.

Na igreja dos Agostinhos, quer o púlpito, quer o sobrecéu, magnificamente esculpidos de mármore colorido, do estilo rococó, constituem um dos elementos artísticos que mais predem a atenção do crente.

A iluminação da igreja resulta da conjugação de várias fontes de luz, distribuídas pelo espaço religioso. As janelas e os janelões, se na sua essência são elementos arquitectónicos, na sua função assumem-se como um elemento integrante do sistema de iluminação. Com efeito, são, sobretudo, as janelas que, pelas suas dimensões e pela sua localização central na fachada e na nave, que permitem a entrada dos raios solares para todo o espaço interior.

A tribuna, quer como elemento arquitectónico, quer como elemento do sistema de iluminação, está ausente da igreja dos Agostinhos.

O tambor octogonal da cúpula é fragilizado por quatro fenestraçãoes, que não incidem, especialmente, sobre um espaço particular. É possível que esta despreocupação com a intencionalidade distributiva da luz esteja relacionada com a utilização de mármore, material que se impõe por si, ao contrário da talha, cujo brilho depende, em grande parte, da incidência dos feixes de luz.

As “Reservas Cordiformes” na Obra de Manuel dos Santos*

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha**

Ao doutor Túlio Espanca, meu amigo e patricio, como homenagem e reconhecimento pelo trabalho de toda a sua vida.

Pertence ao chamado “Ciclo dos Mestres” cuja temática é parte integrante deste Colóquio, uma figura ímpar da História da Azulejaria que, por dificuldades na maior parte do conhecimento da sua obra, se viu durante muito tempo injustamente postergado para um plano secundário, a ponto de se imaginar que a sua melhor obra seria talvez a única, e que a experiência artística tentada não tivera antecedentes nem consequentes.

Estou-me referindo ao pintor de azulejos Manuel dos Santos e à sua obra, datada e assinada na Igreja da Misericórdia de Olivença (Espanha), cuja divulgação na literatura da especialidade só muito tardiamente se tornou disponível para os amadores de Cerâmica, com a publicação do livro de Matos Sequeira e Rocha Júnior¹.

Foram estes, de facto, os primeiros a introduzir o nome de Manuel dos Santos no notável elenco artístico dos produtores de obras vultuosas de azulejaria em Portugal, nos períodos do protobarroco e barroco.

Curto é o elenco onomástico conhecido neste “Ciclo dos Mestres” mas isso não impediu que fosse grandioso e se revelasse de alta qualidade.

Na sua obra “Azulejaria Portuguesa no Brasil”², Santos Simões refere a propósito da Capela Dourada do Recife que a pessoa que, em Portugal, tratou dessa encomenda recorreu ao pintor António Pereira um dos primeiros que certamente procuraram imitar o azulejo holandês e que com Gabriel del Barco e António de Oliveira Bernardes constituíam o trio de artistas cujo exemplo haveria de proliferar durante o século XVIII.

Produz-se nesta afirmação de Santos Simões apenas uma injustiça não voluntária e não uma imprecisão, porque ao tempo em que escrevia (1965) só se conheciam de Manuel dos Santos os azulejos assinados e datados da Igreja da Misericórdia de Olivença (1723).

Não fosse esta circunstância e, por certo, o citado trio de artistas se teria transformado, no dizer de Santos Simões, num quarteto com a inclusão do nome de Manuel dos Santos, com tanta ou mais razão que o António Pereira, cuja obra assinada também é escassa, relativamente, ainda no momento

* *Comunicação apresentada ao II Encontro sobre História da Azulejaria em Portugal II na Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Abril de 1991, Lisboa.*

** *Da Sociedade Brasileira de História Farmácia de São Paulo - Brazil. Da Real Sociedade Arqueológica Lusitana.*

¹ Matos Sequeira e Rocha Junior, Olivença, Lisboa, 1924, pp. 132 e 133, e Guia de Portugal, vol. II, Lisboa, 1927, p. 453.

² Santos Simões - Azulejaria Portuguesa no Brazil, 1965, p. 252.

presente. E essa falha de Santos Simões só foi possível por não chegar nunca a ter conhecimento da descoberta de Túlio Espanca³ em relação aos azulejos da Capela do Arcebispo no convento dos Congregados de Estremoz, na qual se anunciava, em 1969, a data e nome de Manuel dos Santos como autor deste memorável conjunto.

Com efeito, só depois destas publicações virem a lume, recaiu sobre a obra de Manuel dos Santos a atenção dos investigadores, o primeiro dos quais foi Robert Smith⁴, logo em 1975, pouco antes de morrer, que teve a coragem de lhe atribuir a autoria dos painéis da Casa do Patriarca no Convento de S. Vicente de Fora e também a ultimização dos painéis da Capela Mór da Matriz do Sardoal (1703).

Mesmo assim, conhecendo-se documentalmente tão poucas obras deste pintor, elas têm uma tal relevância no quadro artístico da época a que pertencem que se tornam suficientes para despertar o interesse e colocar o seu autor na mira dos investigadores.

Sem o apoio de novos dados concretos, que seriam decisivos para elaboração de um elenco possibilitando dispor as obras numa sucessão temporal, torna-se impossível demarcar correctamente não só os limites da sua actividade laboral como também seguir, a par e passo, a evolução do percurso estético da sua carreira de pintor de azulejos.

Quanto aos limites referidos o problema não se reveste talvez de gravidade extrema, porque os que conhecemos expandem-se de 1706 (Estremoz) a 1723 (Olivença), passando por 1709 (Lisboa).

São dezassete longos anos, prazo

suficientemente significativo para reconhecer constâncias ou distinguir alterações na *maneira de fazer* de qualquer artista.

Na falta de preciosos novos documentos, o que nos fica como elemento de apreciação, são a forma como se expressa através da gramática decorativa que não podia deixar de ser a respeitante ao tempo em que trabalhou. E se isso não define em absoluto uma época, comum a todos os artistas que a atravessam, obriga, pelo menos, a dirigir a nossa atenção para a persistência dos elementos decorativos mais usuais que perpassam, repetindo-se de obra para obra, no receituário usado na sua elaboração, desde os ródapés dos painéis até às molduras envolventes dos temas (cercaduras e barras).

Manuel dos Santos ligou aos seus trabalhos um elemento decorativo original, assinalável na sua obra assinada ou documentada de 1706 a 1723, e esse foi a "**Reserva Cordiforme**", mais ou menos estilizada quanto à morfologia e que nos vai surgir e acompanhar em muitas das suas obras assinadas ou atribuídas, motivo este que não é habitual encontrarmos em trabalhos realmente feitos ou só atribuídos a outros pintores (foto 1).

Das poucas reservas de modelo cordiforme que tenho encontrado nas obras de outros pintores, neste período, cito umas que se incorporam, repetidamente, nos painéis protobarrocos da Casa do Despacho do Convento de Nossa Senhora da Quietação (Flamengas), situado no Calvário, que, segundo José Meco⁵, teriam sido "realizadas com alguma probabilidade pelo monogramista P.M.P. ou por pintor próximo do seu

³ Túlio Espanca Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Congregados do Oratório de S. Filipe de Nery em Estremoz, "A cidade de Évora" n.º 51-52, 1968-9, pp. 85-101 e de novo no mesmo ano in "Cadernos de Arte e História" e ainda no Inventário Artístico de Portugal, Lisboa, 1975, p. 165 b.

⁴ Robert C. Smith, Some Lisbon titles in Estremoz, "The Journal of the American Portuguese Society", vol. IX, n.º 219, p. 1-17.

⁵ José Meco - O azulejo em Portugal, Lisboa p. 219.

estilo inicial"⁶. Aparece incluída no eixo das barras horizontais circundantes com forte sabor barroquista, tratada de modo igual a muitas que aparecem também em conjuntos cerâmicos atribuídos a Manuel dos Santos.

Outra é a do quadro da "Última Ceia" no refeitório do Convento de S. Francisco, em S. Salvador da Baía e que José Meco, desta vez mais peremptoriamente, afirma ser de António Pereira, nesta circunstância de acordo com Mário Barata e Santos Simões que primeiro a viram⁷.

Contrariamente ao que afirmam e não obstante o respeito que guardo pela opinião destes Mestres, sempre bem alicerçadas, eu admito que esta "Última Ceia" deve ser atribuída a Manuel dos Santos e não a António Pereira.

Santos Simões faz menção deste mesmo painel nos seguintes termos: "Precisamente destas datas (1705-1707) não há quaisquer azulejos na actual enfermaria, mas de época próxima (1710-1715) será o magnífico painel de 12x13 (sic), incluindo neste número a barra dos azulejos de pintura azul, figurando a "Ceia" e que, pelo estilo do desenho e intensidade do colorido, faz lembrar o *opus* de António Pereira colocado posteriormente no actual refeitório"⁸.

Até aqui ficamos com três atribuições feitas por três ilustres investigadores, todas elas coincidentes embora com fundamentações diferentes.

É notório e reconhecido que as obras produzidas por Manuel dos Santos e António Pereira são afins, utilizando ambos a mesma

via plástica mais ao gosto holandês⁹, que levou Santos Simões a dizer que a "Ceia" apenas o fazia lembrar a autoria, sem que categoricamente o afirmasse.

É bem verdade que, ao tempo em que escrevia estas palavras (1965), ainda não tinha conhecimento, nem nunca o chegaria a ter, da extensão nem da paternidade da obra do artista dos azulejos da Capela do Arcebispo de Estremoz (Manuel dos Santos), nem da sua data (1706)¹⁰.

Esta descoberta feita por Túlio Espanca foi altamente importante para o esclarecimento de muitas hipóteses de autoria, pela ajuda que essas referências concretas deram aos investigadores; primeiramente a Robert Smith¹¹ e mais tardiamente a José Meco¹².

Não há dúvida que o painel anónimo da "Última Ceia" é dos anos iniciais do século XVIII, e eu noto nele uma particularidade especial: refiro-me à **Reserva Cordiforme**, mais ou menos estilizada, que este artista inclui numa grande parte dos seus magníficos painéis, nomeadamente no único que na Península Ibérica está duplamente autenticado, com a assinatura e data, o da Igreja da Misericórdia de Olivença (1723) (foto 2).

Os do Convento dos Congregados de S. Filipe Nery em Estremoz, autenticados por documentação escrita, possuem uma reserva não cordiforme mas sim ovóide (foto 3).

O silhar da escada do Paço Azevedo Coutinho, em Lisboa, também documentados

⁶ José Meco, O Pintor de azulejos Manuel dos Santos "Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa", III série, n.º 86, 1.º vol., 1980, p. 85.

⁷ Santos Simões, Azulejaria Portuguesa no Brasil, Lisboa, 1965, p.127.

⁸ O painel tem 12x12 e não 12x13.

⁹ José Meco, O pintor de Azulejos Manuel dos Santos, "Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa", III série, n.º 86, 1.º vol., Lisboa 1980; e no "Azulejo em Portugal", edição da Alfa, p. 19 refere a similitude da "maneira de pintar".

¹⁰ Túlio Espanca publicou o nome do autor destes azulejos em 1969, e não me parece lícito admitir que Santos Simões não tomasse conhecimento do facto, pois só veio a morrer em 1972. Possivelmente soube-o mas não teve oportunidade de o manifestar publicamente.

¹¹ Robert C. Smith, *op. cit.*

¹² José Meco, *id. ibidem.*, p. 85.

gráficamente (1709) não contém elementos formes suficientemente susceptíveis, só por si, de poderem explicitar a autoria.

Essa reserva ou cartela cordiforme é carismática no estilo de Manuel dos Santos, e assim julgo poder afirmar que atrás citado painel da "Ceia" é também por esta forte razão da sua autoria, como já o afirmei. E por isso peço licença ao meu ilustre Amigo e Mestre José Meco, aqui presente, para opinar de forma diferente da dele a este respeito.

Na sua obra impressa¹³, reproduz José Meco um painel da Capela Mór da Igreja de S. José em Ponta Delgada, como sendo de Manuel dos Santos (foto 4). É daqueles que não oferecem dúvidas porque inclui um motivo central típico, ia a dizer clássico, na obra de Manuel dos Santos na época em que pintou para a Capela do Arcebispo em Estremoz (1706) e para escadaria do Paço Azevedo Coutinho em Lisboa (1709), conforme nos indica a chegada do arquitecto Brito e Abreu¹⁴, e, nas cercaduras, os vulgares e muito elaborados elementos foliares barrocos com a característica Cartela ou Reserva Cordiforme (mais raramente ovalada como em Estremoz), amparada, como sucede de outras vezes, por dois anjos tal como estão na barra da citada Capela na cidade alto-alentejana.

Não quero dizer que esta forma de cartela ou reserva seja monopólio deste pintor, naquele período, mas não pode nem deve esconder-se que ela está presente na maior parte das suas pinturas assinadas e documentadas e, também, nas atribuídas com certo rigor e escrupulo crítico.

A cartela cordiforme manter-se-á nas composições azulejares de futuros pintores, e perpassou pela obra de muitos artistas do segundo e do último terço do século XVIII,

mas é evidente que a sua inclusão nos painéis lhe sujeitou a modelação aos estilos que a Arte desse século foi impondo. É portanto ponto assente que uma cartela de um período nada tem a ver com a do período que se lhe segue, não só no tratamento dela própria como na do conjunto em que se apresenta integrada.

Concluindo:

Em muitas atribuições de autoria feitas a Manuel dos Santos quer institivamente por Santos Simões quer objectivamente por Robert Smith e em muito maior número por José Meco, nos surge a presença quase permanente do elemento decorativo que refiro ao qual atribuo grande valor para ulteriores estudos de autoria de obras onde ele surgir. Facto este que associado ao exame "da criação e (tratamento) dos espaços de desenho difuso, das claridades muito claras e transparentes do azul, rarefeito e puro" e ainda o character impressionista de muitas paisagens bucólicas e de fundos em segundos planos, onde polulam cenas pastoris, místicas ao lado de ascetérios de altas torres cónicas ou piramidais, completam o quadro de sinais que concerteza concorrerão, futuramente, para o desaparecimento do anonimato de algumas obras.

Razão terá José Meco, ao aperceber-se e denunciar a influência que sobre a obra de Manuel dos Santos terá tido a assimilação por ele feita das tendências que, directa ou indirectamente, marcaram essa obra e a forma de expressão dela, responsabilidade essa que atribui, "com alguma possibilidade" ao célebre e incógnito monogramista P. M. P. ou outro de estilo semelhante, agarrado à via desenhística, algo contemplativa de que são arautos, em oposição à "*tendência pictórica*"

¹³ José Meco, in "O azulejo em Portugal", edição Alfa, Lisboa, 1989.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 221 a e b.

de expressão dramática"... de Gabriel del Barco.

Mas a verdade é que, fosse qual fosse a origem do veículo de influência espiritual de contemplativa metafísica que inundou a alma e a pintura feita por Manuel dos Santos, ou a que lhe é atribuída com elevada percentagem de acerto, por investigadores credenciados, a verdade é que na sua primeira obra documentada (Estremoz 1706), esse é já o carácter dominante dela.

Esse tipo de influência, a ter a origem que se julga, é apenas a fracção de um todo, é de ordem subjectiva e dirige-se ao espírito do tema. Terá de haver, claro está, outras que digam respeito à forma e à aplicação da cor. E na parte do todo que é a forma, sobressaiem os elementos dos ornatos que transmitem o carácter da época e dão individualidade à obra, e é nestes para além dos que a cor nos oferece, modificada à custa das cambiantes das pinceladas, que se encontram fortes ajudas para estabelecer as atribuições das autorias.

Todos os investigadores se têm servido delas com uma notória habilidade que a experiência lhes confere, mas que não é imune a erros ou trocas por razões que bem conhecem e admitem.

Manuel dos Santos, pintor de azulejos, tem uma pequena obra produzida, se quisermos ser exactos do ponto de vista histórico e heurístico, cingindo-nos apenas às suas produções documentadas.

A Capela do Arcebispo em Estremoz não está autenticada pelos próprios azulejos mas está documentada em escrituras e é de 1706. Sabe-se quem a encomendou, quem a assentou e, claro, quem a fez (foto3).

A esplendorosa composição de azulejos da Igreja da Misericórdia de Olivença, trabalho do mesmo pintor, essa sim, está

assinada e datada como já vimos: "Manuel dos Santos a pintou 1723". É tempo de eu fazer também a correcção, que julgo útil, de uma atribuição por mim publicada em "A Cidade de Évora" 45-6 -1963 e que posteriormente correu em Separata. Aí defendi como sendo de António de Oliveira Bernardes, o revestimento azulejar da Capela de S. Nicolau Tolentino da Igreja do Convento dos Agostinhos de Vila Viçosa, sobre a qual não havia qualquer referência na literatura da especialidade.

Nem na carta que me escreveu a propósito do meu recém publicado trabalho, nem no diálogo que mantivamos durante as suas frequentes visitas a Vila Viçosa, se mostrou Santos Simões duvidoso quanto à minha petulância de atribuir a obra ao grande chefe da Família Bernardes. Pelo contrário aceitou-a naturalmente e até reproduziu essa minha afirmação na nota 3, pg. 419 de "Azulejaria em Portugal no século XVIII" Lisboa, 1979.

Passados alguns anos é José Meco quem levanta a dúvida e, nobremente ma faz sentir, embora ele próprio não tivesse também certezas porque ainda não vira *in loco* os azulejos em questão.

Revistos por mim os antigos conceitos e razões em que me escudei, e os novos que recolhi após um mais dilatado contacto e estudo sobre a fase inicial do barroco português, já não consigo manter a firmeza do que há tantos anos escrevi¹⁸ e também me inclino a ver nesse azulejos colipolenses, apontamentos da gramática estilística e decorativa usualmente aplicados por Manuel dos Santos.

A fonte barroca lá representada (foto 5) é a do mesmo cartão que Manuel dos Santos utilizou para Estremoz (foto 6) e para S. Domingos de Benfica, e no remate lateral dos

¹⁸ Joaquim F. S. Torrinha - Ajulejaria antiga de Vila Viçosa, «A cidade de Évora» 45-46, 1963».

alizes as volutas assemelham-se às desenhadas para outros conjuntos: são largas e volumosas e cobertas de folhas de acanto, em escamas; e o mesmo direi quanto à fonte barroca de Olivença (côroa da Igreja da Misericórdia) (foto 7).

Os anjos suportando o peso ou agarrando as volutas, montando-as ou sentando-se no cocuruto das mesmas, na composição da reserva axial, são os mesmos que as cavalgam em outras volutas ou em outros rodapés da autoria do mesmo Mestre.

As grinaldas dispersas e em profusão, os mascarões e as conchas e toda a perfeita organização floral do conjunto a preencher completamente os espaços, bem como aqueles apontamentos pictóricos, de carácter impressionista, tanto a seu gosto, especialmente o que se situa ao lado do ângulo inferior esquerdo da moldura barroca da janela por onde entra a luz na Capela de S. Nicolau (foto 8), como que a querer simular a sua própria assinatura, apelam para que eu faça uma revisão consciente do meu anterior e velho conceito sobre a autoria destes painéis, e substitua o nome do Mestre António de Oliveira Bernardes pelo do Mestre Manuel dos Santos.

Tenho plena consciência de que a atribuição agora por mim feita, pode ainda não ser a definitiva e revisto-me da coragem suficiente para assumir a responsabilidade do engano, se vier a dar por ele.

Na metodologia que sigo, utilizo a hipótese como elemento de estudo provisório, e sei distinguir perfeitamente o espaço que me separa entre a dita hipótese e a verdade pura, pelo que nunca serei surpreendido pelas rectificações que tenham de fazer aos meus conhecimentos. O que eu mais ambicioso é, exactamente, saber quando erro ou troco involuntariamente um dado adquirido, para o emendar e sentir o gozo espiritual que essa correcção me traz,

pela verdade que consigo transporta e significa.

Luís Reis Santos, a propósito da pintura dizia: "não chega uma vida inteira de trabalhos e cansaços, esperanças e desilusões para... indentificar artistas, reunir e classificar as obras e estabelecer rigorosas cronologias". Ele foi um artista experiente nesse campo de trabalho, porque passou toda a sua vida e relacionar as *obras* com os *homens* que as fizeram.

No fundo da filosofia deste meu discurso, o que eu quero significar é que é sempre tempo de proclamarmos o nosso *Mea Culpa*.

Entre uma e outra data das concretamente conhecidas, intromete-se uma outra (1709) que é a da escadaria do Paço Azevedo Coutinho em Lisboa, cujo cotejo com outras obras anónimas ainda não foi feito até à exaustão, facto este que pode trazer novos dados ao tema.

As duas primeiras datas, 1706 e 1723, não só balisam uma vida de trabalho artístico como permitem conhecer o trajecto evolutivo da sua técnica.

Enquanto que os azulejos da Capela do Arcebispo dos Congregados de Estremoz, mostram uma pintura servida por uma excelente técnica, embora menos elaborada, e o preciosismo do debuxo se tenha dirigido mais para a composição das molduras que, diga-se de passagem, são das mais lindas e características dessa época, os azulejos da igreja da Misericórdia de Olivença, com mais dezassete anos que os de Estremoz, mantendo o mesmo excelente gosto nas cercaduras e silhares, apresentam um desenvolvimento técnico notável nos panos, aos quais a grandiosidade das figuras humanas, de ressaibo maneirista, dá significativo relevo (fotos 9 e 10).

O excessivo tamanho da composição, distribuída por um tão enorme espaço, que só por si deveria intimidar o artista que o

tivesse de preencher sem fugir à unidade temática reclamada pelo conjunto, e que lhe era imposta pelas estruturas arquitectónicas onde iriam ser integradas, permitiu-lhe a exibição de qualidades técnicas diferentes (quicá novas) (foto 11).

São tão diferentes os dois conjuntos - o de Estremoz e o de Olivença - em tão variados pormenores que, se não fosse a certeza formal da autoria que possuímos, certificada heurísticamente, haveria dificuldade ou até mesmo impossibilidade de atribuir essas duas obras ao mesmo artista pintor. São diferentes os traços e a técnica; não há relação afim nas tonalidades dadas às cores entre uma e outra, sendo a de Estremoz mais viva e alegre. O volume da composição, a dimensão, a segurança e perfeição do desenho divergem. Mais uma vez, na mecânica deste processo de análise comparativa, é nos elementos decorativos das orlas e faixas que residem os factores de decisão de que temos de nos servir.

Enquanto que na Capela do Arcebispo em Estremoz, as pequenas dimensões e preencher estavam reduzidas ao mínimo, na Igreja de Olivença esse espaço a cobrir abundava.

As soluções artísticas tinham de ser forçosamente diferentes e, sem dúvida, Manuel dos Santos, muito habilidosamente, soube encontrá-las.

Esta é uma das circunstâncias por que se torna difícil acreditar que Manuel dos Santos fosse capaz de produzir tão magníficas obras se não tivesse acompanhado a evolução da Arte do seu tempo, exercitando-a dia a dia e durante largos anos.

Daí que pareça acertada a busca, por todos os modos, de outras possíveis obras suas no lapso de tempo que medeia entre os

seus dois conjuntos cerâmicos datados. A comprová-lo está o recente exemplo que nos deu o Arquitecto Brito e Abreu com a descoberta da data e do nome do pintor que fez a azulejaria para a escada do Paço Azevedo Coutinho.

Não temos de nos admirar portanto que entre 1706 e 1723, apareçam muitas obras atribuídas a Manuel dos Santos por alguns dos maiores especialistas portugueses de azulejaria, facto aliás já previsto e reconhecido em 1957¹⁶, por Reinaldo dos Santos.

E, com efeito, Santos Simões, Robert Smith e José Meco esforçaram-se por, comparativamente, reconhecerem outras obras do mesmo pintor dessiminadas por palácios, igrejas e muros, especialmente em Lisboa. Sirva de exemplo o caso da Igreja da Peninha em Sintra (foto 12), cuja atribuição feita por José Meco tem inúmeras razões para se considerar correcta ou a de S. José de Ponta Delgada (Açores), ambas fora de Lisboa (foto 4). A capela da Peninha está datada de 1711.

A obra prima de Manuel dos Santos, entre as conhecidas, é a da Igreja da Misericórdia de Olivença (Espanha), por isso, talvez, o gosto por ela sentido o tivesse obrigado a deixar nela inscrito o nome e a data da execução.

Só a imponência, a grandiosidade, a beleza e o primor de execução dos grandes painéis dos prospectos laterais da Igreja da Misericórdia oliventina, são mais do que suficientes para gragear ao grande Mestre um lugar de honra no elenco dos grandes criadores do azulejo barroco português.

Abril de 1991

¹⁶ Reinaldo dos Santos, "O Azulejo em Portugal", 1957, pp. 125-6.



1. Igreja da Misericórdia de Olivença (coro)



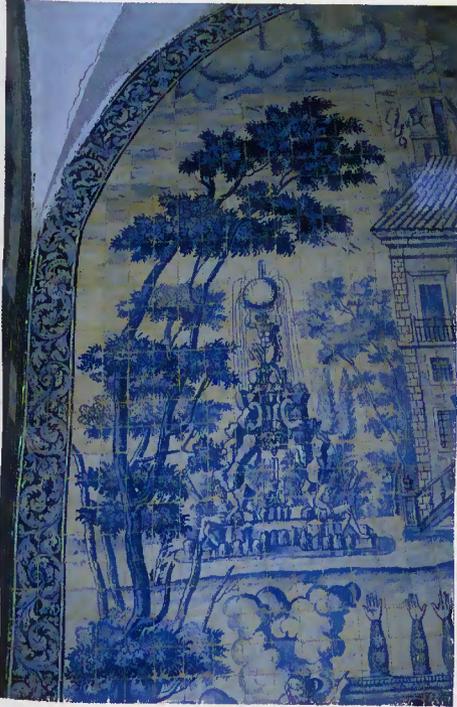
2. Igreja da Misericórdia de Olivença (entrada)



3. Convento dos Congregados de Estremoz (Capela do Arcebispo)



4. Igreja de S. José de Ponta Delgada, Açores (nave)



5. Igreja dos Agostinhos de Vila Viçosa
(Capela de S. Nicolau)



6. Convento dos Congregados de
Estremoz (Capela do Arcebispo)



7. Igreja da Misericórdia de Olivença (coro)



8. Igreja dos Agostinhos de Vila Viçosa
(Capela de S. Nicolau)



9. Igreja da Misericórdia de Olivença (nave)



10. Igreja da Misericórdia de Olivença (nave)



11. Igreja da Misericórdia de Olivença (coro)



12. Capela da Rainha Santa de Sintra

Tipología de los Retablos de Vila Viçosa

Miguel Angel Vallecillo Teodoro*

Muchos y variados son los retablos que se pueden admirar en Vila Viçosa, individualizados por:

- su ubicación, en el altar mayor, laterales o decorando el de una capilla.
- el material utilizado para su construcción, siendo madera y, posteriormente, mármol los más utilizados.
- por la disposición de la planta.
- su finalidad, que está en íntima relación con su ornamentación y forma.
- la época en que fue construido.
- las apetencias de las cofradías.
- el efectuarse o no su doramiento.

Cualquier retablo, sea del lugar que sea, puede clasificarse por su forma, función o finalidad y, como no, por su estilo.

Por la forma

La importancia que los pórticos de entrada a los templos tuvieron en la retabística fue importantísima, como lo atestiguan aquellos retablos que imitan una gran *portada románica abocinada*, donde las columnas salomónicas se prologan por el ático a modo de arquivoltas, caso del retablo mayor de "As Chagas". Aunque los retablos mayores suelen adoptar esta forma, son esencialmente los laterales y colaterales los que mejor se adaptan a esta estructura, claro ejemplo son los del crucero de la iglesia de

San Bartolomé, dedicados a San José y a Nuestra Señora de la Concepción.

Durante el Renacimiento alcanza amplio desarrollo el *retablo casillero*, de fondo plano, forma rectangular, sotabanco trabajado en mármol y banco sobre el que se apoyan varios cuerpos y calles, cuyo número va en disminución con el paso de los años. Todo él está dispuesto en casilleros donde se alojan esculturas y pinturas. Alcanzó gran difusión en la Península gracias a la unión hispano-portuguesa. Típico ejemplar es el retablo mayor de Nuestra Señora de la Concepción, con calles laterales dedicadas a escenas de la vida de Cristo: "Predicación", "Nacimiento" y "Presentación en el templo"; en la central, de abajo a arriba, las imágenes de Nuestra Señora, sobre hornacina acasetonada, y un crucifijo que deja entrever una minúscula tribuna.

Fruto de la evolución de los tiempos, de ese reduccionismo iconográfico del retablo iniciado en el Renacimiento y del gusto por la ornamentación, es el *retablo cuadro e retablo marco*, donde un gran cuadro central se ve enmarcado por abundantes recursos estilísticos de la madera, como el mayor del convento de las Llagas.

La mayoría de estos retablos cuadro iban destinados al altar mayor por lo que fue necesario buscar otro parecido para los laterales y colaterales. Así es como nacen los

* Doutor em História da Arte

retablos hornacina, donde se dispone la imagen venerada, que, en algunos casos, puede ser flanqueada por hornacinas secundarias. A esta tipología pertenecen los retablos del crucero de la iglesia de San Bartolome y los colaterales de Nuestra Señora de Gracia y San Agustín del convento de los agustinos.

Como derivación de este retablo hornacina surge el de *camarín*, que permite acceder hasta la imagen con objeto de adorarla o, simplemente, adorar el núcleo central. Esta tipología es propia de los retablos mayores, como el convento de San Agustín, el de la Santa Casa de Misericordia o el de San Bartolomé. Los retablos laterales de tipo camarín son mínimos. Sólo cuando se trata de imágenes ampliamente veneradas por el pueblo, se constituyen según esta tipología, como sucede con los del convento de San Agustín.

También es posible hablar de un *retablo salomónico*, atendiendo al empleo de columnas salomónicas.

En nuestra zona de estudio, Vila Viçosa, no se han descubierto *retablos de cascarón*, caracterizados por su forma hexagonal, *retablos baldaquinos* y *arbóreos*.

Por la función o finalidad

El retablo no posee únicamente una función decorativa; es encargado de servir de elemento de apoyo ilustrativo y emocional al orador, encargado de canalizar la atención de los fieles hacia el altar. Fue el arte uno de los medios más destacados para instruir a los cristianos.

Toda obra de talla obedece a una función. Así, nos encontramos con *retablos eucarísticos, expositores o sacramentales*, cuya misión esencial es la exaltación de la Eucaristía. Por regla general son los retablos camarines los que obedecen a esta función, presentando una tribuna gradeada sobre la

que se ubica la Sagrada Forma o el Sagrario, que no son más que el culmen de una prolífera ornamentación a base de hojas de vid, racimos de uvas, puttis, pájaros... alegorías de dicho sacramento. En Vila Viçosa pertenecen, a este grupo, los mayores de San Bartolomé y San Agustín.

Por su función son frecuentes los *retablos cristíferos, marianos, mixtos y de santos o santas*; los primeros están dedicados a la figura de Jesucristo; los segundos a temas relacionados con la Virgen, como los de Nuestra Señora del Loreto de la iglesia de la Misericordia o el mayor del convento de Santa Cruz; son los del tercer grupo los más frecuentes, caso del de Nuestra Señora de la Concepción; con los de santos y santas, ubicados especialmente en capillas laterales, se asocian los de San José y Nuestra Señora, en el crucero de la iglesia de San Bartolomé. De retablos mayores dedicados a Santos, sobresale el de la iglesia de San Antonio.

Ligados a la cofradía de las Llagas surgen pequeños altares ubicados en el callejero de la ciudad, que en número de cinco aludían a las caídas de Cristo. Su origen hay que buscarlo en la procesión que organizaba dicha confradía el Domingo de Pasión. Son los *retablos pasionistas*, cuya misión era crear capillas ornadas a base de pequeños retablos, en mármol o ladrillo, enmarcando un cuadro y flanqueado con azulejos, donde se narraban escenas de la Pasión.

Por el estilo

Hacia mil quinientos setenta y nueve, con la construcción del retablo mayor de El Escorial, se va a producir una gran innovación en la retablistica. Surge el *retablo clasicista*, también denominado escurialense, herreriano o contrarreforma. Presenta tres cuerpos, tres calles y ático. En nuestra ciudad, un claro ejemplar es el mayor de

Nuestra Señora de la Concepción, aunque con dos cuerpos y coronamiento cimbrado a modo de ático, originalidad lusitana, de claro arraigo jesuítico.

A mediados del siglo XVII empiezan a aparecer elementos propios del *retablo barroco* en columnas, ornamentación y ático, que, en principio, convivirán con los del retablo clasicista. Ejemplo típico es el retablo del Corazón de Jesús de la iglesia de San Bartolomé. A finales del XVII se expande con fuerza el barroco por todo Portugal, utilizando típicos elementos arquitectónicos, columnas salomónicas, entablamentos quebradizos, camarín, tribunas, y ornamentales, caso de hojas de vid, uvas, pájaros, puttis, atlantes, cariátides, niños telamones..., todo ello buscando las sensaciones de dinamismo y profundidad tan propias de este periodo. Aunque son abundantes los ejemplares de esta tipología, resaltamos el mayor de la iglesia de San Bartolomé.

El retablo rococó, típico por su rechazo a las columnas salomónicas, sustituidas por el estípite, al igual que por el uso de ornatos ondulantes, escarolados o arriñonados y paños colgantes, es escaso en Vila Viçosa. Un tempraneto ejemplo es colateral de Nuestra Señora del Loreto de la iglesia de la Santa Casa de Misericordia, obra de Francisco Freyre y su cuñado Manuel de Oliveira, introductores de este estilo por la zona.

A mitad del XVIII se descubre cierto

rechazo por el rococó, observándose la presencia de rasgos neoclásicos. Los primeros retablos de este estilo se caracterizan por imitar la estructura arquitectónica y ornamentada de los labrado en madera, caso del mayor del convento de San Agustín.

En resumen, Vila Viçosa se presenta como una ciudad abierta a todos los estilos, como queda demostrado en su rico patrimonio retablístico, que es necesario conocer para respetar y conservar.

Bibliografía

VALLECILLO TEODORO, M. A.: Retablística Alto-Alentejana (Elvas. Villaviciosa y Olivença) en los siglos XVII-XVIII. Badajoz, 1996.

ESPANCA, T.: Mosteiros de Vila Viçosa. Évora, 1970.

IDEM: Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora. Zona Sul. T. I. Lisboa, 1978.

ROCHA ESPANCA, J. J. da: Memórias de Vila Viçosa. *Cadernos Culturais da Câmara Municipal*. Vila Viçosa.

IDEM: Compendio de Noticias de Vila Viçosa. Vila Viçosa.

PURIFICAÇÃO, FR. ANTÓNIO DA: *Crónica da Antiquíssima Provincia de Portugal da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho*. T. II. Lisboa, 1656.

CARVALHO DA COSTA, ANTÓNIO: *Chorografia portuguesa*. T. II. Lisboa, 1708.



A produção de louça em Estremoz.

Ainda um contributo para a História do seu fabrico.

Alexandre Nobre Pais*

João Pedro Monteiro*

Na sequência da investigação que o Museu Nacional do Azulejo efectuou tendo em vista a realização de uma exposição dedicada à Real Fábrica de Louça, ao Rato, o investigador Pedro Freire encontrou três documentos que podem trazer novos dados sobre a produção de louça em Estremoz¹.

Pelo primeiro, uma carta datada de 9 de Setembro de 1775 e dirigida por Luciano António Teixeira Negrão a João Evangelista, residente em Benavente, fica-se a saber que os Directores da Real Fábrica das Sedas lhe remeteram uma certa quantidade de chumbo e estanho, materiais que, por sua vez, João Evangelista deveria enviar “para Elvas ao Mestre Fabricante de Louça Joaquim Roza Freme”.

Uma segunda carta, datada de 5 de Setembro do ano seguinte, tendo o mesmo remetente e destinatário, anunciava nova remessa de chumbo e estanho para “fornecimento da Fabrica da Louça de Elvas, de que he dono, ou Mestre Joaquim Roza Freme”.

Aparentemente, estes dois documentos dão notícia da existência em Elvas de uma fábrica de louça, a qual nunca foi, tanto

quanto julgamos saber, referida por nenhum estudioso. No entanto, uma terceira carta com a mesma data da anterior, dirigida por Luciano Negrão ao próprio proprietário da fábrica, Joaquim da Roza Freme, avisa-o do fornecimento que lhe iria chegar por intermédio do seu Comissário em Benavente. Pormenor que pode ser fundamental, esta carta é dirigida para Estremoz.

É altura de recordar que em artigo anterior, se fez referência à existência de dois nomes diferentes ligados à produção de louça em Estremoz, deixando-se em aberto a possibilidade de se tratar dos proprietários de duas fábricas, ou de se tratar de momentos diferentes de uma mesma unidade.

A primeira, com notícia de que estava a laborar em Novembro de 1775, tinha sido fundada por Sebastião Lopes Gavixo, então proposto para mestre da fábrica de Miragaia, no Porto, e que trabalhara na fábrica do Rato no período de Tomás Brunetto (1767-1771)². A segunda, é referida na *Mappa demonstrativo das Fábricas existentes na Villa de Estremoz e seu Termo*³ dos anos 1791-1792, como sendo propriedade de um Luís Freme

* *Licenciado em História da Arte do Museu Nacional do Azulejo*

¹ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, *Real Fábrica das Sedas*, Livro 446 (Copiador de Cartas C, 1774-1779), Fl. 60vº, Fl. 91

² Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, *Junta do Comércio, Processos de licenciamento de fábricas e matrículas de servidores, 1760-1833* (JC 8). Documento publicado em *Cerâmica Neoclássica em Portugal*, Museu Nacional do Azulejo, 1997, p. 95.

³ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, *Junta do Comércio, Mapa e contas dos ministérios territoriais acerca das fábricas existentes 1788, 1792-1794, 1797-1799, 1801-1803, 1811-1813* (JC 12). Documento publicado em *Cerâmica Neoclássica em Portugal*, Museu Nacional do Azulejo, 1997, p. 99.

da Roza, e situar-se na Rua dos Curraes.

No referido artigo colocou-se a questão de saber se esta fábrica seria a mesma que pertencera ao Gavixo ou se tratava de outra sem qualquer relação com a primeira.

Analisando estas informações em conjunto com a documentação agora encontrada temos, muito provavelmente, a reposta; assim:

Novembro de 1775 - uma fábrica de louça, laborando em Estremoz, referida como tendo sido estabelecida por Sebastião Lopes Gavixo.

Setembro de 1775 e Setembro de 1776 - uma fábrica de louça em Elvas ou Estremoz, pertencente a um Joaquim (da) Roza Freme.

1791-1792 - uma fábrica em Estremoz pertencente a um Luís Freme da Roza.

Na verdade, sabemos que a fábrica fundada por Gavixo, algures entre 1767 e 1771, continuava a laborar em Novembro de 1775, mas não nos é esclarecido se o seu proprietário permanecia o mesmo. De qualquer modo, ao ser proposto como mestre da fábrica de Miragaia, e na eventualidade de ter assumido o cargo, é de crer que Gavixo terá deixado a que estabelecera em Estremoz, sendo de considerar a hipótese de a ter vendido ou de esta ter ficado entregue a um associado, que poderia muito bem ser Joaquim (da) Roza Freme. Por lapso um dos documentos citados localizaria esta fábrica em Elvas, enquanto de outro podemos depreender essa mesma localização.

Seis anos depois, surge-nos uma pessoa com os mesmos apelidos (embora em ordem inversa, o que era natural na época), como tendo uma fábrica em Estremoz. É provável que se tratasse de um parente (filho?) de Joaquim, que dele tivesse herdado a fábrica.

De qualquer forma, tratar-se-ia da mesma unidade. Em Estremoz e não em Elvas, como a leitura isolada de dois documentos pode

fazer acreditar.

Documentos

(Fl. 60v^o.)

Benavente Joam Evangelista
Lixbo^a 9 de Setembro de 1775

Pela fragata de que he arraes Joze do Carmo remeterão os Senhores Directores desta Real Fabrica^a das Sedas 40 arrobas 13 arrateis de chumbo em 58 barras, e 10 arrobas de estanho em 1 barrica com a marca **R. L. E.** dos quais materiais vossa merce tomará conta, e invariá com toda a brevidade par^a Elvas para Elvas ao Mestre Fabricante de Louça Joaquim Roza Freme; noticiando-nos pelo mesmo Arraes que vossa merce fica entregue dos referidos generos, par^a se lhe //

(Fl. 61)

pagar o seu frette.

Fico par^a servir a vossa merce que Deos guarde etc. = De vossa merce = Muito certo venerador = Luciano Antoni^o Teixeira Negrão.

(Fl. 91)

Benavente A João Evangelista
Lisboa, 5 de Setembro de 1776

Por ordem do Illustrissimo, e Exelentissimo Senhor Manoel Bernardo de Mello e Castro remettem os Senhores Directores da Real Fabrica das Sedas, e suas Dependencias 10 arrobas de estanho em barrinhas em 1 barril com a marca **F. L. E.**, e 80 arrobas 16 1/2 arrateis de chumbo em 111 barrinhas par^a o fornecimento da Fabrica da Louça de Elvas, de que he dono, ou Mestre Joaquim Roza Freme praa onde Vossa Merce terá a bondade de enviar os dit^{os} materiaes, e a carta incluza com a brevidade possivel.

Fico par^a servir a Vossa Merce, que Deos

guarde muitos annos. Lisboa, 5 de Setembro de 1776. - De Vossa Merce etc. Assigando = Lucianno Antonio Teixeira Negrão.

Estremoz A Joaquim da Roza Freme
Lisboa, 5 de Setembro de 1776

Por ordem que tiverão os Senhores Directores desta Real Fabrica das Sedas, e suas Dependencias do Illustrissimo, e Exelentissimo Senhor Manoel Bernardo de Mello e Castro par^a a sua fábrica de louça ser

fornecida com chumbo, e estanho, remettem por intervenção do seu Commissario de Benavente João Evangelista 10 arrobas de estanho em barrinhas em 1 barril marcado **F. L. E.**, e 80 arrobas 16 1/2 arrateis de chumbo em 111 barras, cuja a conta de custo, e despezas se dará ao mesmo Illustrissimo, e Exelentissimo Senhor.

Fico par^a servir a Vossa Merce, que Deos guarde muitos annos. = De Vossa Merce = etc. Assigando = Lucianno Antonio Teixeira Negrão.

António Sardinha, pensador, ensaísta e poeta português

Páginas esquecidas

Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita *
Maria da Conceição Agostinho Farias Ferreira **

A Extremadura Espanhola e a Fronteira de Portugal
História, Economia, Território e Urbanismo

Introdução

A ideia de investigar e aprofundar conhecimentos sobre a obra de António Sardinha surgiu há cerca de um ano e foi amadurecendo, rapidamente, até se tornar numa questão de concretização imperiosa. Moveram-nos razões de natureza e gosto pessoal, sobretudo o desejo de prosseguir estudos na área da Literatura Portuguesa e Comparada, sempre que possível com pontos de encontro com a Literatura Espanhola. De início projectámos a realização de um trabalho, sem prazo definido, centrado na obra poética do autor, por ser esta a produção literária propriamente dita.

De acordo com a ideia de Bakhtine de que o texto literário entra sempre em interacção com o seu tempo histórico, mesmo que a esse tempo histórico não sejam feitas referências expressas, efectuámos pequenas pesquisas prévias e fomo-nos consciencializando da importância da componente ensaísta da sua obra, da relevância e influência da sua ideologia no Portugal do início do século XX e também na vizinha Espanha.

Ao termos conhecimento da realização próxima deste Colóquio resolvemos alterar a linha condutora do nosso trabalho e atrevemos-nos a apresentar esta primeira versão, porque nos parece importante chamar a atenção para a figura de António Sardinha e para a repercussão das suas ideias nos dois países. Para reavivar as páginas porventura “esquecidas” deste autor tentámos expor os aspectos fundamentais da sua vida, doutrina política e obra poética numa perspectiva cronológica.

Com esta exposição pretendemos, também, como diz o professor José Hermano Saraiva em *O Tempo e a Alma*, “desencadear um movimento de interesse criador pela história local, desempoeirar problemas adiados, propor questões que nunca foram suscitadas, abanar certezas ilusórias (...) provocar reflexão e reexame”.

Integralismo Lusitano

António Maria de Sousa Sardinha (9.9.1887 - 10.1.1925), natural de Monforte, cedo manifestou a sua vocação literária vindo a publicar, pela mão de Eugénio de Castro, os seus primeiros poemas, com apenas 15 anos. Concorreu aos Jogos Florais hispano-portugueses, realizados na Universidade de

* Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Estudos Portugueses e Ingleses
** Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Estudos Ingleses e Alemães
Doutoranda, Dep. Filologia Românica. UEX-Cáceres

Salamanca em 1909, recebendo o galardão máximo com *Lírica de Outubro* sob o pseudónimo de António de Monforte, designação que voltou a utilizar em alguns dos escritos posteriores.

Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1911. Enquanto estudante foi um destacado republicano municipalista, tendo feito parte do manifesto dos estudantes republicanos de 1908. Todavia, tal como afirma, em resposta a um artigo de Teófilo Júnior, publicado no jornal *A Fronteira* de 17 de Maio de 1914, subordinado ao título “As antinomias do Integralismo Lusitano” considera que foi com fé e com entusiasmo um dos muitos iludidos da República, por defeito da sua educação mental, e que só depois da Monarquia ter sido derrubada, de muito ler e reflectir é que veio a abraçar o Catolicismo e esta forma de governo. Logicamente, os republicanos não levaram a bem a sua deserção e num pequeno recorte de *O Mundo*, n.º 3700, de 18 de Fevereiro de 1911, na secção Diário de Coimbra, lê-se a notícia de que o Centro Académico Republicano, reunido em Assembleia Geral, tinha deliberado, por aprovação com aclamação, dar a António Sardinha uma reparação pública.

Um ano mais tarde, a 28 de Agosto, casa em Elvas, com a Senhora D. Ana Júlia Nunes da Silva, que irá ter um papel preponderante na divulgação da sua obra.

No Verão de 1913, na Figueira da Foz, constitui-se um núcleo de jovens “monárquicos, republicanos ou indiferentes” chefiados por António Sardinha, descontentes com a instabilidade política e sectarismo demagógico do novo regime: Hipólito Raposo, Alberto de Monsaraz, Luís de Almeida Braga, Pequito Rebelo, Simeão Pinto de Mesquita, Xavier Cordeiro, João do Amaral, entre outros. Em 1914, a 8 de Abril, é lançada a revista *Nação Portuguesa* sob a

direcção de Alberto Monsaraz.

Em 1915 concorre à Faculdade de Letras de Lisboa, como candidato a uma cadeira de História, com a tese *O Valor da Raça*.

Sem nos pretendermos alongar demasiado, devido às necessidades e óbvias limitações de espaço e tempo, gostaríamos, ainda assim, em virtude da densidade e extensão da obra do autor, de analisar um pouco o substracto teórico deste movimento, cujas bases ainda hoje estão em vigor.

O projecto Integralista Lusitano propugnava a instauração de uma Monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar. A este respeito António Sardinha refere que não se trata de uma atitude intelectual, mas sim de princípios positivos deduzidos com o rigor da observação dos factos. Sendo a Política uma Ciência, tem por base o método experimental, no entanto, não é aplicando à realidade social a rigidez algébrica das nossas abstrações que se serve melhor os interesses de uma Pátria. Sardinha partilha a opinião do filósofo Taine de que um país não se pode declarar sob a forma de governo que mais lhe convém. A sua forma de governo, a sua Constituição está de antemão traçada na marcha da sua história. Assim, o problema não está em votar uma Constituição mais ou menos liberal, ou mais ou menos conservadora, mas sim, em verificar se, em relação ao passado, essa Constituição existe. A forma social e política na qual um povo pode entrar e permanecer não fica dependente do seu arbítrio, mas é determinada pelo carácter e pelos seus antecedentes. Assim, as instituições por que um país se deve reger não são um produto isolado de uma vontade são antes, a criação lenta e secular do génio colectivo de uma Raça.

Esta doutrina diz-se “integralista” porque a questão portuguesa se lhe apresenta sob todos os seus aspectos. Para os integralistas

são preocupantes, com igual interesse, os aspectos político, moral, económico e literário.

Portugal era, assim, encarado como uma terra desnacionalizada, que era imperioso restaurar. A Monarquia, portanto, não tem que valer unicamente como uma Restauração mas principalmente, como uma Instauração. Afirmam-se “tradicionalistas”, não na devolução do Passado morto, inerte e cristalizado, mas na aceitação do impulso dinâmico desse Passado. Para os integralistas tudo o que «é» repousa naquilo que «foi». A Tradição é *continuidade* no desenvolvimento. A sua *política* não é de *profissionais* mas de *profissões*. Assentam numa concepção orgânica da sociedade com a *diferenciação* e a *competência* definidas por critérios reguladores. São antiliberais, porque municipalistas em relação ao localismo e sindicalistas em relação aos problemas do trabalho inscrevendo-se, pelas *liberdades* de sentido restrito e concreto. Baseiam-se em Almeida Garrett, desiludido da ficção por que lutara, em Alexandre Herculano, indicando o Município como único alicerce para uma sólida reorganização da nacionalidade. Também os “Vencidos da Vida”, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão protagonizaram campanhas anti-constitucionalistas. Referem ainda Oliveira Martins que na última fase da sua existência de político e escritor deles se aproximou. Por fim, afirmam-se como tendo a suas raízes mergulhadas no coração da Raça. (*Feira dos Mitos*, 2ª ed., pp. 27-31).

A Conferência da Liga Naval

Em 1914 apresentaram um índice de soluções políticas e afirmaram obediência a D. Manuel II. A primeira reacção dos políticos, que defendiam os regimes constitucionais modernos, tanto monárquicos como republicanos, foi acusá-los de cópia de um movimento neo-monárquico que fazia

fúror em Paris — Action Française. Em 1915 realizaram um ciclo de Conferências, no Salão da Liga Naval Portuguesa, em resposta à campanha da imprensa espanhola, face à instabilidade vivida em Portugal nos primórdios da República. Falava-se em Federação Peninsular, abolição das convenções aduaneiras, União Ibérica. Nesse ano, Espanha renovou claramente as suas aspirações fuscionistas. Quer fosse através da federação amigável nos termos do político romântico D. Juan del Nido y Segalerva, ou da simples anexação para nos salvar da ruína segundo o Prof. Vicente Gay, Afonso XIII estaria sobre toda a Península.

Os monárquicos foram acusados de pedir a intervenção de Espanha. Como resposta apresentaram o livro de Segalerva, *La Unión Iberica* (p. 364), onde pode ler-se que nada seria mais favorável à ruína do Império Peninsular que a restauração da Dinastia de Bragança no trono de Portugal, pois foi ela que desfez na época de Filipe IV a obra de Filipe II. Os espanhóis não deviam ajudar nem a República nem a Monarquia mas, em todo o caso, deviam ajudar mais a República do que a Restauração Monárquica.

As instalações da Liga Naval acabaram por ser assaltadas e destruídas, a 15 de Maio de 1915, interrompendo o Ciclo de Conferências, entre as quais destacamos: A Língua e a Arte de Hipólito Raposo, Música e Instrumentos de Luís de Freitas Branco, Aspectos Económicos de José Pequito Rebelo, Colonizações Ibéricas de Ruy Ennes Ulrich, Direito e Instituições de Xavier Cordeiro, Aspectos Político-Militares de Vasco de Carvalho, Lição dos Factos de Luís de Almeida Braga, O Território e a Raça de António Sardinha e, por fim Diplomacia Peninsular de Alberto de Monsaraz que, devido aos acontecimentos atrás referidos, acabou por não ser apresentada.

O artigo O Território e a Raça de António

Sardinha foi apresentado a 7 de Abril e está dividido em quatro partes: Iberismo, Território, Raça e Conclusão, a qual inclui: Apelo à Gente Nova; Festa a Nuno Álvares e um verso de Calderon de la Barca.

António Sardinha, fazendo justiça ao cavalheirismo de Castela, considera a solução intervencionista como natural, se um importuno nos incomoda e põe em risco a nossa ordem. Refere-se a França como “o estrangeiro do interior” de facção maçónica que sob os seus princípios de Igualdade, Liberdade e Fraternidade conduz Portugal à decadência e a querelas fraticidas. Aponta a instabilidade política de Portugal como uma das consequências de 1820 e do Romantismo, que provocaram a alienação do povo na sua ascendência. Um País tem uma alma que é o génio da Raça — razão afectiva de um povo.

Assume-se como “reaccionário” ao reabilitar a acção teocrática da Igreja Romana e ao acatar o Passado, sem o qual, diz, não ter razão para existir. Admira a filosofia de Taine, o positivismo de Augusto Comte, a lição imparcial da História. Condena os exageros do Progresso-Indefinido, que conduzem a alterações incessantes da sociedade até se conseguir, pelo menos ilusoriamente, a perfeição máxima. Ataca a Maçonaria, alegando que inverte os valores morais e religiosos e que pretende incarnar em si o mito cosmopolita da Nação-Humanidade. Alude à I Grande Guerra, frisando, que a sua causa foi a falta de um eixo de apoio em que as divergências irreductíveis dos diferentes interesses políticos se conjugassem pacificamente, em ordem ao equilíbrio superior da comunidade internacional. A base dessa comunidade não pode repousar na supremacia de um império ou domínio de uma aliança. Fundamenta-se numa noção de natureza espiritual e afectiva que, consagrando por um lado, os

múltiplos particularismos de que se reveste a ideia de Pátria por outro, reúne as mais opostas aspirações, na procura de uma finalidade moral e religiosa que, segundo o autor, é a única capaz de irmanar todos os povos e todas as Raças.

Relativamente aos revolucionários de 1820, refere que apenas se preocupam em elaborar uma Constituição mais liberal que a de Cádiz. Com a queda da Monarquia, em Espanha, a Maçonaria foi uma servidora da fusão Ibérica. Gomes Freire, Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa, é o primeiro a consentir aproximação com revolucionários espanhóis no sentido de uma Federação Republicana. Ao serem examinados os documentos apreendidos aos conspiradores de 1817, observa-se que debaixo de uma lealdade fictícia a D. João VI, estes trabalhavam com elementos estrangeiros e preparavam-se, talvez, para oferecer Portugal aos “Tragallistas” de Cádiz em nome do património de Hiram. Mais tarde, Fernandes Tomás não conseguiria livrar-se da fama de ter aceite dinheiro da Maçonaria Espanhola. O intermediário teria sido D. José Pando, encarregado de negócios em Lisboa.

Vitoriosa a revolução em Portugal, dividir-se-ia a Península em 9 républicas independentes, mas confederadas. Estas afirmações encontram-se no programa do Jantar de Badajoz e no livro de Magalhães Lima, *La Fédération Ibérique*.

Segundo António Sardinha, a geografia, a antropologia, o meio e a população, o território e a raça tornam-nos uma realidade inconfundível. Portugal constitui, na Península, uma unidade geomorfológica. A sua forma rectangular, a distribuição dos seus degraus continentais, as características das suas redes hidrográficas, os aspectos climáticos ao Norte e ao Sul do Tejo, dão a Portugal uma feição especial que torna diferente do resto da Península, com exepção

da Galiza, que é um prolongamento geográfico do Norte do nosso País. Foi exactamente a autonomia geográfica de Portugal que mais influi na sua formação política e que, em grande parte, motivou a expansão mundial dos séculos XV e XVI.

Castela foi e sempre será exclusivista, vivendo da expansão guerreira em virtude do planalto que povoa. O Castelhana cinge-se em organizações aristocráticas, desenvolve um espírito de casta, vai à hipertrofia da personalidade. É a exaltação, é o individualismo na sua forma egotética. O seu ideal colectivo, se é que o tem, é o épico marcado pelos poemas do ciclo do Cid. Cria a pintura e é grande no misticismo, pela mesma grande projecção da personalidade de que derivam as visões dementes do Cavaleiro Manchego. Castela absorve a noção germânica do Poder, definida pela ideia de posse como um apanágio territorial. O autor chama a atenção para a história da sua colonização. É o extermínio do indígena e é o consumo, até ao esgotamento das riquezas naturais do solo. Neste aspecto, Portugal distingue-se fundamentalmente pelo que se passava na época no Brasil, comparativamente às Repúblicas Latinas vizinhas. Em Espanha não existe o tácito consenso de uma Pátria. Existem os vários particularismos provinciais e profundas diferenças de tipo e aspirações, transportadas para um sistema colonial ainda heterogéneo, do qual resulta o constante conflito em que se encontram as Democracias Espanholas do Novo Mundo.

O esforço de Castela, pela sua preponderância activa contra as tendências dispersivas das demais partes do agregado político, individualiza-se na Epopeia do ciclo Cid sendo a grande qualidade histórica da Alma Ibérica. É ele, que ao suavisar-se em simples cavalheirismo, gera a comédia heróica — Comédia de Capa-e-Espada; pelos

claros-escuros de um espírito exarcebado em hipertrofias de visão cria a admirável escola de pintura de que a Espanha gloriosa de Ribera e Zurbaran justamente se enaltece; e por fim, é também o motivo principal da sua literatura mística, uma das mais ricas.

É interessante opormos à idiossincrasia do génio castelhana, um depoimento de Elisée Reclus acerca da índole mais afectiva do português. Segundo o documento, somos mais cuidadosos com a linguagem, não praguejamos como o castelhana clássico.

Na opinião de António Sardinha, um dos pontos que mais nos distanciam dos nossos vizinhos é a afectividade da Raça e o ponto psicológico que mais autonomia lhe confere é o nosso Lirismo, como, por exemplo, no *Romanceiro* português, onde se manifesta o génio Lusitano pelas queixas profundas do amor, - é a *gran coyta do corazon*.

A depressão marítima da vertente ocidental causava, pela força das circunstâncias, uma comunicabilidade constante entre os povos que nela moravam. A predisposição para a convivência e para o cultivo dos sentimentos delicados da Alma tem origem no equilibrado clima insular. A prática da agricultura, fixando-os ao solo, imprimiu aos nossos antepassados preferências sedentárias, levando-os à compreensão poética da Natureza através dos ritos agrários e da adoração dos Logares. A Religião dos Mortos, concede aos nossos antepassados da região galaico-lusitana, um sentido especial de existência. Vivos e Mortos solidarizam-se nos laços afectivos de uma mesma comunhão. É o *ethos* comunitário do português que o Município concretiza como célula primária da Pátria. Deste bucolismo veio a nossa poesia do amor cheia de compreensão das coisas simples. Os nossos ascendentes sentem-se um todo uno com as realidades diárias, do qual eles não são mais do que uma parte

integrante. Mostra-o a riqueza incalculável do nosso folclore, no qual reside um dos maiores títulos da nossa independência.

As semelhanças étnicas e geográficas da zona Asturo-Galaico-Lusitana são também acentuadas por Menendez Pidal mostrando assim, que o *Romanceiro* constitui um sinal de afinidade rácica.

Castela é Epopeia, Portugal é o Poema de Amor, as pastorelas dos *Cancioneiros*, o "verde pino", é o Regresso das Estações, é o *Livro da Saudade*, é a Natureza determinante dos Estados de Alma.

António Sardinha tece várias considerações acerca da origem do termo "Ibero" e dos nossos antepassados portugueses, que teriam mais afinidades com os sicilianos e provençais, o que explicaria a íntima ligação entre a Lírica Trovadoresca e o Ocidente Peninsular. Alega que Provençalismo tiraria as suas raízes da poesia galega mediante a influência do *Cancioneiro* de Abencuzman, poeta hispano-árabe de Córdova.

A chave mestra desta tese é, no dizer do autor, a Epopeia e o Lirismo.

Menendez Pidal, no seu estudo *L'Épopée Castillane*, mostra-nos a origem germânica dos poemas do ciclo do Cid, demonstrando que Castela não conhece a "língua branda do coração".

O *Romanceiro*, por seu lado, interpreta as qualidades líricas do português, tão estranhas ao idioma espanhol, que Afonso, o Sábio, compôs em galaico-português as *Cantigas de Santa Maria*, apresentando-se como uma degenerescência do estado anterior da Epopeia. No *Cancioneiro da Vaticana*, os temas líricos apresentam vestígios mais arcaicos do que em nenhum outro país romântico, sendo os personagens do povo. É o fundamento autóctone do nosso lirismo; o seu arraigamento à terra, que nos opõe definitivamente à hegemonia castelhana.

A Matéria-Bretã encanta-nos e é para nós

uma tendência inata da poesia popular. Gira em torno de Arthur, que dormindo em Avalon haveria de voltar para expulsar o estrangeiro e fazer ressurgir a antiga grandeza morta. Trata-se de uma resistência sentimental à ocupação pesada do homem germânico. A exaltação melancólica, que entre nós se exprime individualmente na Saudade, Transpõe-se para a consciência comum no mito do Encoberto - é o prestígio religioso da Esperança.

A diferença entre a Epopeia castelhana e o *Romanceiro* português radica no carácter humano e contemplativo de uma antiga mitologia - Matéria-Bretã - na qual, o nosso *Romanceiro* se filia no seu fundo poético. Por isso, não é de admirar que a degenerescência da Epopeia castelhana no *romance* não contribuisse em nada para a criação de uma outra forma literária do nosso génio - a Novela de Cavalaria. Pelos estudos de António Tomás Pires, primeiro folclorista português, constitui uma glória nossa.

O Lusitano, pela Novela de Cavalaria, mostra-se mais inclinado para o ideal bretão do que para as proezas dos Doze Pares de França. Nuno Álvares trilha o seu caminho na escola de Galaaz. Ruy Dias de Bivar não o fascina. Nos dois modelos de bravura lendária há a acentuar a separação entre o aristocracismo de casta do Guerreiro Germânico e a solidariedade dos Cavaleiros da Távola Redonda. No duelo, dos dois elementos antagónicos, reside a principal condição da nossa existência secular autónoma.

António Sardinha refere então a praça de Olivença, há mais de 150 anos nas mãos de Espanha, contra o consignado nos tratados. Olivença entrou para a Coroa Portuguesa no reinado de D. Dinis, tendo sido tomado em Seiscentos pelo Duque de S. Germano. Há, no entanto um episódio interessante: Quando o Duque tomou a praça, autorizou a saída

dos “vizinhos”, certo de que a vila não se despovoaria. Mas, o êxodo foi tão grande, que para evitar o abandono total, mandou prometer, por pregão, aos que ficassem, os bens mais as fazendas dos que partissem. Imediatamente toda a gente de Olivença a abandonou sem hesitar. Recuperada logo de seguida, Portugal veio a perdê-la definitivamente em 1801 na Guerra dos 15 dias. Pelas decisões do Congresso de Viena pertencia-nos a sua restituição, mas os nossos homens públicos, preocupados com os Imortais Princípios e com uma Constituição mais liberal que a de Cádiz, negligenciaram o assunto. Olivença lá ficou esquecida, mas cheia de reminiscências portuguesas, ainda! As gerações mais velhas ainda falam o português. A Língua e Cultura Portuguesas ainda hoje são ali respeitadas.

O autor termina, fazendo um apelo aos ouvintes, lembrando-lhes a responsabilidade como portugueses, alertando-os para o perigo de uma invasão e para a vergonha de ideias de absorção, lembrando o voto das Cortes-Gerais de 1668, em que, reunidos, os três Estados do Reino, afirmaram: *“Por serem tão opostos os ânimos e intuitos de ambas as Nações, será impossível unirem-se, em tempo algum, sem total ruína para a Nação Portuguesa”*.

Apela ainda à juventude, chamando-lhes a atenção, de que a Pátria será o que for amanhã a soma da energia de todos, não podendo haver civilização, que dure, sem resistência mental e, portanto, sem a prática de certas regras universalmente respeitadas. O homem só é grande quando submete o seu capricho de um momento, ao interesse supremo da colectividade.

Finalmente, o autor faz um incitamento: *“Cavaleiros da Grey juntai-vos debaixo da invocação de Nuno Álvares. Portugal – povo livre – é Castela que o afirma; é Calderon de la Barca que o afiança no Príncipe Constante*

– que ainda mortos, somos portugueses”.

Não tardaram as adesões em massa no meio intelectual português constituindo-se, pouco depois, em 1916, uma Junta Central, presidida por Ruy Ennes Ulrich e, em 1917, publica-se o diário *A Monarquia*, no qual António Sardinha assume papel relevante de orientação doutrinária e inicia um combate de filosofia política, revisão historiográfica e crítica das ideias.

Com a chegada ao poder de Sidónio Pais os integralistas colaboraram activamente na situação presidencialista que se esboçou. O propósito Sidonista de acolher uma representação socioprofissional no Senado tinha para eles um profundo significado político — Restabelecimento da democracia orgânica da antiga Monarquia Portuguesa. O grupo monárquico-integralista estava representado, na altura, por três Deputados de espírito combativo: António Sardinha, Alfredo Pimenta e Xavier Cordeiro.

Exílio e Aliança Peninsular

O assassinio de Sidónio Pais e fracasso da Tentativa de Restauração Monárquica no Porto, levam A. Sardinha e exilar-se em Espanha (1919-1921). Torna-se então o teórico de uma aproximação espiritual Luso-Hispano-Americana, nem sempre compreendida, mas que o futuro confirmaria como visão acertada da política nacional. Prova disso é a realização deste Colóquio e o reconhecimento de que têm sido poucas as iniciativas que visam pôr em contacto experiências e trabalhos realizados em ambos os lados da fronteira.

Porque vivemos numa época de globalização e de tentativas de tolerância e respeito por princípios universalmente reconhecidos, qualquer animosidade ou divergência deixou de fazer sentido. Assim, pretendemos analisar e dar a conhecer uma perspectiva que tanto tem de actual como de

singular e que visa a aproximação de duas Nações tão iguais e tão diferentes.

O livro *A Aliança Peninsular* surge como resultado das deambulações do autor por Espanha, aquando do exílio, nomeadamente em Badajoz, Ávila, Toledo e Segóvia, representando a súplica de toda a sua obra.

A primeira edição data de 1924, com prefácio do Conde de la Mortera. D. Gabriel Maura Gamazo refere que a primeira formação intelectual de António Sardinha foi anticastelhana, tal como a de qualquer regionalista espanhol, e que a *A Aliança Peninsular* é fruto da emoção da alma do autor, quando do exílio, o que lhe proporcionou um melhor conhecimento do povo espanhol, procurando na unidade espiritual dos Povos Hispânicos o vínculo que lhe permitisse algum dia, colaborar unânimes na realização dos seus destinos.

Portugueses e Castelhanos afirmaram sempre e de uma forma perene ao longo da História, a sua vontade de se manterem independentes. No entanto, quando surgia um interesse comum que reclamasse a colaboração luso-castelhana, juntavam-se, quase espontaneamente, as armas, esforços, designios políticos e recursos económicos. Nestes momentos, nas ciências artes e letras, surgia a fraternidade étnica e o fruto dessa união. Filipe II alcançou o que não conseguiu o vencido de Aljubarrota, porque Portugal, submetido a este Monarca, não entendeu ser confundido com Castela e muito menos conquistado por ela. Portugal conservou a sua personalidade histórica tão integralmente como em vida de D. Sebastião.

A Aliança Península, união entre todas as gentes hispânicas da Europa e América, jamais será possível enquanto o que nos separa pese e valha mais do que aquilo que nos une.

A Conversa Preliminar, que acompanha as várias edições da obra e a edição

publicada em Espanha nos anos 30 sob o título *A Alianza Peninsular*, foi escrita por António Sardinha, em Elvas, na Quinta do Bispo, sua residência a partir de 1921, na véspera de St^a Maria de Agosto, em 1924.

A identificação do génio da Península com a essência pura do Cristianismo (a luta dos dois reinos contra o Islão, mais tarde a América e o prestígio vencido do Mar Tenebroso) torna a história das duas Nações, a unidade da crença e da civilização, um trabalho de puro “europeísmo”.

Sardinha insurge-se contra as teses de Spengler e louva a filosofia Tomista. Reabilita, perante Portugal, a figura de Filipe II e refere a elegia de Fernando de Herrera respeitante à perda de D. Sebastião em Alcácer Quibir, o que prova que foi uma derrota sentida em toda a Península. Cita Camões e a sua Epopeia, cujo tema Império de Cristo, do Ocidente ou Quinto Império da Religião Sebástica, ocasionou que Oliveira Martins chamasse a *Os Lusíadas* “O Testamento de Espanha”.

Sardinha, tinha consciência de que uma das dificuldades levantadas à eficácia das suas campanhas em prol da aliança hispano-portuguesa girava em torno do termo “Hispanismo”. No entanto, o autor esclarece que só o desconhecimento do passado e da etimologia do vocábulo podiam despertar receios. Portugal e Castela já uma vez dominaram o Mundo. Assim, os dois povos dando-se as mãos como irmãos, sempre com as suas individualidades bem distintas, deveriam recomeçar uma nova Epopeia, embora em moldes mais modernos, menos grandiosos, mas mais humanos. Insurge-se contra a subserviência portuguesa face à Inglaterra.

Em 1924 Sardinha observou que o individualismo matava a Europa e que a Civilização Ocidental corria o risco de se subverter, se não se reconciliasse com o

elemento Absoluto da Existência, citando Jaques Maritain em *Antimoderne*, e interroga-se se, no desfazer dos relativismos filosóficos e materialismos económicos, o homem não voltaria a depositar a sua confiança na concepção do Mundo tal como os hispanos a entenderam: Propagação do Cristianismo, o aferro à economia do Trabalho e da Terra, a fidelidade às disciplinas mentais da Escola e, principalmente, o reforço que recebe da América-Hispânica. Refere o termo Ibéria que é Espanha, Portugal, México, Brasil, Argentina e as vinte Nações que se defendem do mercantilismo Norte Americano.

Menciona também uma Europa dividida e desmantelada e aponta para o individualismo vitorioso na Convenção de Westphalia.

A Aliança Peninsular seria então o princípio de uma norma colectiva em que se traduzisse o supernacionalismo hispânico.

O livro *A Aliança Peninsular* foi embrionário de uma Conferência realizada em Abril de 1921, na Union Ibero-Americana de Madrid a convite do Marquês de Figuerôa.

O escritor adverte que, naquele momento (1924), haveria pontos que modificaria, como é caso de “Sebastianismo e Quixotismo”, que o autor considera peça literária com resíduos de Romantismo e cuja forma aliterada “tresanda a Saudosismo e a Teixeira de Pascoaes”. Faz uma advertência às duas Nações para não se desentenderem, pois sofrem imediatamente uma diminuição em proveito de terceiros. Enumera as vantagens da Aliança, pois só assim estaremos entre os primeiros e poderemos contar, nos concelhos europeus, como uma grande potência, protegendo, desta forma, o grande império colonial latino. Separadas ou indiferentes, Portugal lançado nos braços de qualquer protector ou entregue apenas às forças próprias, cuja insuficiência é manifesta, afundar-se-à caindo no caos.

No volume *A Aliança Peninsular* rende-se homenagem a algumas Princesas de Portugal que, sentando-se no trono de Castela, suavizaram as hostilidades entre as duas Pátrias.

A obra é dedicada “À memória daqueles soldados espanhóis que regando com o seu sangue anónimo as penhas de Marrocos souberam dar vida num século sem esperança a toda a grandeza histórica da Península”.

Por fim, António Sardinha termina afirmando que, como fundamento indebelável da unidade superior da Península, existe e existirá sempre o dualismo em que ela se reparte. Esperamos que Portugal e Espanha o entendam como norma inspiradora da sua acção futura.

No prólogo, do Marquês de Quintanar, na edição espanhola, é relatada a viagem que este fez em Portugal, na companhia de Manuel Bueno, Ramiro de Maeztu e José Maria Pemán que representam três pontos de vista face a Portugal e ao feito histórico. Decorre o ano de 1939. Dirigem-se à Penha de Guimarães na companhia de vários intelectuais europeus, entre eles Miguel de Unamuno, Mauriac e alguns monárquicos como o poeta brasileiro Ribeiro Couto, Maeterlink e Pierre Daye, que ao contemplarem o “berço de Portugal”, receberam de Guimarães uma lição de Tradicionalismo Lusitano.

Segundo Maeztu, do dualismo hispânico nasce uma fórmula transcendente de unidade, que ao projectar-se fora das fronteiras geográficas torna possível a unidade física e moral do género humano.

O Marquês de Quintanar refere, ainda que se António Sardinha fosse vivo, decerto que votaria toda a sua admiração e dedicaria *A Aliança Peninsular* “aos jovens espanhóis e aos dez mil legionários portugueses – Viriats – que ao derramar o seu sangue na

Guerra Civil contribuíram para dar vida a toda a grandeza histórica da Península”.

Integralismo Lusitano e Acción Española, Sardenha e Ramiro de Maeztu, Pequito Rebelo e Botelho Moniz, os dez mil soldados portugueses caídos em terras de Espanha são os sucessores dos navegadores, soldados, pensadores e poetas que tornaram possível o apogeu de Quinhentos.

Em *La Cuestión Peninsular*, tradução de Juan Beneyto Pérez no ano de 1940, e para dar um sentido exacto à posição espanhola ante o Tricentenário da Independência de Portugal, procede-se à publicação de vários artigos de António Sardenha, traduzidos para castelhano pelo escritor Juan Beneyto enquanto estudante em Valência. Os ensaios *Génio Peninsular* e *Restauração Portuguesa* tiveram nos anos 40 mais valor do que quando foram pela primeira vez publicados em Espanha, em 1927, A Viúva do ensaísta, escreveu a Juan Beneyto cheia de preocupações nacionais.

No primeiro ensaio, António, Sardenha fixa o exacto alcance do nome de Espanha. Gostaríamos, no entanto, de relatar um acontecimento que nos parece importante: Em Leça, próximo do Porto, fala-se numa lápide com a inscrição dos Cinco reinos espanhóis. Em 1668, quando foi reconhecida a independência de Portugal, Carlos II arrancou do seu escudo as Quinas de Portugal, mas continuou a chamar-se Rei de Espanha apesar de não o ser já de toda ela. Em relação a este título, os portugueses, segundo o Marquês de Lozoya em *Nação Portuguesa*, número dois, de 1924, deixaram de chamar-se espanhóis e a pouco e pouco perderam a consciência de sê-lo.

Sardenha esperava o abraço reconciliador. 1640 não representa ódio nem reivindicação

espanhola. Sobre 1640 pode reconstruir-se a tradicional unidade hispânica que Filipe II quis refazer.

*“Que a los españoles nos convierta
António Sardenha”*

José Beneyto

O Ministro da Educação Nacional de Espanha, José Ibañes Martín, frisou que António Sardenha se assemelhava ao poeta José António, guia da Juventude num momento de indecisão.

Em Julho de 1972, na terceira edição de *A Aliança Peninsular*, Mário Saraiva refere os dois programas da Federação Ibérica que negavam a Portugal os direitos da sua independência. O primeiro programa data de cerca de 1812, tendo origem na “Sociedade dos Regeneradores do Género Humano” com sede em Cádiz. As declarações proferidas em 1972 pelo Ministro espanhol, Lopez Rodó, em Badajoz, inserem-se nesta linha, apesar de algumas variantes. Mário Saraiva refere ainda, que se António Sardenha fosse vivo dedicaria esta edição “aos soldados portugueses que em África defendiam a integridade da Pátria”.

Como pode observar-se, podemos concluir que a “matéria” de *A Aliança Peninsular* foi e será sempre actual, tornando-se um sustentáculo das viragens da história ao longo dos anos.

Recuando no tempo até 20 de Outubro de 1919 vemos o rompimento dos Integralistas com a Causa Monárquica Constitucional e com o rei D. Manuel II. Estes, entabulam negociações com representantes do Legitimismo Miguelista. D. Miguel II¹ abdica dos direitos que herdara a favor de seu filho D. Duarte Nuno de Bragança. Entre os anos 30 e 50, é dissolvido o Integralismo Lusitano

¹ Príncipe de Portugal e duque de Bragança (Kleinheubach 19.9.1853 — Seebenstein 11.10.1927). Único filho varão do Rei D. Miguel e de D. Adelaide de Bragança, os partidários de seu pai, por morte deste, em 1866, passaram a chamar-lhe D. Miguel II.

enquanto organismo político. Até ao derrube do regime do "Estado Novo", em Abril de 1974, sucedem-se iniciativas com crescente responsabilidade das novas gerações integralistas. Em 1970, por intermédio de Mário Saraiva, o Ideário Integralista tem um significativo acolhimento no seio da Causa Monárquica. O livro *Razões Reais*, no qual ficou expressa a doutrina política neo-integralista, vem obter a aprovação e adopção pela Comissão Doutrinária da Causa.

Obra Poética

Segundo um estudo de Luís de Almeida Braga, datado de 1931, António Sardinha, nasceu para a poesia sob o signo do simbolismo. Todavia, cedo rompeu com o culto exclusivo da forma e do verso harmonioso e difícil. Na época, a poesia ambicionava ser música e a música de Wagner e Berlioz tinha a pretensão de ser literatura. O Romantismo individualista dava no ramo extremo o extremo fruto.

Aos 15 anos, Sardinha dava os primeiros passos na poesia pela mão de Eugénio de Castro com *Calix de Amargura* (Évora, 1904). No ano anterior, fizera publicar um breve entreacto dramático, em prosa intitulado *Serão Ducal* (Coimbra, 1903). A cena passava-se no Castelo de Monforte na Noite de Natal de 1522. O quadro, revela a paixão pelos sítios onde nasceu e pelos motivos históricos. A sua adolescência encerra-se com *Turris Eburnea* (Évora, 1905).

O poeta vai para Coimbra e Almeida Garrett fascina-o, o *Romanceiro* encanta-o, tal como as nossas crenças e costumes. Sá de Miranda, ensina-lhe as regras severas que têm de seguir os que pertencem viver à lei da nobreza da poesia, Manuel da Silva Gaio comunica-lhe a aspiração Messiânica da Raça, com Maurice Barrès aprende a segurança do Passado e com Louis Mercier

é-lhe revelado o lirismo das coisas quotidianas. Assim, o seu verso ganha a inflexão clássica. O poeta quer exprimir os sentimentos da Grey, fundir no seu espírito o espírito português.

Em *Tronco Reverdecido* (Lisboa, 1910) reflorescer, numa Primavera, o velho Portugal adormecido. As lembranças familiares, lendas, paisagens da terra natal, preocupam-no e tornam-se sedutoras para ajudar a reconstruir o fundo psicológico da Raça, perfeitamente afirmado em *A Epopeia da Planície* (Coimbra, 1915). Neste último poema, António Sardinha ainda se mostra, por vezes, sensível ao que lisonjeia os olhos e o espírito. No entanto, em *Quando as Nascentes Despertam* (Lisboa, 1921) a sua inspiração surge mais forte e a sua sensibilidade torna-se mais viril.

Esta transformação interior deve-se ao exílio e à Saudade por ele provocada. O poeta debruça-se sobre as fontes da vida e, ao examinar-se, compreende que os melhores sentimentos do coração humano, que conduzem e alimentam a acção moral, são também a essência de toda a Poesia. Nela a matéria é mais preciosa que a forma porque é feita de sentimento e de pensamento.

Importa referir também, a estreita ligação que prende a poesia de Sardinha aos seus ensaios de história, de crítica e de filosofia política. Em *Ao Ritmo da Ampulheta* o poeta escreveu: "*As nossas campanhas nacionalistas, desceram das Letras à Política, – subiram da Acção à atmosfera diáfana das Ideias.*" Tradição Política e Tradição Literária pertencem à mesma cadeia. Os sonetos que Sardinha compõe, ao gosto de Camões, *Pequena Casa Lusitana*, são um ideário de patriotismo, de exaltação lírica do génio português.

Na Corte da Saudade (Coimbra, 1925), Sardinha repete as passadas de D. Sancho II, Portugal trá-lo alucinado. A Saudade consome-o

*Chuva da tarde, – melodia mansa,
Desejos vagos de chorar baixinho...*

Toda a pena da ausência canta e chora nos sonetos de amor de *A Chuva da Tarde* (Coimbra, 1923), que dedica a sua Mulher.

O seu coração perde toda a alegria. Não lhe sai do pensamento a história triste da morte de seu filho único, Lopo, em *Era uma vez um Menino* (Lisboa, 1924).

Sardinha guardou sempre do Simbolismo o sentido do ministério das coisas, mas sabendo sempre reconciliar as potências da imaginação e da sensibilidade, da carne e do espírito, não se deixando enredar nas impressões superficiais dos mestres franceses.

Sardinha penetrou na consciência das coisas, descobriu nelas o sentido dos laços obscuros e invisíveis que as prendem à nossa vida humana. O poeta não amou a Natureza apenas pelas suas graças pitorescas e externas que distraem os sentidos; o que o encanta é a sua beleza moral e exalta-o a grandiosidade dos sentimentos que ela inspira.

*Amo as paisagens quando são latinas
Paisagens de aquedutos e colinas*

Os seus versos são a imagem da sua profunda sensibilidade e revelam-nos a ascensão da sua alma.

Conclusão

António Sardinha faleceu a 10 de Janeiro de 1925, na sua casa, na quinta do Bispo, em Elvas, com apenas 37 anos. Foi alvo de duas homenagens póstumas pela Câmara Municipal de Elvas. A primeira foi em 1927, quando da colocação de uma lápide no Aqueduto da Amoreira. Estiveram presentes os seus amigos de sempre: Eugénio de Castro, Afonso Lopes Vieira, Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Marcelo Caetano,

Rodrigues Cavalheiro, Simeão Pinto de Mesquita, entre outros. A Junta Escolar de Coimbra, do Integralismo Lusitano, enviou Fernando Correia dos Santos. De Badajoz vieram a esta homenagem ao antigo Presidente do Senado Elvense o Alcaide da cidade, D. António del Solar e os catedráticos D. Francisco Coco e D. Salvador Nuñez em nome do "Instituto de 2ª Enseñanza".

Pelo 48º aniversário da sua morte, Elvas volta a render-lhe homenagem, desta vez na sua casa da Quinta do Bispo, com o descerramento de uma lápide e a edição, pela Câmara Municipal de Elvas, de *Doze Sonetos (inéditos e dispersos)* a 10 de Janeiro de 1973.

A biblioteca de António Sardinha, os seus livros, faianças, muitos retratos de amigos, telas de valor, a sua mesa de trabalho e manuscritos, foram doados pela Senhora D. Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha, viúva do autor, à Biblioteca da Universidade Católica Portuguesa em Lisboa.

Hoje em dia, a Quinta do Bispo encontra-se nas mãos de um particular, que não pertence à família, e está a ser alvo de um projecto urbanístico, que conservará, por cláusulas contratuais impostas pela Câmara Municipal de Elvas, a casa de habitação, o jardim em frente, a cascata, o plátano centenário, a nora alta e a "Rua dos Buchos".

Não sabemos, ainda, qual o destino da casa de habitação, talvez futuramente seja Casa Museu e, porque não, Centro de Estudos e Cooperação Transfronteiriços? Parece-nos que esta seria a melhor forma de perpetuar a memória daquele que pugnou pela Aliança Peninsular, e, utilizando novamente as palavras do Prof. Hermano Saraiva, "sobre tudo isso iremos pensando, mesmo sem nos apercebermos que estamos a pensar, ao longo deste nosso caminho, que começa" num país e acaba no outro. "Um percurso possível, um tempo de pensar".

Bibliografia

ANTOLOGIA, António Sardinha, selecção e prefácio de Rodrigues Cavalheiro, 2ª ed., Edições Panorama, Lisboa, 1960.

ANTOLOGIA POÉTICA, com comentário de F. da Cunha Leão e Amândio César, Guimarães Editores, Lisboa, 1960.

A QUESTÃO IBÉRICA, Integralismo Lusitano, Lisboa, 1916.

AMEAL, João, *História de Portugal (Das Origens até 1940)*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1949.

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA, Editorial Verbo, Lisboa, 1974.

GAMA, Eurico, *António Sardinha (Páginas esquecidas e achegas para a sua bibliografia)*, Revista Gil Vicente, Guimarães, 1970.

LAHR, C., *Manual de Filosofia*, Manuel Luís da Costa Azevedo, Editor, Porto, 1931.

LOPEZ, Garcia José, *Historia de la Literatura Española*, 1997, 20ª ed., Ediciones Vivens-Vives, S. A., Barcelona, 1997.

PAÍSES, POVOS E CONTINENTES, Círculo de Leitores e Betelsmann Lexikothek Verlag GmbH, Lisboa, 1988.

PEQUENA HISTÓRIA DAS GRANDES NAÇÕES, 1979 2ª ed., Edições Minerva S. A., Lisboa, 1981.

POESIAS PREMIADAS, Jogos Florais de Salamanca, 1910, F. França Amada, Editor, Coimbra, 1910.

SARDINHA, António, *A Aliança Peninsular (antecedentes e possibilidades)*, 1924, 1ª ed., Livraria Civilização, Porto, 1924.

SARDINHA, António, *A Aliança Peninsular (antecedentes e possibilidades)*, 1930, 2ª ed., Livraria Civilização, Porto, 1930.

SARDINHA, António, *A Aliança Peninsular (antecedentes e possibilidades)*, 1972, 3ª ed., Edição de Ana Júlia da Silva Sardinha, Lisboa, 1972.

SARDINHA, António, *Ao Ritmo da Ampulheta*, 1978, 2ª ed., Edição de Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha, Lisboa, 1978.

SARDINHA, António, *Doze Sonetos (inéditos e dispersos)*, Edição da Câmara Municipal de Elvas, Elvas, 1973.

SARDINHA, António, *La Cuestión Peninsular traducción de Juan Beneyto Pérez y Prólogo del Marqués de Lozoya*, Biblioteca Hispano-Portuguesa, Madrid, 1940.

SARDINHA, António, *Pratiquemos um Acto de Inteligência*, Edição de José Fernandes Júnior, Lisboa, 1929.

SARDINHA, António, *Roubo de Europa, com prefácio de Luís de Almeida Braga*, Ed., de Valentino de Sá, Lisboa, 1931.

SARDINHA, António, *O Sentido Nacional dum Existência (António Thomaz Pires e o Integralismo Lusitano)*, 1914, Edição do Autor, Elvas, 1915.



Faltis breis nou partiu de Lisboa.
 Faltis breis sobre coisas queridas.
 Quero-te, Duro, sobre de onde, bem
 - quero saber, Duro, o que tu sentes!
 Como o teu braço no meu braço apert.
 Fico me souso por Covalescentes.
 Meu coração sempre bate dentro,
 - que fu ~~sempre~~ o amores meus,
 modo breves



CALLE DE RECOLETOS, 10
MADRID

El lunes 4 del corriente, a las seis y media de la tarde, el Sr. D. Antonio Sardinha, dará una conferencia en esta Sociedad sobre el tema:

"La Alianza Peninsular"
(Autosuficientes y posibilidades)

La Junta directiva tiene el honor de invitar a usted al mencionado acto.

Madrid 2 de Abril de 1901.

O último dia de Carlos Cambaia

Joaquim Saial*

I

O badalo movido a electricidade do sino da igreja da Misericórdia tocou às três da tarde, com o som impessoal que os aparelhos automáticos sempre produzem. Sentado numa velha mas confortável cadeira de rodas, Carlos Cambaia olhava para a praça através dos vidros da janela da sala, numa sexta-feira santa, seu último dia de vida.

Da fonte seiscentista pingavam as quatro bicas que mantinham a arca de água cheia. Como de costume, sobretudo aos domingos e feriados, alguns homens entretinham-se por ali à conversa. Carlos reconheceu Manuel Aurélio, industrial de mármore, Onofre Lapão, fiscal reformado da Câmara, o marceneiro António Silva e Firmino. Faltava o Zé do talho, para completar o grupo. Há muito que o não via. Teria morrido? Por afinidade de profissões, lembrou-se do antecessor deste na banca da praça, o Fernando Anão "Marchantinho", também agricultor, e de Aura, a esposa, ainda viva, com casa próxima daquela em que Carlos nascera e que fora tão amiga de Marília, sua falecida mulher. A conversa dos quatro homens, bastante animada, foi de súbito interrompida por um garoto que, ao chapinhar na fonte, os salpicou – ao que eles responderam com as consequentes

invectivas e prodigalidade de gestos ameaçadores. Na estrada passavam pessoas, a caminho do Café Restauração e, pela direcção seguida, porventura também do Framar e da Pastelaria Azul, cujas entradas contudo ele não podia ver, por se situarem na mesma face da praça em que a sua casa se erguia. De igual modo circulava gente para o lado do cine-teatro. A vista de Carlos, aos noventa e dois anos, não era tão forte como antes e ele socorreu-se do binóculo que tinha sempre na mesinha de apoio, junto à janela. Tratava-se decerto de algum evento cultural, inauguração de exposição ou conferência. A passagem de um extenso grupo de forasteiros, homens e mulheres bem-postos, assim o fazia crer. Foi-os seguindo, até verificar que derivavam para o memorial a Florbela Espanca. Junto ao busto luminoso da poetisa, que sobressaía ao longe, alguém disse meia dúzia de palavras, findas as quais a comitiva se encaminhou para o castelo, talvez para completar a homenagem frente à campa da autora de *Amar!* Carlos apercebeu-se de uma mancha colorida que ficara na base do pedestal, focalizou melhor as lentes e verificou que tinham ali deixado um ramo de flores. Repetiu a focagem, desta feita em direcção às muralhas dionísias, e arreliou-se pela milionésima vez com os muretes de pedras sobrepostas que tinham recentemente

* Mestre em História da Arte e Escritor

montado na encosta, abaixo da Porta de Évora – perfeitamente inúteis e inestéticos, embora excelentes esconderijos para os miúdos atirarem pedradas aos automóveis que passavam na Avenida dos Duques de Bragança. “Será para lembrar aos vindouros o sítio onde o Papa disse missa quando cá veio? Uma espécie de padrão?”, pensou, logo rejeitando essa exegese muito pessoal, porque tinha visto num filme que o Quintiliano fotógrafo lhe fizera a seu pedido, montes cónicos de calhaus idênticos junto à Torre dos Machados, espécie de dejectos de gigante, evacuados de surpresa, nas imediações da cerca ameada. Que explicação poderia ele avançar para estes? Por que tinham de estar ali aqueles abortos? A sua vontade era ir lá de noite e desmanchá-los, um a um, pedra a pedra, e repor a austera vetustez a que o sítio sempre o habituara. Infelizmente, as suas pernas mortas não o permitiam. Porém, sempre havia um consolador reverso: os caminhos que ligavam as portas de Estremoz e de Évora e esta com o adro da igreja de Nossa Senhora da Conceição, estavam finalmente calcetados, depois de mais de seis séculos de lama e pó. “*Entim, uma mão lava a outra*”, entendeu Carlos.

Sentindo-se cansado de segurar no binóculo pousou-o, girou a cadeira para o lado oposto e voltou a olhar para a fonte. Dos que ali estavam agora, só conhecia o Miguel Ferrão, electricista, homem dos touros e radialista com programa na área, no qual travava divertidas e instrutivas charlas com o pai – empregado do Paço e verdadeira enciclopédia taurina –, ao qual, ali, chamava senhor Manuel. Virou-se para dentro e foi à estante tirar um livro. Como sempre, a roda de borracha do veículo roçou na madeira clara do móvel, inscrevendo nele nova marca. Carlos pegou n’ *A Peste*, de Albert Camus, um dos seus preferidos, e abriu-o ao

calhas, caindo no bar onde Rieux e Tarrou se encontram com Rambert e se ouve *Saint James Infirmary*. Fora esse blues que o fizera amar a música negra americana. Meses depois de ler o livro, ouvira a peça na rádio. Como o locutor dissera que se tratava da versão de Louis Armstrong, percebeu que haveria outras. Por isso, passou a comprar todas as que foi encontrando. Assim, para além daquela, tinha em seu poder as de Bob Crosby, Bob Scobey, Jack Teagarden, Mugsy Spanier e Pee Wee Russell. Agradavam-lhe os cambiantes provocados pelos arranjos que cada um introduzia naquela música tradicional e o poder de improvisação que podia esticá-la dos dois minutos e trinta e nove segundos de Spanier aos quatro e quarenta e nove de Armstrong. Apeteceu-lhe ouvi-las uma derradeira vez. Sem ler mais que uma dezena de linhas do livro, que entretanto fechou, o velho foi pondo os seis discos a girar, começando sempre na música do mesmo nome, mas deixando-os rodar até ao final. Seguiram-se versões de *Stella by Starlight*, *Summertime*, *Georgia on my Mind* e outros standards que soavam estranhamente naquela casa antiga e espaçosa, virada à praça central da terra, à medida que a noite chegava. Sentiu alguma fome. Mesmo assim, não quis comer o jantar que a criada deixara preparado na cozinha. Quando Billie Holiday acabou *Solitude*, desligou o aparelho, ajeitou a almofada no pescoço, recostou-se e deu início à revisão do seu passado.

II

Nascera em finais de Janeiro de 1908, escassos dias antes do assassinio do rei cujo nome herdou, por insistência da mãe, criada do Paço, mas contra a vontade do pai que, embora cocheiro da Casa Real, preferia Bernardino, Afonso ou António José, antropónimos mais consentâneos com o seu

pendor republicano. O sobrenome Cambaia, recordação da rua em que moravam, julgou-o ele, anos a fio, atribuível à cidade da Índia Oriental que chegou a ser defendida pelo herói calipolense Martim Afonso de Sousa, por conta do sultão Bahadur Shá. Desiludido ficou, porém, quando tardiamente descobriu em leitura da monumental obra do Padre Joaquim Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, que se tratava do prosaico apelido de um tal António Lourenço Cambaia, estalajadeiro pobre, que na rua tivera negócio no século XVI.

Com a queda da monarquia, dois anos após o nascimento de Carlos, os pais ficaram desempregados, tal como a generalidade dos servidores do solar dos Braganças. Seguiram-se tempos de sacrifício, até que o pai tomou de renda uma horta aos Capuchos, da qual soube tirar o rendimento suficiente para logo a comprar por pouco dinheiro ao dono, alcoólico e jogador inveterado, que perdia todas as noites contos de réis na Sociedade Artística. A esta propriedade outras se sucederam, entre terras e casas na sede do concelho e nas freguesias de Bencatel e Pardais. Por conseguinte, ao entrar na idade adulta, já sem os progenitores, Carlos detinha considerável fortuna que foi ampliando no decurso da sua longa vida. Ligou-se ao negócio dos mármore, através da importação de maquinaria e fio diamantado, foi representante de seguradoras, possuía casas alugadas e mantinha o interesse pela agricultura, consubstanciado em vários olivais – embora aí sofrendo os altos e baixos próprios das flutuações ligadas à actividade.

Para além da primária, Carlos nunca passara por qualquer outra escola, mas era senhor de notável instrução, porque desde cedo frequentara a biblioteca e os arquivos do Paço e adquirira nas suas idas a Évora e Lisboa os clássicos e as novidades literárias

que mais lhe interessavam, portuguesas ou traduções de estrangeiras. Nos últimos anos, até que a dona faleceu, comprou centenas de obras na bem abastecida Livraria Escolar, de Joana Ruivo, raro oásis do género na vila. Deste modo, a sua biblioteca era das melhores da terra e não poucas vezes estudantes lhe bateram à porta para consultarem o acervo, enviados por professores que lhe chamavam carinhosamente “segundo Padre Espanca”. Outro interesse que observava era o da música, como vimos, clássica, fosse ela sinfónica, de jazz ou ainda de rock, pela qual se entusiasmou tardia e restritamente, tanto que, na área, para a sua colecção só haviam entrado alguns discos dos Moody Blues, dos Emerson Lake and Palmer, dos Yes, de Rick Wakeman e dos Procol Harum. Ao verem-lhe esta brusca paixão, que consideraram serôdia, as visitas torciam o nariz e um colega agricultor que foi tratar de negócios com ele, chegou a dizer-lhe: «Então agora também ouves música de gaiatos? Como é que tu gostas de uma coisa que é só berros, pá?» A partir daí, sempre que o outro lhe surgia em casa, *Close to the Edge*, dos Yes, e *Trilogy*, dos ELP, não falhavam, como audição obrigatória. A ponto de este se fartar e nunca mais lhe aparecer. O gosto pelo cinema fora-se esbatendo ao longo dos anos. Tivera lugar cativo no cine-teatro, nos tempos em que isso era possível, mas a seguir ao 25 de Abril, esgotada a onda de filmes proibidos, alguns dos quais sempre ambicionara ver, a qualidade da programação decaiu. Uma noite, passou uma produção portuguesa. Por deficiência da aparelhagem sonora e lógica falta de legendas, não percebeu patavina do que se dizia no ecrã; tiritou o tempo todo, na sala gelada, quase vazia; a película partiu-se vezes sem conta; por fim, começou a arder, projectando-se as chamas na tela, como se os actores estivessem numa fogueira. Saiu,

nessa altura, sem regresso. Pelo menos, nos seus livros e discos podia fiar-se. E quando o cine-teatro, miraculosamente salvo da ruína por compra do Município, foi modernizado e passou a ter programação aceitável, já ele era demasiado idoso e doente para ali se poder deslocar.

Marília fora a única mulher e longa companhia da sua vida. Haviam-se conhecido em 1943, num baile de domingo de Páscoa, na Sociedade Artística. Ela era então uma jovem professora primária lisboeta, colocada na terra. Fora com uma colega e o marido desta, pessoas em cuja casa se alojara. O *jazz-band* tocava modinhas brasileiras e melodias americanas e ele foi buscá-la, não sem antes investigar junto do hospedeiro de Marília a sua proveniência: «De onde arrancaste este mimo, ó Armando? Achas que vale a pena lançar a escada à rapariga?» «Não vejo por que não. Aquilo é coisa fina. A mãe, professora no Liceu Camões; o pai, funcionário superior do ministério das Obras Públicas, esteve metido na Exposição do Mundo Português. Veio carregada de livros, mais que de roupa ou de outras coisas. Só tem um contra, para mim: fuma! Deve ter aprendido com as refugiadas de guerra.» Passaram a noite enlaçados. Nos intervalos, conversaram bastante. Quando ela lhe pediu um cigarro, Carlos teve vergonha de lhe oferecer dos seus, de mortalha, e foi-a aconselhando a não fumar em público, que a terra era fechada a essas liberdades, de mais a mais, sendo ela professora. Marília riu-se e afiançou-lhe que iria ter juízo, já que assim era, pois não queria ofender os costumes do sítio. Carlos tinha à época uma excelente figura. O fato, de bom corte, e as botas pretas, de calfe, feitas por encomenda, ficavam-lhe bem. O bigode aparado e o ondulado da farta e bem tratada cabeleira negra davam-lhe a distinção que o relógio de pulso em ouro completava. Marília,

assemelhava-se a Joan Fontaine em *Rebeca*, filme recente, não apenas no aspecto físico, como no modo de vestir e na sua sincera ingenuidade, algo desastrada. Carlos, que vira a fita, notou a analogia e disse-lho. À saída, junto à igreja do convento de Santa Cruz, Armando afirmou mesmo que eles se pareciam com o par de Hitchcock, que também dançava no filme. Marília e Carlos acharam graça à coincidência de opiniões e combinaram encontrar-se no Terreiro do Paço dias depois, onde estava a ser erguida a estátua equestre de D. João IV. «O pai vem cá com o Duarte Pacheco, mais para me ver, do que em trabalho. Quer almoçar connosco?», perguntou-lhe ela, com um sorriso que não permitia recusa. Na data combinada, Carlos encontrou-se com ambos no reservado do restaurante de uma pensão próxima do Rossio. Também tinham vindo os autores do monumento, Francisco Franco, o escultor, e Pardal Monteiro, o arquitecto que riscou o pedestal. Sentia-se bem, no meio daquela gente arejada, de grandes ideias, mormente o ministro Pacheco que não se cansou de falar dos projectos que tinha para Vila Viçosa e da simpatia que consagrava ao burgo. Não havia mais gente na sala, senão eles. Marília pediu um cigarro a Pacheco, que lhe estendeu fina cigarreira de prata. Carlos anotou o gesto e no dia seguinte esperou-a, à porta da escola; quando ela saiu, estendeu-lhe um embrulho com uma fitinha amarela. Tratava-se de uma cigarreira de prata, com “M” gravado, que fora adquirir a Évora nessa manhã.

Namoraram-se escassos meses. Quando Pacheco morreu tragicamente, em meados de Novembro, decidiram casar-se no dia da inauguração da estátua do Restaurador, prevista para o 8 de Dezembro desse ano. Seria uma espécie de homenagem póstuma ao homem que modernizara a terra e simultaneamente uma colagem ao

monumento, que se previa tão perene como eles desejavam o seu matrimónio. De manhã, havia *Te-Deum* em Nossa Senhora da Conceição. Casaram-se logo depois, em ambiente restrito de convidados, mais familiares dela que dele, que os não tinha, excepto primos direitos com os quais mal se dava, devido a antigos desentendimentos de partilhas. O almoço ficaria para depois da cerimónia do Terreiro do Paço. Mudaram rapidamente de roupa e seguiram para o local, onde o pai de Marília lhes tinha marcado lugares na tribuna preparada para Salazar, Carmona, ministros, arcebispo de Évora, presidente da Câmara, governadores civis e demais entidades oficiais. Lido o auto da entrega do monumento à Câmara Municipal, discursou Júlio Dantas. Marília lembrou-lhe que aquele é que era o tal que Almada Negreiros tinha ridicularizado com o célebre “Morra o Dantas, morra! Pim!”, para além de lhe chamar “cigano” e dizer que ele usava “ceroulas de malha”; Carlos retribuiu, apontando-lhe a perna cruzada de Salazar, que deixava ver a ceroula branca, entre o final da calça e o princípio da bota atacoada. Ela olhou, abafou o riso, e passaram o resto do tempo a segredar, satirizando as características mais marcantes de cada um dos convidados, pondo nomes a uns e a outros: Salazar era o “franciscano envergonhado”, Carmona o “soldadinho de chumbo decrépito”, um dos governadores a “bola de bilhar”, devido à longa calva, um ministro a “talha”, pela sua gordura e face congestionada, e assim por diante. Do discurso de Dantas, só lhes ficou uma frase: “Na hora em que os povos mais poderosos do Mundo derrubam as suas estátuas para fabricar canhões, nós agradecemos à Providência ter-nos permitido destruir em paz alguns canhões para fazermos uma estátua!” O do capitão Ramalho Ortigão, presidente da Câmara, menos o ouviram, ocupados na

planeamento de pormenores da viagem de lua-de-mel ao Luso. Ao fim da tarde, depois do copo-d’água, despediram-se dos pais de Marília e restantes convidados e abalaram para Lisboa, primeira etapa do passeio, no Citroën preto que lá tinham ido comprar na semana anterior.

Quarenta anos durou a união de Carlos e Marília, só terminada por morte desta, único desgosto, conquanto involuntário, que deu ao marido. Naquela mesma casa da praça em que ele ainda residia e haviam comprado meio ano depois de se casarem, nunca pairara qualquer grave nuvem de desentendimento. A falta de filhos deixou-lhes um amargor que se foi esbatendo gradualmente, à medida que o tempo passou. Habitaram-se a contar apenas com a companhia mútua e foram sempre felizes. Nem sequer as questões derivadas da revolução de 74 os tocaram muito. Carlos era benquisto pelos trabalhadores, aos quais sempre pagava acima da média; e aos que tinham família a cargo, dava azeitona, garrações de azeite e carne de matança – o que não era nada frequente entre o comum dos seus colegas de actividade. Por outro lado, nessa altura já se desfizera de alguns dos olivais e só num dos poucos que conservava, em Bencatel, é que na campanha seguinte lhe pilharam a produção e incendiaram umas poucas de árvores. Tomou isso como inevitável e olhou o caso com fleuma, ciente de que em breve a calma regressaria. E nem sequer apresentou queixa. Mas, por um acaso da sorte, quando as máquinas procediam ao arranque das árvores queimadas, verificou-se que estas estavam sobre um filão de mármore da melhor qualidade. Carlos ainda pensou em proceder ele próprio à exploração da pedra, mas acabou por concordar com a mulher, que achava ser tarde para ele iniciar uma tarefa dessas e alugou-a a uma empresa da zona,

estabelecida no ramo. Cansado de obrigações, vendeu os últimos olivais, deixou as representações de seguros, trespassou o negócio de materiais para pedreiras e viajaram, ainda mais que antes, por Espanha, França, Bélgica, Itália e Inglaterra, sós ou em excursões, visitando os museus e ouvindo concertos antecipada e criteriosamente escolhidos.

Até ao dia aziago de Dezembro em que, sem sinal anterior, uma síncope fez parar o coração de Marília. O velório, na igreja de Santo António, foi concorrido, em virtude da consideração geral que o casal adquirira. Até apareceram os dois primos de Carlos, respectivas mulheres e prole de filhos e netos, lamentando junto dele “a perda da querida prima”. «Querida prima», atirou-lhes abruptamente, concluindo com revolta: «Vocês não aparecem lá em casa há mais de vinte anos e agora é querida prima? Ora deixem-se de cinismos que hoje, mais do que nunca, não estou para isso!» Alguns dos presentes assentiram com a cabeça, outros afastaram-se, incomodados com a cena que não lhes dizia respeito, e uma velha que dormitava junto à sacristia, aquecendo os pés à braseira, acordou alvoroçada, perguntando se já era hora do funeral. Os primos engoliram em seco e saíram, discretamente, por entre a gente que enchia os bancos da igreja e alastrava ao terreiro exterior, molhado pela geada nocturna.

Quando no final da manhã Carlos voltou a casa, regressado do cemitério, sentiu que nada voltaria a ser como dantes. Não que não se tivesse apercebido disso logo na hora da morte de esposa. Mas agora era a confirmação definitiva. O cheiro e os sinais dela pairavam em cada coisa que ia observando: no lenço e no casaco de malha pendurados no bengaleiro do vestibulo, na terra ainda húmida dos vasos de fetos que decoravam a escada, na marca do livro na

mesa da sala, cuja leitura jamais seria terminada. Sentou-se na cadeira de braços e assento de bunho, a olhar para a praça, ao lado da de Marília, igual, para sempre devoluta. Só viu o velho “Gato”, o eterno pedinte, com o seu cajado, sentado num degrau da fonte, cujas bicas estavam secas, e o Talhinhas da farmácia, com embrulhos nas mãos, que decerto vinha dos correios e desapareceu na volta da esquina da Comercial. Lembrou-se então de que não fechara a porta da rua à chave e dirigiu-se para a escada, a fim de o fazer. No patamar, teve uma primeira tontura, à qual não ligou; a meio, foi tomado por grande escuridão e forte torpor nos membros, que se prendiam gradualmente...

Ao acordar, no hospital, em Lisboa, não sentia as pernas. Veio a saber que tinha desmaiado e caído nas escadas de casa. Devido ao forte traumatismo, que lhe apanhou a coluna vertebral, ficaria para sempre sujeito a uma cadeira de rodas. A idade, avançada, não augurava recuperação suficientemente satisfatória da hemiplegia. Apesar do choque, Carlos não se sentiu muito triste com a notícia. Enorme serenidade invadiu-o. Era como se de certo modo tivesse morrido ao mesmo tempo que Marília. Que mais poderia desejar?

Isabel, a criada de muitos anos, continuou a tratar dele, como cuidara do casal. Vinha cedo, da Senhora da Lapa, onde residia, arranjava-lhe a casa, fazia-lhe a barba, lavava-o e preparava-lhe o almoço; à tarde, vinha fazer o jantar. Quando tinha a labuta da sua própria casa, mandava a nora ou o filho, que apreciavam o velho, por saberem o quanto a serviçal fora sempre bem tratada por ele e pela esposa. Carlos pôs-lhes telefone em casa, para os poder contactar quando necessário. Mas, aparte as tarefas citadas, era quase auto-suficiente, movendo-se pelo primeiro andar com relativa

facilidade, aumentada pela pronta ampliação das aberturas das portas e colocação de apoios que mandou instalar em pontos estratégicos das paredes.

Os amigos que restavam, iam visitá-lo de vez em quando. Entre eles contava-se o Padre José Maria, que enterrara Marília, num dos primeiros serviços fúnebres a que presidiu, após o começo do seu proficiente ministério na igreja do castelo. Ficavam horas a conversar, ora sobre comezinhos coisas da vila, ora sobre outras mais elevadas, como o sentido da vida e da morte, que a ambos preocupava. Também continuava a ler e a ouvir música. Um empregado da Comercial ia todos os dias meter-lhe na caixa do correio o jornal que Isabel levava depois para cima. E via o que de mais importante se passava na terra, através dos filmes do Quintiliano, para isso recrutado e pago, à maneira de repórter de televisão. Como ficou satisfeito, quando soube da inauguração do Museu da Caça e da reabertura do Museu Arqueológico no castelo. E encantava-o ver a limpeza cada vez maior da urbe, o calçamento dos passeios, nomeadamente os da Mata Municipal, o novo coreto, a recuperação do Real Convento das Chagas, adaptado a pousada, a reabertura da Tapada Ducal ao público e outras novidades daquela terra que ele amava e via crescer nesses filmes que passava vezes sem conta. Mas, como não há bela sem senão, foi ao observar um deles que recebeu o maior desgosto que teve desde que soubera da criminosa e desnecessária demolição do antigo mercado, todo em cantaria de mármore maciço, edifício raríssimo no género: a repavimentação e fechamento com cadeias de ferro do Terreiro do Paço.

Isabel já lhe tinha falado do disparate daqueles pilares e correntes, tanto à volta da quadra, como frente ao convento das Chagas de Cristo. Todavia, ele nunca pensou que se pudesse chegar tão longe no absurdo e no

assassinio de um dos mais belos largos do País. Uma praça era para as pessoas. Devia ser apetecível, convidativa e livre. Não podia estar acorrentada, aprisionada, como aquela agora se encontrava, apenas com aberturas junto à Janela de Lisboa e ao canto do Paço próximo da pousada. Uma raiva surda cresceu no homem. Como se tinha chegado a uma coisa daquelas? Por que não havia protestos? Ninguém reparara no exemplo que vinha da Praça do Comércio lisboeta, onde os automóveis haviam sido erradicados e os impedimentos de pedra que dali os afastavam eram baixos, mas contudo eficientes? Mesmo que lá não tivessem ido, não o tinham visto pela televisão? Para quê, aquela monstruosa e infinita floresta de pilares, dispendiosa e aberrante? E o ziguezague da estrada, à beira do topo da antiga Rua de Fidalgos, junto a um parque, com placa de "P" e tudo, onde nunca tal fora necessário? Quintiliano dissera-lhe que os maiores beneficiários do mesmo eram os clientes nocturnos dos bares da Rua Florbela Espanca. Carlos compreenderia que se criasse um espaço para autocarros de turistas. Mas para automóveis? Não bastava a estrada que antes vinha dos Agostinhos até à porta direita do Paço, que sempre se mostrara suficiente? E, ainda, o horroroso pavimento de pedra mármore irregular!? Também ninguém fora capaz de perceber que era completamente desapropriado, rebentava com os sapatos das pessoas, era perigoso para crianças e velhos e não parecia dar mostras de grande solidez, a médio prazo? E os quatro cubos pretos, nos cantos da escadaria da estátua, destinados a proteger os holofotes que antes estavam camuflados abaixo do pavimento? E os ainda mais estrambólicos paralelepípedos que tinham a mesma função junto à fachada do Paço? Suspeitava que a asneira se devia à multiplicidade de entidades envolvidas no

processo, facto que fora assaz ventilado na comunicação social. Mas isso não era desculpa para aquela malfeitoria. Quando pensava nisto tudo, lembrava-se sempre de quando ia com Marília passear até à estátua, a “nossa estátua”, como ela lhe chamava, e recordava o som dos pardais e dos pavões, aqueles gritos que ressoavam pelo terreiro, ao final da tarde, quando os turistas já tinham desaparecido e a calma era maior. Então, as lágrimas rolavam-lhe pelas faces cheias de rugas, saltando de uma para outra, até caírem na manta que tinha sobre os joelhos.

III

Carlos acordou dos seus pensamentos e acercou-se da janela. Escurecera por completo. Começava a juntar-se gente, à volta da fonte e nos passeios, para a procissão que decerto já tinha partido do Santuário de Nossa Senhora. Por pouco, tinha-se distraído e deixaria passar a hora. Pegou na cópia do testamento e noutra papel que tinha na mesa de apoio e leu-os uma vez mais. O primeiro era curto, mas conciso: à criada Isabel, filho e nora, deixava as casas que lhe restavam, aquela em que morava e a da Rua Dr. Couto Jardim; o recheio da residência, inventariado, seria fruto de leilão e o produto obtido reverteria a favor da Misericórdia, da qual era antigo irmão; os livros seriam entregues à Câmara Municipal, engrande-cendo assim a sua Biblioteca Pública, bem como os discos, embrião de futura fonoteca; a pedreira e a renda desta ficavam para obras sociais ligadas à infância e juventude; finalmente, o dinheiro, alguns milhares de contos, destinar-se-ia à criação de três prémios anuais, de escultura, música e história local, com o seu nome. A folha que releu a seguir, era o resultado dos exames

médicos que lhe tinham chegado na semana anterior pelo correio: declaravam-no portador de doença cancerosa. As mãos, que aproximara do rosto, para poder ler melhor, tombaram-lhe moles, de cada lado da cadeira. Não, não tinha mesmo paciência, idade nem forças para suportar o negro percurso que se desenhava naquele papel.

Reintroduziu os documentos nos respectivos envelopes, apagou a luz e abriu a janela de par em par. Já se ouvia o ruído da matrícula que anunciava a procissão. Meteu a cabeça de fora e viu-a vir, lenta, à embocadura da Rua de Santo António. Soubera por Isabel, da dificuldade que os organizadores tinham tido para encontrarem quem carregasse os andores e confirmou-o, quando um deles pendeu para diante, suportado à frente por mulheres bem mais baixas que os rapazes que iam atrás. Até a banda faltava... E o bom Padre José Maria, que morrera pouco antes, não lhe acenaria, enviando da rua a sua bênção, como fora hábito por tantos anos. Quando passaram os últimos acompanhantes, Carlos recolheu-se, fechou a janela e retirou da gaveta da mesa um gorro de malha que colocou na cabeça. Em seguida, dirigiu a cadeira de rodas para um canto vazio da sala, pegou no revólver, envolveu-o e à mão que o segurava com extensa ligadura que serviria de silenciador, esperou que tocasse o sino da Misericórdia e no preciso momento em que tal sucedeu, disparou junto à têmpora. Só um fiozinho vermelho lhe escorreu pela face. Como desejara, a sala ficou limpa. Na parede fronteira, a luz difusa que vinha da rua iluminava uma réplica em estanho da estátua de D. João IV, lançando a sua sombra sobre o grande retrato de Marília, sorridente, com o vestido de baile com que o conhecera.

Tempo de Poesia

Breves universos...

Leolinda Trindade

Recolhi versos
à beira do mar...
que andavam perdidos
na espuma
a chorar...
Ouvi-lhes segredos
sopros profundos...
gritos e medos
doutras vidas...
doutros mundos...
sonhos vencidos
que não tinham fim
tão dispersos
tão iguais a mim...
desiludidos...
em breves universos!...



Sempre Infanta

Leolinda Trindade

Ninguém sabe que fica tão distante,
o meu mundo de eternas primaveras
feito de luz... perdido em altas esferas,
onde eu vou descansar meu corpo errante.

Vou em silêncio, como doce amante
liberta de rotinas... de quimeras
ingénua como as jovens doutras eras
bricando com as horas... confiante.

Os encantos da vida quero prender,
mas o tempo... senhor de alto poder
vai dominando as minhas ilusões...

E vou envelhecendo, alucinada
julgando ser infanta... sem ser nada,
à espera de aventuras e paixões!...



Desencanto

MariLute

Percorro,

Desesperadamente

Galáxias por inventar

E só encontro sóis extintos

Há milhares de anos!

Os cometas

Fogem inclementes de mim

Deixando um vazio enorme.

... E até o favor de ímpetos incontrolados

Dos sóis em erupção

Me torna indiferente.

Recordo,

Quando os meus dedos trémulos

Percorriam as estrelas

Como quem passa contas de um rosário...

... E em que dava extasiada de emoção

Quando os raios de sol me embaraçaram os cabelos.

E eu os sonegava.

Debaixo do meu chapéu enfeitado de papoilas

Agora as luas

Têm o brilho falso de astros pintados,

E eu já não ergo o olhar

Para ver a Via Láctea, nem a Ursa Maior.



Eclipse

MariLute

Estou numa zona escura!
Nunca verei o sol pela manhã
Porque as brumas
Nasceram comigo
E não me consigo libertar
Da intrínseca crueldade
Do meu destino.

... Se ao menos fosse cega
E não esperasse a luminosidade
Do sol
Que nunca alcançarei.

Oh! Meu cavalo de sonho
Encontra-me no perdido
Mundo das trevas
... E leva-me a galopar contigo!



Sol do Alentejo

Maria Belmira Besuga

Vou daqui ao Alentejo
Sentir um pouco do Sol
Que aqui não chega sequer
E vou trazê-lo comigo
Para ter todos os dias
O prazer de o desfrutar
Mas o Sol de lá não se dá aqui
Fica perdido
É naquele céu que se dá bem
Que se espreguiça
E espalha todo o seu calor
Então
Só me resta levá-lo de volta
Soltá-lo onde pode dar o seu máximo
- Só não vou desistir nunca
De ir lá absorvê-lo.

Poemas de Veneza

José do Carmo Francisco
No 20º aniversário de vida literária

Murano

Ilha do Fogo onde tudo está ligado
Pelo amor de construir todos os dias
Objectos num trabalho multiplicado
Na fornalha que coze manhãs frias

São peixes são relógios são cavalos
Soprados pela boca destes operários
Exaustos deste calor sem intervalos
Numa batalha travada sem adversários

Todos os dias mas sem ser repetitivo
Dentro da fábrica onde tudo continua
A beleza diária é o grande objectivo
Da velha arte feita para andar na rua

E há uma brisa que dispersa e espalha
Este calor de cristal forte e concreto
Eu queria poder retirar desta fornalha
A luz do teu olhar em forma de objecto

Rendas e Redes

Bordados os minutos do passeio
No tempo que está fora desta rede
Na rua dividida pelo sol ao meio
Onde nada me pode matar a sede

De saber onde se fixam estes dias
Vividos entre as redes e a rendas
Na distância de todas as nostalgias
Na pressa dos que só levam prendas

Quero estar aqui mais do que posso
Entre as rendas e as redes de Burano
Ir além do que não passa dum esboço
Ficar semanas, meses, talvez um ano

A bordar esta saudade transportada
Por um barco imaginado no cinema
Uma viagem afinal não começada
Um tempo que só existe no poema

As marinheiras de Veneza

Eu ouvi súbita a voz multiplicada
No som das marinheiras de Veneza
Quando cantavam o nome das estações
E prendiam o seu barco com destreza

Era uma voz vizinha e muito antiga
Trazida na memória mais reservada
Um som familiar, quase quotidiano
Surgido da forma mais inesperada

Que é estar ao pé de uma verdade
Na veloz revelação do chamamento
As cordas não prendiam só o barco
Prendiam o meu olhar nesse momento

Penélopes nunca cansadas do ofício
Cantam bem alto este seu orgulho
De serem marinheiras de Veneza
Um lugar onde ruído não é barulho

José do Carmo Francisco é, como referiu Cecília Barreira, “um poeta maior na cultura portuguesa actual”. Nascido em Santa Catarina - Caldas da Rainha (1951), comemora neste ano os seus vinte anos de vida literária, iniciada com a atribuição do Prémio Revelação da Associação Portuguesa de Escritores. De entre os seus livros destacam-se: **Iniciais, Transporte Sentimental, Leme de Luz ou As Emboscadas do Esquecimento.**

Sempre em teus olhos brilhe a luz do Tempo
- o tempo da planície, o tempo erguido
pelas mãos que nas ervas se embeberam
mas também o tempo rude dos momentos
que não tiveste, não te consentiram
os teus ritmos de mágoa ou de abandono
nas ruas já desfeitas, já desertas.
Os avisos da morte são caminhos
de mistério, coisas vivas, nostalgia
de futuros enredados pela tarde
quando o lume dos rostos vai queimando
nossa interior viagem. Ao perfil
do que somos e fomos mais se entrega
o íntimo segredo
a mágica razão que em vão buscamos
e nos liberte da brusca inquietação
que nos abre essa rota já andada
em sonhos, em silêncio, além da noite.

As vozes dos que amámos e perdemos
ressoam na manhã, ressoam onde
o coração nos dói. Mesmo se o escuro
do nosso vão destino
se transfigura e brilha como vela
tremeluzindo ao longe. Alma e sinal
de casa onde a infância ainda mora.

Florbela, teu signo
como que numa pedra vivo e inscrito
fala-nos num sussurro, docemente
na viagem possível de minutos
já serenos por teu maior repouso
No retrato liberto enfim achado
que entendeste a ti mesma ofertar.
E de nós foge
esse horizonte branco, essa morada
que é o terreno fértil da memória

Moradia caiada e aberta à fresca
recordação do mundo e seus sinais.

in "Os olhares perdidos"

Entre mim e as casas estão as árvores e a ribeira
e milhões de anos feitos para a Lua e as estevas.
Essa ribeira que corre sabe-se lá para onde
talvez p'ra São Mamede, talvez p'ra esses campos
de Espanha - a vida minha! - que jamais conhecerei.
Dionísio teria olhado o vale e a montanha
quando neles se ocultava o rasto de animais
depois desaparecidos. Pensamentos e memórias
entre um olhar e um silêncio, como o odor
do fumo dos lares ao fim da tarde.
Serena é a madrugada, despertando
um vôo de coruja sobre os ombros de quem vela
- pastor ou aguadeiro
homem que na terra coloca a semente do tempo
ou do trigo fremente para os sonhos e os minutos.

Algures, junto a uma parede devastada
onde a cal cristaliza a inocência e a perfídia
as abelhas são mais que uma simples razão
do Universo gerando recordação e inquietude
de anos e anos a vir: são o retrato
multiplicado da vida que fugiu
quando a nossa voz íntima se cala. Na terra

marco os dedos e os vestígios
de avós e bisavós, do solitário
cão que me adorou na infância:
o contorno das palavras que escrevi e que despertam
as sombras do futuro e do passado. E lá entre segredos
de amigos, de quimeras, das ofertas
que nem ousamos preferir
- gramínea, barco, gazela, primavera -
e que por isso são nossas
mais que tudo o que foi
o nosso quinhão misericordioso
hei-de lembrá-las sempre, como puras
e felizes sombras sobre o rio
Sobre as casas que vi como as imagens

que tive e que inventei.

in "Os olhares perdidos"

Um Poema

Ruy Ventura

haverá sempre alguém acenando para a mesa

um garfo
ou somente um guardanapo
traduzindo para a mesa o sabor da terra

é preciso no entanto
entrar
como se a noite fosse um sótão que há
muito desapareceu

a rua ela própria
não mais retomou o
cheiro de há quase vinte anos
a porta comunicava com a cozinha
mesmo ao cimo das escadas
sob a telha de vidro

a lâmpada pendia da madre

havia sempre alguém acenando
para a mesa
do lado de fora - pelo postigo
apenas de dentro
ou em silêncio
de tantas coisas o garfo a navalha
escondida por detrás da lareira
o copo da água voltado sobre um corpo que parte

sem habitantes
e casa regressou
talvez a três quilómetros de distância

uma janela ilumina o quarto
embora os passos sejam os mesmos

como a água
atravessando de memória o forno o horizonte
alguns animais
a escritura

perdida na mudança

Talhado em Pequenez

António Salvado*

Talhado em pequenez
as breves casas sem geometria
alheias ao descer veloz do tempo,

aqui além despidas oliveiras,

impávidas de tronco retorcido
espalhadas figueiras complacentes
de novo à espera de frutificarem,

na terra o verde ralo
timidamente a conservar a cor,
o poço adormecido receoso
e no caminho a fonte sem brotar

Mas lá dentro na Pedra brilhará o Fogo
se um dia o ermo tido conquistar

e a memória tão só lhe crepitar o sopro:

porque é este o Lugar
porque foi o Lugar.

A um poeta grego anónimo

António Salvado*

Por isso humildemente vives a meu lado, anónimo
poeta cujo nome se perdeu por ser jamais citado:
o teu sangue enlaçava a mais profunda via da poesia.
Agasalho na minha, a tua voz cintilante confidente:
tuas palavras dardejам castidade e comoção
e deslumbram a desolação da minha espontaneidade.
Não foi necessário repetir teu nome: eram teus versos
quem murmurava a luminosidade afortunada do eterno.
Por isso a flor do teu canto me liberta da inquietação.

* Poeta. Ensaísta. Professor.

Inquietação

Mariana de Jesus Carreto Gomes

Janeiro de 1940

Paz, harmonia... Franjas de luar
Amortalham em tules e pureza,
O deslumbrante altar da Natureza!
Sentem-se os amarantos flutuar!...

A safira do céu, a insinuar
Na ametista das nuvens mais grandeza,
Desgrenha-se em desmaios de beleza,
Em visões que apetece continuar...

Medito... Gradações enternecidas
Galvanizam de amor, de ansiedade,
Minh'alma sonhadora, entristecida!

Salpica-se de sombra a vastidão...
Ardente, voga em mim uma saudade,
Incarmando profunda inquietação!

Esperança

Mariana de Jesus Carreto Gomes

1939-1940

Tépido amanhecer... Beijos de luz
Animam as planícies irisadas...
No manto azul do céu — longo capuz —
Desenham-se nervuras prateadas...

Olho... Na dor que a vida me traduz,
Nas ilusões que trago enoveladas,
Sobre o pálido andor da minha cruz,
Ressuscitam sublimes alvoradas!

Repicam, no meu peito docemente,
Excelsos carrilhões de fé e bonança...
Anda a cantar em mim, um sonho ardente!

Um ano que se vai e outro que vem...
São reflexos doirados de Esperança—
— Único resplendor que a vida tem!

Rogação

José Galhardas
Alandroal

P'los que sofrem tormentos inauditos,
Pelos sem lar, p'los que não têm pão,
P'los que vivem debaixo de prisão
Suportando remorsos infinitos,

P'la imensidade dos que já lá estão
No «fo!» dos escolhidos (os benditos!),
Pelos que crêem, pelos não convictos
Que a Verdade algum dia encontrarão,

Pelos que brandam, já sem ter alento,
Na dor do desespero consumidos,
Talvez de todos o pior tormento,

P'los pobres pecadores arrependidos,
Por nós todos aqui, neste momento,
Não nos feches, Senhor, os teus ouvidos.

Meu Alentejo

Catarina Camões
Monsaraz, Setembro 1987

Meu Alentejo
onde o perfume das giestas, à tardinha
me lembra velhos passeios, longas conversas
amigos que perdi, amores que nunca tive

onde o sino da igreja, sempre igual
faz nascer e pôr o sol
enquanto os aciprestes fazem sombra
nas silenciosas pedras brancas da aldeia

onde o fantasma da torre do castelo
indiferente, continua a contar séculos
escondido há muito, com medo dos turistas
e dos filmes de terror

onde as casas velhas, a fonte e a igreja
as ladeiras tortas
as travessas, as calçadas
e os poiais das portas

os enrugados velhos de colete e de chapéu
ou lenço preto
as oliveiras, os montes, as searas
e o chocalho dos rebanhos
fazem a grandeza árida e tão bela
da tranquila planície alentejana

O Caçador*

Hugo Santos

XVIII

Que pode um coração ousar que contradiga
esta harmonia dum canto presumindo
distâncias que olhar assim ilude?

Negar como

este coral da febre incendiando

as vozes (tão intrusas) que do sangue

à boca sobem e este quebranto tomam?

Presume o caçador ser de seu alvo

a fala ciciada dos gemidos.

É por isso

que na concha humedecida de seus lábios

a língua penetrando ai rebusca

a nascente dos rios por onde (crê)

o amansar das águas se consiga.

XIX

Entre os dentes retida, a cascavel

da língua aí exulta. Senti como

outra seta vem vindo e sua ponta

a outra busca.

Desta guerra não tolhem; entrelaçam

sua baba, seus sumos, a vertigem

que, cúmplice, consente

este afobado afã, este mester

de curando seus fogos ateamem

um lume bem maior, de cujas chamas

o caçador e presa já não podem

precaver-se.

XX

Então o dardo afunda. Toda a luz
aí se concentrou.

Os gomos entreabre: sente como
pejadas de seu pólen se anunciam
as naves do sentir.

Estranho pacto é, o desta guerra
que de adversos golpes se ferindo
por eles rejubila.

XXI

É cedo no entanto: de mais marés
e de alterosas vagas se perfazem
os abismos mais fundos destes mares.
Pelas leis deste cerco se não regem
os imprevistos naufrágios ora vindos.

O caçador o sabe: por isso cuida
suster da presa esta anelada
vontade de ceder-se.

Retrai do dardo a pressa, oleia de vagares
os golpes da tomada.

Dos sinais desta trégua não enjeita
outros sítios buscar adonde a luz
as teias do prodígio também teça.

Então à boca torna; de seu mel
os lábios se humedecem.

E auscultando da presa o respirar
pelos braços a toma como se
aconchegada a si mais não coubesse
que este rumor da brisa adormecendo a alba.

Ciclo terceiro

Carlos Garcia de Castro
Março, 2000

Finas manhãs já frias no Outono!
para o dispor essencial dos versos.

Quem é que sabe os ócios e a maldade
de ter de ser dolosa a Poesia
destas manhãs já frias no Outono?
Quem é que sabe quantos dias faltam
para a transição essencial dos versos?

Os ócios sabem quantos dias faltam,
mas sendo uma surpresa, não respondem,
pelo segredo essencial dos versos
destes Poetas frágeis no Outono.

— Dizendo claramente, pouco interessa
que sejam já de Outono as manhãs frias,
porque Poetas sempre os há-de haver.

Meus versos é que perdem qualidade.

Não estou a lamentar-me, sou sincero.

O mais que diga é só falar da Morte.

Mini-Fábula

Carlos Garcia de Castro
Abril, 2001

As osgas hoje ainda não saíram,
já passa das dez horas desta noite.
Qualquer mistério há que exalta as osgas.
Meu asco é capital, e só de as ver,
com ilusões de um animal bonito,
o medo é um combate — fogem sempre,
até que fico à espera que elas voltem
da cor do leite-creme com verrugas.
Mas hoje a esta hora não saíram.
Sinceramente, as osgas são bonitas,
têm presença e corpo, os olhos fixos,
inspiram confusão com outras manchas
alerta nas paredes de cal branca.
Olhos de pedra, dois pontinhos de ónix.
Enganam, persistentes, na moleza
ao mesmo tempo arredondada e esguia.
As osgas são um ser parnasiano,
como um lagarto que não é lagarto,
sua virtude de viver do asco
ultrapassado mas ainda visto.
Saem de noite ao fresco das varandas.
Sempre que as vejo me preparo em ríste,
na mão tremente um pau que não acerta.
E assim será para sempre, eu e as osgas.

Assim digo das osgas, porque à noite,
quando é no verão me sento na varanda
julgando ali ficar dado em sossego
pousadamente livre e posto à parte,
meu gozo preparado, estar sozinho.
Momentos longos, conscientes, brandos,
momentos de auto-estima e de vaidade
que toda a gente tem, seu interior,
sem nunca se lembrar de que é vulgar,
rasteirar a luz na espécie universal.

Tudo parece haveremos ser diferentes.
É grata a exceção que para nós somos.
Num imprevisto, as osgas aparecem,
como se aviso à minha petulância,
um nojo natural de ostentação
que em mim trago escondido e reconhece
nestas paredes corporais das osgas.
Elas consagram mentalmente um mito,
são perseguidas mas não fazem mal.
(Aqui as osgas simbolizam gente).
E não resisto ao medo que me fazem.
Bem sei que as osgas nunca fazem mal,
ali se ficam, vão depois embora.
(E aqui até parece que são gente).
Uma aflição a sua companhia,
tomo-as de assalto com uma tábua clava,
sem nunca as apanhar (também a mim).
E nunca estou em paz, mesmo em sossego,
tal o fascínio dos meus próprios medos
que às osgas se provoca e hostiliza.
Transferência da moleza, os olhos fixos,
de nojo e lassidão, vergonha antiga
que às osgas se exorcisa, ser oculto,
competitivo, miserável, sempre
aqui nesta varanda, aqui sentado
— minha dorida conclusão de ausente.
Às vezes, sem grandeza, diminuto,
com meus remorsos de invenção sem culpa,
fico a pensar no capitão Ahab
— pecado vivo contra a Moby Dick.

Não me persigam como faço às osgas.

Visivelmente, as osgas são bonitas.

Tempo Vário

Prof. Bento de Jesus Caraça

Filho de gente humilde, nascido em Vila Viçosa, no Pátio das Chagas, em casa assinalada com lápide evocativa, cedo foi viver para Aldeias de Montoito, no concelho de Redondo, onde seus pais, trabalhadores rurais, serviam os proprietários da herdade de Casa Branca, pessoas sensíveis à qualidade intelectual do jovem Bento, cujos estudos decidiram assumir. Deste modo, Bento de Jesus Caraça, após o termo da escolaridade primária, prossegue a sua preparação escolar terminando o ensino secundário no Liceu Pedro Nunes, de onde transitará para o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Licenciado aos 22 anos e convidado para assistente, depressa se guindou à cátedra de Matemáticas Superiores, tornando-se um dos mais destacados mestres da sua geração.

Do seu extraordinário percurso fala o Prof. Borges Coelho nos seguintes termos:

“O percurso de Bento de Jesus Caraça mostra com toda a clareza que sempre manteve e valorizou os laços que o ligavam ao mundo dos trabalhadores. Em 1919, tinha ele 18 anos, era convidado para segundo assistente do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, mas, nessa mesma data, assumia um lugar na direcção da Universidade Popular que funcionava em Campo de Ourique na Padaria do Povo. Em 1928 tomou a presidência que manteve durante vinte anos até à sua morte. Foi uma

vida toda dedicada a lançar a semente da cultura não só na Universidade pública aos que podiam pagar mas na Universidade Popular frequentada pelos mais desfavorecidos e incomodados”.

É ainda o Prof. Borges Coelho quem recorda; “O seu amigo Joaquim Jacobetty Rosa testemunhou do seguinte modo o talento, o humanismo, as qualidades pedagógicas de Bento de Jesus Caraça: “após ter entrado na Universidade, a sua rica personalidade, trabalhada e desenvolvida por constantes, metódicas e seleccionadas leituras e, simultaneamente, pelo trabalho escolar e pelas suas intervenções como tribuno, como doutrinário e como orientador, nas associações, nas academias e nas sociedades e publicações culturais dessa época, tornou-se uma espécie de ídolo da mocidade estudantil e universitária, que com ele procurava conviver, frequentando-lhe as aulas, acompanhando “a sua intervenção directa nos trabalhos, nas pugnas e nas animadas, operosas e por vezes agitadas sessões das assembleias académicas”.

Em 1941 fundou a famosa série intitulada *Biblioteca Cosmos*, que depressa se tornou um sucesso, atingindo na totalidade da sua centena e meia de títulos quase um milhão de exemplares. Nela, pelas diferentes secções que a constituíam, colaboram nomes dos mais destacados da cultura portuguesa, homens das ciências, das letras e das artes,

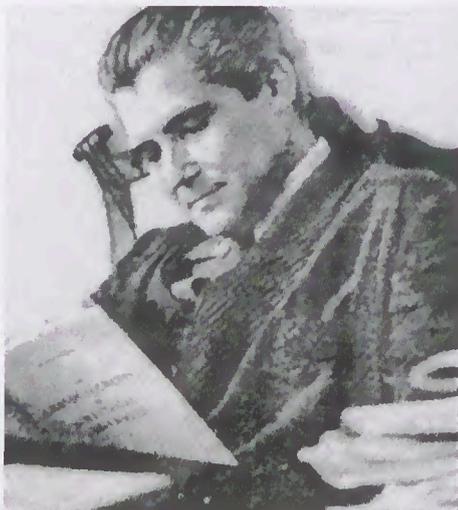
como, citando a título de exemplo entre muitos, Abel Salazar, Flausino Torres, Celestino Costa, António Sousa da Câmara, Edmundo Curvelo, Irene Lisboa, Luís de Freitas Branco, Lopes Graça, Aurélio Quintanilha, Padre Alves Correia, Alberto Candeias, João de Barros, Henrique de Barros, Keil do Amaral, Jorge Alarcão, Diogo de Macedo, Mário Chicó, António Sérgio, Orlando Ribeiro, Mário Neves, Mário Dionísio, Seabra Dinis, Adriano de Gusmão, Ladislau Patrício, Adolfo Casais Monteiro, o próprio Bento Caraça com o seu famoso livro “Conceitos Fundamentais da Matemática”...

Perseguido pela política do Estado Novo, Bento Caraça manteve uma superior dignidade, “homem de superior envergadura política e moral”, nas palavras de outro grande Mestre, o Prof. Rodrigues Lapa.

“Os jovens da minha geração – afirmou o Prof. Borges Coelho na sua brilhante conferência comemorativa do 1.º Centenário do grande Mestre – fizeram de Bento de Jesus Caraça o seu patrono, o modelo de ética individual, intelectual e política. Mas a sua figura solar não pode ficar acantonada no passado. Deixou-nos apontamentos preciosos que apontam para o futuro. Primeiramente, a ideia de que a cultura integral do indivíduo é o caminho da liberdade e da cidadania. Ser culto não implica ser sábio. Há sábios que não são homens cultos e homens cultos que não são sábios. Homem culto é aquele que tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence. Homem culto é aquele que tem consciência da dignidade que é inerente à existência como ser humano. Homem culto é aquele que faz do aperfeiçoamento do seu ser interior o fim último da vida. Este terceiro ponto tem sido demasiado esquecido. “Eduquemos e cultivemos a consciência humana, acordemo-la quando estiver adormecida, demos a cada um a consciência

completa dos deveres, da sua dignidade, da sua liberdade”. Numa outra mensagem, Bento de Jesus Caraça põe-nos de sobre-aviso contra o derrotismo. Ao justificar a criação da *Biblioteca Cosmos*, escreveu: “Há em suma que dar ao homem uma visão optimista de si próprio; o homem desiludido e pessimista é um ser inerte sujeito a todas as renúncias, a todas as derrotas – e derrotas só existem aquelas que se aceitam”.

Bento de Jesus Caraça, é, neste ano do 1.º Centenário do seu nascimento, homenageado com um monumento evocativo implantado no centro de Vila Viçosa, a terra que o viu nascer no distante ano de 1901, a 18 de Abril, ali junto da avenida principal que já leva o seu nome, a atestar às novas gerações o exemplo de um grande Homem e de um grande Mestre que honra a terra que dele se orgulha, o homem de quem seu filho, o Prof. João Caraça, traçou este perfeito perfil: “Um cidadão pleno que dedicou toda a sua vida à formação da juventude”, um homem a cujo nome se associam ajustadamente estas seis palavras: “inteligência, ciência, cultura, humanismo, liberdade e fraternidade”.



Prof. António de Sousa da Câmara

Outra figura destacada do mundo da Ciência é evocada neste ano de 2001: o Prof. Eng. António de Sousa da Câmara, nascido também há precisamente cem anos, a 6 de Janeiro de 1901.

Oriundo de uma ilustre e histórica família calipolense — a dos Sousas — embora nascido em Lisboa, sempre ele, tal como os seus antepassados, esteve ligado a Vila Viçosa, onde a família tem a sua casa setecentista, um dos edifícios mais nobres desta terra. Na freguesia de Bencatel conserva-se ainda importante património da família, possuidora da herdade da Faia, situada no caminho que conduz à vila do Alandroal.

Foi António de Sousa da Câmara professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia, fundador e primeiro director da Estação Agronómica Nacional, onde acolheu o eminente professor da Universidade de Coimbra Aurélio Quintanilha, compulsivamente aposentado por motivos políticos; investigador emérito na área da Genética, autor de centenas de trabalhos sobre esta especialidade, a ele se ficou devendo também a criação da revista da especialidade “Agronomia Lusitana”, de que se publicaram, durante os 22 anos da sua regência de director da Estação Agronómica, 21 volumes. Contribuiu profundamente para a valorização

da agricultura portuguesa com os seus estudos e as suas experiências científicas, com o seu sentido inovador, o seu invulgar espírito de cientista e a sua comprovada competência. Com projecção internacional, manteve ligação constante com o mundo científico, participando em reuniões, simpósios e congressos, colaborando com institutos e universidades de vários países, como, por exemplo, Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha, Suécia, Canadá, Estados Unidos da América, onde o seu nome e a sua personalidade eram altamente admirados.

Foi presidente da Comissão Nacional da FAO criada em 1947; membro de diversas instituições científicas e culturais, nomeadamente da Academia das Ciências de Lisboa, da Sociedade Broteriana de Coimbra, da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, de que foi presidente, e de instituições estrangeiras congéneres.

Contemporâneo do Prof. Bento de Jesus Caraça, com ele conviveu em diversas ocasiões, inclusivamente colaborando na sua *Biblioteca Cosmos*, com o famoso livro “ABC da Genética”, obra da qual um dos seus críticos disse ser obra perfeita, aliciante, cheia de ciência e agradável de ler.

“A sua cultura — recorda o Prof. Pereira Reis Jr. — que não se limitava aos campos da agronomia e da sua especialidade, era

vastíssima e profunda até na arte, na arqueologia, na história, no conhecimento real de muitos costumes de países que visitara ou onde trabalhara, a sua educação primorosa, que lhe permitia ser uma pessoa de fino trato e correção, humano e compreensivo, a sua figura de uma simpatia atraente, o dom da sua eloquência que lhe permitia ser um orador de raro quilate, e não só no nosso idioma, mas nos muitos que falava fluentemente. A sua memória e poder de arrumação de ideias que lhe permitiam com os recursos da lúcida inteligência de que era dotado discursar ou proferir conferências, mesmo de alta responsabilidade científica, sem necessitar de recorrer à leitura (...) tudo isto lhe tornou possível (...) sem vaidades nem alardes propositados, tornar-se distinto de entre os seus pares”.

Outro destes seus pares, o distinto investigador D. Luís Bramão, lembra-o nestes termos: “Este grande homem teve muitas dificuldades e obstáculos. Dificuldades e obstáculos que não eram necessários e que, como ele diz no seu trabalho “O Problema da Defesa dos Meios Rurais”, abro a citação: “Houve homens dedicados que souberam ver as questões na sua magnitude... mas lastima-se que esses homens não fossem inteiramente aproveitados e que num meio hostil ou indiferente — indiferença muitas vezes é a pior hostilidade — manietados por uma infinidade de limitações, não pudessem expandir, em completa independência, na sua vasta envergadura, a ampla acção que haviam visionado. Gigantes escravizados por anões têm sido muito frequentes na nossa história agrária”. Fecho a citação. O Prof. Câmara foi um desses gigantes”.

Finalmente, leiam-se estas palavras de

justa homenagem proferidas pelo distinto mestre que foi o Prof. Vieira Natividade. “Antônio Câmara foi, entre nós, o arauto da nova agricultura científica e esforçadamente pugnou para que, aqui, neste recanto da Velha Europa, nós pudéssemos vir a ser um dia agricolamente europeus (...) E ninguém haverá que lhe conteste esta honra singular: haver sido um dos mais ardorosos impulsionadores da renovação da mentalidade agronómica nacional”.

Fica perfeitamente traçado o perfil do Homem e do Cientista que Vila Viçosa, terra onde, tal como todos os seus antepassados, está sepultado, falecido em Lisboa a 19 de Julho de 1971, terra que, pela ancestralidade das suas raízes também lhe presta homenagem. O seu nome figurará, por decisão municipal, numa das novas artérias da urbanização local, recordando-o e venerando a sua distinta personalidade de homem da Ciência e da Cultura.

